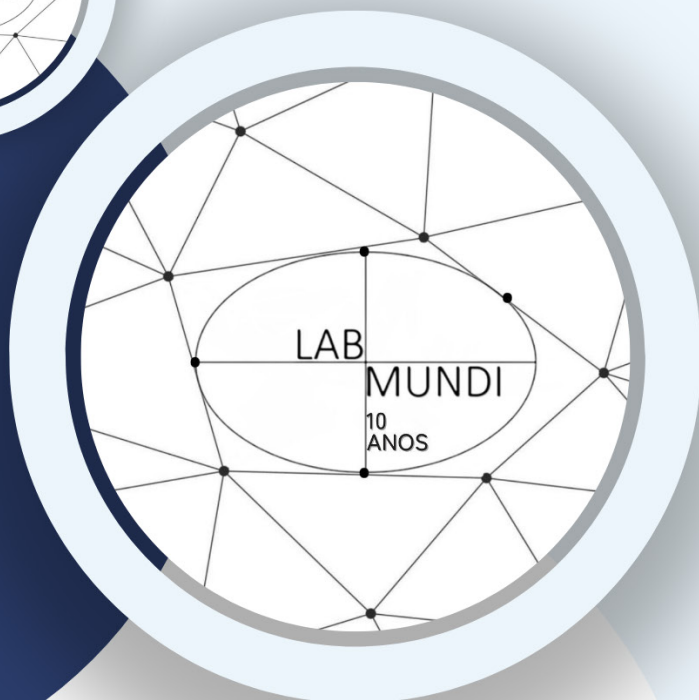
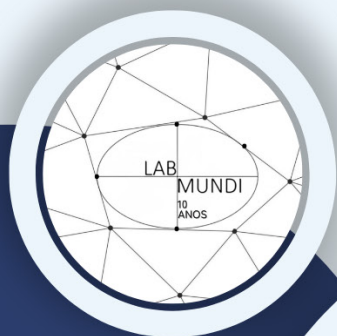


SISTEMAS, TEMPOS E ESPAÇOS

O LAB-MUNDI EM DEZ ANOS DE FAZER HISTORIOGRÁFICO

Rafael de Bivar Marquese
João Paulo Pimenta
Alexandre Moreli
Rodrigo Goyena Soares
(Organizadores)



Rafael de Bivar Marquese é doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo e professor do Departamento de História da mesma instituição

João Paulo Pimenta é doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo e professor do Departamento de História da mesma instituição

Alexandre Moreli é doutor pelo Institut Pierre Renouvin da Université Paris 1 - Panthéon Sorbonne e professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo

Rodrigo Goyena Soares é doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e professor do Departamento de História da Universidade de São Paulo

Rafael de Bivar Marquese
João Paulo Pimenta
Alexandre Moreli
Rodrigo Goyena Soares
(Organizadores)

SISTEMAS, TEMPOS E ESPAÇOS

O LAB-MUNDI EM DEZ ANOS DE FAZER HISTORIOGRÁFICO

Casa Leiria
São Leopoldo/RS
2024

SISTEMAS, TEMPOS E ESPAÇOS:
O LAB-MUNDI EM DEZ ANOS DE FAZER HISTORIOGRÁFICO

Organizadores: Rafael de Bivar Marquese, João Paulo Pimenta,
Alexandre Moreli e Rodrigo Goyena Soares.

DOI: <https://doi.org/10.29327/5450727>

Para citar esta obra (ABNT): MARQUESE, Rafael de Bivar *et al.* (org.).
Sistemas, tempos e espaços: o Lab-Mundi em dez anos de fazer
historiográfico. São Leopoldo: Casa Leiria, 2024.

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida,
desde que citada a fonte.

Casa Leiria Conselho Editorial

Ana Carolina Einsfeld Mattos	(UFRGS)
Ana Patrícia Sá Martins	(UEMA)
Antônia Sueli da Silva Gomes Temóteo	(UERN)
Glícia Marili Azevedo de Medeiros Tinoco	(UFRN)
Haide Maria Hupffer	(Feevale)
Isabel Cristina Arendt	(Unisinos)
Isabel Cristina Michelin de Azevedo	(UFS)
José Ivo Follmann	(Unisinos)
Luciana Paulo Gomes	(Unisinos)
Luiz Felipe Barboza Lacerda	(UNICAP)
Márcia Cristina Furtado Ecoten	(Unisinos)
Rosângela Fritsch	(Unisinos)
Tiago Luís Gil	(UnB)

S623 Sistemas, tempos e espaços: Lab-Mundi em dez anos de fazer
 historiográfico [recurso eletrônico] / organização Rafael de Bivar
 Marquese... [et. al.]. – São Leopoldo: Casa Leiria, 2024.

Disponível em:

<<http://www.casaleiriaacervo.com.br/historia/labmundi10anos/index.html>>
ISBN 978-85-9509-142-9

1. Historiografia – Departamento de História – Universidade de São
Paulo. 2. Historiografia – Lab-Mundi (USP). 3. Lab-Mundi – Memória e
história. 4. Lab-Mundi – Estudo e ensino. I. Marquese, Rafael de Bivar
(Org.).

CDU 930:378.096

Sumário

- 8 Introdução: sobre experiências, pesquisas e debates
Alexandre Moreli
- Parte 1 – Entre memória e história do Lab-Mundi
- 13 Um balanço pessoal sobre a primeira década do Lab-Mundi/USP (2013-2023)
Rafael de Bivar Marquese
- 27 Entre a História Comparada e a perspectiva do Sistema Mundo
Marcelo Rosanova Ferraro
- 36 A morfologia histórica do escravismo Atlântico
Leonardo Marques
Waldomiro Lourenço da Silva Júnior
- Parte 2 – Sistemas, tempos e espaços
- 50 A Economia-mundo e a rizicultura colonial. O todo e as partes em uma pesquisa sobre o arroz
Alberto Camargo Portella
- 60 A semântica histórica da experiência e as categorias de análise de Koselleck no estudo das dinâmicas de transição em grandes potências
Alexandre Moreli
- 75 Estado imperial e classe senhorial entre dois tempos históricos
Bruno da Fonseca Miranda
- 83 Esquemas, recursos e agência em Sewell Jr.: uma proposta teórico-metodológica para a pesquisa biográfica
Camilla Cristina Guelli
- 95 Paoli e a Córsega na Era das Revoluções. Múltiplas perspectivas para a historiografia revolucionária
Daniel Gomes de Carvalho
- 110 As acelerações técnica e de mudança social na sociedade soviética: o campo aeroespacial, suas possibilidades e o cenário doméstico da URSS entre as décadas de 1950 e 1960
Gianfranco Caterina
- 121 Karl Polanyi e a terra como mercadoria no Brasil (séculos XVI – XIX)
Gustavo dos Santos Rey Saiz

- 132 Transformação de estruturas e a reordenação social na Revolução Haitiana
Isabela Rodrigues de Souza
- 142 Comércio, informações e diplomacia: o grão-ducado da Toscana e o império português no Atlântico (1580-1640), breves apontamentos historiográficos e metodológicos
Joao Gabriel Covolan Silva
- 156 Vivências e experiências: uma nota acerca dos tempos da história e suas hierarquias
João Paulo Pimenta
- 163 As conexões entre Brasil e Portugal no contexto dos levantes e da contrarrevolução miguelistas: o caso do Batalhão dos Voluntários Acadêmicos de Coimbra (1826-1828)
Kelly Eleutério Machado Oliveira
- 176 Experiências, expectativas e prognósticos na tentativa de inaugurar uma nova era para o sistema global do café: o multilateralismo nas Américas e a primeira Organização Internacional do Café (1953-1958)
Leonardo F. Derenze
- 186 O Direito Natural e o Espectro Político Moderno: considerações sobre a temporalização e politização de uma linguagem
Lucas Mohallem
- 199 A transformação da China: autofortalecimento, modernização e crise
Marco Aurélio dos Santos
- 211 Disputa de temporalidades. Comentário às reflexões teóricas sobre o tempo no Lab-Mundi
Nicolás Alejandro González Quintero
- 218 Representações visuais de consumo de bebidas estimulantes, 1630-1815
Nicole L. Bianchini
- 232 La experiencia de los imperios portugués, británico y francés en el Virreinato de la Nueva Granada y la Capitanía General de Venezuela, 1807-1810
Oscar Javier Castro
- 245 A Guerra de Sessenta Anos. A região-mundo platina e as causas do conflito de 1864
Rodrigo Goyena Soares

- 262 As imagens e os Tempos
Sarah Tortora Boscov
- 273 Experimentos laboratoriais: tempo, espaço, estrutura e agência
em um estudo sobre os correios do Brasil
Thomáz Fortunato
- 284 A contribuição da leitura da obra “Ideias em Confronto. Embates
pelo poder na Independência do Brasil (1808-1825)” para a
diferenciação entre evento e processo histórico na Independência
do Brasil
Vinícius Carneiro de Albuquerque

Introdução: sobre experiências, pesquisas e debates

Para além do resultado do Seminário “10 anos de Lab-Mundi”, foi também por meio das noções de diálogo e de transmissão que este livro foi traçado. Como as leitoras e os leitores poderão observar, ele reúne trabalhos e reflexões apresentados no evento, mas igualmente se organiza a partir de princípios e dinâmicas de diversas atividades que estruturam o Laboratório de Estudos sobre o Brasil e o Sistema Mundial, o Lab-Mundi. Criado em abril de 2013 pelos professores Rafael Marquese e João Paulo Pimenta, do Departamento de História da USP, juntamente com diversos colegas, alunas e alunos, o Lab-Mundi tornou-se um espaço para ações das mais importantes e profícuas que uma universidade pública pode abrigar: a valorização do fazer historiográfico e das relações de aprendizado entre professores e alunos.

Após mais de uma década de existência, o Laboratório então encontra, nesta obra, um importante balanço, ou ainda um de seus mais interessantes frutos. Trata-se da compilação de trabalhos apresentados no Seminário de celebração de seus dez anos, que ocorreu no Auditório Fernand Braudel, da FFLCH/USP, nos dias 18 e 19 de abril de 2024.

O encontro teve a intenção de celebrar a congregação de pesquisadores, estudantes e professores da Universidade de São Paulo, bem como de instituições brasileiras e estrangeiras, interessados em pensar a história do Brasil não só no interior de suas fronteiras, mas para além delas. No Laboratório, são também valorizadas as perspectivas analíticas do sistema-mundo e da história das relações entre povos e sociedades em diferentes tempos e espaços. O Lab-Mundi tem se alimentado de trajetórias de investigação que tratam dos processos de independência e de construção do Estado nacional brasileiro em suas interfaces com o sistema mundial, da dinâmica do escravismo brasileiro nos quadros da economia-mundo capitalista, do papel do Brasil nos âmbitos regional e global da Guerra Fria e, finalmente, das relações transatlânticas e do terceiro-mundismo.

Por meio da criação de núcleos de pesquisa com acento marcadamente comparativo e integrador, o Lab-Mundi sempre teve por escopo a ampliação do leque temático de abordagens que compreendam a formação

histórica do Brasil dentro das muitas possibilidades contidas naquilo que convencionou-se chamar de História Global, buscando para tanto ativa interlocução e colaboração de colegas de diversas áreas das Ciências Humanas dedicados ao tema.

Internamente, o laboratório é atualmente constituído por sete Núcleos de Pesquisa, com uma dinâmica fortemente baseada na autonomia associativa e intelectual dos participantes. O primeiro, intitulado “Capital, Estado e Trabalho”, tem por objetivo estudar as causas sistêmicas de longo curso que bloquearam a expansão da escravidão nos Estados Unidos, em Cuba e no Brasil na segunda metade do século XIX. O segundo, denominado “História do Tempo: Teoria e Metodologia”, visa discutir noções, concepções, representações e conceitos do tempo histórico em distintas épocas e lugares. O terceiro, que leva o título de “Capitalismo e Sistema-Mundo: Teoria e Método”, tem o propósito de compreender o capitalismo enquanto sistema histórico, dentro do qual interagem os múltiplos estratos de tempo da modernidade. O quarto, denominado “Revoluções e Independências Americanas”, propõe-se a estudar as principais linhas interpretativas sobre as revoluções e independências americanas com vistas a construir uma visão integrada dos processos de crise dos sistemas atlânticos (ibérico e do noroeste europeu) e de formação dos novos Estados Nacionais. O quinto, intitulado “Historicismo e Sensibilidades Históricas”, busca discutir as origens do historicismo enquanto fenômeno histórico-social, atentando para as circunstâncias específicas que propiciaram seu advento, seu desenvolvimento e sua relação com temas centrais no estudo da História. O sexto, intitulado “Guerra Fria”, tem por objetivo compreender o lugar do Brasil dentro de um conflito de dimensões globais que tomou o século XX. Finalmente, o sétimo, intitulado “Iluminismo, Revoluções e História Intelectual”, inaugura-se no momento de produção deste livro, tornando-se testemunha do vigor do Laboratório no momento em que comemora mais de uma década de existência. O grupo intercala discussões teórico-metodológicas próprias do campo da História Intelectual com fontes, artigos, livros, teses e dissertações sobre os temas do Iluminismo e da Era das Revoluções.

Externamente, o Lab-Mundi encontra-se vinculado, desde sua fundação, à *Weatherhead Initiative on Global History*, da *Harvard University*, tendo participado de diversas iniciativas ao lado de instituições parceiras como a *Université Cheikh Anta Diop*, do Senegal, o *Institute for Social History*, da Holanda, a *East China Normal University*, da China, e a *Delhi University*, da Índia. Seus membros, ademais, tomam parte de grupos como a *Second Slavery Research Network* (cuja face brasileira é o grupo interinstitucional O Império do Brasil e a Segunda Escravidão) e de projetos como o *Iberconcepts*, sediado na Universidade do País Basco, ou ainda o *History Lab – History as Data Science*, liderado pela *Columbia University*.

Para além de todas essas iniciativas, entre as principais atividades do Laboratório estão os Encontros Gerais, organizados mensalmente. Para tais reuniões, seus participantes impõem-se tanto o desafio de ler criticamente como de debater francamente obras clássicas da historiografia e de campos afins, como foram os casos de “O Mediterrâneo”, de Fernand Braudel, ou ainda de “Gramsci’s Historicism”, de Esteve Morera, de “Questão de Método”, de Jean-Paul Sartre, de “Pour l’histoire des relations internationales”, de Robert Frank, de “A Grande Transformação”, de Karl Polanyi, da “Aceleração”, de Hartmut Rosa e de “Production, Power and World Order”, de Robert Cox. As conclusões e resultados de tais diálogos seguem enriquecendo as grades de leitura de seus membros, tornando seus projetos de pesquisa mais complexos e desafiadores.

Em meio a diversas iniciativas e com a perspectiva da efeméride de 10 anos da fundação do Laboratório, os professores Rafael Marquese, João Paulo Pimenta, Alexandre Moreli (parte do Conselho Deliberativo desde 2018) e Rodrigo Goyena (desde 2022) lançaram uma chamada de trabalhos para reunir membros e antigos membros do Lab-Mundi em um evento de debate em torno das experiências de participação ao longo de seus anos de existência. Mais do que um encontro em que se apresentam trabalhos, o Seminário foi pensado como uma oportunidade singular de valorização de propostas que pudessem evoluir ao longo da própria preparação para o evento.

Nesse sentido, tendo como objetivo destacar e avultar os aprendizados resultantes das discussões fomentadas ao longo dos anos de atividades do Lab-Mundi, a chamada foi lançada em 2 de maio de 2023, buscando propostas centradas no fazer historiográfico e na metodologia de pesquisa, mas, particularmente, incentivando os participantes a buscar iluminar de uma nova forma seus objetos de estudo recorrendo às discussões de que tomaram parte enquanto membros do grupo.

Tendo aceito as propostas de participação, o processo de preparação previu o envio de uma primeira versão de cada texto até o início de agosto de 2023, para que os professores organizadores pudessem produzir uma primeira leitura crítica e oferecer sugestões. As versões para apresentação no evento foram enviadas um mês antes da data prevista para o Seminário acontecer, inicialmente em finais de outubro de 2023. Por razões internas à Universidade de São Paulo, o evento acabou adiado para abril de 2024, mas contou com uma circulação prévia de todos os trabalhos entre os participantes, além do convite a colegas professores e pesquisadores para que pudessem comentar os textos em cada mesa de apresentação. Nesse sentido, fica o sincero agradecimento a Leonardo Marques, André Roberto de Arruda Machado, Nicolás Alejandro González Quintero, José Evando Vieira de Melo, Daniel Gomes de Carvalho e Silvana Andrade pela valiosa participação como debatedores e pelos comentários que ofereceram na ocasião do encontro.

Os trabalhos, de fato, dialogaram com leituras e debates produzidos ao longo do tempo no Laboratório. Assim foram intituladas as mesas do Seminário: “Experiências, representações e tempos”, “O global e as relações”, “Tempos, rupturas e acelerações”, “Espaços, sistemas e conexões”, “Espaços, economia e poder” e “Balanço teórico-metodológico”. Nelas, os participantes mobilizaram textos de Fernand Braudel, Reinhart Koselleck, Serge Gruzinski, Hartmut Rosa, Emilia Viotti, Jean-Paul Sartre, Dale Tomich, Immanuel Wallerstein, William Sewell Jr. e Karl Polanyi, entre outros.¹

O resultado foi uma singular produção de reflexões de pesquisadores que, já dominando seus objetos de estudo, ensaiaram explorá-los a partir de perspectivas antes não consideradas, avaliando o potencial de as utilizar e indicando novos caminhos para fazê-lo.

Os textos finalmente publicados neste volume organizam-se em duas partes. Na primeira, encontram-se escritos que se movem entre a memória e a história do Lab-Mundi, servindo, para além de uma saborosa leitura sobre o ofício do historiador, de registro da trajetória do grupo, agora perene nestas páginas. Na segunda parte, reúnem-se os demais trabalhos apresentados no evento, moldados por uma particular iniciativa sobre o fazer historiográfico ao aceitarem o desafio de aplicar novas grades de leitura na análise de seus objetos. Todos, enfim, tendo passado por nova revisão após o Seminário, com suas autoras e autores incorporando sugestões recebidas durante os debates acontecidos nos 18 e 19 de abril de 2024 que, esperamos, possam interessar à leitora e ao leitor. Ao menos, que talvez possam inspirar experiências, pesquisas e debates semelhantes.

Alexandre Moreli

4 de agosto de 2024

1 O programa pode ser consultado em <https://labmundi.fflch.usp.br/eventos-academicos>, acessado em 4 ago. 2024.

Parte 1 – Entre memória e história do Lab-Mundi

Um balanço pessoal sobre a primeira década do Lab-Mundi/USP (2013-2023)

Rafael de Bivar Marquese

Como um dos fundadores do Lab-Mundi, creio que tenho salvo-conduto para me lançar em um exercício de ego-história. O que pretendo fazer neste curto capítulo é, em primeiro lugar, esclarecer aos membros mais novos do laboratório quais foram suas origens e sua dinâmica inicial – tudo isso, evidentemente, contado a partir de uma leitura estritamente particular do que se passou. Ao mesmo tempo, e para obedecer aos propósitos deste volume, procurarei explicitar, em um segundo momento, como sua trajetória está nas origens da minha atual pesquisa, e como ela dialoga com o corpo de leituras coletivas que compartilhamos nos últimos anos.

Meu aporte mais longínquo à fundação do Lab-Mundi decorreu de dois projetos coletivos desenvolvidos após meu ingresso na USP como docente, no começo de 2003. Ambos correram entre 2004 e 2010. O primeiro foi uma pesquisa sobre a paisagem e a arquitetura da escravidão no Vale do Paraíba, no ocidente de Cuba e no baixo vale do rio Mississippi, tocado em parceria com Dale Tomich, Reinaldo Funes e Carlos Venegas com financiamento da *The Getty Foundation*.¹ Em outubro de 2010, após o término da pesquisa primária para o projeto, organizei com Tomich e Christopher Schmidt-Nowara um seminário no *Fernand Braudel Center* (FBC) da Universidade de Binghamton (centro fundado por Immanuel Wallerstein e Terence K. Hopkins em 1976) sobre a política nacional e internacional da Segunda Escravidão. Como um fruto direto desse seminário, criamos logo em seguida a *Second Slavery Research Network*, reunindo vários pesquisadores dos Estados Unidos, Brasil, Cuba, Espanha, Inglaterra e Alemanha para a promoção de encontros acadêmicos e atividades internacionais conjuntas.

1 O projeto gerou grande número de publicações na forma de artigos e capítulos em obras coletivas. Dez anos após seu término, publicamos um livro curto, escrito por nós quatro, que resumiu uma das vertentes de nossa investigação: TOMICH, Dale W. *et al. Reconstructing the Landscapes of Slavery. A Visual History of the Plantation in the Nineteenth-Century World*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2021.

Enquanto se dava a pesquisa com Tomich, Funes e Venegas, eu tocava paralelamente, aqui na USP, o segundo projeto coletivo, dentro de uma iniciativa igualmente ampla. Tratou-se do Temático Fapesp *A fundação do Estado e da nação brasileiros, c.1750-1850*, coordenado por István Jancsó entre 2003 e 2008. O início dele coincidiu com minha entrada como docente na USP. A agenda que propus para o Temático consistia em pesquisar a ideologia e a política da escravidão no Império do Brasil entre 1808 e 1850, por meio da imprensa periódica e dos debates parlamentares. Para tornar curta uma história que é longa, dessas atividades no Temático é que nasceram as pesquisas de IC, Mestrado e Doutorado de Tâmis Parron e Alain El Youssef, e a tese de doutorado de Ynaê Lopes dos Santos, todas elas desenvolvidas sob minha orientação, bem como o projeto que toquei de início com Márcia Berbel, e que depois incorporou Parron como parceiro de livro.²

Dentro do Temático, pude estreitar os laços de trabalho com João Paulo Pimenta, amigo dos tempos de graduação que se tornou colega da disciplina História do Brasil Colonial no Departamento de História no segundo semestre de 2004. O projeto sobre a política da escravidão no Brasil e em Cuba, se bem que modulado pela perspectiva analítica contida no conceito de Segunda Escravidão e pelo trabalho prévio de Márcia Berbel no trato das experiências constitucionais ibéricas, teve também uma marca clara da tese de doutorado de Pimenta, defendida em janeiro de 2004.³ Afinal, o que procuramos fazer no livro sobre Brasil e Cuba foi um exercício muito próximo ao que João Paulo havia feito em seu trabalho, qual seja, examinar como eventos ocorridos no Império espanhol e no Império português condicionaram-se mutuamente dentro do processo mais amplo de quebra das estruturas do colonialismo europeu nas Américas. Um dos resultados parciais de minha pesquisa para o Temático Fapesp, uma verticalização nas leituras de Francisco de Arango y Parreño – o mais importante ideólogo da ordem escravista-colonial cubana na virada do século XVIII para o XIX – sobre a experiência brasileira, foi diretamente inspirado pela tese de meu amigo e colega.⁴

Em algum momento de 2008 ou 2009, cheguei a discutir esse texto com o grupo de estudos que João Paulo mantinha com seus orientandos. Dentro do Departamento de História, eu vinha de uma boa, porém curta

2 Para além das dissertações e teses de Parron, Youssef e Santos, o principal resultado dessa colaboração dentro do Temático foi o livro escrito por Márcia Berbel, Rafael Marquese e Tâmis Parron: BERBEL, Márcia; MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis. *Escravidão e Política*. Brasil e Cuba, 1790-1850. São Paulo: Hucitec-Fapesp, 2010.

3 Para a versão em livro, ver PIMENTA, João Paulo G. *A Independência do Brasil e a experiência hispano-americana (1808-1822)*. São Paulo: Hucitec, 2015.

4 MARQUESE, Rafael de Bivar. Comparando impérios: o lugar do Brasil no projeto escravista de Francisco de Arango y Parreño. In: GONZÁLEZ-RIPOLL, Maria Dolores; CUARTERO, Izáskún Álvarez (org.). *Francisco Arango y la invención de la Cuba azucarera*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2009. p. 67-84.

experiência de discussões coletivas entre docentes e discentes na Linha de Pesquisa *Escravidão e História Atlântica*, que concebi e ajudei a fundar no início de 2004. Quando, em razão de diferenças teóricas e pessoais insuperáveis, a Linha naufragou no meio do Atlântico (algo que se deu mais ou menos por volta do final de 2007), meus orientandos de então ficaram sem a referência de um grupo coletivo de discussões, haja vista que eu promovia apenas reuniões individualizadas com eles. Alguns tomaram a iniciativa de fundar seu próprio grupo de estudos, com colegas de pós-graduação alunos de outros orientadores. Confesso que isso chegou a me gerar certo sentimento de culpa por não encabeçar a montagem de um novo grupo coletivo de pesquisa. Mas, como havia clara organicidade no que eu estava fazendo individualmente com cada um de meus orientandos, a culpa rapidinho foi embora.

Aqui na USP, as coisas continuaram nesse passo – eu orientando discentes em reuniões individualizadas, vez por outra trazendo professores convidados como Reinaldo Funes, Schmidt-Nowara e Edward E. Baptist para ministrar cursos curtos de pós-graduação, sempre conversando nos corredores e fora da universidade sobre história e historiografia com João Paulo – até julho de 2012, quando participei de um seminário fechado da *Second Slavery Research Network* na Universidade de Colônia, organizado por Michael Zeuske. Em férias familiares na Alemanha, Sven Beckert, professor em Harvard, havia sido avisado por Zeuske a respeito do seminário; interessado em saber mais sobre a perspectiva e o grupo da Segunda Escravidão, apareceu por lá, mesmo sem estar escalado na programação. Beckert o fez feito um foguete: acompanhou apenas a primeira sessão do primeiro dia (que não foi a minha), almoçou conosco (quando tivemos rápida conversa) e se mandou. Algumas semanas depois, mandou-me um e-mail, pedindo-me o texto que eu apresentara em sessão posterior, um longo artigo que escrevi por ocasião do centenário de nascimento de Eric Williams, no qual tratei tanto da recepção de sua obra na historiografia brasileira quanto de sua validade para a compreensão da economia escravista cafeeira brasileira e mundial no longo século XIX.⁵ Em poucos dias, ainda no mês de agosto de 2012, Beckert enviou-me nova mensagem, dizendo-me que meu texto se aproximava bastante do que ele estava fazendo em seu projeto em vias de conclusão, sobre a história global do algodão, soltando por fim uma pergunta desconcertante: há gente praticando História Global no Brasil?

5 Para a publicação no Brasil, ver MARQUESE, Rafael de Bivar. *Capitalismo, Escravidão e a Economia Cafeeira do Brasil no longo século XIX. Saeculum*, João Pessoa, v. 29, p. 289-321, 2013. Esse texto foi originalmente preparado para um seminário que ocorreu na Universidade de Oxford em outubro de 2011, servindo de base para o prefácio que escrevi para uma nova tradução de seu livro clássico (ver WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e Escravidão*. Trad. de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 [1944]).

Não tenho a mínima ideia, foi o que pensei responder. Até 2012, eu simplesmente não havia parado para prestar muita atenção na moda avassaladora da História Global. Tudo o que havia lido a respeito até então me parecia teórica e metodologicamente frágil, sobretudo frente à potência da perspectiva analítica do sistema-mundo, com a qual vinha trabalhando desde o doutorado e que informara diretamente tanto o projeto sobre paisagem e arquitetura como o da política da escravidão. Procurando ser educado, esclareci Beckert que dentre os pesquisadores da escravidão por aqui, certamente não, não havia gente praticando História Global. Porém, prossegui, o tipo de preocupação que expressei no texto que ele havia lido em realidade estava ligado a um momento do passado historiográfico brasileiro que havia se notabilizado exatamente pelas perspectivas de análise abrangente, de teor globalizante. E, nisto, terminei, não estava sozinho, pois colegas meus que trabalhavam com outros temas também nutriam uma visão positiva sobre os legados historiográficos brasileiros e latino-americanos – ao escrever isso, pensei nas conversas que sempre tive com João Paulo Pimenta a respeito do assunto, e que vinham se acentuando após o término do Temático Fapesp.

Beckert tem algo de empreendedor schumpeteriano. Eis sua réplica: estou criando com pesquisadores da Holanda e da Índia uma rede de História Global “*truly Global*” e precisamos de parceiros na América Latina. Você e seus colegas com interesses próximos aí no Brasil não gostariam de se juntar a nós? Ao levar o teor dessa troca para João Paulo, nós dois imediatamente pensamos: por que não? Pode ser algo passageiro, simples expressão de uma moda historiográfica, mas de todo modo não custa nada ver como é esta cena. No entanto, a coisa não se desenrolou imediatamente. Ficamos cozinhando a ideia da criação de mais um laboratório no Departamento de História (houve um momento, na segunda metade da década de 2000, em que eles brotaram em nossa instituição como cogumelo depois da chuva) por todo o segundo semestre de 2012. Sua criação foi formalizada somente em abril de 2013, tendo nós dois como coordenadores. Tomada a decisão, como batizá-lo? Diante dessa geleia geral que é o campo da História Global, por que não inscrever no nome do laboratório uma referência comum à nossa formação como historiadores e que antecipou muito do que é a atual agenda desse campo?

João Paulo vinha de uma linhagem historiográfica que tinha na obra de Fernando Novais uma de suas matrizes, e cujas afinidades eletivas com as múltiplas variantes da teoria da dependência e da perspectiva de sistema-mundo eram mais do que evidentes. Do meu lado, fui leitor assíduo de Immanuel Wallerstein no mestrado e no doutorado, algo que em realidade carregava da graduação – o curso de História Moderna I e II que fiz em 1991 com meu orientador na graduação, no mestrado e no doutorado, Antônio Penalves Rocha, muito se valia dele. Depois, o trabalho com Tomich solidificou

ainda mais esta referência em minhas pesquisas: ele havia sido pesquisador vinculado ao FBC desde sua fundação em 1976, e em 2008 eu passara a fazer parte do Conselho Editorial da *Review* do FBC. A escolha do nome foi, assim, consensual: *Laboratório de Estudos sobre o Brasil e o Sistema Mundial*, ou simplesmente Lab-Mundi. Após uma rápida pesquisa na internet, gelamos: há um laboratório com nome praticamente igual na Bahia! Porém, como LabMundo não é Lab-Mundi, bateu na trave e entrou.

Teria sido possível adotar outra referência teórica comum para a fundação do novo laboratório. Nos anos de meu doutorado (1997-2001), li com afinco – por meio da tradução de Keith Tribe, uma referência historiográfica crucial para meu mestrado – os ensaios de Reinhart Koselleck sobre o tempo histórico e o cruzamento da história social com a história dos conceitos.⁶ João Paulo demonstrara, em seu mestrado defendido em janeiro de 1999, familiaridade com o Koselleck de *Crítica e Crise*, mas não com o do *Futuro Passado*. Ao ler e comentar sua dissertação em maio de 2000, com vistas às revisões para publicação em livro,⁷ disse-lhe que o que ele estava fazendo afinava-se à perfeição ao Koselleck teórico da história. Nos anos seguintes, João Paulo mergulhou em um dos campos abertos pelo historiador alemão, ao se tornar um dos principais pesquisadores do enorme empreendimento intelectual que foi o *IberConceptos*. Mas, como nosso novo laboratório faria parte de uma rede de História Global e não de História dos Conceitos ou de Teoria da História, ficamos com o sistema-mundo.

As atividades do Lab-Mundi começaram com a leitura compartilhada por professores, alunos de graduação, pós-graduação e pesquisadores de pós-doutorado dos quatro volumes do *Moderno Sistema Mundial*.⁸ Foi uma experiência intelectual riquíssima, que se prolongou por quase dois anos e que nos serviu para demarcar uma série de problemas teóricos, metodológicos e historiográficos que, em meio a naturais e salutares divergências, iriam guiar nosso trabalho coletivo nos passos seguintes.

Logo no início dessas leituras, Sven Beckert convidou-me – quando voltamos a nos encontrar pessoalmente, agora nos Estados Unidos – para es-

6 TRIBE, Keith. *Land, Labour, and Economic Discourse*. London: Routledge, 1978; MARQUESE, Rafael de Bivar. *Administração e escravidão*. Ideias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 102; R. Koselleck, *Futures Past. On the Semantics of Historical Time*. Translated by Keith Tribe. Cambridge, Ma: MIT Press, 1985.

7 Cf. PIMENTA, João Paulo G. *Estado e Nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Hucitec, 2002.

8 WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World System I. Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. New York: Academic Press, 1974. *Idem. The Modern World-System II. Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600-1750*. New York: Academic Press, 1980. *Idem. The Modern World-System III. The Second Era of Great Expansion of the Capitalist World-Economy, 1730-1840s*. New York: Academic Press, 1989; *Idem. The Modern World-System IV. Centrist Liberalism Triumphant, 1789-1914*. Berkeley: California University Press, 2011.

crever o capítulo relativo à América Latina e ao Caribe em uma obra coletiva sobre História Global que ele estava editando com Dominic Sachsenmaier. Beckert ainda não conhecia pessoalmente João Paulo. Propus escrever o texto em parceria com ele, como um meio para, de certo modo, definirmos uma carta básica de intenções historiográficas do Lab-Mundi. Apresentamos um primeiro rascunho em um seminário realizado com Beckert na USP em setembro de 2013, momento em que firmamos a parceria com seu grupo de Harvard. O texto foi finalizado no começo de 2014 e, no ano seguinte, publicado primeiramente em português. Esse artigo de balanço historiográfico tem um argumento central que é relativamente simples: o que é tomado como novidade historiográfica nas academias anglocêntricas do Norte Global não o é, se mirado pelo prisma da historiografia da América Latina e do Caribe. Afinal, nas obras dos autores marxistas locais, daqueles relacionados à Escola dos Annales e dos formuladores e dos críticos da teoria da dependência, sempre houve a preocupação em articular o que se passava localmente às forças mais amplas do capital e do colonialismo, de natureza necessariamente global. Para dizer de outra forma: a tomada de consciência de nossa condição periférica no curso da crise global dos anos 1930 nos levou desde cedo a olharmos para o mundo sem sermos paroquiais. Praticar a História Global na América Latina e no Caribe, portanto, exigiria necessariamente diálogo com as tradições historiográficas locais.⁹

Nos anos seguintes, o Lab-Mundi se sedimentou. Em março de 2016, promovemos uma grande conferência internacional no Departamento de História da USP, reunindo pela primeira vez todas as delegações das cinco instituições fundadoras da rede de História Global proposta por Beckert em 2013.¹⁰ Por meio de seminários pontuais ou conferências internacionais, iniciamos nossa interlocução com os professores Felipe Loureiro (do Instituto de Relações Internacionais da USP) e Alexandre Moreli (então na Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro). Em 2018, com o ingresso de Moreli no corpo docente do IRI/USP, demos o passo decisivo para nossa atual configuração, quando o Lab-Mundi se tornou interinstitucional, reunindo na coordenação professores do DH e do IRI – um time que, a partir de 2022, foi reforçado por Rodrigo Goyena Soares, que havia feito pós-doutorado conosco entre 2018 e 2021. E foi também neste período pós-2015 que articulei de forma mais consistente minha pesquisa atual, diretamente informada pelo argumento do

9 MARQUESE, Rafael de Bivar; PIMENTA, João Paulo G. Tradições de História Global na América Latina e no Caribe. *História da Historiografia*, v. 17, p. 30-49, 2015. Em inglês, o texto foi publicado três anos depois (MARQUESE, Rafael de Bivar; PIMENTA, João Paulo G. Latin America and the Caribbean: Traditions of Global History. In: BECKERT, Sven; SACHSENMAIER, Dominic (org.). *Global History, Globally*. Research and Practice around the World. London: Bloomsbury, 2018. p. 67-82).

10 Ver a programação em <https://labmundi.fflch.usp.br/seminario-internacional-scales-global-history> (acesso em 22 de fevereiro de 2024).

balanço que havia escrito com João Paulo sobre as tradições de História Global na América Latina e no Caribe. É sobre ela que passo a tratar agora.

Ao término do projeto coletivo sobre paisagem e arquitetura das zonas da Segunda Escravidão, resolvi aplicar seus problemas e métodos para o estudo verticalizado da cafeicultura escravista nas Américas. Meu objetivo seria examinar primeiramente, de forma comparada, os ambientes construídos das fazendas escravistas de café em Cuba e no Brasil, para, em um segundo momento da investigação, tratar de Saint-Domingue e Jamaica. Com este projeto, renovei minha Bolsa de Produtividade em Pesquisa nível 2 do CNPq por duas vezes, em 2010 e 2013. No entanto, com o início dos trabalhos do Lab-Mundi e a reclassificação da bolsa do CNPq para o nível 1-D (cujos recursos de taxa de bancada me permitiriam realizar mais facilmente pesquisa de arquivo fora do Brasil), tomei a decisão de ampliar minha análise para o conjunto de todas as regiões produtoras de café no mundo entre o século XVI e o início do século XX. O enfrentamento mais sistemático da historiografia corrente no campo da História Global também me conduziu a isso, notadamente o livro recém-lançado – que pude ler ainda nas provas – de Sven Beckert.¹¹ Uma obra fascinante e sedutora, sem dúvida, mas com alguns problemas pontuais no que se refere à conceituação de capitalismo histórico, ao tratamento da história comparada e do universo do trabalho. Sem ter clara consciência disso, eu vinha acumulando leituras sobre a trajetória global do café desde minha graduação: em dezembro de 1991, o primeiro livro que Penalves me sugeriu ler para preparar meu projeto de IC sobre manuais escravistas foi o clássico de Stanley Stein sobre a escravidão na cafeicultura do Vale do Paraíba.¹² Chegando ao presente, isto é, aos trabalhos mais recentes com pegada clara na moda da História Global, a incapacidade deles em dar conta da historicidade das formas compulsórias de trabalho mobilizadas para a produção do artigo era algo que também vinha me incomodando.¹³

Em fins da década de 1930, um historiador brasileiro para lá de *old fashion*, o primeiro professor da Cadeira de História da Civilização Brasileira na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, havia publicado uma obra gigantesca e caótica sobre a história do café no Brasil, porém inigualável em termos de amplitude espacial e temporal, haja vista que cobria não apenas nosso país, mas igualmente outros espaços produtores em um arco

11 BECKERT, Sven. *Empire of Cotton*. A Global History. New York: Knopf, 2014.

12 Para a edição mais recente, ver STEIN, S. J. *Vassouras*. Um município brasileiro do café, 1850-1900 (1957; trad. port.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. A versão que li na ocasião foi a tradução preparada por Caio Prado Jr., que trouxe outro título: *Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba*: com referência especial ao município de Vassouras. São Paulo: Brasiliense, 1961.

13 Penso particularmente no trabalho de Steven Topik, que há bastante tempo está escrevendo uma história global do café. Dentre suas várias publicações preparatórias, ver em especial o artigo TOPIK, Steven. How Brazil Expanded the World Coffee Economy. *Österreichische Zeitschrift für Geschichtswissenschaften / Austrian Journal of Historical Studies*, v. 30, n. 3, p. 11-41, 2019.

do Iêmen ao Oeste de São Paulo.¹⁴ Se Taunay jamais poderia me oferecer um caminho adequado sobre como escrever uma história global do café – ou qualquer outro tipo de história –, dois outros cientistas sociais brasileiros, sim. Em dois ensaios escritos respectivamente em 1969 e 1976, o grande economista Antônio Barros de Castro propôs um modelo simples e poderoso para compreender a dinâmica histórica da cafeicultura brasileira, porém perfeitamente extensível à economia mundial. A chave estaria em enquadrar o deslocamento espacial da atividade a partir de três tempos que sempre configuravam, em um dado momento, diferentes zonas cafeeiras como pioneiras, maduras ou decadentes, tempos esses desiguais em suas trajetórias histórico-geográficas específicas porém permanentemente articulados pelo tempo unificado da economia mundial.¹⁵ Por fim, Emília Viotti da Costa: tal como Fernando Novais, essa notável professora do Departamento de História da USP foi pioneira no esforço de cruzar os aportes da concepção braudeliana do tempo histórico com o marxismo para dar conta da trajetória do escravismo brasileiro e americano na longa duração, a cada passo nutrindo um diálogo muito próximo com a obra de Jean-Paul Sartre.¹⁶

Ao me lançar no projeto de escrever uma história global do café e do trabalho compulsório, tarefa que sistematizei a partir de 2015, minha pretensão foi justamente a de ampliar, para todos os espaços mundiais abordados por Taunay, a perspectiva original que impulsionara Emília Viotti, combinando-a com uma moldura analítica próxima à de Barros de Castro. Ou, noutras palavras, fazer exatamente o que estava no artigo de balanço que escrevi com João Paulo no começo do Lab-Mundi: ao escrever a História Global na América Latina e no Caribe, devemos sempre dialogar com quem veio antes para, assim, não ficarmos reféns das viradeiras novidadeiras que movem a academia no Norte Global, e que, no mais das vezes, simplesmente vendem em um frasco novo um perfume que é velho.

Em nossas atividades do Lab-Mundi, contudo, em momento algum lemos esses três autores. Como, então, as leituras realizadas nesses dez anos se relacionam à minha atual investigação? O espaço que me sobra é curto. Quem tiver mais interesse em meu projeto poderá ler uma descrição detalhada em um longo *paper* publicado em 2023 sob os cuidados do *Bonn Center for Dependency and Slavery Studies*, no qual procurei resumir seus argumentos

14 TAUNAY, Afonso d'E. *História do Café no Brasil*. Rio de Janeiro: DNC, 1939-1942 v.

15 CASTRO, Antonio Barros de. *7 ensaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980. 2 v.; CASTRO, Antonio Barros de. "As mãos e os pés do senhor de engenho": dinâmica do escravismo colonial. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). *Trabalho escravo, economia e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1984.

16 Ver COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1989; COSTA, Emília Viotti da. *Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue*. A rebelião dos escravos de Demerara em 1823. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; COSTA, Emília Viotti da. A dialética invertida: 1960-1990. In: COSTA, Emília Viotti da. *A Dialética Invertida e Outros Ensaios*. São Paulo: Ed. Unesp, 2014. p. 9-28.

centrais e seu quadro teórico e metodológico mais amplo.¹⁷ Para encerrar, vou listar muito rapidamente o que estou carregando de nossas leituras conjuntas. A listagem está longe de ser exaustiva: arrolo aqui apenas aquelas que se mostram absolutamente indispensáveis para minha investigação.

Primeiro: o conceito da economia-mundo e a distinção metodológica entre unidade de análise e unidade de observação. O projeto se estrutura em torno do exame do que estou denominando como economias globais do café. Identifiquei, ao longo da pesquisa, três delas. Inspirada no conceito de economia-mundo tal como formulado por Braudel e Wallerstein e, também, no conceito de complexos histórico-geográficos de Magalhães Godinho,¹⁸ a expressão “economia cafeeira global” não equivale a um mercado cafeeiro que cubra necessariamente todo o planeta. Afinal, isso só aconteceu ao longo da segunda metade do século XX. De forma próxima à definição de economia-mundo de Braudel e Wallerstein, com o conceito de economia cafeeira global pretendo apenas lançar luz sobre complexos histórico-geográficos de vasta amplitude espacial que envolveram uma clara divisão entre zonas de produção e zonas de consumo articuladas por certas formas de poder político-econômico que se reproduziram na *longue durée*. Da mesma forma, a unidade de análise da pesquisa é dada pelas economias-mundo com as quais trabalho (a tributária-mercantil otomana e a capitalista europeia), sendo as unidades de observação representadas pelos espaços específicos que constituíram cada economia global do café.

Segundo: a teorização do tempo histórico oferecida por Fernand Braudel e Reinhart Koselleck. O projeto opera com números ordinais que servem de marcadores temporais e conceituais para os grandes blocos de tempo que estão sendo examinados. Assim, falo em uma primeira (c.1550-1730), uma segunda (c.1650-1815) e uma terceira economias globais do café (c.1790-1914), ou, então, em uma primeira e uma segunda escravidão. Esses marcadores não assinalam momentos que se sucedem linearmente, o segundo substituindo integralmente ao primeiro, o terceiro ao segundo e assim por diante. Em realidade, eles assinalam a existência de estruturas históricas – as

17 MARQUESE, Rafael de Bivar. *Asymmetrical Dependencies in the Making of a Global Commodity: Coffee in the Longue Durée*. Berlin: EB Verlag, 2023. Se tudo correr bem, a pesquisa aí sumariada resultará em um livro intitulado *Grão Amargo: uma História Global do Café e da Escravidão*, a ser publicado pelo Selo Crítica da Editora Planeta em 2027.

18 Quem primeiro propôs o conceito de economia-mundo foi Fernand Braudel (BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Felipe II*. São Paulo: Martins Fontes, 1982. 2 v., v. 1, p. 417-418), a nova leitura conjunta que começamos no em março de 2024. Wallerstein, no primeiro dos livros citados na nota 8, publicado em 1974, conferiu maior sistematicidade ao conceito, que como tal foi reincorporado por Braudel poucos anos depois (BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo, séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 3 v., especialmente v. 3, *O Tempo do Mundo*, p. 12-74). Para o conceito de complexos histórico-geográficos, ver GODINHO, Vitorino Magalhães. *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. Lisboa: Editorial Presença, 1981-1982. 4 v., v. 4, p. 207-222.

economias globais do café / a escravidão – que se sobrepõem temporalmente. Em cada onda de expansão que marcou a passagem de uma economia global do café para outra, o novo “espaço-líder” estabeleceu as novas condições de operação dos espaços que lhe haviam precedido, ao mesmo tempo em que condicionava aqueles que lhe eram contemporâneos. Foi o que se passou com Saint-Domingue (espaço-líder da segunda economia global do café) em relação ao Iêmen (o espaço produtor que monopolizou a oferta na primeira economia global do café) e ao Suriname (espaço ancilar dentro da segunda economia global do café), ou com o Vale do Paraíba (espaço-líder da terceira economia global do café) em relação a Haiti, Jamaica e Cuba, no Caribe (espaços antigos da segunda economia), e a Java / Ceilão, no Oceano Índico (espaços ancilares da terceira economia global do café). Para dar conta dessas sobreposições espaço-temporais, não vejo melhor caminho do que a pletera de perspectivas e conceitos trazidos por Braudel e Koselleck (dialética das durações; estrutura/evento; estratos de tempo; simultaneidade do não-simultâneo), e que tanto nos ocuparam em nossas discussões coletivas ao longo de todos esses anos.¹⁹

Terceiro: o método progressivo-regressivo de Jean-Paul Sartre. Para destacar apenas seu emprego mais imediato, ele me está sendo decisivo para ajudar a estabelecer as devidas mediações entre, por um lado, os espaços muito específicos das unidades produtivas cafeeiras que formavam cada uma das economias globais do café e, por outro, os complexos histórico-geográficos muito mais vastos que essas economias representavam. Com isso, torna-se possível dar conta desde a dinâmica da luta de classes em localidades muito particulares até o ordenamento mais amplo das formas estatais e interestatais em que se inscreviam aqueles conflitos. O cerne do método de Sartre está justamente em pressupor um permanente “vaivém” entre o geral e o particular, entre o abstrato e o concreto, entre a estrutura e o evento, entre a longa e a curta duração, entre os fluxos gerais da história e a esfera da biografia, tomada como produtora e produto de seu tempo.²⁰ Como pudemos notar pela leitura do dossiê da *Past & Present*, o método sartreano permite resolver com notável elegância os falsos debates sobre o problema da escala que polarizam a micro-história e a História Global.²¹

19 BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a Longa Duração. In: BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1978; KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-RJ, 2006; KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do Tempo*. Estudos sobre a História. Rio de Janeiro: Contraponto. Ed. PUC-RJ, 2014.

20 SARTRE, Jean-Paul. Questão de Método. In: SARTRE, Jean-Paul. *O existencialismo é um humanismo / A imaginação / Questão de Método*. Trad. Bento Prado Jr. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 109-191.

21 Ver, em especial, os artigos contrastantes de Jan de Vries (VRIES, Jan de. Playing with Scales: The Global and the Micro, the Macro and the Nano. *Past & Present*, v. 242, supl. 14, p. 23-36, nov. 2019) e Giovanni Levi (LEVI, Giovanni. Frail Frontiers? *Past & Present*, v. 242, supl. 14, p. 37-49, nov. 2019).

Quarto: a perspectiva do historicismo realista descrita e analisada por Esteve Morera.²² Esta leitura, na realidade, serviu-me antes de tudo para adquirir uma consciência mais clara do que significa escrever história, e em que medida a busca da saída da contraposição *nomotético x ideográfico* por meio da concepção de um historicismo realista pode nos ajudar na consecução do projeto de uma História Global no sentido que Braudel lhe dava, isto é, como História Total. Não uma totalidade por adição, mas por relação; não totalidades fechadas, mas totalidades abertas.²³ A totalidade por adição foi a que informou grande parte da produção historiográfica associada à segunda geração dos *Annales*, mas não a praticada por Braudel, muito mais afinado à sua busca de totalidades por meio de suas relações substantivas, isto é, pela investigação de fragmentos do globo integrados por meio de laços diversos (econômicos, sociais, políticos, culturais) que assumiram uma dada configuração dinâmica e sistêmica. A prática da escrita da história de Fernand Braudel – tomada por Morera como um dos mais bem acabados exemplos de historicismo realista – procurou dar conta dessas totalidades por relação (ou totalidades abertas) por meio de sua teoria dos tempos históricos plurais, a mesma que o levou a conceituar a economia-mundo capitalista, e que serviu de inspiração direta para a perspectiva do sistema-mundo.

Como se pode perceber, o que carrego do Lab-Mundi comigo não é pouco. Tudo o que fiz nos últimos dez anos é absolutamente indissociável de nosso trabalho conjunto dentro dele. Por tudo isso, do meu ponto de vista vale a pena insistir para que ele tenha mais uns dez aninhos de vida. E depois mais dez. E, então, se o Brasil, o Sistema Mundial e a USP continuarem a existir, chegará o momento de me aposentar.

Referências

- BECKERT, Sven. *Empire of Cotton. A Global History*. New York: Knopf, 2014.
- BERBEL, Márcia; MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis. *Escravidão e Política*. Brasil e Cuba, 1790-1850. São Paulo: Hucitec-Fapesp, 2010.
- BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Felipe II*. São Paulo: Martins Fontes, 1982. 2 v.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo, séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 3 v.

22 MOREIRA, Esteve. *Gramsci's Historicism: a realist interpretation*. London: Routledge, 1990.

23 Aqui me reporto a duas outras referências que ainda não tivemos oportunidade de discutir coletivamente no Lab-Mundi: KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1969 (para a contraposição adição x relação); LEFEBVRE, Hena notion de totalité dans les Sciences Sociales *ahiers Internationaux de Sociologie*, v. 18, p. 55-77, jan./jul. 1955 (contraposição fechada x aberta).

- BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a Longa Duração. In: BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- CASTRO, Antonio Barros de. *7 ensaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980. 2 v.
- CASTRO, Antonio Barros de. “As mãos e os pés do senhor de engenho”: dinâmica do escravismo colonial. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). *Trabalho escravo, economia e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1984.
- COSTA, Emília Viotti da. “A dialética invertida: 1960-1990”. *A Dialética Invertida e Outros Ensaios*. São Paulo: Ed. Unesp, 2014. p. 9-28.
- COSTA, Emília Viotti da. *Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue*. A rebelião dos escravos de Demerara em 1823. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. Lisboa: Editorial Presença, 1981-1982. 4 v.
- KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do Tempo*. Estudos sobre a História. (2000; trad. port.) Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-RJ, 2014.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futures Past*. On the Semantics of Historical Time. Trad. de Keith Tribe. Cambridge, MA: MIT Press, 1985.
- KOSELLECK, Reinhart; *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-RJ, 2006.
- KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1969.
- LEFEBVRE, Hena notion de totalité dans les Sciences Sociales *abiers Internationaux de Sociologie*, v. 18, p. 55-77, jan./jul. 1955.
- LEVI, Giovanni. Frail Frontiers? *Past & Present*, v. 242, supl. 14, p. 37-49, nov. 2019.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. *Administração e escravidão*. Ideias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. *Asymmetrical Dependencies in the Making of a Global Commodity: Coffee in the Longue Durée*. Berlin: EB Verlag, 2023.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. Capitalismo, Escravidão e a Economia Cafeeira do Brasil no longo século XIX. *Saeculum*, João Pessoa, v. 29, p. 289-321, 2013.

- MARQUESE, Rafael de Bivar. Comparando impérios: o lugar do Brasil no projeto escravista de Francisco de Arango y Parreño. In: GONZÁLEZ-RIPOLL, Maria Dolores; CUARTERO, Izáskún Álvarez (org.). *Francisco Arango y la invención de la Cuba azucarera*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2009. p. 67-84.
- MARQUESE, Rafael de Bivar; PIMENTA, João Paulo G. Latin America and the Caribbean: Traditions of Global History. In: BECKERT, Sven; SACHSENMAIER, Dominic (org.). *Global History, Globally*. Research and Practice around the World. London: Bloomsbury, 2018. p. 67-82.
- MARQUESE, Rafael de Bivar; PIMENTA, João Paulo G., Tradições de História Global na América Latina e no Caribe. *História da Historiografia*, v. 17, p. 30-49, 2015.
- MORERA, Esteve. *Gramsci's Historicism: a realist interpretation*. London: Routledge, 1990.
- PIMENTA, João Paulo G. *A Independência do Brasil e a experiência hispano-americana (1808-1822)*. São Paulo: Hucitec, 2015.
- PIMENTA, João Paulo G. *Estado e Nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Hucitec, 2002.
- SARTRE, Jean-Paul. Questão de Método. In: SARTRE, Jean-Paul. *O existencialismo é um humanismo / A imaginação / Questão de Método*. Trad. Bento Prado Jr. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p.109-191.
- STEIN, S. J. *Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba: com referência especial ao município de Vassouras*. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- STEIN, S. J. *Vassouras. Um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- TAUNAY, Afonso d'E. *História do Café no Brasil*. Rio de Janeiro: DNC, 1939-1941. 12 v.
- TOMICH, Dale W.; MARQUESE, Rafael de Bivar; FUNES, Reinaldo; VENEGAS, Carlos. *Reconstructing the Landscapes of Slavery. A Visual History of the Plantation in the Nineteenth-Century World*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2021.
- TOPIK, Steven. How Brazil Expanded the World Coffee Economy. *Österreichische Zeitschrift für Geschichtswissenschaften / Austrian Journal of Historical Studies*, v. 30, n. 3, p. 11-41, 2019.
- TRIBE, Keith. *Land, Labour, and Economic Discourse*. London: Routledge, 1978.

- VRIES, Jan de. Playing with Scales: The Global and the Micro, the Macro and the Nano. *Past & Present*, v. 242, supl. 14, p. 23-36, nov. 2019.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World System I*. Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century. New York: Academic Press, 1974.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System II*. Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600-1750. New York: Academic Press, 1980.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System III*. The Second Era of Great Expansion of the Capitalist World-Economy, 1730-1840s. New York: Academic Press, 1989.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System IV*. Centrist Liberalism Triumphant, 1789-1914. Berkeley: California University Press, 2011.
- WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e Escravidão*. Trad. de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Entre a História Comparada e a perspectiva do Sistema Mundo

*Marcelo Rosanova Ferraro*¹

Esse texto tem dois objetivos. O primeiro deles consiste revisitar a trajetória acadêmica, um tanto errática, que me levou à construção de um projeto de pesquisa sobre escravidão, justiça criminal e violência racial nas Américas, analisando de forma comparada e integrada o Brasil, Cuba e os Estados Unidos durante o longo século XIX. Em segundo lugar, o texto propõe uma discussão teórica e metodológica sobre a intersecção entre os estudos em História Comparada e a perspectiva do Sistema Mundo, que inspiraram o projeto. Analisadas retrospectivamente, ambas as reflexões remontam a uma mesma experiência original: a formação como historiador junto ao Laboratório de Estudos sobre o Brasil e o Sistema Mundial da Universidade de São Paulo.

Meus primeiros passos na pesquisa acadêmica coincidiram com as origens do Lab-Mundi. No ano de sua fundação, em 2013, dei início a um projeto de iniciação científica que se desdobraria em um mestrado a partir do ano seguinte. O estudo sobre arquitetura e escravidão no Vale do Paraíba durante o século XIX implicava, a princípio, um recorte espacial limitado. No entanto, a perspectiva teórica subjacente remetia aos estudos de meu orientador, Rafael Marquese, e do historiador Dale Tomich, que interpretaram a escravidão oitocentista em sua relação com o mercado mundial pós-Revolução Industrial e com as instituições liberais e os regimes políticos que emergiram durante a Era das Revoluções. Ao mesmo tempo, as primeiras atividades do Lab-Mundi encorajaram os membros a se debruçarem sobre a perspectiva do Sistema Mundo, de Immanuel Wallerstein, que fora umas das inspirações de Tomich. Assim, as agendas da pesquisa e do laboratório floresceram a partir de um solo comum.²

1 Professor do Departamento de História da Unirio (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro), Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo, e membro do Lab-Mundi entre 2013 e 2021.

2 Sobre essa perspectiva historiográfica, ver TOMICH, Dale. *Pelo Prisma da Escravidão*: Trabalho Capital e Economia Mundial. São Paulo: Edusp, 2011, p. 81-97; MARQUESE, Rafael. *As Desventuras de*

A leitura e os debates sobre as obras de Wallerstein estabeleceram um dos paradigmas fundantes do Lab-Mundi. O modelo interpretativo do Sistema Mundo propõe uma leitura da modernidade a partir da formação e expansão de dois fenômenos integrados: a economia-mundo capitalista e o sistema interestatal. A unidade de análise em questão prima tanto por um recorte espacial expandido, de pretensões globais, quanto por uma hierarquia entre escalas, classificadas a partir de categorias como centro, semiperiferia e periferia. Ao mesmo tempo, a montagem do sistema remonta ao século XVI, de modo que a compreensão de sua dinâmica histórica exige uma perspectiva de longa duração. Essa interpretação sobre as origens e a dinâmica do capitalismo diverge tanto das matrizes liberais quanto do marxismo ortodoxo e dialoga diretamente com a obra de Fernand Braudel. Wallerstein define a economia-mundo capitalista como um fenômeno que integra simultaneamente as esferas da produção, da circulação, do consumo e das finanças, e que contempla distintos regimes de trabalho. Ao mesmo tempo, o sociólogo se valeu do conceito da luta de classes para interpretar a formação das estruturas sociais características de cada escala de análise, e explicar como as classes dominantes instrumentalizam os aparatos estatais para defenderem seus interesses na arena exterior e no mercado mundial. Ainda que a leitura de Wallerstein tenha suscitado divergências, é preciso reconhecer que seu legado influenciou a primeira geração de pesquisadores do Lab-Mundi em suas interpretações sobre o Brasil (e outras experiências locais, regionais ou nacionais) em sua inserção no sistema mundial.³

Influenciado por Wallerstein, Dale Tomich desenvolveu uma nova interpretação sobre a relação entre capitalismo e escravidão a partir da Era das Revoluções. Tomich reconheceu as contribuições de Wallerstein para se superar as definições ortodoxas que reduzem o capitalismo a um modo de produção ou sistema econômico oriundo da Revolução Industrial e fundado no regime de trabalho assalariado. Por outro lado, Tomich criticou a relativa mecanicidade do modelo e das escalas de análise do Sistema Mundo, assim como a definição da economia-mundo capitalista como um mesmo fenômeno entre os séculos XVI e XX. Nesse sentido, Tomich propõe uma compreensão

um Conceito: Capitalismo Histórico e a Historiografia sobre a Escravidão Brasileira. *Revista de História*, n. 169, p. 223-253, 2013; e MARQUESE, Rafael; DALE, Tomich. O Vale do Paraíba Escravista e a Formação do Mercado Mundial do Café no Século XIX. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial. Volume II – 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 21-56.

3 WALLERSTEIN, Immanuel. *O Sistema Mundial Moderno I*. Porto: Afrontamento, 1993; WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo Histórico & Civilização Capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001. Ver ainda BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo, Séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 3 v; e ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens de Nosso Tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora Unesp, 1996.

historicizada do capitalismo, atenta à sua dinâmica, diversidade e flexibilidade no tempo e no espaço.⁴

A partir dessas críticas propositivas, Tomich revisitou o debate inaugurado por Eric Williams sobre a relação entre capitalismo e escravidão. Nesse estudo clássico, Williams desenvolveu a sua dupla tese: o tráfico transatlântico de africanos e o escravismo colonial contribuíram para a Revolução Industrial; e, por sua vez, o capitalismo industrial contribuiu para a abolição do tráfico e da escravidão. As teses de Williams foram primeiramente ignoradas na academia britânica e posteriormente refutadas por estudos quantitativos baseados em leituras reducionistas de seus argumentos. Ao mesmo tempo, sua obra encontrou maior receptividade nos Estados Unidos e, principalmente, na América Latina, com destaque para a historiografia brasileira. Tomich se debruçou sobre a segunda tese de Eric Williams, criticando a premissa de que o capitalismo industrial universalizou a forma de trabalho assalariado e levou ao declínio da escravidão atlântica.⁵

A partir de uma leitura dialética do processo histórico, Tomich descreveu as consequências contraditórias do capitalismo industrial nas Américas. Em sua interpretação, a Revolução Industrial e as transformações socioeconômicas e políticas na Inglaterra contribuíram de fato para a abolição do tráfico e a emancipação gradual nas suas colônias do Caribe, mas o mesmo argumento não se aplica às novas fronteiras da escravidão que se expandiram no Sul dos Estados Unidos, no Ocidente de Cuba e no Centro-Sul do Brasil. Nessas regiões, houve uma revitalização da escravidão devido ao aumento da demanda e a alta dos preços de commodities agrícolas como o algodão, o açúcar e o café no mercado mundial. Portanto, dois processos aparentemente contraditórios foram contemporâneos e conectados: o declínio do escravismo colonial grande parte da América e o nascedouro de uma nova era do cativo, a “Segunda Escravidão”, no Brasil, nos Estados Unidos e em Cuba durante o século XIX.⁶

A matriz interpretativa de Tomich reivindica a mesma ambição de Wallerstein, mas sem perder de vista a organicidade e fluidez do capitalismo histórico e as particularidades de cada uma das partes que compõe o sistema mundial. Essa lição guiou as leituras de fontes primárias e historiográficas, assim como a redação de minha dissertação de mestrado, intitulada “A Arquitetura da Escravidão nas Cidades do Café” e defendida em 2017, e prin-

4 TOMICH, Dale. *Pelo Prisma da Escravidão: Trabalho Capital e Economia Mundial*. São Paulo: Edusp, 2011. p. 21-80.

5 WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e Escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012; TOMICH, Dale. *Pelo Prisma da Escravidão: Trabalho Capital e Economia Mundial*. São Paulo: Edusp, 2011. p. 81-97. Sobre a recepção da obra de Williams, ver MARQUESE, Rafael. “As Desventuras de um Conceito: Capitalismo Histórico e a Historiografia sobre a Escravidão Brasileira”. *Revista de História*, n. 169, 2013, p. 223-253.

6 TOMICH, Dale. *Pelo Prisma da Escravidão: Trabalho Capital e Economia Mundial*. São Paulo: Edusp, 2011. p. 81-97.

principalmente do artigo *Capitalism, Slavery and the Making of the Brazilian Slaveholding Class: A Theoretical Debate on World-System Perspective*, publicado na Revista *Almanack* em 2019. Na dissertação, repisei os passos de Ilmar Mattos, Ricardo Salles, e Tâmis Parron em seus estudos sobre a intersecção entre a escravidão e a política imperial brasileira para investigar o avanço da fronteira do café e o papel da arquitetura na formação do núcleo da classe senhorial no Vale do Paraíba. Já o artigo defendeu uma hipótese mais abrangente e propôs uma agenda de pesquisa. Nesse texto, revisitei a historiografia da escravidão e do capitalismo, assim como as teorias da estratificação social, para argumentar que a formação da classe escravista do Vale do Paraíba decorreu de suas respostas eficazes aos estímulos do mercado mundial e de sua articulação junto às instituições representativas do Estado Imperial. Nesse sentido, a classe senhorial brasileira não foi o resultado do arcaísmo nacional, mas uma expressão da modernidade oitocentista assim como as burguesias da Europa Ocidental e do Norte dos Estados Unidos e as classes senhoriais de Cuba e do Sul dos Estados Unidos, que também se consolidaram por meio de sua inserção na economia capitalista e nos regimes políticos de seus respectivos Estados.⁷

O artigo sintetizou parte dos resultados do mestrado e avançou para propor um estudo comparado e integrados das classes dominantes do mundo Atlântico, sob a inspiração de Tomich e Wallerstein. Essa agenda de pesquisa não foi propriamente desenvolvida, mas incorporada como premissa em meu doutorado. Decidi transcender o recorte espacial do mestrado para realizar um estudo sobre a escravidão, as justiças criminais e a pena de morte no Brasil e nos Estados Unidos, a partir da análise de processos criminais do Vale do Paraíba e do Vale do Mississippi – as fronteiras agrícolas produtoras de café e algodão para o mercado mundial no século XIX. Entre os maiores desafios da pesquisa esteve a tentativa de combinar um estudo comparado com a perspectiva integrativa da Segunda Escravidão e do modelo do Sistema Mundo. Primeiramente, recorri aos estudos desenvolvidos por meu orientador e por outros membros do Lab-Mundi, como Tâmis Parron e Waldomiro Lourenço da Silva Junior, que se caracterizavam pelo escopo analítico e pelo recorte espacial ambiciosos. O doutorado de Parron tratou sobre economia política da escravidão no Brasil, nos Estados Unidos e no Império Espanhol, enquanto

7 FERRARO, Marcelo. *A Arquitetura da Escravidão nas Cidades do Café*. 2017. 272 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade São Paulo, São Paulo, 2017; FERRARO, Marcelo. *Capitalism, Slavery and the Making of Brazilian Slaveholding Class: A Theoretical Debate on World-System Perspective*. *Almanack*, v. 23, p. 151-175, 2019; MATTOS, Ilmar Rohloff. *O Tempo Saquarema: Formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2011; SALLES, Ricardo. *E o Vale era Escravo: Vassouras, Século XIX, Senhores e Escravos no Coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008; PARRON, Tâmis. *A Política da Escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

Silva Junior defendeu sua tese sobre direito, escravidão e alforria no Brasil e em Cuba, ambos dentro dos marcos do longo século XIX.⁸

Uma das inspirações teóricas de Parron e Silva Junior foi a metodologia elaborada por Philip McMichael, no artigo *Incorporating Comparison within a World-Historical Perspective: An Alternative Comparative Method*. Embora o autor não tenha sido lido nas reuniões do Lab-Mundi, as menções aos seus estudos foram constantes. Além disso, McMichael também se inspirou nos estudos de Wallerstein, a partir da mesma perspectiva crítica de Tomich. Ao elaborar a categoria “comparação substantiva” (“incorporated comparison”), McMichael procurou evitar os vícios analíticos e a-históricos dos estudos comparativos formais e desenvolver uma abordagem capaz de comparar e integrar simultaneamente os objetos de análise. Segundo essa perspectiva, não seria todo que determinaria suas partes e tampouco a comparação formal entre elas seria reveladora de sua complexidade. Em outros termos, McMichael critica as comparações convencionais, que analisam fenômenos em paralelo, e propõe que sejam compreendidos como momentos ou resultados distintos de um processo histórico integrado.⁹

É preciso reconhecer, contudo, a distância entre a teoria e a prática de pesquisa. Ao longo do doutorado, preservei a premissa de que as experiências históricas analisadas pertenciam a uma mesma temporalidade e estavam conectadas como elementos constitutivos da economia-mundo pós-Revolução Industrial e do sistema interestatal oitocentista. Além disso, incorporei o pressuposto do artigo de 2019 para argumentar que as classes senhoriais brasileira e estadunidense vivenciaram uma experiência Atlântica compartilhada durante a Era das Revoluções, mas encontraram soluções particulares na construção de regimes constitucionais e representativos e das instituições judiciárias em seus territórios. Desse modo, a República Federalista dos Estados Unidos e suas justiças estaduais e o Império do Brasil e sua justiça centralizada foram compreendidos como resultados distintos de um processo histórico integrado, à luz da comparação substantiva de McMichael. Por outro lado, a análise dos padrões distintos de resistência escrava e dos regimes de punição pendeu a uma comparação de natureza formal. A redação da tese demonstrou esse limite. Enquanto a primeira parte foi composta por capítulos que integraram as experiências brasileira e estadunidense na Era das Revoluções, a segunda parte

8 MARQUESE, Rafael. *Feitores do Corpo, Missionários da Mente: Senhores, Letrados e o Controle dos Escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004; SILVA JUNIOR, Waldomiro Lourenço da. *Entre a Escrita e a Prática: Direito e Escravidão no Brasil e em Cuba, c. 1760-1871*. 2015. 341 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015; PARRON, Tâmis. *A Política da Escravidão na Era da Liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846*. 2015. 502 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

9 MCMICHAEL, Philip. *Incorporating Comparison within a World-Historical Perspective: An Alternative Comparative Method*. *American Sociological Review*, v. 55, n. 3, p. 385-397, 1990.

se desdobrou em uma descrição em paralelo das experiências divergentes do Brasil e dos Estados Unidos durante a Crise da Escravidão.¹⁰

Após a defesa da tese *A Economia Política da Violência na Era da Segunda Escravidão: Brasil e Estados Unidos, 1776-1888* em meados de 2021, publiquei parte dos resultados da pesquisa em um capítulo de livro, intitulado *A Economia dos Castigos na Era da Segunda Escravidão: Vale do Paraíba e Vale do Mississippi, Século XIX*, e no artigo *The Political Economy of Punishment: Slavery and Violence in Nineteenth-Century Brazil and the United States* publicado na *International Review of Social History* em 2023. Em ambos os casos, busquei alcançar os pressupostos da comparação substantiva, mas nem sempre escapando às amarras da comparação formal. A fim de enfrentar novamente esse desafio, desenvolvi um novo projeto. Durante um pós-doutorado realizado nas Universidades de Brown e de Harvard entre 2021 e 2023, expandi o escopo da pesquisa anterior para desenvolver um estudo comparado e integrado sobre a intersecção entre escravidão, justiça criminal e violência racial no Brasil, em Cuba e nos Estados Unidos durante o longo século XIX.¹¹

O título provisório desse projeto de livro é *The Politics of Racial Violence in the Americas: Slavery, Citizenship, and Criminal Law in Brazil, Cuba, and the United States, 1776-1912*. A experiência adquirida durante o doutorado encorajou a análise comparada das fontes de cada território de forma atenta às particularidades de cada experiência histórica, mas dentro de uma matriz interpretativa que as compreenda como partes de um mesmo todo em formação. Os primeiros capítulos descrevem da experiência integrada das sociedades e economias escravistas de Matanzas, do Vale do Paraíba e do Vale do Mississippi em suas conexões com o mercado mundial, assim como a atuação das classes senhoriais de cada região junto às instituições políticas e judiciárias do Império Espanhol, do Império do Brasil e da República dos Estados Unidos. A expansão das fronteiras agrícolas naqueles territórios trouxe consigo centenas de milhares de africanos e afrodescendentes escravizados, que deram início a ondas de resistência durante a primeira metade do século XIX. Nos casos brasileiro e hispano-cubano, foram africanos vitimados pelo tráfico

10 FERRARO, Marcelo. *A Economia Política da Violência na Era da Segunda Escravidão: Brasil e Estados Unidos, 1776-1888*. 2021. 438 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

11 FERRARO, Marcelo. *A Economia Política da Violência na Era da Segunda Escravidão: Brasil e Estados Unidos, 1776-1888*. 2021. 438 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021; FERRARO, Marcelo. *The Political Economy of Punishment: Slavery and Violence in Nineteenth-Century Brazil and the United States*. *International Review of Social History*, v. 68, p. 197-212, 2023; FERRARO, Marcelo. *A Economia dos Castigos na Era da Segunda Escravidão: Vale do Paraíba e Vale do Mississippi, Século XIX*. In: SILVA, Lúcia; RODRIGUES, Jaime; SOUZA, Airton (org.). *Escravidão e Liberdade: Estudos sobre Gênero & Corpo, Memória & Trabalho*. São Paulo: FFLCH, 2023. p. 141-166.

transatlântico que conduziram essas lutas, enquanto afro-americanos forçados à migração pelo tráfico interestatal prevaleceram no Sul Profundo dos Estados Unidos. As diferenças demográficas, étnicas e culturais contribuíram para que os escravizados instituíssem repertórios de resistência diferentes em cada região. A despeito dessas distinções, identificadas a partir de um exercício de comparação formal, essas experiências foram compreendidas como variações de um fenômeno integrado de resistência escrava nas Américas durante a Era das Revoluções.

Da mesma forma, as classes senhoriais de cada território enfrentaram um desafio comum, mas trilham caminhos distintos. A construção da justiça criminal nos Estados Unidos criou um sistema dual, em que os direitos e garantias constitucionais e os precedentes da *common law* valiam para os cidadãos, enquanto a maioria dos negros livres e escravizados eram submetidos aos *Slave Codes* e *Black Codes*, e julgados pelas *Slave Courts* nos estados do Sul. Por sua vez, a classe senhorial hispano-cubana e a elite madrilenha impuseram um regime anticonstitucional regido por leis especiais em Cuba. A legislação colonial das *Siete Partidas* e das *ordenanzas* foi preservada, ao mesmo tempo em que foram instituídas leis e tribunais militares para julgar crimes graves cometidos por escravizados. O Império do Brasil foi o único a promulgar uma legislação criminal unificada, com o *Código Criminal* e o *Código de Processo Criminal*, que versavam sobre toda a população, livre ou cativa. No entanto, havia dispositivos específicos e leis especiais para crimes e penas de escravizados, que relativizavam seus direitos e garantias constitucionais perante o tribunal do júri. Nesse sentido, uma pessoa escravizada que cometesse um crime grave, como homicídio ou insurreição, seria julgada por instituições de justiça distintas (*slave courts*, comissões militares e o júri) e condenada a penas severas executadas de maneiras diferentes (enforcamento, fuzilamento, mutilação) em cada país. Contudo, ao se transcender a comparação formal, é possível concluir que essas especificidades foram resultados distintos de um mesmo processo: a construção de ordens escravistas constitucionais, que submeteram as populações escravizadas a regimes de exceção dentro dos marcos do Estado de Direito.

O desafio de conciliar teoria e prática permanece vivo. A convergência entre o estudo comparado e a perspectiva do Sistema Mundo exige esforços permanentes do historiador, tanto na seleção e interpretação das fontes quanto na elaboração da escrita. Ao longo de minha formação, cada pesquisa serviu de aprendizado, principalmente sobre os equívocos metodológicos a não serem repetidos. Ao mesmo tempo, os desafios me encorajaram ir além nos projetos seguintes, escorado nos ombros dos gigantes que me revelaram um outro olhar sobre o passado. Se há um fio condutor nos descaminhos dessa trajetória acadêmica, suas raízes foram plantadas durante as leituras e debates

que me convenceram a perseguir o horizonte de uma história total, que integrasse múltiplas escalas e variáveis de análise. O foi um celeiro dessas ideias.

Referências

- ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens de Nosso Tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora Unesp, 1996.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo, Séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 3 v.
- DALE, Tomich. *Pelo Prisma da Escravidão: Trabalho Capital e Economia Mundial*. São Paulo: Edusp, 2011.
- FERRARO, Marcelo. *A Arquitetura da Escravidão nas Cidades do Café*. 2017. 272 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- FERRARO, Marcelo. A Economia dos Castigos na Era da Segunda Escravidão: Vale do Paraíba e Vale do Mississippi, Século XIX. In: SILVA, Lúcia; RODRIGUES, Jaime; SOUZA, Airton (org.). *Escravidão e Liberdade: Estudos sobre Gênero & Corpo, Memória & Trabalho*. São Paulo: FFLCH, 2023. p. 141-166.
- FERRARO, Marcelo. *A Economia Política da Violência na Era da Segunda Escravidão: Brasil e Estados Unidos, 1776-1888*. 2021. 438 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.
- FERRARO, Marcelo. Capitalism, Slavery and the Making of Brazilian Slaveholding Class: A Theoretical Debate on World-System Perspective. *Almanack*, v. 23, p. 151-175, 2019.
- FERRARO, Marcelo. The Political Economy of Punishment: Slavery and Violence in Nineteenth-Century Brazil and the United States. *International Review of Social History*, v. 68, p. 197-212, 2023.
- MARQUESE, Rafael. As Desventuras de um Conceito: Capitalismo Histórico e a Historiografia sobre a Escravidão Brasileira. *Revista de História*, n. 169, p. 223-253, 2013.
- MARQUESE, Rafael. Capitalismo, Escravidão e a Economia Cafeeira do Brasil no Longo Século XIX. *Saeculum*, João Pessoa, v. 29, p. 289-321, 2013.
- MARQUESE, Rafael. *Feitores do Corpo, Missionários da Mente: Senhores, Letrados e o Controle dos Escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

- MARQUESE, Rafael; DALE, Tomich. O Vale do Paraíba Escravista e a Formação do Mercado Mundial do Café no Século XIX. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial. Volume II – 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 21-56.
- MATTOS, Ilmar Rohloff. *O Tempo Saquarema: Formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2011.
- MCMICHAEL, Philip. Incorporating Comparison within a World-Historical Perspective: An Alternative Comparative Method. *American Sociological Review*, v. 55, n. 3, p. 385-397, 1990.
- PARRON, Tâmis. *A Política da Escravidão na Era da Liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846*. 2015. 502 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- PARRON, Tâmis. *A Política da Escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- SALLES, Ricardo. *E o Vale era Escravo: Vassouras, Século XIX, Senhores e Escravos no Coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- SILVA JUNIOR, Waldomiro Lourenço da. *Entre a Escrita e a Prática: Direito e Escravidão no Brasil e em Cuba, c. 1760-1871*. 2015. 341 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- TOMICH, Dale. *Pelo Prisma da Escravidão: Trabalho Capital e Economia Mundial*. São Paulo: Edusp, 2011.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo Histórico & Civilização Capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *O Sistema Mundial Moderno I*. Porto: Afrontamento, 1993.
- WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e Escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

A morfologia histórica do escravismo Atlântico

Leonardo Marques

Waldomiro Lourenço da Silva Júnior¹

Os dois autores do presente capítulo tiveram a alegria de participar dos primeiros anos de atividade do Laboratório de Estudos sobre o Brasil e o Sistema Mundial (Lab-Mundi), na USP, quando estavam nos anos finais de seus respectivos doutorados. Resgatar a memória das leituras, dos encontros e das discussões que ali participamos ultrapassa a fronteira da consciência e da razão. Mobiliza também emoções e faz aflorar a saudade de um período que deixou marcas profundas, marcas que, quando convertidas em palavras, só podem ser conjugadas no passado perfeito contínuo, aquele tempo verbal que expressa uma ação iniciada no passado, e que ainda não se encerrou, como evidenciado por nossas pesquisas individuais e coletivas.

O Lab-Mundi constituiu, desde o seu primeiro dia, um espaço estimulante e desafiador, aberto a reflexões e propício a importantes aprendizados, no qual ideias e hipóteses são lançadas e postas à prova de maneira ao mesmo tempo aguerrida e ética. Em sua dinâmica, é revelada aos envolvidos toda a potencialidade de um laboratório, na medida em que promove a experimentação, a liberdade de pensamento e o aprofundamento qualificado no campo específico de estudos no qual se situa.

Nas páginas a seguir, refletiremos sobre uma linha interpretativa específica relativa ao fenômeno da escravidão no mundo Atlântico, tema de estudos ao qual temos nos dedicado ao longo das últimas duas décadas. Ao fazê-lo, dialogaremos com a massa crítica constituída no âmbito do Lab-Mundi, especialmente no que diz respeito ao que poderíamos chamar de uma história sistêmica e relacional. O objetivo é lançar algumas pistas adicionais em torno do que chamaremos aqui de morfologia histórica do escravismo Atlântico, considerando seu caráter ao mesmo tempo variável e de longa duração.

A morfologia diz respeito ao estudo dos elementos constitutivos, formas e características. Na linguística, a morfologia se concentra na investigação

¹ A contribuição de Waldomiro Lourenço da Silva Júnior a este texto é resultado de suas atividades de pesquisa na Cátedra UNESCO de Esclavitudes y Afrodescendencia, Proyecto PID2021-128935NB-I00, financiado por MCIN/ AEI /10.13039/501100011033/ y por FEDER.

da composição e organização dos morfemas, as unidades mínimas de significado que compõem as palavras. Na biologia, a morfologia examina as estruturas anatômicas e as formas dos organismos, com o intuito de compreender a diversidade e as adaptações nos reinos animal e vegetal. De forma semelhante, ao tratar da morfologia histórica, nos voltamos para a análise dos padrões reiterados e das transformações que moldaram o escravismo Atlântico ao longo do tempo. A abordagem aqui é algo distinta da compreensão de Ginzburg acerca da morfologia como método, ainda que nos dois casos a principal preocupação seja com a longa duração.²

Trata-se de um aprofundamento no estudo das dinâmicas e das estruturas que sustentaram o sistema da escravidão, considerando as conjunturas históricas e eventos de fôlego que o atravessaram, imprimindo particularidades em suas configurações. Essa abordagem chama a atenção tanto para características duradouras, quanto para feições distintas que o escravismo assumiu em diferentes períodos históricos e regiões. Assume-se uma perspectiva necessariamente geo-histórica, que olha de forma substantiva para a temporalização do espaço e para a espacialização do tempo. Como ressaltou Fernand Braudel, “não existe problema social que não esteja situado em seu quadro geográfico, quer dizer, exposto no espaço, confrontado a esse espaço. Não há realidade social que não ocupe um lugar no solo”.³ Com efeito, as particularidades geográficas desempenham um papel fundamental na morfologia do escravismo atlântico, considerando-se inclusive as zonas de trânsito oceânicas, fluviais e terrestres.

Embora haja diferenças de ênfase, é consenso afirmar que o espaço, com todas as suas características físicas, e o tempo histórico, de múltiplas dimensões, ritmos e camadas sobrepostas, enredam-se como mutuamente condicionantes. Reinhart Koselleck explorou essa questão, pontuando que “espaço e tempo representam, como categorias, as condições de possibilidade da história. Mas também o ‘espaço’ tem uma história [...], se modifica social, econômica e politicamente”.⁴

Como o leitor pode notar, não há absolutamente nenhuma novidade em todo esse enunciado. O problema, em termos concretos, é extrair o máximo de consequências desse tipo de enquadramento e ampliar o que já sabemos sobre o fenômeno da escravidão. O primeiro passo, para tanto, é compreender que a escravidão formava um sistema histórico, isto é, um conjunto de práticas e relações interdependentes, de duração variada, orien-

2 GINZBURG, Carlo; CAROTTI, Federico. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 13.

3 BRAUDEL, Fernand. Geo-história: a sociedade, o espaço e o tempo. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 22, p. 612-639, jun. 2015. p. 618.

4 KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014. p. 77.

tados para a sua autorreprodução. Esse conjunto, ao invés de uma história linear, desdobra-se em diferentes camadas, dando origem a *unidades espaço-temporais* específicas, singulares, com cronologias e contornos geopolíticos razoavelmente nítidos, mas que não são propriamente etapas ou ciclos puramente sequenciais, uma vez que abrem possibilidades para sincronicidades e combinações assimétricas.

A segunda escravidão e os sistemas atlânticos

A “segunda escravidão” é um exemplo de uma unidade espaço-temporal do escravismo atlântico. Dale Tomich⁵ (2011), artífice da categoria, procura realizar uma reconstrução teórica das formações escravistas no Atlântico, associando a perspectiva do capitalismo como sistema mundial a uma compreensão da plasticidade das relações econômicas históricas, derivada de uma leitura arejada da obra de Marx. Assim, capitalismo e escravidão são tomados como partes de uma mesma totalidade, e não como entes exteriores um ao outro. Por essa chave analítica, o Atlântico é compreendido como uma sub-região da economia-mundo europeia e a escravidão um dos seus principais elementos constitutivos. O turbilhão que caracterizou a Era das Revoluções e o advento da hegemonia britânica na era industrial do capitalismo imprimiram mudanças na divisão internacional do trabalho, reconfigurando as bases do sistema escravista, dando-lhe novo impulso, alterando a sua espacialização.

Efetivamente, o marcador espaço-temporal da “segunda escravidão” é feliz em registrar as novidades que distinguiram o escravismo oitocentista, particularmente na organização das forças produtivas, na relação entre terra, capital e trabalho, e nas dinâmicas que envolviam a reposição da mão de obra em uma conjuntura de profundas rupturas políticas e ideológicas. Essa percepção aflui para a ênfase dada por Giovanni Arrighi – que compartilhava o mesmo ambiente intelectual de Tomich e Immanuel Wallerstein no Centro Fernand Braudel, em Binghamton – nas alterações sucessivas das dinâmicas dos processos de acumulação e na mobilidade geográfica do capital. Como é possível perceber, os referenciais teóricos da formulação de Tomich estão no DNA do Lab-Mundi, que debutou justamente com uma leitura coletiva das obras de Wallerstein e Arrighi.

Por sinal, esses mesmos referenciais embasaram uma das poucas iniciativas que buscaram enfrentar o desafio imediatamente colocado pela formulação de Tomich, que é o tratamento da morfologia da escravidão no período anterior. Afinal, o sistema de escravidão entre os séculos XVI e XVIII configurou uma primeira escravidão? Os autores do livro *Escravidão e Política* (2010;

5 TOMICH, Dale W. *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial*. São Paulo: Edusp, 2011.

2016) – dois dos quais são participantes do Lab-Mundi, e cuja tradução para o inglês ficou a cargo de um dos autores do presente capítulo – viram a necessidade de retroceder no tempo, inserindo um capítulo inteiro sobre a configuração geral dos três séculos iniciais do colonialismo antes de adentrarem no recorte do livro, que compreende o período entre 1790 e 1850. Ainda sob a voga da chamada História Atlântica, Berbel, Marquese e Parron, dialogando também com autores como Sidney Mintz, David Meinig, Robin Blackburn e Pieter Emmer, sustentam que esse espaço foi conformado por estruturas históricas singulares, tempos distintos do mundo moderno, consubstanciados no sistema atlântico ibérico e o sistema atlântico do noroeste europeu.

O conceito de sistemas atlânticos está intrinsecamente ligado à formulação de Arrighi sobre os ciclos sistêmicos de acumulação que compõem o capitalismo histórico. Como sabemos, cada um desses ciclos representa uma configuração específica de estratégias e circuitos que impulsionam a acumulação de capital, marcando fases de expansão material e financeira atreladas a centros hegemônicos consecutivos. Em termos bastante resumidos, o sistema atlântico ibérico é originário do ciclo genovês (sécs. XV-XVII) e o sistema atlântico do noroeste europeu provém do desenvolvimento do ciclo holandês (sécs. XVI-XVIII).

Não se trata de um mero registro do contexto macroeconômico como uma espécie de pano de fundo. A cidade-estado italiana de Gênova e os Países Baixos – em momentos distanciados no tempo – tiveram vínculos diretos com as operações ligadas ao desenvolvimento da empresa colonial, que por sua vez nutriu a expansão da economia-mundo europeia. Os genoveses se envolveram até a medula na ampliação da cadeia mercantil do açúcar para as possessões castelhanas e portuguesas do outro lado do Atlântico, após as expedições de Colombo no final do século XV, além de uma participação ativa no tráfico transatlântico de africanos escravizados para as Américas. Um dos aspectos mais importantes da ênfase dada por Arrighi à participação italiana na expansão ibérica está no enquadramento deste processo no contexto mais amplo de emergência do capitalismo no Mediterrâneo, uma perspectiva que era amplamente compartilhada por uma geração anterior de historiadores, e que tem sua expressão mais brilhante na famosa tese de Braudel,⁶ mas que nas últimas décadas esteve relativamente soterrada sob o nacionalismo metodológico de historiadores dos impérios ibéricos e de um certo marxismo de verniz anglocêntrico.⁷ Ao adotarmos o Mediterrâneo como unidade de análise fundamental de nascimento da história do capitalismo, compreendemos não apenas o lugar de Espanha e Portugal nesse

6 BRAUDEL, Fernand. Geo-história: a sociedade, o espaço e o tempo. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 22, p. 612-639, jun. 2015.

7 MARQUES, Leonardo. A América colonial e a história das mercadorias: a pluralidade de tempos no capitalismo histórico. *Esboços*, v. 28, n. 49, p. 772-812, 2021. p. 802-804.

processo, mas de um grande conjunto de atores que eram parte daquilo que o historiador francês descreveu como o “Grande Mediterrâneo”.⁸

No século seguinte, a ampliação das atividades econômicas holandesas – que combinou a consolidação regional com expansão comercial e financeira em nível mundial – dependeu de fronteiras mercantis variadas, de especiarias asiáticas a alimentos e madeiras do leste europeu, todas elas possibilitadas pela circulação global de metais preciosos. Nesse processo, Amsterdã emergiu como uma espécie de Wall Street do século XVII, na famosa expressão de Pierre Goubert, posteriormente recuperada por Wallerstein.⁹ Foi neste movimento, também, que a ascensão holandesa impulsionou o arranque da escravidão nas colônias francesas e inglesas do Caribe. A economia dessa região emulou inicialmente o modelo ibérico, que tinha no nordeste do Brasil a sua configuração mais avançada, adquirindo gradativamente contornos próprios.

Nos termos colocados aqui, pode-se sustentar que cada um desses sistemas atlânticos forjou uma *unidade espaço-temporal* específica do escravismo americano. Formaram-se, portanto, duas unidades que, em determinado momento, coexistiram e competiram entre si, condicionando-se mutuamente. Essa coexistência competitiva foi desencadeada pelo processo concomitante de declínio do ciclo genovês e de emergência do ciclo holandês a partir da expansão financeira do final do século XVI. Esse processo repercutiu diretamente na geografia do colonialismo, que avançou sob distintas bandeiras Américas afora.

Entre os séculos XVII e XVIII, ambos os sistemas atlânticos, que conservavam durações e arranjos distintos, passaram a se inscrever no mesmo ciclo sistêmico, marcado pela especialização financeira de Amsterdã, pelo protagonismo de franceses e ingleses no comércio atlântico e pela semiperiferização dos impérios ibéricos. O caos sistêmico instalado no outono do ciclo holandês resultou na reconfiguração do sistema capitalista e das relações interestatais, desencadeando, especialmente após a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), as mudanças estruturais que resultaram no advento da “segunda escravidão”. As principais zonas escravistas, concentradas no sistema atlântico do noroeste europeu, entraram em crise em função de limites ambientais e de fortes tensões políticas, cujo ápice foi a Revolução de Saint-Domingue iniciada em 1791. Nas décadas seguintes, o Sul dos Estados Unidos, o ocidente da ilha de Cuba e o Vale do Paraíba, no sudeste do Brasil, regiões antes periféricas ou subexploradas, assumiram o primeiro plano da agroindústria escravocrata.

8 BRAUDEL, Fernand. Geo-história: a sociedade, o espaço e o tempo. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 22, p. 612-639, jun. 2015; DOURADO, Elisa Michahelles. *A Alemanha e o Atlântico na Época Moderna (c. 1450-1750): Mercadorias, crédito e conhecimento*. 2021. 148 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

9 WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System II: Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600–1750*. Berkeley: University of California Press, 2011. p. 57.

Capitalismo e escravidão: o debate permanente

Além da complementação do enquadramento proposto por Tomich, cabe anotar uma sofisticação teórica na explicação contida em *Escravidão e Política*. Os autores empregam a noção de “contemporaneidade do não-contemporâneo”, de Reinhart Koselleck¹⁰, para mediar o tratamento da ordem do tempo. Por este prisma, os sistemas atlânticos são tomados como ‘duas estruturas temporais singulares’ que coexistiam, movendo-se a ritmos intrínsecos e diferenciados. Para além das épocas distintas nas quais ocorreram suas gêneses, esse ‘desenvolvimento desigual e combinado’ é explicado pelas particularidades de seus antecedentes históricos e pelas condições objetivas de seu progresso social e econômico no Novo Mundo. Com isso, os autores enxergam e delimitam de forma bastante arejada a multiplicidade do período moderno.

Assim, temos uma cronologia bem delineada do escravismo atlântico, integrando-o aos ciclos sistêmicos da economia-mundo capitalista. Todavia, alguns pontos ainda precisam ser esmiuçados. Em primeiro lugar, existe um problema básico de aritmética. Como pode ser tomado como da **segunda** escravidão um período que sucedeu outras duas configurações ou tempos do escravismo atlântico? Parece óbvio que a segunda escravidão na verdade é a terceira, se enquadrarmos a escravidão americana na trajetória mais ampla dos ciclos sistêmicos de acumulação. No entanto, mais do que salientar o “erro na conta”, importa refletir sobre as suas implicações.

O mote do argumento de Tomich reside fundamentalmente na desconstrução da ideia de incompatibilidade entre o desenvolvimento capitalista e a escravidão, salientando os aspectos principais de sua reformulação na era da industrialização e do controle econômico do fluxo de mercadorias. Assim, o período anterior é tomado em bloco, especialmente a partir do nexos colonial do mercado internacional, que era marcado pelo governo direto da produção dentro da lógica mercantilista. O problema é que isso gera uma ambiguidade, remetendo a uma concepção de capitalismo distinta da que pauta a ideia de economia-mundo forjada por Fernand Braudel e apropriada por Arrighi para delinear os contornos dos ciclos sistêmicos. O próprio Tomich sempre enfatizou a necessidade de se pensar produção, circulação, distribuição e consumo como partes inextricáveis da totalidade do capital, mas isso não impediu que o contraste de uma segunda escravidão da era industrial com uma primeira do mercantilismo se ajustasse também a uma interpretação, de inspiração marxista, que isola e dá prioridade à esfera da produção como uma espécie de chave para a compreensão da natureza do sistema. Essa perspectiva enxerga na Revolução industrial o marco essencial do nascimento do sistema, com ênfase nas

10 KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2006.

formas puramente econômicas de exploração presentes na relação entre capital e trabalho, substituindo a era da primazia do Capital Mercantil. O tratamento dos conceitos de capitalismo e escravidão como entes externos um ao outro, ainda que articulados, acaba por entrar pela porta dos fundos.

Essa ambiguidade tem lá suas conveniências. Ela permitiu, por exemplo, que Rafael Marquese, braudeliano de quatro costados, e o saudoso Ricardo Salles, gramsciano radical, não apenas empregassem o conceito de segunda escravidão para examinar seus objetos de pesquisa, como colaborassem em obra sobre o assunto (2016). Por outro lado, é sintomático que no evento *Segunda Escravidão: desafios e potencialidades*, ocorrido em 2017 na cidade do Rio de Janeiro – o qual contou com a presença de diversos labmundianos –, o principal tema discutido tenha sido justamente o conceito de capitalismo. Muito mais, inclusive, que a própria segunda escravidão, e com divergências explícitas entre os próprios Salles e Marquese, além de um dos autores do presente capítulo.¹¹

Cabe notar que o autor de *O longo século XX* destacou as diferenças de abordagem e concepção entre Marx e Braudel em relação ao capitalismo. Ele observa que enquanto o primeiro nos convida a abandonar “a esfera ruidosa da circulação” e a examinar a geração de lucro no “domicílio oculto da produção”, o segundo nos convida a dirigir nosso olhar para a camada superior do mundo dos negócios, onde o sistema efetivamente estaria em casa. Embora Arrighi opte por se concentrar “no andar superior” da alta lucratividade, ele conclui que “esses enfoques são complementares, e não alternativos”.¹²

Todavia, a opção de Arrighi não é fortuita. Ela se deve à amplitude da história que ele quer contar. É no pavimento das grandes transações no qual se concentram as características essenciais do capitalismo histórico em sua longa duração. É nele que se assenta o chão comum de Fuggers e Rockefellers. A especialização do capitalismo no mundo da grande indústria no Oitocentos é reflexo de sua capacidade de mudança e adaptação, mas ele segue em casa, repousando, como outrora, no berço de ouro do mercado financeiro e dos empreendimentos “antimercado”.

O que isso demonstra? Que a noção de “segunda escravidão” propicia uma conciliação entre Marx e Braudel? Sim e não. Sim, porque efetivamente descortina as formas pelas quais a esfera da produção escravista se alinha ao movimento da economia-mundo capitalista no século XIX configurando uma totalidade. Não, porque falta aumentar a dose do remédio francês a fim de elevar os níveis de um fator essencial: as dimensões profundas do tempo.

11 MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo (org.). *A segunda escravidão e o império do Brasil em perspectiva histórica*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2020.

12 ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro; São Paulo: Contraponto; Ed. UNESP, 2006. p. 25.

Nosso argumento é o de que há espaço para aprimorar a maneira como abordamos a história da escravidão em suas diferentes dimensões espaço-temporais. Enquanto Wallerstein e Arrighi, padrinhos de batismo do Lab-Mundi, enfatizam principalmente os sincronismos e as fases sucessivas, a metáfora geológica proposta por Koselleck em torno dos estratos do tempo nos sugere a necessidade de reconstruirmos as estratigrafias da escravidão. Tomich acertadamente afirma que o “trabalho escravo e sua abolição não podem ser vistos como um processo linear, mas como relações complexas, múltiplas e qualitativamente diferentes dentro dos processos globais de acumulação e divisão do trabalho”.¹³ É fundamental, no entanto, evitar que a análise histórica da escravidão explicita mais sobre os processos globais de acumulação do que sobre a escravidão em si mesma, tomada em sua multiplicidade.

O modelo de Tomich é altamente eficaz ao evidenciar o surgimento de novas regiões escravistas em resposta à crescente demanda global por açúcar, café e algodão. Não era factível nem necessário que o autor abordasse todas as implicações de seu argumento. Mas é fato que a ideia de segunda escravidão se tornou um campo aberto. A sua difusão na historiografia abriu uma agenda de pesquisa incerta, especialmente no que diz respeito a regiões dedicadas a outras atividades ou em posição de inferioridade na competição pelas exportações.

Um procedimento necessário é avançar no esclarecimento da divisão de trabalho – ponto central na perspectiva de sistemas-mundo e do próprio esquema de Tomich – em escala regional, considerando a pluralidade dos tempos das partes integradas ao sistema de escravidão, bem como a própria natureza dessa combinação. Isso não implica necessariamente utilizar categorias como centro, periferia ou semiperiferia, mas, antes, analisar o significado concreto de especializações, desenvolvimentos relativamente autossustentados, diferentes níveis de concentração e transferência de excedentes, bem como dinâmicas socioeconômicas diversas enredadas em um mesmo conjunto. Tais aspectos, em alguma medida, já estão presentes na historiografia, porém é preciso trazê-los de maneira cada vez mais autoconsciente para o centro da análise, inclusive, é claro, no que diz respeito aos períodos anteriores da história da escravidão.

Crise e crítica

O debate sobre as relações entre capitalismo e escravidão vem sendo revisitado neste século por diferentes vertentes historiográficas, com uma ênfase crescente na heterogeneidade que caracterizou a história desse sistema

13 TOMICH, Dale W. *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial*. São Paulo: Edusp, 2011. p. 95.

histórico.¹⁴ Parte significativa da bibliografia recente vem apontando para a sua capacidade de articular diferentes formas de trabalho, que inclui não apenas o trabalho coercivo, mas também as relações de trabalho não-pago para a reprodução da classe trabalhadora, tal como apontado de forma precursora pelo marxismo feminista ao longo do século XX¹⁵, além da ampla apropriação e devastação de recursos naturais em escala global. Se a crise financeira e a recessão de fins dos anos 2000 deu uma coloração especial a tais discussões, o crescente reconhecimento de que nos encontramos em meio a um colapso ambiental tem estimulado historiadores a pensar os limites e possibilidades de diferentes modelos de interpretação histórica, incluindo aqueles dedicados a pensar as relações entre capitalismo e escravidão.

Recentemente, por exemplo, os historiadores Zoltán Simon e Marek Tamm publicaram um opúsculo chamado *The Fabric of Historical Time*¹⁶, buscando atualizar a teoria do tempo histórico para compreender dilemas do tempo presente (antropoceno, mudanças climáticas, aceleração e afins), em sintonia com outros trabalhos que enxergam na crise ambiental de nossa época uma crise das narrativas lineares de progresso e desenvolvimento, ou, em suas palavras, do “tempo histórico moderno”. Para alguns, como Dipesh Chakrabarty, trata-se do esgotamento de modelos tradicionais de escrita da história; para outros, como Helge Jordheim, temos a oportunidade de explorar modelos não-lineares, tal como o elaborado por Koselleck, perspectiva compartilhada por Simon e Tamm. Em dado momento, contudo, os autores destacam o que julgam ser uma “importante diferença” entre Braudel e o Koselleck: “enquanto as temporalidades de Braudel foram organizadas de acordo com a escala, das estruturas geológicas e geográficas de lento movimento ao evento singular, Koselleck concebe o tempo histórico em termos de estratos sobrepostos de padrões temporais”. O contraste observado pressupõe a superioridade do modelo koselleckiano, no qual “a palavra-chave não é multiplicidade ou pluralidade”, e sim “*Ungleichzeitigkeit*, não-sincronicidade”. E arrematam dando a entender que o historiador alemão se diferencia por empregar sua concepção de tempo em sua prática de historiador, não se limitando ao nível teórico.¹⁷

Essa contraposição entre Braudel e Koselleck nos é bastante útil, não apenas por exemplificar o reducionismo disseminado na leitura de Braudel,

14 MARQUES, Leonardo. Slavery and Capitalism. In: SKEGGS, Beverley et al. (org.). *The SAGE Handbook of Marxism*. Thousand Oaks: SAGE, 2022.

15 FERGUSON, Sue; BHATTACHARYA, Tithi; FARRIS, Sara R. Social Reproduction Feminisms. In: SKEGGS, Beverley et al. (org.). *The SAGE Handbook of Marxism*. Thousand Oaks: SAGE, 2022. p. 45-67; FRASER, Nancy. *Capitalismo canibal: como nosso sistema está devorando a nossa democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito disso*. São Paulo: Autonomia Literária, 2024.

16 SIMON, Zoltán Boldizsár; TAMM, Marek. *The fabric of historical time*. Cambridge, United Kingdom; New York, NY: Cambridge University Press, 2023.

17 *Ibidem*, p. 23.

especialmente no campo da teoria da história, como também por permitir alinhar nosso argumento, refazendo a costura malfeita. A caricatura do modelo de Braudel, especialmente em contraste a Koselleck, parte da falta de aprofundamento no estudo da concepção de tempo delineada em sua obra. A maioria dos comentadores leem apenas o artigo de 1958 enquanto percorrem o conjunto da obra do historiador alemão. Os historiadores Christophe Bonneuil e Jean-Baptiste Fressoz, por exemplo, que oferecem uma crítica brilhante de uma certa dimensão novidadeira que perpassa todo o discurso em torno do assim chamado antropoceno, recaem em problema semelhante ao resumir o modelo braudeliano a uma estrutura de três temporalidades, marcada por uma suposta “separação das áreas e dos tempos entre natureza e sociedade, herdada da modernidade industrial”.¹⁸ Carlos Aguirre Rojas não exagera, portanto, quando fala em uma “versão absolutamente limitada e vulgarizada” da longa duração braudelianiana, como evidenciado pela obra recente de Simon e Tamm (dentre tantos outros exemplos possíveis). A solução para tal limitação, nas palavras do mesmo autor, está na “própria obra de Fernand Braudel, que “[...] poderia ser considerada como um vasto conjunto de múltiplos exercícios ou ensaios de ‘descoberta’ e de ‘aplicação’ das perspectivas da longa duração histórica”.¹⁹

Quem percorre com atenção as páginas de suas obras maiores, *O Mediterrâneo e Civilização Material*, percebe que Braudel supera em muito um esquema piramidal estanque. As dimensões temporais ganham substância, articulação e fluidez de muitas formas, para além de suas assertivas no artigo de 1958. Elas emergem na arquitetura dos livros, no modelo explicativo adotado, nos conceitos empregados, na fórmula narrativa, no contorno das descrições, nas comparações realizadas, na costura dos argumentos, na insinuação, na sugestão, na sagacidade, nas amarrações. Braudel dá o peixe e ensina a pescar. De certa forma, o que Koselleck faz é sintetizar e traduzir em teoria processos e combinações temporais já presentes nos escritos de Braudel.

Em artigo de 2018, Rafael Marquese e um dos autores do presente capítulo defenderam a tese de que Koselleck se apropriou do modelo de Braudel, desenvolvendo-o mediante um duplo procedimento de condensação e complexificação, que tornou mais nítidas as feições dos estratos e ritmos temporais, suas sobreposições e entrecruzamentos.²⁰ O discernimento de níveis da realidade de

18 Para uma crítica mais detalhada, ver MARQUES, Leonardo. Para além do grande despertar ambiental: visões da natureza humana e extra-humana na história econômica e social. In: TURIN, R., LOWANDE, W. *Antropoceno: perspectivas historiográficas*. Rio de Janeiro: NAU, 2024; BONNEUIL, Christophe; FRESSOZ, Jean-Baptiste. *O acontecimento Antropoceno: A Terra, a história e nós*. São Paulo, SP: Quina, 2024. p. 65.

19 AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. *Braudel, o mundo e o Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 64.

20 MARQUESE, Rafael de Bivar; SILVA JÚNIOR, Waldomiro Lourenço. Tempos históricos plurais: Braudel, Koselleck e o problema da escravidão negra nas Américas. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 11, n. 28, 8 dez. 2018.

longa, média e curta duração e a identificação de sincronidades não-síncronas são procedimentos complementares, não alternativos, mas em sentido diferente do que Arrighi identificou em Marx e Braudel quanto ao capitalismo.

A imbricação entre produção e o nexos reprodutivo do capital em escala sistêmica é resultante de uma contingência histórica, i.e., o capitalismo passa a operar dessa forma na realidade concreta, em um dado momento da história; logo, as concepções se ajustam. Trata-se de um constructo de natureza *ontológica*, proveniente da própria realidade em um contexto específico. No caso das concepções de tempo de Braudel e Koselleck, o que existe é uma aproximação complementar sobre a dinâmica temporal em geral, que serve de referência para a produção de conhecimento sobre diferentes períodos. É um construto de natureza *epistemológica*, que incide, de forma holística, sobre nossas formas de conhecimento da realidade.

As múltiplas temporalidades do escravismo atlântico

Aqui voltamos ao tema da escravidão. Uma forma relativamente simples de equacionar alguns problemas e entraves para o avanço na compreensão da morfologia da escravidão consiste em diferenciar ‘estrutura’ e ‘sistema’. Quando os autores de *Escravidão e Política* afirmam que os “dois sistemas atlânticos da modernidade coexistiram como duas estruturas temporais singulares”²¹, nós perdemos algo. Ganhamos Koselleck na sincronidade, mas perdemos Braudel na pluralidade. Estrutura diz respeito a **uma** dimensão temporal. A dimensão do tempo longo, da reiteração. *Sistema como estrutura* achata o tempo histórico. O sistema, qualquer que seja, mais propriamente, é a presentificação incessante de múltiplos tempos. Não é **um** tempo e sim a formação de unidades espaço-temporais.

Em outro lugar, inspirando-se na teoria dos sistemas de Niklas Luhmann, um dos autores do presente artigo sustenta que os *sistemas históricos* concentram e articulam múltiplos estratos e ritmos de tempo, sendo formados tanto por padrões reiterados e esquemas que lhe conferem estabilidade, convergindo para a longa duração (estruturas), quanto por dinâmicas que permitem a sua criação e reprodução no nível da conjuntura e do evento, sua *autopoiese*.²²

Uma das vantagens desse raciocínio é perceber que as estruturas frequentemente antecedem e sobrevivem de variadas formas aos próprios sistemas ou às suas reconfigurações. Não apenas são peças de engrenagens espe-

21 KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014. p. 54.

22 SILVA JR., Waldomiro Lourenço. A unidade do escravismo atlântico por sua cultura jurídica-mundo. *Varia História*, v. 40, jan./dez. 2024 (no prelo).

cíficas, como configuram correias de transmissão de uma época a outra, de um local a outro. Assim, estruturas da escravidão mediterrânica/ibérica ainda se faziam presentes no Império do Brasil, mesmo depois da redefinição da *autopoiese* do sistema com o fechamento do tráfico transatlântico. Do mesmo modo, estruturas provenientes do passado da escravidão, que não mais existe como sistema, sobrevivem na reprodução das desigualdades no mundo atual.

Sob essa perspectiva, ao explorarmos a morfologia do escravismo Atlântico, mergulhamos nas profundezas do tempo e do espaço, percorrendo uma complexa trama de processos históricos singulares e entrelaçados. Ao buscarmos traçar as linhas tortas do tempo da escravidão no Atlântico, não apenas enriquecemos nosso entendimento desse sistema histórico, como também lançamos um olhar sobre a própria natureza do conhecimento histórico.

Referências

- AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. *Braudel, o mundo e o Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro; São Paulo: Contraponto; Ed. UNESP, 2006.
- BERBEL, Márcia Regina; MARQUESE, Rafael de Bivar; PARRON, Tâmis. *Escravidão e política: Brasil e Cuba, c. 1790-1850*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2010.
- BERBEL, Márcia Regina; MARQUESE, Rafael B.; PARRON, Tâmis P. *Slavery and Politics: Brazil and Cuba, 1790-1850*. Tradução Leonardo Marques. Reprint edition. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2016.
- BONNEUIL, Christophe; FRESSOZ, Jean-Baptiste. *O acontecimento Antropoceno: a Terra, a história e nós*. São Paulo, SP: Quina Editora, 2024.
- BRAUDEL, Fernand. Geo-história: a sociedade, o espaço e o tempo. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 22, p. 612-639, jun. 2015.
- DOURADO, Elisa Michahelles. *A Alemanha e o Atlântico na Época Moderna (c. 1450-1750): Mercadorias, crédito e conhecimento*. 2021. 148 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.
- FERGUSON, Sue; BHATTACHARYA, Tithi; FARRIS, Sara R. Social Reproduction Feminisms. In: SKEGGS, Beverley et al. (org.). *The SAGE Handbook of Marxism*. Thousand Oaks: SAGE, 2022. p. 45-67.

- FRASER, Nancy. *Capitalismo canibal: como nosso sistema está devorando a nossa democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito disso*. São Paulo: Autonomia Literária, 2024.
- GINZBURG, Carlo; CAROTTI, Federico. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2006.
- MARQUES, Leonardo. A América colonial e a história das mercadorias: a pluralidade de tempos no capitalismo histórico. *Esboços*, v. 28, n. 49, p. 772-812, 2021.
- MARQUES, Leonardo. Slavery and Capitalism. In: SKEGGS, Beverley et al. (org.). *The SAGE Handbook of Marxism*. Thousand Oaks: SAGE, 2022.
- MARQUES, Leonardo. Para além do grande despertar ambiental: visões da natureza humana e extra-humana na história econômica e social. In: TURIN, R., LOWANDE, W. *Antropoceno: perspectivas historiográficas*. Rio de Janeiro: NAU, 2024.
- MARQUESE, Rafael de Bivar; SALLES, Ricardo. A escravidão no Brasil oitocentista: história e historiografia. In: SALLES, Ricardo; MARQUESE, Rafael de Bivar (org.). *Escravidão e Capitalismo Histórico no Século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- MARQUESE, Rafael de Bivar; SILVA JÚNIOR, Waldomiro Lourenço. Tempos históricos plurais: Braudel, Koselleck e o problema da escravidão negra nas Américas. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 11, n. 28, 8 dez. 2018.
- MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo (org.). *A segunda escravidão e o império do Brasil em perspectiva histórica*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2020.
- SIMON, Zoltán Boldizsár; TAMM, Marek. *The fabric of historical time*. Cambridge, United Kingdom; New York, NY: Cambridge University Press, 2023.
- SILVA JR., Waldomiro Lourenço. A unidade do escravismo atlântico por sua cultura jurídica-mundo. *Varia História*, v. 40, jan./dez. 2024 (no prelo).
- TOMICH, Dale W. *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial*. São Paulo: Edusp, 2011.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System II: Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600–1750*. Berkeley: University of California Press, 2011.

Parte 2 – Sistemas, tempos e espaços

A Economia-mundo e a rizicultura colonial. O todo e as partes em uma pesquisa sobre o arroz

*Alberto Camargo Portella*¹

Marco Polo descreve uma ponte, pedra por pedra.

- Mas qual é a pedra que sustenta a ponte? – pergunta Kublai Khan.

- A ponte não é sustentada por esta ou aquela pedra – responde Marco Polo, mas pela curva do arco que estas formam.

Kublai Khan permanece em silêncio, refletindo. Depois acrescenta:

- Por que falar das pedras? Só o arco me interessa.

Polo responde:

- Sem pedras o arco não existe.²

Todo pesquisador tem autonomia e liberdade para determinar o seu objeto de estudo, o problema a ser analisado e o quadro teórico-metodológico necessário para a correta avaliação dos documentos legados pelo passado. A partir disso surge uma profusão de temas, com espaços e cronologias variadas, ligada ao interesse de cada autor, às preocupações de seu presente imediato³.

Esse é um motivo evidente da especialização que toma conta de nosso campo, sem que isso prefigure um julgamento de valor. Afinal de contas, mesmo com temáticas circunscritas temporal e espacialmente, qualquer pesquisa será bem executada se não desconsiderar as necessárias relações e mediações existentes entre os fatos sociais e entre os seus atores, buscando relacionar estruturas de maior duração e eventos mais particulares. E é justamente o modo de discernir as relações, oferecido e moldado pela teoria e metodologia adotadas, que garante o diálogo entre nós historiadores.

Para atingir tal discernimento em cada uma de nossas pesquisas, uma etapa teórico-metodológica relevante é a determinação da unidade de análise e da unidade de observação, diferenciação essencial para que as relações e mediações fiquem evidentes e o diálogo possa existir. Aí vemos a construção

1 Doutorando em História Social pelo PPGHS-USP.

2 CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990 [versão Kindle].

3 Ver BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 59-60.

da análise entre as partes e o todo em que o jogo analítico não é finalizado na mera enumeração dos participantes, mas busca compreendê-los enquanto mutuamente construídos.⁴

Como na conversa entre Kublai Khan e Marco Polo, em *As cidades invisíveis* de Italo Calvino, não devemos apenas mirar nas pedras ou no arco por elas formado para compreender a estrutura da ponte, e sim na relação entre esses aspectos configurando a totalidade e suas partes. E é justamente a definição do método e teoria que proporciona uma visão sobre tal relação e garante a inteligibilidade entre nossos estudos. Isso torna possível a um pesquisador da escravidão nas Américas do século XVIII dialogar com quem analisa o fortalecimento das burguesias no final da Idade Média. Ainda que as particularidades temáticas nos sejam estranhas e não tenhamos domínio sobre cada uma delas, o modo de encarar a relação entre as partes e a totalidade, bem como o estabelecimento de mediações, garante uma arena comum de discussão e diálogo, uma arena em que aspectos teóricos e metodológicos prevalecem.⁵

É com tais assertivas em vista que considerarei de que forma minha pesquisa baseou-se em diversas discussões engendradas em nosso laboratório, capazes de criar um chão-comum para nosso diálogo. Demonstrarei parte do aporte a ela oferecido em nossas leituras dos últimos anos.

Avaliar o processo de diversificação agrícola na América portuguesa em fins do século XVIII ou utilizar as fontes do reformismo ilustrado para compreender as propostas reformistas portuguesas no mesmo período, tais objetivos já foram atingidos de diferentes formas na historiografia. Assim definidos, não comportariam novidades capazes de delimitar um novo problema como objeto de estudo.⁶

Todavia, ao vislumbrar aquela diversificação, escolhendo o caso do arroz, alguns problemas felizmente surgiram. Como compreender o desenvolvimento da cultura comercial de arroz na América portuguesa em fins dos Setecentos? De que modo o reformismo ilustrado português utilizou o conhecimento de outros quadrantes do mundo atlântico tendo em vista aquele cultivo e suas características? Para além dos novos questionamentos, o quadro

4 Ver, por exemplo, MCMICHAEL, Philip. *Incorporating Comparison within a World-Historical Perspective: An Alternative Comparative Method*. American Sociological Review, v. 55, n. 3, p. 385-397, 1990. p. 391-392.

5 Para considerações próximas a essas, sobre inteligibilidade no trabalho do historiador, consultar BLOCH, *op. cit.*, p. 137-138. Ainda no que tange à inteligibilidade, mas em uma abordagem sobre a criação de novos centrismos no fazer historiográfico, consultar CONRAD, Sebastian. Posicionalidade e abordagens centradas. In: CONRAD, Sebastian. *O que é história global?* Lisboa: Edições 70, 2019. p. 198 e 211.

6 Consultar, por exemplo, as obras clássicas de ARRUDA, José Jobson de A. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980; e NOVAIS, Fernando Antonio. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2011.

teórico-metodológico definido para a pesquisa buscou inscrever tais problemas em um enquadramento próprio, capaz de oferecer novos ângulos de análise e embasar uma novidade historiográfica.

Tomando a América lusa e o cultivo comercial de arroz como uma particularidade a ser analisada – minha unidade de observação, busquei relacioná-la a uma totalidade, à economia-mundo europeia do período, aqui vista enquanto unidade de análise. Não se tratando do globo inteiro, essa última foi interpretada enquanto “[...] um fragmento do universo, um pedaço do planeta economicamente autônomo, capaz, no essencial, de bastar a si próprio e ao qual suas ligações e trocas internas conferem certa unidade orgânica”⁷. Tal unidade envolveu a própria organização de um mercado mundial de arroz e a circulação e recriação de ideias sobre a economia, ou seja, o pensamento econômico do período⁸.

A relação empreendida entre esse todo e a particularidade analisada, o arroz colonial luso-americano, revelou dois resultados diferentes, mas conectados: o cultivo do cereal em terras portuguesas e o surgimento de diversos textos e memórias agronômicas que buscaram reorganizar a realidade agrícola colonial. Mais tarde, foi preciso avaliar se e de que forma esses resultados afetaram aquelas condições iniciais, verificando a possível existência de uma recíproca determinação. Ou seja, indicamos como foi construída a rizicultura colonial portuguesa e, por sua vez, de que forma a própria economia-mundo europeia e seu mercado de arroz puderam ser reorganizados pelo advento do cultivo na América lusa e da produção literária na metrópole. Nas palavras de Sartre, a análise dos processos históricos, em seu caso relacionada a um indivíduo e seu contexto, “[...] determinará progressivamente a biografia [...], aprofundando a época, e a época, aprofundando a biografia [...]”, ideia em que encaixamos, com ajustes, nosso objeto de estudo⁹.

Quanto ao primeiro resultado, o cereal foi cultivado em diferentes partes da região luso-americana, desde terrenos na capitania do Maranhão com amplo uso de mão de obra escrava até uma produção em menor escala, muitas vezes de subsistência, em outras localidades da colônia. O grão foi parte constituinte da vida material das populações ali localizadas e, ao mesmo tempo, a presença de uma companhia monopolista nas capitanias do norte, criada pelo governo português em busca do revigoramento da produção

7 Ver BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo*. Séculos XV-XVIII: o tempo do mundo. Volume 3. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009. p. 12.

8 Sobre as mudanças no pensamento econômico luso, consultar CARDOSO, José Luís. *O pensamento econômico em Portugal nos finais do século XVIII (1780-1808)*. Lisboa: Estampa, 1989. Para uma visão do mercado mundial de arroz do período, ver COCLANIS, Peter A. Distant thunder: the creation of a world market in rice and the transformations it wrought. *The American Historical Review*, Bloomington, v. 98, n. 4, p. 1050-1078, 1993.

9 Ver SARTRE, Jean-Paul. *Questão de método*. 4. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Difel, 1979, *passim*, principalmente a p. 112.

colonial, foi mais um sinal do caráter capitalista de parte daquela produção. Nessa zona da economia atlântica, “o dinheiro, o crédito, os tráficos, as trocas” teceram uma ligação com a “margem oriental do oceano”. O cultivo comercial na América foi exemplo de atividade em que os capitalistas visaram lucros no mundo produtivo, a casa alheia citada por Braudel para aquela época, haja vista a então preferência pelos ganhos na circulação. Lucros associados depois à comercialização do cereal, principalmente no mercado português.¹⁰

Percebemos o caráter duplo do cereal, pois ao mesmo tempo em que sua produção atraiu capitais em busca de lucros, não deixou de ser um produto relacionado à vida material, provavelmente cultivado em roças de camponeses para subsistência ou venda local. Sinal claro da forma como o grão se encaixou em distintas temporalidades, uma ligada à lógica de longa duração da vida material da população, da alimentação camponesa e das técnicas de trabalho há muito estabelecidas, e outra, ao tempo da escravidão atlântica e dos empreendimentos capitalistas na América. Sem contar a necessária articulação ao mundo do consumo e às suas dinâmicas temporais, pois esse mesmo grão despontou na Europa enquanto item secundário e substitutivo e, no século XVIII, passou a desempenhar um papel fundamental na alimentação de populações pobres ou marginalizadas. O cultivo do grão ofereceu, portanto, um horizonte privilegiado para a compreensão de amplas realidades, como o consumo e os desenvolvimentos temporalmente variados da moderna economia europeia e atlântica.¹¹

10 Para a diferenciação entre vida material, economia de mercado e capitalismo, consultar BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo*. Séculos XV-XVIII: as estruturas do cotidiano. Volume 1. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 11-12; BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo*. Séculos XV-XVIII: os jogos das trocas. Volume 2. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009. p. 199-258 (a citação está na p. 237); ver também BRAUDEL, Fernand. *Uma lição de história de Fernand Braudel* – Châteauevallon, Jornadas Fernand Braudel, 18, 19 e 20 de outubro de 1985. Rio de Janeiro: Zahar, 1989, p. 115-118. Para um trabalho que abordou a produção escravista de arroz na América lusa e citou a criação de uma companhia comercial, ver BARROSO JÚNIOR, Reinaldo dos S. *Nas rotas do atlântico equatorial: tráfico de escravos rizicultores da Alta-Guiné para o Maranhão (1770 – 1800)*. 2009. 119 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009; também ALDEN, Dauril. Late colonial Brazil, 1750-1808. In: BETHELL, Leslie (org.). *The Cambridge History of Latin America*. Volume II. Colonial Latin America. 4. reimpr. Cambridge; New York; Melbourne: Cambridge University Press, 1997, p. 622-623; para outro que indicou a produção de “sitiantes”, ver HOLANDA, Sérgio B. de. O arroz em São Paulo na era colonial. In: COSTA, Marcos (org.). *Sérgio Buarque de Holanda: escritos coligidos – livro I – 1920-1949*. São Paulo: Editora Unesp; Fundação Perseu Abramo, 2011, p. 340-345. Para as exportações de arroz da América portuguesa, ver SANTOS, Corsino M. dos. Cultura, indústria e comércio de arroz no Brasil colonial. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 318, 1978. p. 56.

11 Ver COCLANIS, Peter A. The road to commodity hell: the rise and fall of the first American rice industry. In: FOLLETT, Richard; BECKERT, Sven; COCLANIS, Peter A.; HAHN, Barbada. *Plantation Kingdom: the American South and its global commodities*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2016. p. 24-26. Sobre o modo como um cultivo, ou uma *commodity*, pode oferecer considerações sobre realidades mais amplas, ver MARQUESE, Rafael de B.; MARQUES, Leonardo. Ouro, café e escravos: o Brasil e a assim chamada acumulação primitiva. In: MARQUESE, Rafael de B. *Os tempos plúvris da escravidão no Brasil: ensaios de História e Historiografia*. São Paulo: Intermeios, 2020; tam-

Por outro lado, um resultado distinto, mas ainda assim relacionado, foi o surgimento de uma produção memorialística dedicada a assuntos agrícolas. Como efeito daquele enquadramento mais amplo, as memórias buscaram rever a realidade colonial e racionalizar parte das atividades agrícolas existentes no Império português, em um momento de evidente crise econômica. As práticas de outros locais do mundo atlântico serviram como parâmetros discursivos para a reforma, algo expresso na tradução de memórias agrícolas, originalmente escritas em francês e inglês, pela conhecida Tipografia do Arco do Cego, empreendimento editorial coordenado por Frei Veloso e dom Rodrigo de Sousa Coutinho na metrópole lusa.¹²

Esse desenvolvimento também surgiu em meio aos tempos da colonização americana, mais um sinal da dinâmica relação com temporalidades distintas. As ideias e práticas pensadas para a América lusa levaram em conta a existência de seus similares em locais colonizados, por exemplo, pelos poderes do norte europeu. Ideias sobre a agricultura e a necessidade de reformas no mundo francês ou britânico serviram como modelos do que poderia ser melhorado e emulado no Império português. Exemplo da convivência em uma mesma época de realidades com cronologias distintas, fundadas em experiências coloniais díspares, evidenciando o que Koselleck determinou como a “contemporaneidade do não-contemporâneo”.¹³

Nesse caso, é preciso considerar o fato de a colonização europeia nas Américas não ter sido um processo unívoco e sem tensões entre os próprios poderes coloniais. Uma delas pôde aparecer na própria cronologia dos eventos. Se os ibéricos iniciaram seus empreendimentos no século XV, por meio da conquista e posterior colonização dos territórios do Novo Mundo, os poderes do norte europeu, principalmente a França, Inglaterra e os Países Baixos, aqui se estabeleceram mais tarde. Tal clivagem temporal persistiu no século XVIII,

bém MARQUES, Leonardo; ROCHA, Gabriel de A. A história ambiental do capitalismo no mundo colonial, séc. XV ao XIX. *Tempo*, Niterói, v. 28, n. 1, p. 145-159, 2022. p. 152. Para o argumento da temporalidades, ver BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a Longa Duração. In: BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014, p. 41-78.

12 Para um resumo das atividades reformistas, ver POMBO, Nívia. *Dom Rodrigo de Sousa Coutinho: pensamento e ação político-administrativa no Império Português (1778-1812)*. São Paulo: Hucitec, 2015, p. 196-210; sobre as traduções, ver HARDEN, Alessandra R. de O. Os tradutores da Casa do Arco do Cego e a ciência iluminista: a conciliação pelas palavras. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, v. 50, n. 2, p. 301-320, 2011; sobre a crise, ver MENZ, Maximiliano M. Reflexões sobre duas crises econômicas no Império Português (1688 e 1770). *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 29, n. 49, p. 35-54, 2013; sobre os discursos e a reforma agrícola aqui citados e também nos próximos dois parágrafos, ver um resumo em PORTELLA, Alberto C. *O arroz colonial no reformismo ilustrado português (1750-1808)*. 2023. 262 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023, principalmente as p. 66-191.

13 Ver BERBEL, Márcia; MARQUESE, Rafael de B.; PARRON, Tâmis. *Escravidão e política: Brasil e Cuba, c. 1790-1850*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2010. p. 27-93; também KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006. p. 317.

mas com sinais inversos, pois a partir de então os discursos sobre atraso postavam portugueses e espanhóis em uma posição inferior e dependente em relação àqueles seus vizinhos. A agricultura de forma geral foi um tópico em que o conhecimento do norte foi entendido como instrutivo para as reformas em Portugal.¹⁴

Dessa forma, se o arroz colonial no âmbito do reformismo ilustrado português, envolvendo tanto o cultivo como a produção literária agrícola, foi o resultado de condições ditadas por uma realidade vinculada à economia-mundo europeia, isso ofereceu novas reflexões. Por um lado, apesar de não ser ampla, a produção comercial luso-americana deslocou o mercado português, ao menos por um tempo, das mãos de fornecedores italianos e britânicos de arroz. Por outro lado, o desenvolvimento dos textos encontrou uma realidade cristalizada, para a qual procurou encetar mudanças. Contudo, ao postularem transformações que iam de encontro à realidade natural e socioeconômica da colônia, tais textos se mostraram pouco eficientes. Algumas das ideias não foram úteis à prática agrícola luso-americana, pois eram contrárias à organização laboral aqui existente, baseada na escravidão de africanos e afrodescendentes. Mesmo demonstrando uma clivagem de práticas e ideias entre metrópole e colônia, ainda assim as memórias foram indiscutivelmente um resultado intelectual marcante das reformas ilustradas pombalinas e pós-pombalinas.¹⁵

Tais argumentos trazem algumas respostas a nossos apontamentos iniciais, a partir das ideias sobre a convivência de temporalidades e as visões sobre a organização econômica que englobou a produção, o comércio e o consumo do grão – uma economia-mundo europeia em desenvolvimento. Se a escolha do arroz comportou uma novidade historiográfica, a proposta metodológica e teórica supriu uma abordagem capaz de relacionar o todo e as partes, analisando como ambos se determinaram no processo.¹⁶

14 Ver BERBEL, Márcia; MARQUESE, Rafael de B.; PARRON, *op. cit.*, p. 27-93; também PAULINO, Mariana F. *A semântica do tempo no discurso de reformistas ilustrados sobre as Américas ibéricas* (c. 1750 – c. 1807). 2020. 294 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020, principalmente as p. 31-197.

15 Conferir HAWTHORNE, Walter. *From Africa to Brazil: culture, identity, and an Atlantic slave trade, 1600-1830*. New York: Cambridge University Press, 2010; ALDEN, Dauril. Late colonial Brazil, 1750-1808. In: BETHELL, Leslie (org.). *The Cambridge History of Latin America*. Volume II. Colonial Latin America. 4. reimp. Cambridge; New York; Melbourne: Cambridge University Press, 1997. p. 639-641. O arado, por exemplo, não se coadunava à realidade luso-americana. Ver alguns motivos em HOLANDA, Sérgio B. de. Do chugo ao arado. In: HOLANDA, Sérgio B. de. *Caminhos e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 204-208; também GORENDER, Jacob. Leis da rigidez da mão de obra escrava. In: GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 6. ed. São Paulo: Expressão Popular; Perseu Abramo, 2016. p. 249-274.

16 Como sugeriu McMichael, “[...] totality is a conceptual procedure, rather than an empirical or conceptual premise. It is an imminent rather than a *prima facie* property in which the whole is discovered through analysis of the mutual conditioning of parts [...]” – MCMICHAEL, *op. cit.*, p. 391.

Como nos alertou Fernand Braudel, longe de pensar em “uma única e simples corrente” a determinar os eventos e processos históricos, devemos levar em conta a realidade “com mil velocidades, com mil lentidões” e, acredito, com centenas de facetas. Engendrada na relação entre todo e parte, é tal pluralidade que nos guia à compreensão da história em seu caráter total, perspectiva que deve figurar em nosso horizonte de pesquisa para atenuar simplificações analíticas e cortes arbitrários da realidade.¹⁷ Da forma indicada por Marc Bloch,

[...] A ciência decompõe o real apenas a fim de melhor observá-lo, graças a um jogo de fogos cruzados cujos raios constantemente se combinam e interpenetram. O perigo começa quando cada projetor pretende ver tudo sozinho; quando cada canto do saber é tomado por uma pátria.¹⁸

Compreender e demonstrar a mútua determinação entre um todo e suas partes foi uma forma de evitar aquele perigo. As relações que “constantemente se combinam e interpenetram” foram um meio de compreender as mediações, tendo em nosso foco o desenvolvimento da rizicultura colonial portuguesa. E são justamente essas discussões, sobre método e teoria, que oferecem uma possibilidade de diálogo dentro do nosso campo profissional.

Referências

- ALDEN, Dauril. Late colonial Brazil, 1750-1808. In: BETHELL, Leslie (org.). *The Cambridge History of Latin America*. Volume II. Colonial Latin America. 4. reimp. Cambridge; New York; Melbourne: Cambridge University Press, 1997.
- ARRUDA, José Jobson de A. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980.
- BARROSO JÚNIOR, Reinaldo dos S. *Nas rotas do atlântico equatorial: tráfico de escravos rizicultores da Alta-Guiné para o Maranhão (1770 – 1800)*. 2009. 119 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

17 Ver BRAUDEL, Fernand. Posições da história em 1950. In: BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014, p. 22-25. Também BRAUDEL, Fernand. História e Sociologia. In: BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014, p. 106-108.

18 Conferir BLOCH, *op. cit.*, p. 131.

- BERBEL, Márcia; MARQUESE, Rafael de B.; PARRON, Tâmis. *Escravidão e política: Brasil e Cuba, c. 1790-1850*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2010.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BRAUDEL, Fernand. *Uma lição de história de Fernand Braudel* – Châteauevalon, Jornadas Fernand Braudel, 18, 19 e 20 de outubro de 1985. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo. Séculos XV-XVIII: as estruturas do cotidiano*. Volume 1. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo. Séculos XV-XVIII: os jogos das trocas*. Volume 2. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo. Séculos XV-XVIII: o tempo do mundo*. Volume 3. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a Longa Duração. In: BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014. p. 41-78.
- BRAUDEL, Fernand. História e Sociologia. In: BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014. p. 106-108.
- BRAUDEL, Fernand. Posições da história em 1950. In: BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014. p. 22-25.
- CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990 [versão Kindle].
- CARDOSO, José Luís. *O pensamento econômico em Portugal nos finais do século XVIII (1780-1808)*. Lisboa: Estampa, 1989.
- COCLANIS, Peter A. Distant thunder: the creation of a world market in rice and the transformations it wrought. *The American Historical Review*, Bloomington, v. 98, n. 4, p. 1050-1078, 1993.
- COCLANIS, Peter A. The road to commodity hell: the rise and fall of the first American rice industry. In: FOLLETT, Richard; BECKERT, Sven; COCLANIS, Peter A.; HAHN, Barbada. *Plantation Kingdom: the American South and its global commodities*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2016.
- CONRAD, Sebastian. Posicionalidade e abordagens centradas. In: CONRAD, Sebastian. *O que é história global?* Lisboa: Edições 70, 2019.

- GORENDER, Jacob. Leis da rigidez da mão de obra escrava. In: GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 6. ed. São Paulo: Expressão Popular; Perseu Abramo, 2016.
- HARDEN, Alessandra R. de O. Os tradutores da Casa do Arco do Cego e a ciência iluminista: a conciliação pelas palavras. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, v. 50, n. 2, p. 301-320, 2011.
- HAWTHORNE, Walter. *From Africa to Brazil: culture, identity, and an Atlantic slave trade, 1600-1830*. New York: Cambridge University Press, 2010.
- HOLANDA, Sérgio B. de. Do chuçó ao arado. In: HOLANDA, Sérgio B. de. *Caminhos e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- HOLANDA, Sérgio B. de. O arroz em São Paulo na era colonial. In: COSTA, Marcos (org.). *Sérgio Buarque de Holanda: escritos coligidos – livro I – 1920-1949*. São Paulo: Editora Unesp; Fundação Perseu Abramo, 2011.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.
- MARQUES, Leonardo; ROCHA, Gabriel de A. A história ambiental do capitalismo no mundo colonial, séc. XV ao XIX. *Tempo*, Niterói, v. 28, n. 1, p. 145-159, 2022.
- MARQUESE, Rafael de B.; MARQUES, Leonardo. Ouro, café e escravos: o Brasil e “a assim chamada acumulação primitiva”. In: MARQUESE, Rafael de B. *Os tempos plurais da escravidão no Brasil: ensaios de História e Historiografia*. São Paulo: Intermeios, 2020. p. 105-132.
- MCMICHAEL, Philip. Incorporating Comparison within a World-Historical Perspective: An Alternative Comparative Method. *American Sociological Review*, v. 55, n. 3, p. 385-397, 1990.
- MENZ, Maximiliano M. Reflexões sobre duas crises econômicas no Império Português (1688 e 1770). *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 29, n. 49, p. 35-54, 2013.
- NOVAIS, Fernando Antonio. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2011.
- PAULINO, Mariana F. *A semântica do tempo no discurso de reformistas ilustrados sobre as Américas ibéricas (c. 1750 – c. 1807)*. 2020. 294 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.
- POMBO, Nívia. *Dom Rodrigo de Sousa Coutinho: pensamento e ação político-administrativa no Império Português (1778-1812)*. São Paulo: Hucitec, 2015.

- PORTELLA, Alberto C. *O arroz colonial no reformismo ilustrado português (1750-1808)*. 2023. 262 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.
- SANTOS, Corsino M. dos. Cultura, indústria e comércio de arroz no Brasil colonial. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 318, 1978.
- SARTRE, Jean-Paul. *Questão de método*. 4. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Difel, 1979.

A semântica histórica da experiência e as categorias de análise de Koselleck no estudo das dinâmicas de transição em grandes potências

Alexandre Moreli

Açores, Lisboa, Natal, Rio de Janeiro, Bolama, São Tomé e Príncipe, Ilhas de Cabo Verde, Cabinda, Luanda, Lobito, Lourenço Marques, Beira, Porto Amélia, Goa, Damão, Diu, Macau e Timor

A menção a tal alinhamento de possessões e portos espalhados pelas Américas, Europa, África, Ásia e Oceania serviu, durante séculos, para ilustrar a extensão global do Império português e sua capacidade de apoiar a exploração marítima mundial. Sem surpresa, durante a Segunda Guerra, tais territórios teriam sua importância renovada. Não, porém, pelas razões que poderiam parecer mais evidentes, como para contribuir com o próprio esforço de guerra ou com as batalhas marítimas. Discutidos em segredo absoluto pelos ainda hoje pouco conhecidos *Post-War Planning Committees* dos Estados Unidos e do Reino Unido, ou seja, pelos Comitês britânico e americano de Planejamento de Pós-guerra que funcionaram entre 1942 e 1945, tais espaços reemergiam, na verdade, como vitais para a exploração global do futuro. Duas novidades eram, contudo, tanto seu original valor para a aviação quanto a disputa anglo-americana pelo seu controle.

Levando em conta tais interesses, mas, sobretudo, o fato de que os referidos Comitês criaram um momento de reflexão sobre o pós-guerra e o futuro exatamente no período em que o conflito atingia seu ápice, esta proposta avalia as possibilidades de recurso às provocações de Reinhart Koselleck sobre tempos históricos para estudá-los. Mais particularmente, buscam-se novos meios de análise das relações e sobreposições entre a experiência do conflito e a expectativa de paz que contextualizaram a disputa anglo-americana pelo porvir do que restava do império português naqueles anos.

Para além de serem um objeto ainda pouco estudado pela historiografia, as análises de tais Comitês têm se feito sobretudo a partir das lentes da His-

tória Política e Militar.¹ Através das referidas propostas teóricas de Koselleck, entretanto, parece surgir um enorme potencial para que revelem, antes mesmo de os canhões silenciarem, um entendimento da guerra como contendo vários passados. Ainda sob um crivo kosellequiano, surgem igualmente tais Comitês como observatórios de um futuro que a desejada vitória poderia proporcionar. Em todas essas possibilidades, escapa-se aos clássicos e hegemônicos cortes cronológicos que utilizam o ano de 1945 como de suposto fim de uma totalidade de processos históricos e início de diferentes outros ligados à paz, quando não à Guerra Fria. Evita-se, assim, ademais, submeter a pluralidade dos tempos históricos ao jugo de um simples ato de armistício.

O que foram tais Comitês de Planejamento sobre o futuro? As propostas kosellequianas são de alguma valia para estudá-los? Conseguimos, através das propostas teórico-metodológicas do historiador alemão, entender as relações e os sentidos de evolução dos processos de declínio dos impérios britânico e português e de ascensão da potência americana presentes nos Comitês? Sobretudo, as atividades de tais Comitês ensinam algo sobre as relações entre esses processos? Sobre sua complementaridade ou rivalidade? Tais questões surgem, neste texto, como desafios a serem enfrentados, mas, sobretudo, como sugestões programáticas para historiadores das relações internacionais estudarem as relações dialógicas entre a guerra e as comunidades políticas, econômicas e culturais nela envolvidas.

A semântica histórica da experiência e as categorias de análise kosellequianas

Seguindo, portanto, as lições de Koselleck, lançaremos mão de um exercício de articulação dos entendimentos de presente e futuro registrados em documentos oficiais confidenciais dos Comitês de Planejamento de Pós-guerra de dois dos governos beligerantes da Segunda Guerra Mundial em íntima relação no período: o americano e o britânico. No mesmo estudo, será proposta uma análise de compreensão da realidade passada das relações anglo-americanas manifestada nesses registros a partir do emprego das categorias meta-his-

1 Sobre o caso da Segunda Guerra Mundial, ver: SHERRY, M. *The Rise of American Air Power. The Creation of Armageddon*. New Haven: Yale University Press, 1987; LEFFLER, M. *A Preponderance of Power. National Security, the Truman Administration, and the Cold War*. Stanford: Stanford University Press, 1992; STOLER, M. *Allies and Adversaries. The Joint Chiefs of Staff, the Grand Alliance, and U.S. strategy in World War II*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2000; LEWIS, J. *Changing Direction. British Military Planning for Post-War Strategic Defense, 1942-1947*. 2. ed. Nova Iorque: Routledge, 2005.

tóricas de “espaço de experiência” (ou *Erfahrungsraum* na expressão original de Koselleck) e de “horizonte de expectativa” (ou *Erwartungshorizont*).²

Apesar de os objetos históricos estarem embebidos em um evento trágico e traumático, ressalta-se que não serão as categorias de análise a nos permitir acessar a realidade histórica, os acontecimentos ou fatos circunscritos cronologicamente entre os anos finais da guerra. Elas servirão, na verdade, para nossa compreensão da realidade passada ao nos permitir expor aspectos ainda não acessados nas experiências dos referidos Comitês.

Não sendo categorias alternativas (como podem ser “senhor e escravo” ou “amigo e inimigo”), mas dependentes (“não se pode ter um sem o outro”), como lembra Koselleck,³ elas se apresentam particularmente interessantes para uma análise das intensas experiências de planejamento de um pós-guerra que foi produzido durante a própria guerra. Constituintes de categorias que nos possibilitam entender distintas possibilidades de “ser” e, como lembra o historiador alemão, das tensões que resultam dessas diferenças, elas nos permitem alcançar diversos entendimentos de tempos históricos para os agentes americanos e britânicos naquele presente incrustado entre 1942 e 1945. Ademais, ao apresentarem o potencial de indicar uma condição humana universal (todos *experimentam* e *esperam* em suas vidas), elas permitem encontrar novos sentidos e relativizar narrativas históricas que entendem ter sido original (e exclusiva) a experiência imediata da guerra. Enredam-se, assim, passado e futuro naquele presente beligerante.

Faz-se importante, como consequência, não analisar esse momento passado apenas através do entendimento que os contemporâneos tinham de suas ações e ambições, como se pudessem ser medidas de forma equivalente. As categorias de “experiência” e “expectativa” não coordenam passado e futuro; não nos sistematizam um simples tipo de manifestação instantânea de um agente histórico; não são semelhantes. A qualidade efêmera da “experiência”, em nosso caso, refere-se ao entendimento do que a guerra, como síntese, havia, ou não, transformado, manifestado no instante em que surge a decisão e a ordem para que os referidos Comitês lancem seus trabalhos. A expectativa, diferentemente, não pode ser assim finita. Ela é complexa e se projeta sobre o futuro e sobre seus copiosos momentos temporais. Em realidade, o fato de novos eventos da guerra, ou seja, de novas “experiências” continuarem a surgir após o início dos trabalhos dos Comitês não invalida a possibilidade de se entender que novas “expectativas” surgiam, sendo até mesmo possível notar sua evolução, produzindo uma história sobre futuros.

2 KOSELLECK, R. *Futuro Passado*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006 [1979]. p. 15-16, p. 305 e p. 309-314.

3 KOSELLECK, *op. cit.*, p. 307.

Em suma, cabe salientar não haver imediatismo e singularidade total nos fenômenos do planejamento de pós-guerra ou mesmo da experiência do guerrear. Há processos e dinâmicas que, naqueles instantes, manifestam-se sem serem percebidas pelos atores históricos, guiando-os apesar deles mesmos. Ao se lançar mão de tal sensibilidade, escapa-se à cronologia natural e valorizam-se os tempos históricos, o que apenas preenche com mais cores os objetos do planejamento de pós-guerra.

Finalmente, tomaremos a guerra como um evento “de significado estrutural”, ainda segundo Koselleck.⁴ De fato, dado o nosso nível de investigação, interessados nas manifestações e repercussões dos Comitês, tomaremos a própria conjuntura totalizante da Segunda Guerra Mundial como de maior extensão temporal e de síntese dos constrangimentos das ações de seus integrantes. Seriam, então, na verdade, as atividades dos Comitês “eventos” em diálogo com os condicionantes impostos por um conflito bélico claramente moldado pela fase avançada da era industrial (a tecnologia atômica sendo mais um estágio acelerador do tempo histórico). Ademais, trata-se de um evento, a guerra, marcado pelo radicalismo da condição humana, com a característica de expor as mais profundas entranhas de processos históricos que, em sua ausência, podem escapar a uma investigação histórica desavisada. É um fenômeno que destaca e potencializa a consciência histórica dos atores ao mesmo tempo em que ressalta as estruturas que os constroem. Tal entendimento complementar do que seria um conflito armado entre entidades políticas é importante para uma mais pormenorizada análise da guerra como um espaço de experiência.

Cabe, então, através dos referidos Comitês, estudar o peso das articulações temporais das dimensões do passado e do futuro na dinâmica da saída de guerra e das preparações para ela vindas de centros de poder como Washington e Londres. Ainda que o “espaço de experiência” da guerra aparente estar limitado cronologicamente, ele articula diversas temporalidades e processos, como o da decadência das formas imperiais de se organizar comunidades políticas ou ainda o da aceleração da industrialização e da urbanização.

Sobre agências e constrangimentos

Durante os momentos turbulentos da eclosão da guerra na Europa, em 1939, a Península Ibérica optou pela neutralidade, apesar de viver sob regimes inspirados no fascismo. Não obstante o patrocínio inicial de tal posição, o governo britânico nunca permaneceu tranquilo. Para muitos em Londres, mais do que apenas um território europeu, a região era um meio de projetar

4 KOSELLECK, *op. cit.*, p. 133-141.

poder sobre o Atlântico lusófono e hispanófono, incluindo o norte e o sul do oceano, bem como os continentes americano e africano.⁵

Tomando essas áreas e populações como pertencentes à sua zona de influência, os cenários de guerra considerados pelas autoridades em Londres foram os de Portugal e Espanha eventualmente entrando no conflito ou sendo invadidos pelos alemães. Essas preocupações aumentaram com a queda da França e levaram a negociações para reforçar a neutralidade já em 1941, como com Lisboa sobre a evacuação do gabinete do ditador Oliveira Salazar para o arquipélago dos Açores em caso de invasão da capital.⁶ Meses depois, ainda que a entrada dos Estados Unidos no conflito tenha trazido algum alívio ao esforço de guerra britânico, ela se tornou, também, uma preocupação adicional nas avaliações de Londres sobre a manutenção de sua projeção sobre o Atlântico.

Entre as muitas discussões sobre estratégia comum na conferência anglo-americana realizada entre dezembro de 1941 e janeiro de 1942, logo após Pearl Harbor, tomou-se uma importante decisão sobre as responsabilidades pelos assuntos portugueses e pelo espaço atlântico. O presidente americano, o primeiro-ministro britânico e os seus chefes de Estado-Maior discutiram, então, a grande importância das zonas lusófonas e, em particular, de arquipélagos atlânticos, como os Açores e Cabo Verde, para a proteção dos comboios Aliados de suprimentos que atravessavam o oceano. No entanto, por falta de meios para levar a cabo diversas operações militares simultaneamente, decidiram proteger apenas a rota mais ao norte do Atlântico (e assim escudar a Islândia e a Irlanda do Norte) e não as ilhas portuguesas.⁷

Mais importante ainda foi a decisão de nada alterar quanto ao entendimento de Portugal como parte da esfera de influência britânica. O governo de Washington deu seu explícito acordo nesse sentido, deixando com o governo de Londres a responsabilidade geral pela condução dos assuntos internacionais Aliados relativos a Lisboa. No rescaldo de Pearl Harbor, os americanos ocupavam-se de uma estratégia global em que o Oceano Pacífico ganhava importância. Nesse contexto, e para evitar o agravamento dos conflitos já existentes entre o Estado-Maior Americano (*Joint Chiefs of Staff* – JCS) e o Estado-Maior Britânico (*Chiefs of Staff* – COS) sobre a condução da guerra,

5 STONE, G. *The Oldest Ally: Britain and the Portuguese Connection, 1936-1941*. Suffolk: The Royal Historical Academy, 1994. p. 157-181.

6 TELO, A. *Portugal na Segunda Guerra*. Lisboa: Perspectivas e Realidades, 1987. p. 325-329. Para o caso espanhol, ver: TUSSEL, J. Franco. *España y la II Guerra Mundial*. Entre el Eje y la neutralidad. Madrid: Temas de Hoy, 1995.

7 National Archives of the United Kingdom (doravante NAUK). CAB 121/150. Washington War Conference between the UK and the USA, December 1941-January 1942. Record of the CCS Meetings, 24 et 26/12/41 and Record of the 9th Meeting, 1/12/42.

o governo dos Estados Unidos decidiu não desenvolver estudos relativos à utilização de territórios sob domínio português.⁸

Apesar da decisão, a desconfiança americana quanto à estratégia global britânica perdurou. Segundo Mark Stoler, essa percepção estava embutida em uma verdadeira “anglofobia”, que remontava à Grande Guerra.⁹ A atitude do governo americano relativamente aos territórios portugueses evitava então acrescentar uma tensão adicional às relações anglo-americanas, permitindo a Washington concentrar os seus esforços no reforço das escoltas dos comboios transatlânticos. Considerando também a prioridade em se evitar a dominação alemã da Europa, bem como a sobrevivência da Grã-Bretanha como parte crítica de tal estratégia, as preocupações de guerra prevaleceram, colocando a vitória contra o Eixo como objetivo máximo e praticamente exclusivo daquele instante. A linha divisória entre o presente e o futuro era então demasiado larga para que surgissem visões de um mundo remodelado.

Os britânicos, por sua vez, continuaram a conduzir conversações secretas com os portugueses ao longo de 1942, ajudando-os a desenvolver um sistema de proteção militar para as ilhas atlânticas.¹⁰ Contudo, devido às deficiências técnicas de Portugal na criação e manutenção desse sistema defensivo, corria-se o risco de se desperdiçar recursos materiais e, ao mesmo tempo, persistirem as fragilidades defensivas dos arquipélagos.¹¹

“De que adiantará ter uma pista de pouso toda abastecida de combustível no meio do Atlântico se não tivermos permissão para usá-la?” perguntavam os membros da missão militar britânica responsável pelas conversas com os seus homólogos em Lisboa em 1942.¹² Além de dominar a atenção britânica sobre a guerra no Atlântico no curto prazo, tais questões reforçavam a opinião em certos círculos militares, mas também entre aqueles que começavam a se preocupar com o futuro da aviação civil internacional, de que a presença de forças britânicas no Açores era necessária.

Aeródromos e instalações aeronáuticas tornavam-se críticas para a guerra, mas também para o mundo do pós-guerra devido ao problema capital, mas ainda não resolvido, dos direitos comerciais de trânsito e de escala. De fato, à medida que os Aliados preparavam a invasão do Norte de África

8 *Ibid.* (ver, também: Franklin Delano Roosevelt Presidential Library (doravante FDRPL). Franklin Roosevelt Papers. The President's Secretary's File – caixa 152. OSS: Reports Azores Islands. Memorandum de 15/12/41, MacDonald-Donovan).

9 STOLER, *op. cit.*, p. 8, p. 21, p. 28, p. 37, p. 68.

10 NAUK. FO 371/31134. Notas de 10/3/42, War Cabinet e telegrama n° 685 de 22/4/42 Campbell-FO. FO 371/31139. Observações de 27/4/42, Roberts.

11 NAUK. FO 371/31135. Notas APP 8 (Review) de 16/9/42, War Cabinet e Télégramme C11959/80/G de 11/12/42, Strang-Campbell.

12 VINTRAS, R. *The Portuguese Connection*. The Secret History of the Azores Base. Londres: Bachman & Turner, 1974. p. 41.

(Operação *Torch*), e as suas contraofensivas afastavam os submarinos alemães (fazendo-os operar principalmente no Atlântico Norte), a ideia das ilhas como base logística no meio do oceano tornou-se crítica.¹³ Ainda mais consequente, ao longo dos meses seguintes, para a administração e os interesses comerciais em Londres, os Açores transformavam-se em um instrumento de reorganização do mundo do pós-guerra. De forma geral, os britânicos começavam a preparar uma estratégia abrangente tomando como premissa, para a proteção de seus interesses no campo da aviação, uma ação coordenada entre as forças do Império Britânico, de seus Domínios e de certos aliados, como Portugal. O que ali surgiu foi um horizonte em que não só os impérios português e britânico sobreviveriam em um futuro moldado pelo passado, mas também a cooperação histórica e privilegiada entre eles.¹⁴

No entanto, ocupar tais territórios insulares exigiria, primeiramente, considerar o preço a pagar para mudar a posição de Portugal na guerra. William Strang, chefe do Departamento Central do *Foreign Office*, onde eram tratados os assuntos portugueses, atentara para essa questão já em abril de 1942. Para ele, os britânicos só deveriam engajar com os portugueses tendo meios para compensá-los financeiramente quando buscassem se instalar militarmente na Península, no Norte de África e nas ilhas atlânticas simultaneamente, condição inexistente na altura (e que assim permaneceria durante vários meses).¹⁵ Mesmo o sucesso de *Torch* e as suas primeiras vitórias nas derradeiras semanas de 1942 não alteraram tal realidade. Embora um esboço de política geral sobre o futuro da aviação civil internacional começasse a surgir nos comités de planeamento do pós-guerra e os militares continuassem a recomendar o reforço das instalações de defesa nos Açores pelos próprios portugueses, o *War Cabinet* britânico, órgão decisório máximo no tempo da guerra, decidiu manter a neutralidade da Península como um imperativo para preservar Gibraltar até que a situação na África pudesse ser definitivamente resolvida.¹⁶

As perspectivas estavam mudando, entretanto, do outro lado do oceano. Um ano depois de Pearl Harbor, com soldados na África (esperados, em breve, na Europa), com perdas na Batalha do Pacífico provocando o bloqueio das rotas de abastecimento, mas, principalmente, com o objetivo de definir uma forma para o novo sistema de segurança internacional, Roosevelt e o JCS acabaram mudando suas visões sobre o Atlântico (norte e sul) e sobre a

13 TELO, A. *Os Açores e o controlo do Atlântico, 1898-1948*. Lisboa: Asa, 1993. p. 359-362.

14 DOBSON, A. *Peaceful Air Warfare*. The United States, Britain, and the Politics of International Aviation. Oxford: Oxford University Press, 1991. p. 130; LEWIS, J. *Changing Direction*. British Military Planning for Post-War Strategic Defense, 1942-1947. 2. ed. Nova Iorque: Routledge, 2005. p. 142.

15 NAUK. FO 371/31142. Observações de 21/4/42, Strang.

16 NAUK. FO 371/31147. Memorandum de 17/11/42, Williams ao Central Department. CAB 121/503. Memorandum 43/7 de 4/1/43, do Joint Planning Staff-GB e carta de 5/1/43, Hollis-Harrison.

aviação. Naquele momento, segundo Melvyn Leffer, o JCS já via perigo futuro vindo de “quase todos os lugares [do mundo]”.¹⁷

Esse novo entendimento, combinado com a experiência da guerra, com o fracasso da Liga das Nações, com a longa trajetória da ascendência americana e com o desenvolvimento de um capitalismo financeiro-industrial no qual as lógicas da política e do neo-mercantilismo imperiais deveriam desaparecer, criou finalmente em Washington um horizonte de expectativa diferente daquele dos britânicos em relação ao mundo do pós-guerra. Assim, não só o controle dos aeródromos permitindo a travessia do oceano tornou-se uma prioridade político-militar absoluta, mas também o destino do Mundo Atlântico de língua portuguesa.

Revelando as dinâmicas de transição em grandes potências

“Esta guerra é de um novo tipo. É diferente de todas as outras guerras do passado não apenas em seus métodos e armas, mas também em sua geografia. É uma guerra em todos os continentes, em todas as ilhas, em todos os mares, em todas as rotas aéreas do mundo”

Franklin Delano Roosevelt, 1942¹⁸

O fascínio de Roosevelt pela geografia certamente teve um impacto na forma como entendeu e decodificou o mapa do mundo durante a guerra.¹⁹ Na verdade, com a combinação do choque da depressão da década de 1930 com o ataque a Pearl Harbor, muitos americanos estavam a viver uma revolução mental: doravante considerariam todos os pontos do globo como importantes para a sua segurança e economia.²⁰ O avanço militar dos Aliados na sequência de *Torch* e as experiências de guerra acumuladas começaram a estreitar a linha separando presente e futuro, com renovados horizontes de expectativa emergindo. A administração Roosevelt começou então a imaginar como os Estados Unidos poderiam, de fato, redesenhar o mapa do mundo para tanto garantir a paz como seus próprios interesses. O Presidente estava perfeitamen-

17 LEFFLER, *op. cit.*, p. 55.

18 ROOSEVELT, Franklin D. February 23, 1942: Fireside Chat 20: On the Progress of the War. *Franklin D. Roosevelt Presidential Library and Museum*, [2016?]. Disponível em: <http://docs.fdrlibrary.marist.edu/022342.html>. Acesso em: 25 jul. 2024.

19 CASEY, S. Franklin D. Roosevelt. In: CASEY, S.; WRIGHT, J. (org.). *Mental Maps in the Era of Two World Wars*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2008. p. 221; HENRIKSON, A. FDR and the World-Wide Arena. In: WOOLNER, D.; KIMBALL, W.; REYNOLDS, D. (org.). *FDR's world: war, peace, and legacies*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2008. p. 44.

20 GIRAULT, R.; FRANK, R. *Turbulente Europe et nouveaux mondes 1914-1941*. Paris: Payot & Rivages, 2004. p. 146-147; HENRIKSON, *op. cit.*, p. 35.

te consciente de que o planeta se tornava interdependente e pequeno. Para ele, as novas tecnologias, especialmente na aviação, estavam impulsionando tal mudança²¹. Roosevelt acreditava que o poder aéreo, muito mais do que o poder marítimo, transformava-se na principal arma para se vencer a guerra, mas também para projetar poder no futuro e, com ele, influência e paz.²² A mesma percepção de mundo que o encorajou a defender a entrada americana na guerra antes mesmo de Pearl Harbor levou-o a lançar a preparação da regulamentação da aviação civil internacional do pós-guerra e dos novos dispositivos de segurança internacional, para além de uma nova ordem política e econômica global.

Nesse sentido, em 28 de dezembro de 1942, o Presidente ordenou ao JCS que lançasse estudos sobre possíveis localizações para aeródromos e instalações aeronáuticas de uma “Força Policial Internacional” (*International Police Force*) em todo o mundo, para que Washington pudesse estar preparado quando chegasse o momento das negociações de paz.²³ O JCS, por sua vez, atribuiu a tarefa ao *Joint Strategic Survey Committee of the United States* (JSSC-US), um comitê conjunto entre as forças armadas recentemente criado, cuja missão era desenvolver estudos integrando o interesse nacional e a estratégia global dos EUA.²⁴ O JSSC-US tornou-se, assim, uma das organizações mais influentes dentro do governo americano. Na análise de tal contexto, as lentes kosellequianas nos ajudam a entender tal comitê para além de sua curta cronologia de 1942 a 1945 e de sua suposta natureza exclusivamente militar.

Ao mesmo tempo, a administração americana não ignorava as muitas outras implicações que tais decisões poderiam provocar a nível global. Na verdade, como Andrew Priest explicou recentemente ao estudar a inserção internacional dos Estados Unidos entre a Guerra Civil e o final do século XIX, as reflexões americanas sobre o mundo também foram moldadas (e fortemente influenciadas) pelas relações com os impérios de então.²⁵ Em meados do século XX, enquanto o colonialismo era considerado uma instituição em extinção por Roosevelt e sua administração, ao lidar com os mundos e realidades que entidades como os impérios britânico e português criaram, e opor-se a eles, a potência dos Estados Unidos continuou a ser moldada por condições deter-

21 CASEY, *op. cit.*, p. 216 e p. 219-220.

22 DOBSON, A. FDR and the Struggle for a Postwar Civil Aviation Regime: Legacy or Loss? In: WOOLNER, D.; KIMBALL, W.; REYNOLDS, D. (org.). *FDR's world: war, peace, and legacies*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2008. p. 196-210; SHERRY, M. *The Rise of American Air Power. The Creation of Armageddon*. New Haven: Yale University Press, 1987. p. 76-82.

23 FDRPL. Franklin Roosevelt Papers. Map Room – caixa 162. Memorandum de 28/12/42, McCrea-Leahy.

24 STOLER, *op. cit.*, p. 104-109 e p. 137-138.

25 A argumentação de Priest pode ser considerada como renovando ou complementando reflexões clássicas da geopolítica daquele tempo, como os trabalhos de Alfred Mahan (PRIEST, Andrew. *Designs on Empire. America's rise to power in the age of European Imperialism*. Nova Iorque: Columbia University Press, 2021).

minadas por trocas e compromissos concretos, e não por abstrações.²⁶ Em tal contexto, não seria possível haver uma transição de mundos para um futuro totalmente novo, como lembraria Koselleck. De fato, poucos meses antes da decisão de Roosevelt, os militares já tinham contatado Harry Hopkins, Assistente Especial do Presidente e um dos mais importantes oficiais envolvidos nos dossiês de planejamento envolvendo a aviação civil, com um memorando nos seguintes termos:

O emprego da frota aérea assemelhar-se-á em muito ao emprego, ao longo dos últimos três séculos, da Marinha Britânica e da Marinha Mercante. Como não há justificativa econômica para uma marinha sem comércio marítimo a ser protegido, será essencial uma força aérea integrada às relações de comércio passando pelos ares. Será extremamente difícil encontrar outros recursos comparáveis à esmagadora vantagem do controle dos meios de comunicação rápidos como o do comércio passando pelos ares.²⁷

Em tal futuro, apesar de as vias aéreas serem imaginadas como recebendo a totalidade das rotas comerciais globais, certas lógicas estratégicas permaneciam as mesmas. Ainda em tal contexto de reflexão, o mesmo Hopkins, ao criticar a ideia de um controle único por parte da Pan American Airways das rotas internacionais americanas (uma realidade durante a guerra), ressaltaria a eficiência e eficácia de várias outras companhias aéreas dos EUA, como a TWA, a United Airlines e a Amex. Para ele, todas elas tinham um enorme potencial para vencer a futura concorrência global contra qualquer outra companhia aérea nacional.²⁸

Embora Roosevelt tenha lançado o planejamento de pós-guerra para a aviação militar em dezembro de 1942, a procura de uma política para a aviação civil tinha começado já no início daquele ano. Ao nomear Lloyd Welch Pogue como presidente do Conselho de Aeronáutica Civil (CAC) em janeiro, o presidente lançara a entidade em tal busca. Como uma de suas primeiras conclusões ainda em 1942, o CAC chegou a um entendimento positivo em relação à importância da abertura dos céus para trânsito e pousos técnicos. Em um contexto de evolução acelerada e face ao receio explícito de que os britânicos pudessem avançar mais rapidamente nas suas reflexões sobre a aviação do

26 GARDNER, L. FDR and the "Colonial Question". In: WOOLNER, D.; KIMBALL, W.; REYNOLDS, D. (org.). *FDR's world: war, peace, and legacies*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2008. p. 191-192.

27 FDRPL. Harry Hopkins Papers. Group 24, container 125. Memorandum de 28/7/42, do Coronel Schulgen.

28 DOBSON, A. *FDR and Civil Aviation: Flying Strong, Flying Free*. Nova Iorque: Palgrave, 2011. p.148-153.

pós-guerra, o governo americano reforçou seus estudos e o processo de tomada de decisão sobre o tema já nos primeiros dias de 1943.²⁹

A questão dos territórios portugueses não tinha sido mencionada especificamente até então. No entanto, enquanto o JSSC-US lançava as suas análises “desconsiderando questões ligadas às soberanias nacionais do momento”, seguindo uma ordem direta do presidente, a diplomacia presidencial de Roosevelt desencadeou imediatamente as primeiras ações para tornar o mundo lusófono parte da questão.³⁰ Quebrava-se expressamente, então, o acordo celebrado logo após Pearl Harbor e acrescentava-se, assim, mais um capítulo à turbulenta história das relações anglo-americanas, mudando horizontes de expectativa.

De fato, a ameaça às possessões portuguesas representava não só um perigo para as esferas de influência britânicas, mas também para uma certa ideia de futuro, em que os impérios deveriam ser preservados. A forma como se criticou a iniciativa americana em Londres, acusada de aventureira e arriscada diante de um ditador português reticente e matreiro, revelava um conhecimento particular da cultura política portuguesa, em oposição ao que os britânicos entendiam ser pura ignorância e falta de preparo do governo em Washington, supostamente ainda não equipado para as responsabilidades de uma grande potência. Ainda mais importante, tais críticas ensinam muito sobre o valor de Salazar para os britânicos e para a manutenção das possessões imperiais no mundo após a guerra. Tudo em um horizonte de expectativa em que o passado moldava o futuro.

Naquele momento, havia poucas dúvidas sobre a confiança de Churchill e do seu governo de que, mesmo com a guerra e com a Carta do Atlântico, o Reino Unido manteria seu império intacto.³¹ Para além da expectativa de que o império português também fosse sobreviver, havia o desejo de que esses “futuros passados” pudessem moldar até a mais radical das propostas para um renovado internacionalismo: as discussões sobre uma nova Liga das Nações.³² Na verdade, através de figuras como Jan Smuts, chefe de governo da África do Sul, muitos apoiadores do Império Britânico não só acreditavam fortemente em sua integridade futura como esperavam que uma Liga remodelada pudesse contribuir para o empreendimento imperial de levar a cabo “a sua missão civilizatória na África”.³³

29 *Ibid.*

30 FDRPL. Franklin Roosevelt Papers. Map Room – caixa 162. Memorandum de 28/12/42, McCrea-Leahy.

31 WEINBERG, *op. cit.*, p. 141-142.

32 KOSELLECK, *op. cit.*

33 MAZOWER, M. *No Enchanted Palace. The End of Empire and the Ideological Origins of the United Nations*. Princeton: Princeton University Press, 2008. p. 20.

Do lado americano, críticas às iniciativas vindas de Washington por parte de seus diplomatas servindo em Lisboa pareciam confirmar as desaprovações britânicas. Para eles, entendendo necessário negociar com a ditadura portuguesa, parecia haver um desequilíbrio entre as crescentes ambições americanas e o domínio dos meios e conhecimentos para as concretizar. A forma impetuosa, porém, com que o governo de Roosevelt levou adiante seus planos, ignorando Londres, seus próprios diplomatas em Portugal e agindo como se o império português não fosse sobreviver à guerra ilumina, na verdade, diferentes formas delineando o horizonte de expectativas em Washington. A experiência de guerra transformada no planejamento do pós-guerra entre 1942 e 1945 entendia Salazar como representante de um regime dispensável e de um império arcaico.³⁴

De fato, a partir da decisão de criar Comitês de Planejamento de Pós-guerra com agendas distintas, diferentes também passaram a ser boa parte dos espaços de experiência de americanos e britânicos, acentuando suas rivalidades mesmo se unidos umbilicalmente na luta contra o nazi-fascismo. Os igualmente distintos horizontes de expectativa, porém, seriam apenas parcialmente convertidos em experiências em ambos os lados do Atlântico. Enquanto os Estados Unidos impuseram-se sobre o espaço oceânico (uma base começaria a ser construída nos Açores em 1944), acabariam por sobreviver à guerra os impérios português e britânico.

Seria, sobretudo, a ação dos movimentos pelas independências e pela descolonização a abater tal futuro passado.

Conclusões

Inspirados pelos trabalhos de Koselleck sobre Teoria da História e do Tempo Histórico, argumentamos ser possível analisar disputas entre diferentes entendimentos de presente e futuro emanando dos estudos americanos e britânicos de planejamento de pós-guerra, relativizando argumentos de que teria existido apenas uma simples rivalidade imediata e instantânea entre grandes potências pelos espólios da guerra. Apesar de viverem um aparente mesmo “espaço de experiência” do presente do conflito, os muitos estratos temporais envolvidos nos trabalhos de conformação de um mundo atlântico do futuro produziram “horizontes de expectativas” distintos em cada reflexão nacional.³⁵

34 Nesse sentido, ver, também: GARDNER, *op. cit.*, p. 126-128; WEINBERG, *op. cit.*, p. 191-195.

35 Sobre estratos do tempo, ver: KOSELLECK, R. *Estratos do Tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2014 [2000]. cap. 1.

Neste texto, para além de sua identificação, as influências mútuas entre estes dois sentidos históricos são analisadas de forma exploratória, procurando-se destacar seus diálogos e concorrências. Para os britânicos, por exemplo, vigoravam conscientemente ou inconscientemente diversos estratos de tempos, criando um horizonte de expectativas de continuidade do passado (das estruturas de um passado em que eram hegemônicos) após a guerra sobre boa parte do mundo. Nesse sentido, haveria uma continuidade dos projetos imperiais e de hegemonia sobre o território português, onde ainda entendiam predominar.

Já para os americanos, houve a conjugação de estratos de tempos anteriores com rupturas, com experiências novas, conscientemente ou inconscientemente construídas, que não são apagadas com a vitória na guerra se aproximando, ao contrário, são reforçadas com a evolução dos acontecimentos indo em sua direção, projetando nos documentos analisados um horizonte de expectativa transformado, diferente. Tomaram, eles, o espaço de experiência da guerra como um nó amarrando diversos processos históricos de rupturas, então aceleradas, fazendo surgir um horizonte de expectativa divergente do britânico: o da preponderância global dos Estados Unidos em uma nova era pós-colonial para as relações internacionais, em geral, e para o Mundo Atlântico, em particular.

Enquanto boa parte da literatura segue a narrativa mitológica da “Great Alliance” forjada por Churchill e retomada por historiadores como David Castaño ao entender a passagem de Portugal para a esfera de influência americana como sem traumas, ou seja, como apenas “uma passagem de testemunho entre o poder em decadência e o poder em ascensão”,³⁶ o que se nota é um distanciamento entre “experiência” e “expectativa” do lado americano e uma aproximação, do lado britânico. No limite, retomando as lições de Koselleck a partir das transformações entre as chamadas Eras Moderna e Contemporânea, essas diferenças podem ser entendidas como resultados da contemporaneidade dos não contemporâneos.³⁷ Para os britânicos, o horizonte de expectativa quanto às relações internacionais do pós-guerra estava limitado pelo espaço de experiência de um mundo imperial e centrado na Europa, que não teria sido fortemente abalado pela guerra, sendo o contrário para os americanos, tanto por entenderem existir processos mais longos a minar os projetos imperiais de organização social quanto por acreditar em rupturas que a guerra teria causado, projetando um futuro de renovado e mais forte internacionalismo liberal, sob a liderança de Washington.

36 CASTAÑO, D. *Paternalismo e Cumplicidade: as relações luso-britânicas de 1943 a 1949*. Lisboa: Associação dos Amigos do Arquivo Histórico Diplomático, 2006. p. 25.

37 KOSELLECK, *op. cit.*, 2006, p. 317.

Levando em conta essa dinâmica de queda e ascensão de grandes potências, os resultados das atividades dos comitês de planejamento do pós-guerra, vistos pelas lentes kosellequianas, são também um meio de perceber uma velada, mas intensa, rivalidade anglo-americana em meio à aliança de guerra, que continua pouco estudada e que encontrou nas discussões sobre o espaço insular atlântico um de seus principais pontos de discórdia.

Referências

- CASEY, S. Franklin D. Roosevelt. In: CASEY, S.; WRIGHT, J. (org.). *Mental Maps in the Era of Two World Wars*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2008.
- CASTAÑO, D. *Paternalismo e Cumplicidade: as relações luso-britânicas de 1943 a 1949*. Lisboa: Associação dos Amigos do Arquivo Histórico Diplomático, 2006.
- DOBSON, A. *Peaceful Air Warfare. The United States, Britain, and the Politics of International Aviation*. Oxford: Oxford University Press, 1991.
- DOBSON, A. FDR and the Struggle for a Postwar Civil Aviation Regime: Legacy or Loss? In: WOOLNER, D.; KIMBALL, W.; REYNOLDS, D. (org.). *FDR's world: war, peace, and legacies*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2008.
- DOBSON, A. *FDR and Civil Aviation: Flying Strong, Flying Free*. Nova Iorque: Palgrave, 2011.
- GARDNER, L. FDR and the "Colonial Question". In: WOOLNER, D.; KIMBALL, W.; REYNOLDS, D. (org.). *FDR's world: war, peace, and legacies*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2008.
- GIRAULT, R.; FRANK, R. *Turbulente Europe et nouveaux mondes 1914-1941*. Paris: Payot & Rivages, 2004.
- HENRIKSON, A. FDR and the World-Wide Arena. In: WOOLNER, D.; KIMBALL, W.; REYNOLDS, D. (org.). *FDR's world: war, peace, and legacies*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2008.
- KOSELLECK, R. *Futuro Passado*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006 [1979].
- KOSELLECK, R. *Estratos do Tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2014 [2000].
- LEFFLER, M. *A Preponderance of Power. National Security, the Truman Administration, and the Cold War*. Stanford: Stanford University Press, 1992.

- LEWIS, J. *Changing Direction*. British Military Planning for Post-War Strategic Defense, 1942-1947. 2. ed. Nova Iorque: Routledge, 2005.
- MAZOWER, M. *No Enchanted Palace*. The End of Empire and the Ideological Origins of the United Nations. Princeton: Princeton University Press, 2008.
- PRIEST, Andrew. *Designs on Empire*. America's rise to power in the age of European Imperialism. Nova Iorque: Columbia University Press, 2021.
- ROOSEVELT, Franklin D. February 23, 1942: Fireside Chat 20: On the Progress of the War. *Franklin D. Roosevelt Presidential Library and Museum*, [2016?]. Disponível em: <http://docs.fdrlibrary.marist.edu/022342.html>. Acesso em: 25 jul. 2024.
- SHERRY, M. *Preparing for the next war*. American Plans for Postwar Defense, 1941-45. New Haven: Yale University Press, 1977.
- SHERRY, M. *The Rise of American Air Power*. The Creation of Armageddon. New Haven: Yale University Press, 1987.
- STOLER, M. *Allies and Adversaries*. The Joint Chiefs of Staff, the Grand Alliance, and U.S. strategy in World War II. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2000.
- STONE, G. *The Oldest Ally*: Britain and the Portuguese Connection, 1936-1941. Suffolk: The Royal Historical Academy, 1994.
- TELO, A. *Portugal na Segunda Guerra*. Lisboa: Perspectivas e Realidades, 1987.
- TELO, A. *Os Açores e o controlo do Atlântico, 1898-1948*. Lisboa: Asa, 1993.
- TUSSEL, J. *Franco, España y la II Guerra Mundial*. Entre el Eje y la neutralidad. Madri: Temas de Hoy, 1995.
- VINTRAS, R. *The Portuguese Connection*. The Secret History of the Azores Base. Londres: Bachman & Turner, 1974.
- WEINBERG, G. *Visions of Victory*. The hopes of eight World War II leaders. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

Estado imperial e classe senhorial entre dois tempos históricos

Bruno da Fonseca Miranda¹

Em 1940, Marc Bloch, em plena Segunda Guerra Mundial, tentou entender a acachapante e surpreendentemente rápida derrota francesa frente às tropas alemãs. Nessa tarefa intelectual, pôs-se a redigir um texto que por pouco não se perdeu em uma das infindáveis buscas policiais do regime colaboracionista de Vichy. A primeira publicação do relato de Bloch saiu apenas em 1946 em forma de livro, mas sua análise só se popularizou na década de 1960. Entre as razões da derrota francesa, o historiador afirmou que

Quando vimos os alemães lutarem sua guerra, não soubemos ou não quisemos compreender seu ritmo, adequado às vibrações aceleradas de uma nova era. Tanto que, na verdade, foram os adversários pertencentes cada um a uma época diferente da humanidade que se enfrentaram em nossos campos de batalha. Em resumo, repetimos os combates da zagaia contra o fuzil, familiares à nossa história colonial. Só que dessa vez éramos nós que desempenhávamos o papel de primitivos.²

A imagem registrada por Bloch, escrita no calor da guerra, é viva, cheia de significados e repleta de possibilidades de interpretação. Uma delas é sobre o convívio entre distintas temporalidades históricas em um determinado presente. Escrito para tentar compreender sua contemporaneidade, materializada justamente no poder destrutivo de uma guerra, o relato do historiador francês passa a ideia de que os tempos históricos não apenas convivem, mas colidem entre si produzindo, por sua vez, uma determinada realidade social.

É em torno dessa ideia que o presente texto gira. A hipótese, que parte do relato de Bloch, busca respaldo em um texto seminal escrito por Reinhart Koselleck. Segundo o autor alemão, faz-se necessário um tratamento teórico do tempo para a composição do saber histórico. Sem essa ciência da história,

1 Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo.

2 Cf. BLOCH, Marc. *A estranha derrota*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011, p.42.

como investigadora de tudo, se perderia na infinitude”.³ Nesse sentido, o presente texto lida com os anos finais do século XIX no Brasil a partir de dois pontos: 1) naquela quadra é possível observar o conflito entre dois tempos históricos; 2) a tentativa dos agentes coevos de resolver esse conflito é uma plataforma de observação que permite uma melhor compreensão das relações entre o Estado brasileiro e a classe senhorial escravista. Os dois tempos em conflito são aqui caracterizados como o *tempo da escravidão* e o *tempo da liberdade*. Ambos estiveram presentes no Brasil desde a formação do Estado nacional, mas entraram em choque apenas no final do Oitocentos, levando a uma transformação na dinâmica das relações entre o Estado imperial brasileiro e a classe senhorial escravista.

Definir com exatidão o que é um tempo histórico não é tarefa fácil. Em linhas sumárias, o tempo histórico aqui é um tempo característico da modernidade e que pode ser compreendido a partir da distinção entre as categorias de experiência e de expectativa. Essas duas categorias históricas são fundamentais, pois permitem apreender as relações entre passado (experiência acumulada de eventos pretéritos) e futuro (expectativa para o porvir concebida a partir da experiência). Também são adequadas para assimilar as ações concretas dos sujeitos históricos, visto que é tendo-as como fundamento que os homens e as mulheres pautavam suas ações. O tempo também apresenta uma heterogeneidade causal, isto é, as consequências dos atos empreendidos pelos sujeitos não dependem exclusivamente dos atos em si, mas sobretudo do universo e do momento no qual eles ocorrem, de tal modo que pode-se dizer que o tempo histórico está associado à ação social e política.⁴ Por isso era fundamental aos contemporâneos uma leitura acurada daquilo que os precederam para que eles pudessem formar uma projeção cuidadosa daquilo que poderia vir a ser dentro de um determinado campo de possibilidades concretas. Algo tão difícil que constitui uma verdadeira arte, a “arte do prognóstico”, um momento de ação política “capaz de inscrever o passado no futuro” e de nortear, justificar e sustentar ações políticas no presente.⁵

O presente, por seu turno, contém diversos estratos de tempo “com durações diferentes e origens distintas, mas que, apesar disso, estão presentes e atuam simultaneamente”.⁶ Portanto, tendo em vista a múltipla convivência temporal registrada em um determinado presente, é possível pensar que em algum momento ocorra uma contradição entre os diversos tempos históricos

3 Cf. KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014. (1º ed. alemão 2000), p. 277-293.

4 Cf. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. (1º ed. alemão 1979), p. 14, p. 16 e p. 307-313. SEWELL JR., William H. *Lógicas da história: teoria social e transformação social*. Petrópolis: Vozes, 2017. p. 23-24.

5 Cf. KOSELLECK, *op. cit.*, 2006, p. 36 e p. 79-94; KOSELLECK, *op. cit.*, 2014, p. 189-205.

6 Cf. KOSELLECK, *op. cit.*, 2014, p. 9.

em convívio. Nessa contradição é plausível argumentar que há um cenário de crise no qual um estrato de tempo tenha o potencial de suplantar o outro, gerando, desse modo, um entre diversos futuros possíveis.⁷

No presente oitocentista brasileiro pode-se distinguir claramente dois tempos: o da escravidão e o da liberdade. O *tempo da escravidão* oitocentista (oportunamente conceituado como Segunda Escravidão⁸) é repleto de estratos que permitem tanto a dissociação da escravidão do XIX em relação aos regimes escravistas coloniais da Era Moderna, quanto a sua ligação com a escravidão vigente ao longo da Antiguidade. No primeiro caso, a distinção fica marcada pela emergência e consolidação da Segunda Escravidão em espaços nacionais – ou com relativo espaço de autonomia política, como é o caso específico da ilha de Cuba – em contraposição aos espaços coloniais.⁹ No segundo, pela reiteração de uma relação de poder altamente assimétrica entre senhores e escravos que se estendeu da Antiguidade à Contemporaneidade.¹⁰

O *tempo da liberdade*, ao menos para o presente texto, foi uma criação setecentista, obra dos abolicionistas que passaram a definir a escravidão como uma forma de pecado, uma imoralidade que deveria ser erradicada da face da terra para a salvação da humanidade.¹¹ No seu intento de debilitar a escravidão, habilitaram qualquer forma de trabalho, ainda que coercitiva, que se desse pela via contratual. Ao lutarem pela abolição da escravidão contribuíram para a criação de uma nova forma de trabalho na qual os homens passaram a ser formalmente livres (não-escravos), mas não deixaram de ser submetidos a extensas jornadas laborais, pautadas por uma rígida disciplina de trabalho. Em suma, a ação abolicionista forneceu a ideologia que permitiu a disseminação da exploração da força de trabalho humano com a justificativa de que os indivíduos livremente se submeteram ao trabalho.¹² Por um lado, essa empreitada criou as condições para impor um fim à escravidão em diversas localidades do continente americano. Por outro lado, foi incapaz de barrar o incremento escravista em outras áreas do mesmo continente, um incremento que alcan-

7 Cf. KOSELLECK, Reinhart. *Crisis. Journal of the History of Ideas*, v. 67, n. 2, p. 357-400, abr. 2006.

8 Cf. TOMICH, Dale. *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial*. São Paulo: Edusp, 2012.

9 Cf. *Idem*. BLACKBURN, Robin. Por que segunda escravidão? In: MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo (org.). *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX*. Cuba, Brasil e Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 19.

10 Cf. PATTERSON, Orlando. *Escravidão e morte social*. Um estudo comparativo. São Paulo: Edusp, 2008. p. 34.

11 Cf. DAVIS, David Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 43, p. 329-345 e p. 495.

12 Cf. DAVIS, David Brion. *The Problem of Slavery in the Age of Revolution 1170-1823*. New York; Oxford: Oxford University Press, 1999. p. 213-254, p. 358, p. 377-378 e p. 467. STEIFELD, Robert J. *Coercion, contract, and free labor in the nineteenth century*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

çou seu apogeu e decadência ao longo do século XIX formando a Segunda Escravidão.

Desse modo, o convívio entre o abolicionismo que emergiu no século XVIII e o escravismo triunfante do século XIX resultou em severas críticas ao cativo e, ao mesmo tempo, na incapacidade de dissolução completa da escravidão. O mesmo espaço que produzia o repertório abolicionista, consumia os gêneros produzidos pelas arenas escravistas. Afinal, o país da Revolução Industrial não deixou de comprar o algodão das plantations americanas, o que contribuiu para que a produção de tecidos britânica fosse grande o suficiente para ser comercializada mesmo nas regiões dominadas pelo trabalho escravo. Os capitalistas ingleses, se defendiam a abolição dentro de casa também investiam capitais na escravidão.¹³ Portanto, não seria exagero afirmar que ao longo do século XIX os tempos da escravidão e da liberdade existiam em uma convivência contraditória, que, pela sua própria natureza, entrou em ruína no devir histórico.

Na realidade escravista do Oitocentos, o quadro de coexistência desses dois tempos apenas foi alterado quando um evento estrutural¹⁴ abalou a permanência da instituição escravista no continente americano. Trata-se da Guerra Civil dos Estados Unidos e de seu impacto decisivo, particularmente no Brasil, para que os agentes coevos pensassem o futuro do Império sem a presença da escravidão.¹⁵ Nesse cenário de crise, a resposta brasileira foi uma tentativa de administrar o tempo histórico da abolição com intuito de prolongar a duração da escravidão o máximo possível numa ordem internacional

13 Cf. HOBBSAWM, Eric. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. MULHERN, Joseph Martin. *After 1833: British Entanglement with Brazilian Slavery*. 2018. 336 f. Tese (Doutorado em História) – Faculty of Arts and Humanities, Department of History, Durham University, Durham, 2018.

14 Cf. KOSELLECK, *op. cit.*, 2006, p. 140.

15 Cf. BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil (Dois Séculos de História)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. (1º ed. 1972), p. 98-103. CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. (1º ed. em inglês 1972), p. 88-100. TOPLIN, Robert Brent. *The Abolition of Slavery in Brazil*. New York: Atheneum, 1972. p. 40-43. BARMAN, Roderick. *Imperador Cidadão*. São Paulo: Unesp, 2012. (1º ed. em inglês 1999) p. 281-284. CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 139-142; SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo*: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 79-110. MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis. Internacional escravista. *Topoi*, v. 12, n. 23, jul./dez. 2011. p. 97-117. MARQUESE, Rafael. The Civil War in the United States and the Crisis of Slavery in Brazil. In: DOYLE, Donh (org.). *American Civil Wars: The United States, Latin America, Europe, and the Crisis of the 1860s*. Chapel Hill: University of Carolina Press, 2017. AZEVEDO, Célia Marinho de Azevedo. *Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX)*. São Paulo: Annablume, 2003. (1º ed. em inglês 1995), p. 59-61. YOUSSEF, Alain El. *O Império do Brasil na Segunda Era da Abolição, 1861-1880*. 2019. 326 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

cada vez mais avessa ao cativeiro. Assim surgiu a elaboração da Lei do Ventre Livre, promulgada em 1871.¹⁶

A promulgação dessa legislação no Brasil é um momento chave, pois a senda emancipacionista por ela aberta abalou a confiança irrestrita que os fazendeiros depositavam no Estado imperial desde que ele fora montado. Dali em diante, na lógica dos escravistas, fez-se necessário arrumar meios orgânicos para que seus interesses particulares – estrategicamente concebidos por eles como interesses nacionais – fossem protegidos. A solução encontrada foi a organização massiva de associações agrícolas, popularmente conhecidas como “clubes de lavoura” onde se discutiam os problemas enfrentados pela agricultura nacional. Eram espaços potencializadores da representação das demandas dos proprietários agrícolas junto ao Império. Essas agremiações senhoriais se concentraram via de regra no eixo produtivo do café – as áreas nucleadas em torno do Vale do Paraíba e do município de Campinas – lar dos senhores que faziam fortuna por meio da exploração desumana de inúmeros indivíduos escravizados e garantiam as divisas do Estado imperial a partir da renda gerada com o comércio de café. Malgrado a aprendizagem de atuação política na esfera civil que a legislação de 1871 representou, os senhores só compreenderiam depois que a Lei do Ventre Livre ia ao encontro de seus interesses. Quando perceberam, se aferraram nela como garantidora da ordem, mas aí a fricção entre a liberdade e o escravismo apresentou seus resultados.

A contradição entre os tempos da liberdade e da escravidão se tornou insustentável quando deixou de existir um respaldo internacional e nacional para a continuidade indefinida da escravidão no Brasil. A legislação de 1871 tentou promover uma resolução definitiva do problema, isto é, ajustar o Brasil ao cenário externo – assinalando à comunidade internacional que a escravidão deixaria de existir no Império – e aplacar os incipientes ânimos abolicionistas que se registravam no cenário interno. A aposta funcionou, mas momentaneamente. Já em 1878-79 ficou claro aos contemporâneos que a lei concedia muito mais à escravidão do que à liberdade, como chegou a afirmar o próprio Visconde do Rio Branco,¹⁷ e as críticas incisivas¹⁸ à resolução de 1871 irrom-

16 Cf. MIRANDA, Bruno. A Lei do Ventre Livre e a administração do tempo histórico no Império do Brasil. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 31, p. 1-31, 2023. e8.

17 Cf. *Anaes do Parlamento Brasileiro. Camara dos Srs. Deputados*. Sessão de 31 de Julho de 1871, Tomo III. p. 304-306.

18 Cf. por exemplo: “Discurso proferido em Assembleia Popular no Teatro São João em 2 de agosto de 1874”. Extraído do opúsculo: *Eleição Direta*. Grande Meeting na Capital da Bahia. Bahia. Typ. Do Diário, 1874, p. 68-91. In: BARBOSA, Ruy. *Trabalhos políticos*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1987. (Obras Completas de Rui Barbosa, v. 2, t. 2. 1872-1874), p. 2 46. André Rebouças. *Agricultura Nacional (Propaganda abolicionista e democrática) contendo os escritos de 1874 a 1883*, p. 190. Apud. MORAES, Evaristo de. *A campanha abolicionista (1879-1888)*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro Freitas Bastos, Spicer & Cia, 1924. p. 2-3. FARIA, João Roberto Faria. Teatro e abolição: A cabana do pai Tomás nos palcos brasileiros. *Teresa*, v. 1, n. 20, p. 377-411, 2020. FER-

peram numa nova onda abolicionista pelo país dando força e coesão ao primeiro movimento social brasileiro.¹⁹ Os escravistas, por seu turno, aferraram-se na vereda de protelação contida na essência da lei de 1871. Já que o futuro inevitavelmente se efetivaria sem a existência da escravidão, amadureceram a ideia de que os anos vindouros deveriam ser formatados de acordo com os desígnios da classe. É nesse sentido que passaram a sustentar a concepção eugenista da imigração. Uma dupla solução para eles já que funcionaria tanto como forma de suprir a ausência da mão de obra no país, quanto como instrumento para diminuir a existência da população negra no Brasil.²⁰ Mas nem tudo era consenso, os proprietários de escravos conheceram uma profunda mudança na classe da qual faziam parte. A classe senhorial escravista cingiu-se enquanto grupo dominante em virtude dos diferentes lugares que seus membros ocupavam no Estado, uma divisão que foi ficando cada vez mais clara entre fluminenses e paulistas com o passar dos anos. Alguns chegaram a pregar abertamente a ineficiência do arranjo institucional do Estado imperial brasileiro e a sugerir a sua supressão.

A nacionalização do abolicionismo e a regionalização do escravismo contribuíram sobremaneira para a fratura entre os tempos históricos em convívio desde a formação do Estado nacional brasileiro. A resultante desse processo foi dupla. Em primeiro lugar, o distanciamento paulatino entre o Estado e a classe senhorial escravista, além de contribuir para a cisão na própria classe, culminou na destruição do Império e na edificação da República. Em segundo, a idealização de um futuro sem escravidão, possibilitou a consecução do trabalho de uma mão de obra livre (não mais exclusivamente negra) sob as coerções herdadas do cativo. O tempo da abolição suplantou o da escravidão e legou ao passado brasileiro, no final do século XIX, toda a ideologia do trabalho livre gestada pelo abolicionismo.

Referências

ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas*. O movimento abolicionista brasileiro (1868-1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

RETTI, Danilo José Zion publicação de “A cabana do Pai Tomás” no Brasil escravista. O “momento europeu” da edição Rey e Belhatte (1853). *Varia História*, v. 33, n. 61, p.189-223, 2017.

19 Cf. ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas*. O movimento abolicionista brasileiro (1868-1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

20 Cf. SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco*: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan *Branco e negro em São Paulo*: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. 4. ed. São Paulo: Global, 2008.

- Annaes do Parlamento Brasileiro. Camara dos Srs. Deputados*. Sessão de 31 de Julho de 1871, Tomo III.
- AZEVEDO, Célia Marinho de Azevedo. *Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX)*. São Paulo: Annablume, 2003.
- BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil (Dois Séculos de História)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BARBOSA, Ruy. *Trabalhos políticos*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1987.
- BARMAN, Roderick. *Imperador Cidadão*. São Paulo: Unesp, 2012.
- BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Branco e negro em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana*. 4. ed. São Paulo: Global, 2008.
- BLACKBURN, Robin. Por que segunda escravidão? In: MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo (org.). *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX*. Cuba, Brasil e Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- BLOCH, Marc. *A estranha derrota*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- DAVIS, David Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- DAVIS, David Brion. *The Problem of Slavery in the Age of Revolution 1170-1823*. New York; Oxford: Oxford University Press, 1999.
- DOYLE, Dohn (org.). *American Civil Wars*. The United States, Latin America, Europe, and the Crisis of the 1860s. Chapel Hill: University of Carolina Press, 2017.
- FARIA, João Roberto Faria. Teatro e abolição: A cabana do pai Tomás nos palcos brasileiros. *Teresa*, v. 1, n. 20, p. 377-411, 2020.
- FERRETTI, Danilo José Zioni. A publicação de “A cabana do Pai Tomás” no Brasil escravista. O “momento europeu” da edição Rey e Belhatte (1853). *Varia História*, v. 33, n. 61, p.189-223, 2017.
- HOBBSAWM, Eric. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

- KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuições à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. Crisis. *Journal of the History of Ideas*, v. 67, n. 2, p. 357-400, abr. 2006.
- MARQUESE, Rafael. The Civil War in the United States and the Crisis of Slavery in Brazil. In: DOYLE, Donh (org.). *American Civil Wars: The United States, Latin America, Europe, and the Crisis of the 1860s*. Chapel Hill: University of Carolina Press, 2017.
- MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis. Internacional escravista. *Topoi*, v. 12, n. 23, jul./dez. 2011.
- MIRANDA, Bruno. A Lei do Ventre Livre e a administração do tempo histórico no Império do Brasil. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 31, p. 1-31, 2023. e8.
- MULHERN, Joseph Martin. *After 1833: British Entanglement with Brazilian Slavery*. 2018. 336 f. Tese (Doutorado em História) – Faculty of Arts and Humanities, Department of History, Durham University, Durham, 2018.
- MORAES, Evaristo de. *A campanha abolicionista (1879-1888)*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro Freitas Bastos, Spicer & Cia, 1924.
- PATTERSON, Orlando. *Escravidão e morte social. Um estudo comparativo*. São Paulo: Edusp, 2008.
- SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- SEWELL JR., William H. *Lógicas da história: teoria social e transformação social*. Petrópolis: Vozes, 2017.
- STEIFELD, Robert J. *Coertion, contract, and free labor in the nineteenth century*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- TOMICH, Dale. *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial*. São Paulo: Edusp, 2012.
- TOPLIN, Robert Brent. *The Abolition of Slavery in Brazil*. New York: Atheneum, 1972.
- YOUSSEF, Alain El. *O Império do Brasil na Segunda Era da Abolição, 1861-1880*. 2019. 326 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Esquemas, recursos e agência em Sewell Jr.: uma proposta teórico-metodológica para a pesquisa biográfica¹

Camilla Cristina Guelli

Introdução

Com o alargamento dos objetos de pesquisa centrados em biografias e/ou personagens históricas desde a década de 1980, a consolidação de sua possibilidade, validade e proficuidade na historiografia é latente. Esse campo historiográfico, revigorado, fortalecido e teorizado por autores como Jaques Le Goff, Pierre Bourdieu, Giovanni Levi, Benito Schmidt, Alexandre Avelar, Phillip Levillain e outros,² tem ganhado destaque entre dissertações e teses disseminadas por diversas universidades brasileiras. O Lab-Mundi (Laboratório de Estudos sobre o Brasil e o Sistema Mundial) faz parte deste quadro geral representado por pesquisadores como Priscila Ferrer Caraponale, Paula Bota-

1 Agradeço aos colegas Davi Peredes, Eric Cyon, Lucas Mohallem e Thomáz Fortunato e pela leitura atenta e comentários generosos que contribuíram para o enriquecimento deste texto. As reflexões aqui apresentadas não seriam possíveis sem as proficuas e generosas discussões e trocas que desenvolvemos no “Núcleo História do Tempo: Teoria e Metodologia” vinculado ao Lab-Mundi.

2 SCHIMIDT, Benito Bisso. O gênero biográfico no campo do conhecimento histórico: trajetória, tendências e impasses atuais e uma proposta de investigação. *Anos 90: revista do Programa de Pós-Graduação em História*, Porto Alegre, n. 6, p. 165-192, dez. 1996; SCHIMIDT, Benito Bisso. Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura: biografia e ética. *História*, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 124-144, jan./jun. 2014; BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 183-191; AVELAR, Alexandre. A retomada da biografia histórica. *Oralidades*, n. 2, p. 45-60, jul./dez. 2007. p. 45-60; LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 167-183; LEVILLAIN, Phillippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, R. (org.). *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 141-184. Em LE GOFF, Jaques. *Uma longa Idade Média*. Trad. Marcos de Castro. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 46, o autor faz uma defesa de sua biografia de São Luis.

fogo Ferreira, Luís Otávio Vieira, e Lucas Mohallem.³ É a partir dessas bases que a pesquisa de mestrado em desenvolvimento está alicerçada e dialoga.

O intento deste texto é pensar o problema teórico e empírico da pesquisa histórica centrada na trajetória individual, em especial a partir do contexto específico da modernidade e crise do Antigo Regime. Para isso, manejarei as categorias *esquemas*, *recursos* e *agência* de William Sewell Jr. para demonstrar que, a partir delas, é possível descortinar como operar outras, como *experiência* e *expectativa*, elaboradas por Reinhart Koselleck. A proposta relaciona-se, notadamente, com três objetivos do mestrado centrado na trajetória política de Lucas José Obes (1782-1838).

Advogado, comerciante e político, Obes circulou principalmente entre Buenos Aires, Montevidéu e Rio de Janeiro. Fez parte do governo monárquico colonial como assessor do cabildo de Montevidéu em 1804, defendeu a criação da Junta de Montevidéu em 1808 e da de Buenos Aires em 1810, a coroação de D. Pedro I no Rio de Janeiro como membro do Conselho de Estado e participou do governo republicano do estado uruguaio. Esses centros administrativos, políticos e econômicos em tensão e em inter-relação possuem uma imbricada história que remonta às disputas coloniais entre Espanha e Portugal pela região do Rio da Prata e à expansão de seus respectivos impérios. No contexto de crise do Antigo Regime, esses centros são pontos de gravidade capazes de atrair interesses variados entre uma diversidade de alternativas políticas e eixos principais de decisões.⁴

Lucas Obes nasceu em Buenos Aires em 1782, desenvolveu seus estudos no Vice-Reino do Prata e na Espanha. Ao regressar da metrópole formado em Direito, inicia sua atuação política como assessor do cabildo de Montevidéu em 1804. Esta data marca o recorte temporal inicial da pesquisa, pois, é partir de então que Obes manteve-se envolvido em diversos projetos políticos até sua morte no exílio em 1838 na cidade de Niterói.

Foi o avançar das fissuras políticas que o impedimento de Fernando VII de Espanha (1784-1833) por Napoleão Bonaparte (1769-1821) engendrou, e a conseguinte formação das juntas de governo, que colocou Lucas

3 CARAPONALE, P. F. *Joaquín Infante e as independências ibero-americanas: uma biografia política*. 2019. 305 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019; FERREIRA, Paula. *Negócios, impressos e política: a trajetória pública de João Soares Lisboa (1800-1824)*. 2017. 426 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017; VIEIRA, Luís Otávio. *Origens da imprensa no Brasil: estudo prosopográfico dos redatores e editores de periódicos publicados entre 1808 e 1831*. 2019. 281 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019; MOHALLEM, L. da C. *Cairu e a vertigem revolucionária: tempo, linguagem e epistemologia do conservadorismo (1772-1830)*. 2023. 261 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

4 PIMENTA, João Paulo. *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo, Hucitec; Fapesp, 2006. p. 54-55.

Obes no empreendimento para a Junta de Buenos Aires, formada em 1810, ser reconhecida pela de Montevidéu, a primeira junta da América espanhola estabelecida em 1808. Contudo, sua atuação não se conteve às margens imediatas do Rio do Prata. Quando da segunda invasão portuguesa da Banda Oriental em 1816, Obes alinha-se à administração portuguesa e seu projeto de dominação da região. Chegando a, em 1821, ser eleito deputado às Cortes de Lisboa. Consequentemente, ao circular entre acontecimentos anteriores e concomitantes às independências políticas dessas três regiões, o portenho possibilita acompanharmos esses processos de independência através de um espaço fluido no qual sua trajetória, em certa medida, formou e nos ajuda a pensar nesses centros como partes de um “espaço de experiência revolucionário moderno”⁵. Assim, ao circular entre múltiplos projetos aos quais ele construiu, colaborou ou combateu, Lucas Obes não só fez parte de uma experiência histórica revolucionária, como a constituiu dentro de um espaço em conexão.

Neste sentido, a demanda teórico-metodológica que possibilitasse aprofundar o entendimento de como e por quais meios a ação do indivíduo é perpetrada foi imprescindível. É a partir desta necessidade que o objetivo deste texto está alinhado. Para isso, sua estrutura consiste em apresentar as categorias *esquemas, recursos e agência* de Sewell e *experiência e expectativa* de Koselleck, as quais serão relacionadas entre si e cotejadas com três objetivos da pesquisa apresentada acima.

O primeiro objetivo é capturar mecanismos de manutenção e construção de posições políticas e sociais de Lucas Obes através da sua articulação e presença em diversos projetos e contextos distintos; salientados pelo contexto de esgarçamento das formas conhecidas de vida que caracteriza a crise.⁶ O segundo é analisar a maneira pela qual um conjunto de experiências foi apropriado e afetou as expectativas de futuro de um membro da elite política e econômica ibero-americana personificado em Lucas Obes. É importante salientar que sua posição social e política era partilhada por outros, logo, nos abre horizontes de compreensão sobre o grupo ao qual pertencia. E por fim, o terceiro objetivo de pesquisa beneficiado por estas reflexões: colaborar com a compreensão de como um espaço de “experiência revolucionário moderno” foi constituído e explorado por Obes, e outros, através da circulação entre múltiplos projetos em disputa.

5 Expressão e reflexão desenvolvida por J. P. Pimenta em: PIMENTA, João Paulo. *Tempos e espaços das independências: a inserção do Brasil no mundo ocidental (c. 1780-1830)*. São Paulo: Intermeios, 2017. p. 10-12; 23 *et passim*, as quais serão explicitadas adiante.

6 A concepção de crise baseia-se nas reflexões de JANCSÓ, István. *Independência, independências*. In: JANCSÓ, István. (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005. p.17-48 e JANCSÓ, István. *Na Babia, contra o império: história do ensaio de sedição de 1798*. São Paulo: Hucitec, 1996.

“Esquemas”, “recursos” e “agência”

A teoria da estrutura de Sewell Jr elaborada através das categorias *recursos* e *esquemas* demonstrou-se um caminho profícuo para nortear a leitura dos caminhos políticos apresentados a Obes e por ele seguidos.

A partir da construção teórica do autor estadunidense, esquemas são as normas, regras de convívio e de relações sociais, assim como noções de mundo que indivíduos de determinada sociedade compartilham, e assim constituem a estrutura. Já os recursos podem ser de natureza humana ou não humana. Em uma relação dialética com os esquemas, são meios de poder, e como tais, distribuídos desigualmente. O *recurso humano* pode ser as capacidades intelectuais e físicas ou o poder simbólico de um padre ou de um diploma em direito, que o Obes possuía; além de suas conexões entre redes familiares, comerciais e políticas. Em contrapartida, os *recursos não humanos* estão vinculados a objetos ou não, podem ser manufaturados, como armas e maquinário de produção, ou simplesmente sujeito a posse, como a terra. Para Obes, especificamente, são o maquinário de produção e meios de comércio, como o seu barco e a sua indústria de sabão.⁷

Através dos “axiomas-chave” de sua teoria da estrutura, Sewell Jr. sedimenta as características de suas categorias de análise esquemas e recursos. Três desses axiomas foram selecionados como pontos de convergência para a pesquisa que são: a *imprevisibilidade da acumulação de recursos*, *polissemia de recursos e transponibilidade dos esquemas*. A partir da *imprevisibilidade da acumulação de recursos*, é definido que recursos humanos e não humanos não possuem garantia de se manterem indefinidamente no decorrer do tempo. O segundo, a *polissemia de recursos*, esclarece que os recursos são passíveis de interpretação e manejo diversos por distintos atores e de múltiplas maneiras. Um terceiro, o da *transponibilidade dos esquemas*, permite qualificar esquemas como maleáveis que podem ser aplicados em circunstâncias diversas, e, em especial, possibilita a modificação do esquema transposto a partir da transposição.⁸

Para a construção do axioma da transponibilidade, o acadêmico dialoga com Pierre Bourdieu e esclarece aos seus leitores de língua inglesa, idioma original do texto, que o significado de transpor deve ser tomado a partir do da língua francesa, *transposer*, o qual está vinculado à capacidade de mudança de forma e de conteúdo, à possibilidade de alterar de domínio. Sendo assim, transpor consiste em uma transformação dilatada quando comparada ao sen-

7 MHN-PBA-L30 22/05/1812

8 SEWELL JR., W. H. Uma teoria da estrutura. Dualidade, ação e transformação. In: SEWELL JR., W. H. *Lógicas da história: teoria social e transformação social*. Trad. Caesar Souza. Petrópolis: Vozes, 2017. p. 147-149.

tido do verbo em inglês, pois, neste caso o verbo encerra seu sentido na mudança de lugar ou tempo, a transição não modificaria o transposto como tal, não o alteraria em si.⁹

A partir dessa orientação, Sewell abre espaço para a definição de transponibilidade associada à capacidade criativa dos sujeitos históricos: ao manejar criativamente esses esquemas a ação pode ser perpetrada. Portanto, se a *agência* pode ser definida também a partir da capacidade de transposição e levar esquemas a contextos diferentes da sua composição inicial é possível, então, que esquemas antes conhecidos e estabelecidos sejam *transpostos* para outras dimensões e modificados quando desta transposição. Sendo assim, esquemas ganham novos significados através da ação de determinado indivíduo ou coletivo.¹⁰ Ao “reinterpretar e mobilizar um arranjo de recursos em termos de esquemas culturais diferentes daqueles que inicialmente constituíam o arranjo” o ator exerce a sua criatividade para modificar a realidade a sua volta.¹¹ Em suma, no processo de transposição dos esquemas que o indivíduo exerce a criatividade. Em outras palavras, ao manejar criativamente esses esquemas o sujeito *age*, exerce a sua agência.

Contudo, a agência para Sewell não é equânime. Através das categorias analíticas de recursos humanos e não humanos como meios de exercício e manejo de poder diversamente distribuídos sua proposta de história social é construída.¹² Neste sentido, ao hierarquizar a agência consoante o acesso a recursos, o autor nos possibilita alargar a compreensão de Obes, comerciante e membro da elite econômica, política e social, como agente privilegiado nos entremeios dos quadrantes platino e brasileiro. Filho de um hierarca espanhol, vinculado aos principais grupos sociais e centros políticos e econômicos do Prata, o portenho possuiu acesso privilegiado aos recursos humanos e não humanos do tempo histórico ao qual esteve inserido. Seus negócios abarcavam um amplo escopo espacial, possuía relações comerciais com britânicos, um navio negreiro que traficava com Brasil, Cuba e África, ademais um armazém naval que recebia navios luso-brasileiros, norte-americanos e britânicos.¹³ Seus vínculos sociais o interligaram a espaços privilegiados de decisão. Sua longa trajetória política que remonta aos impérios coloniais espanhol e português e pelo império brasileiro chega ao Uruguai Republicano pode ser explicada exatamente através de seus conhecimentos e manejo de esquemas e recursos.

9 *Ibidem*, p. 147-148 nota 8.

10 *Ibidem*, p.148.

11 *Ibidem*, p. 149.

12 *Ibidem*, p. 140.

13 ALONSO, Rosa *et al.* *La oligarquía oriental en la Cisplatina*. Tacuarembó; Colonia: Pueblos Unidos, 1970. p. 220.

Essa proposição teórica, portanto, possibilita explicar como e por quais mecanismos Obes manteve o cargo de procurador que exerceu durante a dominação brasileira no governo independente, alternando-o com o do Ministério da Fazenda, apesar das divergências políticas que acompanharam seus caminhos e as conjunturas às quais esteve inserido em cada uma dessas situações.¹⁴ Sendo assim, propomos que o descrito está relacionado à capacidade ampliada de Obes em compreender os esquemas e à ação de transpô-los para contextos e realidades distintas, circulando em diversos conjunturas e governos, recuperando posições e criando novas.

Ao evidenciar a imprevisibilidade de acumulação de recursos e a transponibilidade de esquemas, a teoria da estrutura de Sewell descortina possibilidades de interpretação dos caminhos do personagem portenho, já que sua trajetória esteve associada aos recursos e esquemas que possuía e aos quais ele manejava em uma conjuntura de desmonte e construção de novos recursos e esquemas. Lucas Obes está, assim como outros homens dessa época, manejando recursos políticos, sociais e de poder através de recursos aos quais possuía acesso privilegiado e esquemas que conhecia, uma vez que a agência se expande e efetiva proporcionalmente à posição do indivíduo no arranjo social.¹⁵

“Agência”, “experiência” e “expectativa”

A definição de *agência* como capacidade criativa dos indivíduos em manejar esquemas e recursos permite propor uma aproximação de Sewell Jr. com a teoria de Rainhart Koselleck.¹⁶ Neste sentido, sugerimos uma análise de como as *experiências* e as *expectativas* propostas pelo autor alemão viabilizavam a criatividade que engendrava ações em determinadas conjunturas, e como essas experiências e expectativas, dialeticamente, fazem parte de recursos e esquemas e, ao mesmo tempo, agregam recursos e esquemas ao contexto social. Assim, um estudo de como as experiências e as expectativas do agente viabilizavam a criatividade que tece ações em determinadas conjunturas. Portanto, através da teoria de Sewell Jr., podemos pensar como Obes propõe mudanças, se posiciona e navega através do tempo histórico.

João Paulo Pimenta afirma que as independências ibero-americanas se configuram como uma experiência histórica cujos desdobramentos estão relacionados a leituras da história e leituras do mundo. Partes dessas experiências, essas leituras permitem àqueles que delas participam formas possíveis de ação através de um arcabouço crítico que indicam caminhos e possibilidades.

14 PIMENTA, *op. cit.*, 2006, p. 170; ALONSO *et al.*, p. 180.

15 SEWELL JR., *op. cit.*, 2017b, p. 158.

16 *Ibidem*, p. 150-151.

Os processos revolucionários de independência ibero-americanos, deflagrados pelas revoluções liberais e pela crise do Antigo Regime, abriu um horizonte de futuros possíveis ao permitir que um “espaço de experiência revolucionário moderno” se constituísse através de informações que circulavam e criavam expectativas que motivavam ações políticas.¹⁷ Segundo Koselleck, cujas concepções teóricas informam tanto Pimenta quanto a pesquisa conectada a este texto, experiência e expectativa “dirigem as ações concretas no movimento social e político” ao articular passado e futuro.¹⁸

Lucas Obes possui uma trajetória política plural e esteve vinculado a diversos centros de poder. Participou do governo monárquico espanhol; apoiou tanto José Gervasio Artigas (1764-1850) quanto a segunda invasão portuguesa à Banda Oriental, em 1816, e a seguinte ocupação brasileira; assim como, manteve cargos ministeriais e na procuradoria da República Oriental do Uruguai. Sua trajetória política e social é partilhada por outros indivíduos do período, como Nicolás Herrera e Manuel Cipriano de Melo, os quais, assim como Obes, são homens de negócios que se envolveram com política e circularam entre redes atlânticas constituídas por diversos indivíduos entre múltiplos centros de poder embebidos pela crise.¹⁹

A erraticidade da trajetória de Obes se insere perfeitamente no momento de crise que as colônias americanas mergulharam após a expansão napoleônica. Nas palavras de István Jancsó, “as crises não aparecem às consciências dos homens como modelos em vias de esgotamento, mas como dificuldades geradas pela inadequação de práticas pontuais até então eficazes, mas que, repentinamente, perderam efetividade.”²⁰

Neste sentido, a crise que se apresenta aos homens que compartilham o tempo revolucionário com Lucas Obes desarticulou estruturas importantes, e, portanto, esquemas e recursos que as conformavam. Essa ruptura fica evidente na não manutenção de sua posição hierárquica na sociedade que, com o processo revolucionário, foi colocada na berlinda caracterizada pelas sucessíveis prisões, exílios e confisco de bens aos quais foi submetido. E também na perda de sua posição econômica explicitada pela busca por garantias ao

17 PIMENTA, João Paulo. *A independência do Brasil e a experiência hispano-americana (1808-1822)*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2015. p. 48.

18 KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006. p. 308.

19 Sobre Nicolás Herrera: FERREIRA, Pablo. Nicolás Herrera en Río de Janeiro, 1815-1816. Una aproximación al exilio rioplatense en tiempos de guerra y revolución. *Páginas*, v. 14, n. 35, maio/ago. 2022; Sobre Manuel Cipriano de Melo: PRADO, Fabrício. *El borde del Imperio*. Redes transatlánticas y revolución en el Río de la Plata borbónico. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo, 2021; Sobre o contexto: JANCÓS, István. Independência, independências. In: JANCÓS, István. (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005. p. 17-48. p. 38.

20 JANCÓS, István. *Na Bahía, contra o império: história do ensaio de sedição de 1798*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 203.

desenvolvimento do comércio do porto de montevidéu junto à corte fluminense ameaçado pelas guerras civis decorrentes dos processos revolucionários. Os esquemas passavam por um processo de esfacelamento neste momento de crise, nada estava como antes e por isso experiência e expectativa se alargaram.

Em vista disso, o objetivo de capturar mecanismos de manutenção e construção de posições políticas e sociais de Lucas José Obes com a imprevisibilidade da acumulação e a polissemia dos recursos como uma premissa possível, podemos compreender que os caminhos voláteis estavam associados ao período de acirramento da crise, mas também à criatividade através de tentativas de defesa de recursos, manutenção de esquemas conhecidos, assim como à possibilidade de busca e novos acessos a recursos e às interpretações e aos manejos de esquemas diversos. Se a "agência surge do conhecimento de esquemas por parte do ator, o que significa a habilidade de aplicá-los a novos contextos. Ou, inversamente, a agência surge do controle de recursos por parte do ator, o que significa a capacidade para reinterpretar ou mobilizar um arranjo de recursos em termos de esquemas diferentes daqueles que constituíam o arranjo"²¹, essas categorias analíticas abrem espaço para a compreensão do manejo entre passado e futuro, experiência e expectativa.

Com o conceito de futuro ganhando maior destaque nas concepções ocidentais de história a partir do final do século XVIII, a modernidade coincide, então, com uma ampliação da expectativa de futuro.²² A partir das acepções de Koselleck, a modernidade ocorre quando expectativa e experiências se distanciam. Essa disparidade gera a abertura de um horizonte alargado e afastado do passado, cuja distância é superada através da ação política.²³

A partir desta premissa, o segundo objetivo de analisar a maneira pela qual um conjunto de experiências era apropriado e afetava as expectativas da elite política ibero-americana pode ser vinculado ao manejo criativo da transponibilidade de esquemas. O acesso de Obes ao comércio transatlântico o muniu de recursos não humanos e humanos, como leituras de mundo que abriram espaço para uma atuação ampliada e transponibilidade de esquemas que arrobustou seu espaço de experiência e ampliou seus horizontes de expectativas. Para, então, "compor a história a partir dos dois modos de ser, o da recordação e o da esperança",²⁴ esses agentes usufruíam da oportunidade de transpor esquemas conhecidos através de leituras de mundo e história e das interpretações de possibilidades de construção de futuro através do recurso humano da criatividade e, assim, da agência.

21 SEWELL JR., *op. cit.*, 2017b, p. 150.

22 KOSELLECK, *op. cit.*, p. 238.

23 *Ibidem*, p. 322 e p. 324.

24 *Ibidem*, p. 308.

A transponibilidade dos esquemas, a polissemia e imprevisibilidade dos recursos corroboram para a compreensão do alargamento entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa. Ou ainda que, ao ser agravada com a crise, essa imprevisibilidade se trona um fator de aprofundamento da distância entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa, característico da modernidade. Afirmção corroborada com a assertiva de que os recursos de Obes estavam em constante jogo de incerteza, os quais ele demonstrou buscar salvaguardar através dos constantes manejos de esquemas e recursos durante sua trajetória. Acrescidos aos recursos, os esquemas passavam por um processo de esfacelamento neste momento de crise, nada estava como antes e por isso experiência e expectativa se alargaram. Neste sentido, Obes exerceu sua agência através de transposições para construir cenários possíveis informado esquemas e munido por recursos que alimentaram suas experiências e, conseqüentemente, suas expectativas.

Assim, a crise que se apresenta aos homens que compartilham o tempo revolucionário ao qual Lucas Obes está inserido desarticula estruturas importantes. Essas estruturas podem ser sociais e políticas, como a não manutenção de sua posição hierárquica na sociedade caracterizada pelas suscetíveis prisões, exílios e confisco de bens aos quais foi submetido. Assim como a não manutenção de sua posição econômica explicitada pela busca por garantias ao desenvolvimento do comércio do porto de montevidéu junto à corte fluminense ameaçado pelas guerras civis decorrentes dos acontecimentos de 1807.

Em suma, quando estabelecida a crise, a desarticulação estrutural abre dúvidas, incertezas que descortinam espaços que possibilitam que aspectos culturais sejam praticados e processados de maneira livre, descortinando novas aplicações a circunstâncias diversas, da mesma maneira como “modos de poder” são dilatados a locais sociais inesperados.²⁵ Portanto, um horizonte de expectativa é aberto através da experiência de uma realidade em desmonte e inserta. Esse horizonte é construído também através da agência como capacidade do ator de reinterpretar e mobilizar recursos e esquemas conhecidos para arranjo distinto daquele antes organizado. Neste sentido, ele o modifica. Ademais, através do pressuposto de que experiências e expectativas “dirigem as ações concretas no movimento social e político” ao articular passado e futuro,²⁶ podemos colaborar com a compreensão de como um espaço de experiência foi constituído e explorado por Obes, e outros, através da circulação entre múltiplos projetos orientados pelo caráter hierarquizado da agência através do acesso a recursos de cada um.

25 SEWELL JR., *op. cit.*, 2017b, p. 251-252.

26 KOSELLECK, *op. cit.*, p. 308.

Lucas Obes, através da “agência inventiva”,²⁷ pode articular a manutenção e reprodução de estruturas, as quais, passíveis de mudança, são construídas e reiteradas por atores históricos. Visto que, estruturas “são conjuntos de esquemas que se sustentam mutuamente e de recursos que empoderam e restringem a ação social, e que tendem a ser reproduzidos por essa ação social”,²⁸ o percurso político de Lucas Obes pode ser descortinado através da compreensão da agência como uma habilidade criativa de manobrar recursos e esquemas, os quais conformam experiências e informam expectativas. Proponho, então, que Obes exerceu sua agência através de transposições para construir cenários possíveis, informado por esquemas e munido por recursos que alimentaram suas experiências e, conseqüentemente, suas expectativas.

Bibliografia

Fontes primárias

Museo Histórico Nacional de Montevideo
Fondo – Pablo Blanco Acevedo MHN-PBA

Fontes secundárias

ALONSO, Rosa *et al.* *La oligarquía oriental en la Cisplatina*. Tacuarembó; Colonia: Pueblos Unidos, 1970.

AVELAR, Alexandre. A retomada da biografia histórica. *Oralidades*, n. 2, p. 45-60, jul./dez. 2007.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *In*: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 183-191.

CARAPONALE, P. F. *Joaquín Infante e as independências ibero-americanas: uma biografia política*. 2019. 305 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

FERREIRA, Pablo. Nicolás Herrera en Río de Janeiro, 1815-1816. Una aproximación al exilio rioplatense en tiempos de guerra y revolución. *Páginas*, v. 14, n. 35, maio/ago. 2022.

27 SEWELL JR., *op. cit.*, 2017b, p. 158.

28 *Ibidem*, p. 150.

- FERREIRA, Paula. *Negócios, impressos e política: a trajetória pública de João Soares Lisboa (1800-1824)*. 2017. 426 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.
- JANCSÓ, István. Independência, independências. In: JANCSÓ, István. (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005. p.17-48.
- JANCSÓ, István. *Na Bahia, contra o império: história do ensaio de sedição de 1798*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.
- LE GOFF, Jaques. *Uma longa Idade Média*. Trad. Marcos de Castro. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 167-183.
- LEVILLAIN, Phillipe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, R. (org.). *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 141-184.
- MOHALLEM, L. da C. Cairu e a vertigem revolucionária: tempo, linguagem e epistemologia do conservadorismo (1772-1830). 2023. 261 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.
- PRADO, Fabrício. *El borde del Imperio: Redes transatlánticas y revolución en el Río de la Plata borbónico*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo, 2021.
- PIMENTA, João Paulo. *A independência do Brasil e a experiência hispano-americana (1808-1822)*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2015.
- PIMENTA, João Paulo. *Tempos e espaços das independências: a inserção do Brasil no mundo ocidental (c. 1780-1830)*. São Paulo: Intermeios, 2017.
- PIMENTA, João Paulo. *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo, Hucitec; Fapesp, 2006.
- SEWELL JR., W. H. *Lógicas da história: teoria social e transformação social*. Tradução de Caesar Souza. Petrópolis, RJ: Vozes. 2017.
- SEWELL JR., W. H. Uma teoria da estrutura. Dualidade, ação e transformação. In: SEWELL JR., W. H. *Lógicas da história: teoria social e transformação social*. Trad. Caesar Souza. Petrópolis: Vozes, 2017. p. 132-158.

- SCHIMIDT, Benito Bisso. Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura: biografia e ética. *História*, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 124-144, p. 124-144, jan./jun. 2014.
- SCHIMIDT, Benito Bisso. O gênero biográfico no campo do conhecimento histórico: trajetória, tendências e impasses atuais e uma proposta de investigação. *Anos 90: revista do Programa de Pós-Graduação em História*, Porto Alegre, n. 6, p. 165-192, dez. 1996.
- VIEIRA, Luís Otávio. *Origens da imprensa no Brasil: estudo prosopográfico dos redatores e editores de periódicos publicados entre 1808 e 1831*. 2019. 281 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Paoli e a Córsega na Era das Revoluções. Múltiplas perspectivas para a historiografia revolucionária

Daniel Gomes de Carvalho

Introdução

“Não houve um único acontecimento no Mediterrâneo a que não estivesse ligado um corso”.¹ Essa afirmação, construída à luz das dinâmicas do Mediterrâneo durante o longo século XVI, sem grandes dificuldades poderia ser transposta para a transição do século XVIII para o século XIX, a Era das Revoluções. Com efeito, o primeiro nome que vem à mente é o de Napoleone di Buonaparte. Filho dos “paolistas” Carlo e Letizia Bonaparte, o jovem corso transferiu-se para a França para estudar em Autun e, posteriormente, em Brienne, logo tendo seu destino entrelaçado com os eventos revolucionários.

Não obstante, se a história de Napoleão é de amplo e indiscutível (re)conhecimento, outro corso revolucionário, Pasquale Paoli (1725-1807), o “*babbu di a Patria*” (o pai da pátria), não teve a merecida atenção na historiografia. Em contraste, na própria época, sua importância para as revoluções era evidente. Isso se reflete na presença de três cidades chamadas Paoli nos Estados Unidos—no Colorado, Indiana e Pensilvânia—indicando que a Revolução Corsa e seu proeminente líder, Paoli, serviram como modelo e inspiração para a independência americana. Em 1780, jornais em Nova Iorque e Connecticut publicavam a seguinte nota a uma biografia do líder corso: “o caráter do General [Paoli] e do nosso ilustre Comandante em Chefe [George Washington] são tão similares que descrições feitas para o primeiro poderiam ser aplicadas para o segundo – bastaria substituir as palavras Córsega e Paoli por América e Washington”.²

1 BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico*. Lisboa: Martins Fontes, 1983. v. 1. p. 181.

2 BELL, David Aron. *Men on Horseback: The Power of Charisma in the Age of Revolution*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2020. p. 51-52.

Na Inglaterra, o primeiro-ministro britânico William Pitt, o Velho, descreveu Pasquale Paoli como “um daqueles homens que encontramos apenas nos livros de Plutarco”.³ Da mesma forma, Jean-Jacques Rousseau, que elaborou um projeto constitucional para a Córsega, fez uma observação categórica a esse respeito no décimo capítulo do segundo livro de *O Contrato Social* (1762):

Existe ainda na Europa um país capaz de legislação: é a ilha de Córsega. O valor e a constância com que este bravo povo soube recuperar e defender a sua liberdade, bem merecia que um homem sábio o ensinasse a conservá-la. Tenho o presentimento de que um dia esta pequena ilha fará o espanto da Europa.⁴

Tendo isso em vista, este capítulo se estrutura em três momentos. Primeiro, explora a inclusão e exclusão da perspectiva atlântica na historiografia revolucionária, de onde a importância (hoje, cada vez mais reconhecida) da Córsega. Em seguida, apresenta uma apreciação dos eventos fundamentais da Revolução na Córsega à luz de autores-chaves na historiografia contemporânea. Por fim, sugere, de maneira mais programática que conclusiva, como a abordagem da geo-história proposta por Braudel pode oferecer novas perspectivas para a compreensão da Revolução na Córsega.

Pensar a Era das Revoluções⁵

Os contemporâneos dos eventos revolucionários não tinham dúvidas de que os acontecimentos que testemunhavam só poderiam ser compreendidos em um contexto mais amplo. Dois textos de 1790, *Les Révolutions de Paris et de l'Europe*, de Antoine Tournon, e *Les Révolutions de France et de Brabant*, de Camille Desmoulins, descreviam as revoluções de sua época como processos históricos entrelaçados. Em 1787, Malesherbes angustiava-se com o “espírito de insurreição que passou da América para os Países Baixos católicos”, temendo que pudesse chegar “às províncias da França.” Os futuros girondinos Clavière e Brissot, em *De la France et des États-Unis* (1787) estavam convictos da “importância dos Estados Unidos para a felicidade da França.” Barnave na *Introduction à la Révolution française*, apresentava os eventos franceses como parte de “uma revolução europeia, da qual a França era o vértice”, uma percep-

3 BELL, David Aron. *Men on Horseback: The Power of Charisma in the Age of Revolution*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2020. p. 27.

4 ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O contrato social*. Oeiras: Presença, 2010. p. 65.

5 Algumas das conclusões e passagens desta seção foram retiradas de CARVALHO, Daniel Gomes de; PINHEIRO, Marcos Sorrilha. *As Revoluções Atlânticas: França e Estados Unidos*. In: *História Moderna*. São Paulo: Vozes, 2024.

ção igualmente reconhecida pelos contrarrevolucionários, como demonstrado pelo abade Barruel.⁶

Entre os pesquisadores, entretanto, por muito tempo, as Revoluções foram analisadas predominantemente sob uma perspectiva nacional. O conceito e o vocabulário da “história atlântica” surgiram em grande parte como decorrência das duas guerras mundiais, como resposta tanto a uma genuína investigação intelectual quanto aos interesses compartilhados de vários Estados. Desde os EUA durante a Primeira Guerra Mundial, como Walter Lippmann e Forrest Davis, até os estudos de Ross Hoffman em 1945, a ideia de uma “História Atlântica” foi associada à noção de uma “civilização” comum – liberal-democrática – que uniria os Estados Unidos e a Europa, identificando o Atlântico Norte como o verdadeiro herdeiro dos valores judaico-cristãos.⁷

Entre os historiadores, foram os trabalhos pioneiros de Jacques Godechot e Robert Palmer que aprimoraram o conceito de “revoluções atlânticas”. O marco nesse sentido foi a apresentação do texto *Le problème de l'Atlantique du XVIIIe au XXe siècle* no Congresso Internacional das Ciências históricas de Roma, em 1955. Nessa ocasião, eles propuseram a hipótese de uma “Revolução Atlântica” ou “Revolução Ocidental.” Os autores enfatizaram tanto a importância do tráfico atlântico para o desenvolvimento das burguesias europeias quanto a importação de novas culturas, como a batata, que desempenhou um papel crucial no crescimento demográfico europeu.

Na esteira desses trabalhos, entre 1959 e 1964, vieram à luz os dois volumes de *A Era das Revoluções Democráticas*, de Palmer.⁸ Nessa perspectiva, o processo revolucionário atlântico é compreendido como uma unidade coesa, com insurreições populares de caráter revolucionário ocorrendo em várias regiões: nas colônias inglesas da América entre 1770 e 1783; na Inglaterra em 1780; na Irlanda de 1780 a 1783; nas Províncias Unidas de 1783 a 1787; na Suíça, especialmente em Genebra, em 1768 e de 1781 a 1782; na França, a partir de 1775 com a “guerra da farinha” e, posteriormente, de 1787 a 1799; na Polônia, que adotou sua Constituição antes da França, de 1790 a 1794; e na Bélgica de 1787 a 1790.⁹

Assim, a Revolução Francesa não surgiu como um raio em céu sereno, mas como o culminar de um movimento muito mais amplo. Os princípios e ideias revolucionárias tiveram impacto significativo nos Bálcãs, na Rússia, e especialmente na Espanha e em Portugal. A ocupação francesa desses países

6 LEUWERS, Hervé. *La Révolution française*. Paris: Presses Universitaires de France, 2020. p. 24; GODECHOT, Jacques. As Grandes Correntes da Historiografia da Revolução Francesa, de 1789 aos Nossos Dias. *Revista de História*, v. 39, n. 80, p. 423-470, 1969. p. 458. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/128913>. Acesso em: 27 jul. 2024.

7 REILLY, William O'Reilly. Genealogies of Atlantic History. *Atlantic Studies*, v. 1, n. 1, p. 66-84, 2004.

8 PALMER, R. R. *The Age of Democratic Revolution*. Princeton: Princeton University Press, 2014.

9 GODECHOT, *op. cit.*, p. 459.

ajudou a provocar revoluções nas colônias entre 1810 e 1825. Desse modo, as Revoluções não terminaram com a Era Imperial, mas se estenderam até a Primavera dos Povos de 1848.¹⁰ Com isso, os fatores frequentemente associados às “causas” da Revolução Francesa, como dívidas públicas, impostos sobre os camponeses e privilégios fiscais da aristocracia, estavam longe de serem uma exclusividade francesa.

Valendo-se da noção tocquevilleana de democracia, Palmer argumentou que as revoluções ajudaram a desnaturalizar antigas desigualdades, desafiando o direito fundamentado na tradição e no costume. No entanto, Palmer não ignorava que, com exceções notáveis como o bispo de Ímola, Thomas Paine e Robespierre, a maioria dos líderes associava a ideia de democracia à degeneração e ao poder descontrolado das multidões. Antinacionalista e cosmopolita, a obra de Palmer se opunha tanto a uma historiografia patriótica que minimizava o caráter revolucionário da Independência das 13 Colônias quanto a uma historiografia marxista que reduzia o período revolucionário a uma mera “etapa” burguesa.

Entre a publicação do primeiro e do segundo volumes da obra de Palmer, Hannah Arendt lançou *On Revolution* (1961), que ainda é considerada um exemplo extremo de diferenciação entre as Revoluções Americana e Francesa. Para Arendt, enquanto a Revolução Americana buscava a liberdade – entendida como a participação nas questões públicas e a inclusão no mundo político – a Revolução Francesa desenvolveu o conceito de libertação, que implica que a Revolução (e o Estado) visam a nos liberar da necessidade. Arendt argumenta que, quando a política é orientada pela necessidade (ou libertação) em vez de ser orientada pela liberdade, abre-se espaço para diversos tipos de tirania: “Nada, podemos hoje afirmar, pode ser mais obsoleto do que a tentativa de libertar a humanidade da pobreza por meios políticos; nada pode ser mais inútil e perigoso”.¹¹

Em 1962, Eric Hobsbawm publicou o clássico *A Era das Revoluções*¹², no qual, já nos primeiros capítulos, enfatizava a singularidade da Revolução Francesa. Embora a importância da obra seja inquestionável, é evidente que Hobsbawm subestimou a relevância da Revolução Americana, relegada a uma nota de rodapé e excluída de seu famoso conceito de “dupla revolução”. De acordo com essa teoria, a Revolução Francesa foi crucial para moldar a política moderna, enquanto a Revolução Industrial Inglesa forneceu a base econômica do mundo contemporâneo.

Vale pontuar que, nas três obras, é gritante o silêncio sobre Revolução Haitiana, o que não se justifica pela falta de estudos, dado que o clássico *Os*

10 GODECHOT, *op. cit.*, p. 459.

11 ARENDT, Hannah. *Da Revolução*. Brasília: Editora UnB, 1988. p. 90.

12 HOBBSAWM, Eric J. *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848*. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

Jacobinos Negros, de C.L.R. James, data de 1938. Os três paradigmas, portanto, se irmanam no “silenciamento” do Haiti, para recorrermos ao conceito de Michel Truillot¹³ no clássico *Silenciando o Passado*. A própria ideia de uma “história atlântica”, a propósito, faz parte dessa disputa. Desse modo, autores como Eric Williams¹⁴, Paul Gilroy¹⁵, Peter Linebaugh e Marcus Rediker¹⁶ lançaram outros olhares sobre atlântico, entendido não apenas enquanto espaço de escravidão, mas também como espaço de liberdade, criação e resistência.

Se o paradigma das “revoluções burguesas”, hegemônico nos anos 1970, mal sobreviveu às críticas das décadas de 1980 e 1990, também hoje soa pouco convincente a ideia de uma história atlântica posicionada dentro de uma linha em direção à globalização ou à modernização.¹⁷ Desse modo, se há, conforme argumenta Armitage,¹⁸ uma retomada da ideia de Palmer a partir do paradigma da “história global”, conceitos como “revoluções atlânticas” ou “ocidentais” são (ou deveriam ser) empregados com cautela.

Hoje, entende-se que espaço das revoluções, por exemplo, inclui o Caribe (onde o Vodou, que tem suas raízes relacionadas às heranças do Golfo do Benin, é considerado ao lado do Iluminismo nas origens intelectuais das Revoluções), a Índia (onde os franceses enviaram tropas para apoiar o sultão Tippoo, rei do Mysore), a Colômbia (onde os trabalhos de Forrest Hylton sobre as relações guajiro-espanholas em Nova Granada são notáveis), e os Andes (onde o movimento de Tupac Amaru II oferece concepções alternativas de autodeterminação). Assim, trata-se de uma reavaliação crítica, que questiona e, em certa medida, corrige os pontos abordados e silenciados por Palmer.

Entre belgas, franceses e neerlandeses, por exemplo, havia uma ideia comum de liberdade tributária influenciada pela experiência colonial, o que levou alguns historiadores a afirmar que “toda Revolução é uma guerra de independência”.¹⁹ No entanto, como alerta Sarah Knott²⁰, essa visão não deve nos levar a concluir que a articulação entre os espaços revolucionários foi simplesmente “horizontal.” Em locais como o Egito e a Ilha de Java, as Revoluções também compreenderam os aspectos imperiais da moderna concepção de

13 TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o passado*. Curitiba: Huya, 2016.

14 WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

15 GILROY, Paul. *O Atlântico Negro*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2020.

16 LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. *A hidra de muitas cabeças*: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

17 ARMITAGE, David. Três conceitos de história atlântica. *História Unisinos*, v. 18, n. 2, p. 206-217, 2014.

18 No prefácio à reedição em PALMER, R. R. *The Age of Democratic Revolution*. Princeton: Princeton University Press, 2014.

19 DESAN, Suzanne; HUNT, Lynn; NELSON, William Max (org.). *The French Revolution in Global Perspective*. Nova York: Cornell University Press, 2013. p. 165.

20 KNOTT, Sarah. Narrating the Age of Revolution. *William & Mary Quarterly*, v. 73, n. 1, p. 3-36, 2016.

liberdade. Essa “extrema ambiguidade,” conforme descrito por Wallerstein, é crucial para compreendermos as revoluções de forma dialética, como processos de “progresso” e “contenção”.²¹

A Revolução Corsa

Assim, é através da reavaliação das perspectivas de Palmer e Godechot sob a ótica da história global que a Revolução na Córsega foi definitivamente integrada às histórias das Revoluções. Essa incorporação, semelhante ao que acontece com o Caribe, ocorre em parte como uma reação às limitações dos próprios Palmer e Godechot em relação à Córsega. De fato, enquanto o papel da Córsega é mencionado timidamente no capítulo XXIV da obra-magna de Palmer, três dos estudos contemporâneos mais significativos sobre a Era das Revoluções, os de Martin²², Bell²³ e Colley²⁴, ressaltam a importância central da Revolução Corsa nesse período.

Palmer parte de uma observação crucial, que vai ao encontro a perspectiva discutida aqui: “A Itália no século XVIII fazia parte da civilização europeia, e sua agitação revolucionária era autóctone, não importada da França”.²⁵ Essa observação não é meramente casual, mas está em consonância com um movimento historiográfico mais amplo na Itália pós-guerra. Na maior parte da historiografia italiana, a monarquia constitucional era vista como a norma histórica italiana, enquanto as tendências revolucionárias eram interpretadas como exógenas.

Assim, a Revolução na Itália era entendida como uma “abstração” – ou seja, seus princípios eram considerados irrelevantes para os problemas reais – e como uma “passividade” – ou seja, uma resposta a estímulos externos, sugerindo que a Itália não seria capaz de iniciar uma revolução por si mesma. A derrota do fascismo e o novo governo de 1946 proporcionaram um terreno fértil para que a historiografia italiana reencontrasse seu próprio passado republicano.²⁶

No entanto, apesar de reconhecer a importância da Itália como um todo – e de mencionar o *Giornale patriottico della Corsica* como o primeiro jornal revolucionário em língua italiana – as observações de Palmer sobre a

21 WALLERSTEIN, Immanuel. *Impensar a ciência social*. Aparecida: Ideias e Letras, 2006. p. 15-32.

22 MARTIN, Jean-Clément. *La revolución francesa*. Barcelona: Crítica, 2013.

23 BELL, David Aron. *Men on Horseback: The Power of Charisma in the Age of Revolution*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2020.

24 COLLEY, Linda. *A letra da lei: guerras, constituições e a formação do mundo moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

25 PALMER, R. R. *The Age of Democratic Revolution*. Princeton: Princeton University Press, 2014. p. 578.

26 *Ibidem*, p. 578-579.

Córsega não fazem justiça ao papel de Paoli. Palmer reduz Paoli a uma figura “antifrancesa” e “antirrevolucionária” em seus últimos anos.²⁷ Além disso, de forma imprecisa, os Bonaparte são apresentados como os defensores da Revolução na ilha, em contraste com os paolistas, o que não corresponde à complexidade da situação.

Atualmente, outras perspectivas têm maior força na historiografia. Segundo Martin, a Era das Revoluções marca a “entrada da Europa e de suas colônias atlânticas em um novo ‘regime de historicidade’, quando as categorias de pensamento atribuem um novo valor ao futuro, promovem visões secularizadas do mundo e conferem autonomia às ações humanas, começando pela esfera política”.²⁸ Nesse contexto, Martin considera a Córsega um dos primeiros exemplos dessa transformação, destacando como Paoli tentou estabelecer “um regime político inovador em nome do povo soberano, após libertar a ilha da dominação genovesa”.²⁹

Assim, a Revolução na Córsega, descrita como um “laboratório das constituições modernas”³⁰, serviu de inspiração para a filosofia iluminista, desafiando-nos a reconsiderar as interações entre os Iluminismos e as Revoluções. Estas últimas também atuaram como fontes de inspiração crítica para os primeiros. O caso de Paoli, ademais, ilustra bem a pluralidade do Iluminismo, pois seus posicionamentos políticos combinam elementos do tomismo da Escola de Salamanca, do republicanismo inglês, do contratualismo de Rousseau, além de seu conhecimento das obras de Lívio, Plutarco, Horácio e Políbio.

Linda Colley, assim como Martin, inicia sua narrativa sobre a história das Constituições com Paoli, destacando-o como uma figura que “em breve se tornará uma celebridade, aparecendo em livros, cartas, jornais, poesias, artes, panfletos e canções. Admiradores dos dois lados do Atlântico o compararão a Epaminondas, o lendário general que libertou Tebas do domínio espartano”.³¹ *Um relato da Córsega* (1768), de James Boswell, um best-seller traduzido para francês, alemão, holandês e italiano, descrevia Paoli como um homem que “vivia nos tempos dos antigos”.³² Este texto do futuro autor de *A Vida de Samuel Johnson* foi crucial para tornar Paoli conhecido em toda a Europa do século XVIII.

É nesse sentido que David Bell começa sua análise do carisma na Era das Revoluções com Paoli, destacando-o como “o mais proeminente exem-

27 PALMER, *op. cit.*, p. 585-586.

28 MARTIN, *op. cit.*, p. 21,

29 *Ibidem*, p. 21.

30 *Ibidem*, p. 22.

31 COLLEY, *op. cit.*, p. 25.

32 BELL, *op. cit.*, p. 23.

plo do líder carismático revolucionário nos novos moldes”³³ antes de George Washington. Em diálogo com os trabalhos de Darrin McMahon³⁴ e Antoine Lilti³⁵, Bell argumenta que o carisma de Paoli era caracterizado por atributos como a natureza, o gênio e a celebridade, o que se deve em grande parte ao estilo “melodramático”³⁶ de Boswell. A importância do texto de Boswell é ainda mais evidenciada pelo fato de Napoleão Bonaparte, em suas referências à Córsega, cometer os mesmos erros de datação encontrados na tradução italiana da obra de Boswell.³⁷ Isso sublinha a influência crucial desse texto na formação da percepção europeia de Paoli.

Originário de uma família de exilados em Nápoles – seu pai, Giacinto Paoli, havia participado de uma revolta corsa contra o domínio genovês —, em 1755 Paoli atendeu ao chamado de seu irmão Clemente. Ele abandonou seu posto militar na ilha de Elba para unir-se ao levante contra a dominação genovesa na Córsega. Em julho daquele ano, Paoli foi eleito *capo generale politico e economico* da Córsega e, quatro meses depois, redigiu um documento de dez páginas intitulado *Costituzione*. O preâmbulo do texto afirmava:

A Dieta Geral do povo da Córsega, senhores legítimos de si mesmos, convocada de acordo com a forma [estabelecida pelo] General [Paoli] na cidade de Corte, nos dias 16, 17 e 18 de novembro de 175. Tendo reconquistado a liberdade, desejando dar uma forma durável e permanente a seu governo transformando-o numa Constituição destinada a garantir o bem-estar da nação, [a Dieta] ordenou e decreta .³⁸

Na Córsega independente, em vez das esporádicas assembleias (*consulte*) anteriores, foi estabelecida uma Dieta Geral, que deveria se reunir anualmente e seria liderada por Paoli, o qual assumia o cargo de general vitalício com amplos poderes. Apesar disso, Paoli, que ficara quatorze anos à frente da ilha, era obrigado a redigir um relatório anual sobre suas ações.

A partir de então, todos os homens com mais de 25 anos poderiam votar e se candidatar às eleições para a Dieta, promovendo um nível sem precedentes de participação política na ilha.³⁹ Boswell chegou a descrever a Córsega como a mais “completa e bem ordenada democracia”.⁴⁰ Seguindo um argumento que seria reiterado durante a Revolução Francesa, Paoli afirmava:

33 BELL, *op. cit.*, p. 32.

34 MCMAHON, Darrin. *Divine fury: A history of genius*. Nova Iorque: Basic Books, 2013.

35 LILTI, Antoine. *A invenção da celebridade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

36 BELL, *op. cit.*, p. 42.

37 BELL, *op. cit.*, p. 51.

38 COLLEY, *op. cit.*, p. 27.

39 *Ibidem*, p. 28.

40 BELL, *op. cit.*, p. 31.

“Se o voto, que o corso tanto valoriza, não passa de uma ficção risível, qual seria o interesse em defender o país?”.⁴¹ Assim, a ampliação dos direitos políticos era vista como essencial para assegurar o engajamento da população corsa nas guerras.

Em 1765, a República de Gênova parecia estar à beira da derrota diante dos corsos. Aproveitando-se dessa situação, as elites genovesas, endividadas, venderam a Córsega à França para saldar suas dívidas. Com a aquisição da ilha, a França visava consolidar sua posição de poder na região. Em julho do mesmo ano, tropas francesas desembarcaram na Córsega para implementar a administração francesa. É crucial notar que essa mudança ocorreu durante a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), um período em que a França estava sobrecarregada por conflitos globais. Esse envolvimento francês em múltiplas frentes proporcionou uma vantagem estratégica aos corsos: “Foi esse nível elevado de distração francesa devido à Guerra dos Sete Anos [...] que ofereceu a Paoli uma oportunidade favorável”.⁴²

Finalmente, na batalha de Ponte Novu, Paoli foi derrotado e forçado ao exílio na Inglaterra. Lá, foi acolhido por James Boswell e recebeu apoio dos whigs raicais, o partido popular de John Wilkes. Na Inglaterra, Paoli se tornou “encarnação do espírito de liberdade, e cristaliza a esperança de todos os partidários da ideia de dar uma Constituição ao Estado”.⁴³

Sua influência foi evidenciada na proliferação de retratos e poemas dedicados a ele, incluindo o *The Paoliad*, que retratava a Córsega como um modelo de virtude que os britânicos, considerados degenerados, deveriam buscar emular. No círculo de Wilkes, encontrava-se também em Londres Jean-Paul Marat, de origem italiana, que publicou em 1774 *As Cadeias da Escravidão*. Nesse contexto, “a república se converte então em horizonte de expectativas para numerosos europeus nutridos pelas reflexões ‘republicanas’ dos pensadores inspirados pela ‘primeira ilustração’ em finais do século XVII”.⁴⁴

Na América do Norte, Paoli tornou-se um símbolo de resistência durante a crise do Stamp Act. O editor do *The New York Journal* descreveu Paoli como “o maior homem da terra”, e as saudações ao “verdadeiramente heroico Paoli” eram comuns nas reuniões dos Sons of Liberty em Filadélfia e Boston. De fato, um dos barcos de John Hancock recebeu o nome de Paoli.⁴⁵

Enquanto isso, na Córsega, o ex-paolista Carlo Buonaparte reconciliou-se com os franceses e conseguiu para sua família uma posição na pequena nobreza. Seus filhos, Joseph e Napoleão, foram enviados para a França, onde

41 COLLEY, *op. cit.*, p. 31.

42 *Ibidem.* p. 32.

43 MARTIN, *op. cit.*, p. 21,

44 *Ibidem.* p. 22,

45 BELL, *op. cit.*, p. 26-26.

Napoleão estudou na escola militar de Brienne, no Norte da França. Apesar das provocações que sofreu devido ao seu sotaque e aparência, seu destino ficou irrevogavelmente ligado à história revolucionária. É interessante notar que, em seus escritos de juventude, como as *Lettres sur la Corse*, Napoleão retratava Paoli com a grandeza dos heróis de Plutarco.

Trinta anos após a falha da Revolução Corsa, a Revolução Francesa reconheceu sua dívida com a Córsega: em 30 de novembro de 1789, a Assembleia Nacional incorporou a ilha ao território francês com os mesmos direitos das demais regiões.⁴⁶ Em 1790, Paoli foi recebido em Paris, saudado por Mirabeau e Robespierre, e declarou que, unidas pela Revolução, as duas nações não precisavam mais buscar independência. Assim, “Paoli aderiu sem reservas à Revolução”⁴⁷ em seu momento monárquico-constitucional, o que invalida a referida avaliação de Palmer.

Durante a Revolução Francesa, Paoli não foi um contrarrevolucionário, mas um anglófilo antijacobino que defendia uma monarquia constitucional nos moldes ingleses. Sua oposição à família Bonaparte não se limitava apenas às divergências sobre os eventos franceses, mas também se enraizava em conflitos específicos da Córsega, como o antigo vínculo de Carlo Buonaparte com o conde de Marbeuf e os próprios erros cometidos por Napoleão em sua atuação na ilha.

A guerra contra os ingleses exacerbou a desconfiança dos deputados franceses em relação a Paoli, uma oportunidade que os Bonaparte souberam explorar habilmente.⁴⁸ De fato, assim como o jovem Napoleão foi empurrado para o campo jacobino mais por circunstâncias como a revolta federalista do que por convicções pessoais, Paoli foi rotulado de “contrarrevolucionário” não tanto por sua oposição às mudanças, mas por sua posição singular nos eventos revolucionários, que envolveu exílio e longos anos sob domínio francês. Após o fracasso do reino anglo-corso (1794-1796), Paoli retornou ao exílio e faleceu em Londres em 1807.

Uma revolução mediterrânea?

A análise de Palmer sobre a Córsega destaca a disputa entre democracia e aristocracia no contexto revolucionário. Colley, por sua vez, enfoca o impacto da Guerra dos Sete Anos, enquanto Bell explora a questão da liderança carismática e Martin examina o evento através da tradição republicana e das

46 CARVALHO, Daniel Gomes de. *Revolução Francesa*. São Paulo: Contexto, 2022. p. 29-30.

47 FILIPPI, Antoine-Baptiste. La Corse à l'avant-garde des révolutions libérales et nationales (1729-1804). *Diplomatie*, n. 108, p. 91-95, mar./abr. 2021. p. 95.

48 ZAMOYSKI, Adam. *Napoleão: o homem por trás do mito*. São Paulo: Planeta, 2020. . p. 71-84.

perspectivas de Koselleck. Sem desmerecer a importância e a relevância dessas abordagens, este texto propõe a possibilidade de pensar, à luz de Braudel, uma outra perspectiva para compreender a Revolução na Córsega.

De fato, essas análises frequentemente negligenciam as peculiaridades insulares da Córsega, que revelam elementos de longa duração cruciais para compreender o período paolista. Em *O Século de Luís XIV* (1751), no qual há um capítulo consagrado à Córsega, Voltaire, atento a esses aspectos, escreveu que “era mais fácil para os corsos conquistar Pisa e Gênova do que para Gênova e Pisa subjugar os corsos, pois esses insulares eram mais robustos e mais corajosos do que seus dominadores.” Porém, o mesmo Voltaire constatava: “todos os seus vizinhos buscaram dominá-la”.⁴⁹

Localizada no Mediterrâneo Ocidental, a Córsega, vista por Braudel como um “continente em miniatura”, estava a apenas cem milhas marítimas da França, no epicentro das disputas entre as potências europeias. Exposta às complexas dinâmicas marítimas, uma “ilha pode muitas vezes funcionar como uma espécie de laboratório a partir do qual é possível descobrir a história geral do mar”.⁵⁰ O mar, assim, é percebido como fonte de perigos. Não por acaso, Letícia Bonaparte, a mãe de Napoleão, “não cessou de desencorajar o filho a ingressar na marinha”.⁵¹

Vale destacar como, após ressaltar a presença corsa em todo o Mediterrâneo no século XVI, Braudel recorda a disputa entre franceses e genoveses pelo domínio da Córsega. Ele observa que “os corsos do século XVI suportam mal o domínio de Gênova”, enquanto a “política francesa consegue semear a revolta na ilha” devido a uma “ligação vital entre um país rico em espaço disponível e uma ilha demasiado rica em homens”.⁵² Embora, no século XVIII, a França não estivesse mais tão aberta à emigração corsa como no século XVI, a ilha continuava a ser crucial nas disputas político-comerciais da época.

Durante sua visita à Córsega em 1765, James Boswell notou que, embora a ilha tivesse muitos portos úteis, faltavam-lhe recursos econômicos e mão de obra qualificada para construir uma marinha eficiente.⁵³ Assim, a proteção militar francesa, que Braudel destacou no século XVI, continuava a desempenhar um papel significativo no século XVIII.

Desse modo, essa reflexão nos leva a destacar uma dimensão mediterrânea das Revoluções, que coexiste com as dimensões atlânticas e globais mencio-

49 VOLTAIRE. Précis du siècle de Louis XV. In: VOLTAIRE. *Oeuvres complètes de Voltaire*. Paris: Garnier, 1878. Tomo XV. p. 406-417.

50 BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico*. Lisboa: Martins Fontes, 1983. v. 1. p. 174.

51 FILIPPI, *op. cit.*, p. 91.

52 BRAUDEL, *op. cit.*, 1983, p. 183.

53 COLLEY, Linda. *A letra da lei: guerras, constituições e a formação do mundo moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. p. 31.

nadas. Isso se reflete no caráter e na extensão do domínio de Paoli. O controle genovês sobre a Córsega, estabelecido desde o final da Idade Média, estava centrado nos portos de Bastia, no nordeste, e Ajácio, no sudoeste, e até hoje pode ser recordado pelo arquipélago de torres genovesas que marcam a paisagem da ilha. Essas localidades eram estrategicamente importantes para proteger as rotas marítimas da região. Ajácio, situada em uma baía protegida e cercada por colinas suaves, estende-se ao longo da costa, com um porto natural que facilita o acesso ao mar Mediterrâneo. Em contraste, o interior montanhoso da ilha, de pouco interesse econômico, era considerado pelos genoveses como uma região “selvagem”, cuja dominação era vista como impraticável.⁵⁴

As populações nativas mantiveram seus costumes tradicionais e estiveram em constante conflito com as autoridades portuárias.⁵⁵ A Revolução ocorreu, portanto, em uma Córsega marcada pela pobreza, com escassez de recursos minerais, atravessada por montanhas íngremes e dividida em centenas de comunas semiautônomas⁵⁶ – “e muitas das ilhas mediterrâneas são, na verdade, autênticas montanhas”.⁵⁷

Paoli, dessa maneira, se instalou na cidade de Corte, posicionada em uma região montanhosa do interior da Córsega, 80 km a noroeste de Ajácio. A cidade se ergue sobre uma colina rochosa, proporcionando uma vista panorâmica da paisagem circundante. Esta localização estratégica no coração das montanhas a torna um ponto de defesa natural e um centro importante para a organização política e militar.

Dessa forma é de Corte, cercada por uma rede de montanhas íngremes e rios de águas cristalinas, que Paoli proclamou a independência e atuou firmemente em favor da drenagem de pântanos, da construção de estradas e da abertura de pedreiras, visando a superar os “condicionalismos” que explicam a “pouca atividade que se registra no interior das ilhas”.⁵⁸

Durante a Revolução, portanto, Paoli governava principalmente o interior da Córsega, enquanto as áreas portuárias ao longo da costa permaneciam, em grande parte, sob controle genovês e, posteriormente, francês. Assim, uma perspectiva geo-histórica nos leva a conclusão de que a centralização da sua Constituição não apenas refletia um republicanismo autoritário, mas também expressava uma ambição de longa duração do interior montanhoso tomar controle do litoral, a qual foi possibilitada pelo contexto da Guerra dos 7 Anos e da Ilustração. A “contradição”⁵⁹ entre montanha e litoral também se

54 ZAMOYSKI, Adam. *Napoleão: o homem por trás do mito*. São Paulo: Planeta, 2020. p. 29.

55 *Ibidem*, p. 29.

56 COLLEY, *op. cit.*, p. 30.

57 BRAUDEL, *op. cit.*, 1983, p. 181.

58 *Ibidem*, p. 177.

59 *Ibidem*, p. 63.

manifesta na rivalidade entre Paoli e a família Bonaparte: vale lembrar que o clube jacobino da Córsega, ao qual Napoleão pertencia, estava localizado em Ajácio, destacando ainda mais a tensão entre a montanha e o litoral na dinâmica política da época.

Longe de esgotar um assunto cuja complexidade transcende um texto de breves proporções, este estudo, utilizando o caso específico da Córsega, buscou explorar de forma sucinta as diversas perspectivas para a interpretação do período revolucionário, incluindo abordagens atlânticas, democrático-liberais, marxistas, globais e coloniais. Conclui-se destacando os aspectos mediterrânicos dos conflitos, o que adverte a respeito da importância da consideração geo-histórica e de longa duração na análise dos eventos dos séculos XVIII e XIX.

O tempo das revoluções é caracterizado por uma consciência de ruptura, repleta de “declarações metafóricas que novamente desafiam as categorias de compreensão do mundo”.⁶⁰ A leitura de longa duração, que contrasta com o que a própria época dizia sobre si, é essencial para uma compreensão crítica e historiográfica. Embora, como reconheceu Braudel⁶¹, Tocqueville tenha sido pioneiro nessa abordagem do ponto de vista da centralização e da democracia, uma análise geo-histórica compreensiva das revoluções ainda é um trabalho a ser realizado.

Referências

- ARENDDT, Hannah. *Da Revolução*. Brasília: Editora UnB, 1988.
- ARMITAGE, David. Três conceitos de história atlântica. *História Unisinos*, v. 18, n. 2, p. 206-217, 2014.
- BELL, David Aron. *Men on Horseback: The Power of Charisma in the Age of Revolution*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2020.
- BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico*. Lisboa: Martins Fontes, 1983. v. 1.
- BRAUDEL, Fernand. Prefácio. In: TOCQUEVILLE, Alexis de. *Lembranças de 1848: as Jornadas Revolucionárias em Paris*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- CARVALHO, Daniel Gomes de. *Revolução Francesa*. São Paulo: Contexto, 2022.

60 MARTIN, Jean-Clément. *La revolución francesa*. Barcelona: Crítica, 2013. p. 21.

61 BRAUDEL, Fernand. Prefácio. In: TOCQUEVILLE, Alexis de. *Lembranças de 1848: as Jornadas Revolucionárias em Paris*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 19-38.

- CARVALHO, Daniel Gomes de; PINHEIRO, Marcos Sorrilha. As Revoluções Atlânticas: França e Estados Unidos. In: *História Moderna*. São Paulo: Vozes, 2024.
- COLLEY, Linda. *A letra da lei: guerras, constituições e a formação do mundo moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- DESAN, Suzanne; HUNT, Lynn; NELSON, William Max (org.). *The French Revolution in Global Perspective*. Ithaca, NY, EUA: Cornell University Press, 2013.
- FILIPPI, Antoine-Baptiste. La Corse à l'avant-garde des révolutions libérales et nationales (1729-1804). *Diplomatie*, n. 108, p. 91-95, mar./abr. 2021.
- GILROY, Paul. *O Atlântico Negro*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2020.
- GODECHOT, Jacques. As Grandes Correntes da Historiografia da Revolução Francesa, de 1789 aos Nossos Dias. *Revista de História*, v. 39, n. 80, p. 423-470, 1969. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revhis-toria/article/view/128913>. Acesso em: 27 jul. 2024.
- HOBSBAWM, Eric J. *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848*. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- HYLTON, Forrest. “The sole owners of the land”: Empire, war, and authority in the Guajira Peninsula, 1761–1779. *Atlantic Studies*, v. 13, n. 3, p. 315-344, 2016.
- JAMES, Cyril Lionel Robert. *Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- KNOTT, Sarah. Narrating the Age of Revolution. *William & Mary Quarterly*, v. 73, n. 1, p. 3-36, 2016.
- LEUWERS, Hervé. *La Révolution française*. Paris: Presses Universitaires de France, 2020.
- LILTI, Antoine. *A invenção da celebridade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- MARTIN, Jean-Clément. *La revolución francesa*. Barcelona: Crítica, 2013.
- MCCMAHON, Darrin. *Divine fury: A history of genius*. Nova Iorque: Basic Books, 2013.
- PALMER, R. R. *The Age of Democratic Revolution*. Princeton: Princeton University Press, 2014.

- REILLY, William O'Reilly. Genealogies of Atlantic History. *Atlantic Studies*, v. 1, n. 1, p. 66-84, 2004.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O contrato social*. Oeiras: Presença, 2010.
- TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o passado: poder e a produção da história*. Curitiba: Huya, 2016.
- VOLTAIRE. Précis du siècle de Louis XV. In: VOLTAIRE. *O Euvres complètes de Voltaire*. Paris: Garnier, 1878. Tomo XV.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Impensar a ciência social: os limites dos paradigmas do século XIX*. Aparecida: Ideias e Letras, 2006.
- WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ZAMOYSKI, Adam. *Napoleão: o homem por trás do mito*. São Paulo: Planeta, 2020.

As acelerações técnica e de mudança social na sociedade soviética: o campo aeroespacial, suas possibilidades e o cenário doméstico da URSS entre as décadas de 1950 e 1960¹

Gianfranco Caterina

“Modernidade diz respeito a acelerar o tempo”.² A citação de Peter Conrad lembrada por Hartmut Rosa sublinha o que o sociólogo alemão classifica como “a experiência fundamental da modernização”.³ São de particular interesse para minha agenda de pesquisa as duas primeiras “dimensões fundamentais da aceleração social” caracterizadas por Rosa: a *aceleração técnica* e intencional de processos visando um objetivo e a *aceleração da mudança social*, compreendida, sobretudo, na melhora de índices de transformação social (renda, moradia, assistência médica, maior proeminência de técnicos na sociedade, etc.).

Ambas as dimensões dialogam diretamente com a autorrepresentação internacional da União Soviética a partir da ascensão de Nikita Khrushchev e ao longo do período em que liderou a URSS da segunda metade dos anos 1950 até 1964. Os êxitos com o lançamento do primeiro satélite artificial (*Sputnik-1*) em 1957 e os avanços científicos relacionados ao programa espacial (com o primeiro voo de um humano realizado por Yuri Gagarin em 1961) tiveram enorme repercussão internacional, de modo a despertar admiração, respeito e surpresa em todo o mundo. Avanços importantes na propulsão de foguetes, projeto e materiais possibilitaram avanços antes inimagináveis (ou que levariam décadas) em poucos anos. Após apenas dez anos de os norte-americanos terem conseguido construir uma aeronave que havia atingido velocidade supersônica e voltado seguramente ao solo, a URSS lançou o *Sput-*

1 Agradeço ao Prof. Rafael Marquese pelos comentários e sugestões.

2 ROSA, Hartmut. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na Modernidade*. São Paulo: Unesp, 2019. p. 598.

3 *Ibidem*, p. 598.

nik-1. Ainda na mesma época, seguindo uma trilha de impressionante aceleração do tempo no transporte aéreo e exploração do espaço, cientistas britânicos, franceses, norte-americanos e soviéticos começavam seus projetos para desenvolver uma aeronave de transporte de passageiros supersônica.⁴

Em Moscou, esse otimismo com as perspectivas futuras e acirrado senso de competição foi possível graças ao ótimo desempenho da economia soviética comparada às ocidentais ao longo da segunda metade da década de 1950. Tal feito – centrado sobremaneira em índices de crescimento econômico – acelerou mudanças sociais domésticas importantes. As duas dimensões de aceleração social foram vetores fundamentais na autorrepresentação internacional soviética, propaganda ideológica e nas relações bilaterais com países de Terceiro Mundo.

A sociedade soviética, no entanto, não teve êxito, a longo prazo, em “se estabilizar dinamicamente” – condição necessária para ser moderna.⁵ Um descompasso entre as três formas de aceleração pode, segundo o sociólogo alemão, ser o fundamento de uma crise. No caso soviético, um aumento na oferta de bens de consumo, melhora na renda média, assistência médica e expansão da habitação geraram uma ampliação significativa das expectativas no início dos anos 1960, que não tiveram como ser cumpridas pela estrutura de uma economia planificada – a mesma responsável por uma expressiva aceleração da dinâmica social num primeiro momento.

O texto está estruturado em dois itens. No primeiro, apresentamos a definição de *aceleração técnica* de Rosa e buscamos apresentar e analisar alguns dados sobre a aceleração do transporte aéreo ocorrida entre o final da Segunda Guerra Mundial e meados da década de 1970. Enfatizamos, analisamos e exemplificamos que a aceleração técnica no transporte aéreo teve um salto significativo durante esse período e que o aumento nas velocidades médias esteve longe de ser linear quando examinado desde 1500 até o presente. Em seguida, analisamos a recepção doméstica ao primeiro voo espacial de Yuri Gagarin na URSS utilizando a definição de *aceleração de mudança social* de Rosa e enfatizando como a recepção desse episódio de *aceleração técnica* foi capaz de evidenciar e aguçar as principais tensões presentes na sociedade soviética. Por último, breves considerações finais são apresentadas.

4 Os projetos britânico e francês terminariam por se fundir num acordo assinado pelos governos dos dois países em 1962 que resultaria na produção do Aérospatiale/BAC Concorde. Já o projeto soviético daria origem ao Tupolev Tu-144. Ambos fariam seu primeiro voo no final da década de 1960 e entrariam em operação em meados da década seguinte. Ao contrário do Concorde, no entanto, o Tu-144 realizaria pouquíssimos voos regulares a partir de 1977 e seria aposentado já em 1979. Os norte-americanos da Boeing abandonariam o projeto de uma aeronave de transporte de passageiros supersônica devido a seu custo elevado e buscariam uma estratégia de mercado distinta.

5 ROSA, Hartmut. *Accleração: a transformação das estruturas temporais na Modernidade*. São Paulo: Unesp, 2019. p. xi.

Aceleração técnica: o transporte aéreo de passageiros entre 1945 e 1969

Rosa caracteriza como “a mais evidente e mais consequente” mostra da moderna aceleração a “intencional aceleração técnica e, sobretudo, tecnológica (ou seja, maquinal) de processos direcionados a um objetivo”.⁶ O mesmo autor caracteriza os processos de transporte, comunicação e produção (bens e serviços) como exemplos “paradigmáticos”.⁷ Sublinha ainda que essa forma de aceleração é “a mais simples de ser medida e verificada”.⁸

Segundo o sociólogo alemão, a história da aceleração e da velocidade de locomoção da sociedade pré-moderna até o presente é muito conhecida e documentada tendo origem em viagens a pé, depois a cavalo, passando por navios a vapor, trens, automóvel, avião e espaçonave – apesar de ele não mencionar que esse veículo não transporta pessoas de forma sistemática. Ele estima que no decorrer desse longo processo histórico, a velocidade máxima alcançada passou de aproximadamente 15 km/h para mais de 1.000 km/h – se considerarmos as viagens espaciais, por um fator por volta de 100.⁹ Rosa ressalta também que os limites das velocidades máximas de diversas formas de locomoção também aumentaram muito ao longo do tempo (automóveis, locomotivas, aviões e espaçonaves são exemplos claros).¹⁰

Para atestar a validade da tese de um “aumento da mobilidade e dinamicidade da sociedade”, mais importante do que as velocidades máximas, no entanto, seria a “elevação da *média* da velocidade de locomoção”.¹¹ Sem entrar em detalhes nem fazer estimativas numéricas, Rosa afirma que a “medida mais exata possível para definir essa forma de aceleração social” seria estabelecer “a quantidade de bens e pessoas que são movimentados por unidade de tempo e sua velocidade média de locomoção”.¹²

Os ganhos de velocidade no transporte estão na “raiz” da experiência moderna de “contração do espaço”.¹³ A experiência espacial, como argumenta Rosa, está intimamente ligada à duração temporal necessária para realizar sua transposição. Houve, dessa forma, ainda segundo o mesmo autor, uma “transformação da consciência espaço-temporal”, evidenciada sobretudo na “crescente desvinculação da percepção espacial em relação ao lugar e da per-

6 ROSA, Hartmut. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na Modernidade*. São Paulo: Unesp, 2019. p. 141,

7 *Ibidem*, p. 141.

8 *Ibidem*, p. 141.

9 *Ibidem*, p. 141.

10 *Ibidem*, p. 141-142.

11 *Ibidem*, p. 142..

12 *Ibidem*, p. 142..

13 *Ibidem*, p. 142..

cepção temporal em relação ao espaço”.¹⁴ Essa desvinculação, argumentamos, seria ainda mais crítica no transporte aéreo de passageiros – principalmente a partir da era do motor a jato (final dos anos 1950) –, já que com o aumento da velocidade e da altitude de cruzeiro das aeronaves, as referências visuais no solo se tornaram inexistentes ao longo da maior parte do voo.¹⁵ Calcula-se que, desde a Revolução Industrial, o mundo teria encolhido “para cerca de um sexto de seu tamanho original”.¹⁶

Ao mencionar Harvey (1990), entretanto, para exemplificar esse “encolhimento do espaço por meio da aceleração do transporte” desde cerca de 1500, Rosa deixa de destacar que essa aceleração ao longo de mais de 450 anos não foi, de maneira alguma, linear.¹⁷ Ou seja, se ao longo dos primeiros 430 anos, aproximadamente, tivemos um aumento de cerca de 6,5 vezes da velocidade (das embarcações à vela às locomotivas a vapor; 16km/h para 104km/h), do imediato pós-Segunda Guerra Mundial até o final da década de 1960 – com o rápido emprego em massa de motores turboélice e turbojato, além de avanços no conhecimento de aerodinâmica de alta velocidade e no emprego de materiais aeronáuticos –, tivemos, em menos de trinta anos, um incrível aumento de cerca de quatro vezes na velocidade de cruzeiro de aeronaves de transporte de passageiros. Na tabela abaixo, reunimos o tempo gasto (em média) para realizar uma viagem aérea de Londres a Nova York entre 1949 e 1977. Integramos no mesmo quadro, o tipo de aeronave (os exemplos são relativos a voos da British Airways), início das operações e velocidade de cruzeiro. Em relação ao transporte aéreo especificamente, percebe-se claramente um salto técnico durante esse período que engloba três avanços científicos impressionantes: pressurização da cabine de passageiros, adoção de motores a jato e viabilização de uma aeronave de transporte de passageiros supersônica. Os três avanços são inter-relacionados: a pressurização da cabine de passageiros possibilitou um aumento significativo na altitude de cruzeiro, otimizando o uso dos motores a jato em altitudes mais elevadas, nas quais o ar é mais rarefeito e o arrasto aerodinâmico é muito menor. Isso acarretou seguidos ganhos de eficiência e maior conforto aos passageiros. O último estágio desse avanço seria, por assim dizer, o emprego de uma aeronave supersônica.

14 ROSA, *op. cit.*, p. 191; 194.

15 *Ibidem*, p. 195.

16 *Ibidem*, p. 143.

17 *Ibidem*, p. 195.

Tabela 1 – Voos da British Airways de Londres a Nova York (1949-1977)¹⁸

Aeronave	Início das operações	Velocidade de cruzeiro (aproximada)	Tempo de voo (aproximado)
Boeing Stratocruiser	Dez. 1949 (cabine pressurizada)	550km/h (1 parada)	19h45min
Douglas DC-7C	Mar. 1957	570km/h	13h
De Havilland Comet 4	Out. 1958 (a jato)	810km/h	8h30
Boeing 707	Mai 1960	920km/h	8h
Aérospatiale/BACConcorde ¹⁹	Nov. 1977 (supersônico)	2.200km/h (Mach 2)	3h30min

De acordo com a tabela, chega-se a um fator de aproximadamente 5,6 (tempo cronológico) para percorrer o trajeto de Londres a Nova York entre 1949 e 1977. Assim, em um intervalo de menos de trinta anos, calcula-se que era 5,6 vezes mais rápido cruzar o Oceano Atlântico a bordo de uma aeronave. É discutível, portanto, a afirmação de Rosa de que a “revolução dos transportes” teria atingido o seu “apogeu nos fins do século XIX e início do século XX”.²⁰

Se o potencial “dinamizador” trazido pela “revolução dos transportes”, como argumenta Rosa, consistia em “transportar pessoas e bens em número e velocidade crescentes sobre a superfície terrestre”, o fato de o transporte supersônico de passageiros não ter sido massificado – como imaginado originalmente por muitos nas décadas de 1950 e 1960 – não diminuiu essa impressionante aceleração (mesmo que circunscrita, até certo ponto) no transporte aéreo ao longo do último quarto do século XX.²¹ O Concorde seria finalmente aposentado em 2003, mas o eco de projetos ambiciosos iniciados no final dos anos 1950 na área da aviação civil é ouvido até hoje, quando são apresentadas novas aeronaves supersônicas para transporte de passageiros que podem entrar em operação até o final desta década e retomar a aceleração perdida nesse campo do conhecimento.

18 Tabela organizada pelo autor. Dados obtidos em <https://www.britishairways.com/en-us/information/about-ba/history-and-heritage/explore-our-past/1940-1949> e Angelucci (1982).

19 O primeiro voo experimental do Concorde foi realizado em janeiro de 1969. Devido ao alto custo do projeto, adiamentos, diversas desistências de companhias aéreas que tinham se comprometido com o projeto e, principalmente, ao Choque do Petróleo de 1973, ele entraria em operação apenas em janeiro de 1976. Air France e a British Airways seriam as duas únicas operadoras da aeronave no mundo com apenas sete aeronaves cada uma.

20 ROSA, *op. cit.*, p. 197.

21 *Ibidem*, p. 197.

Aceleração da mudança social: a recepção doméstica ao primeiro voo espacial na URSS

Para Rosa, a aceleração da transformação social “se refere à velocidade na qual, de um lado, práticas e orientações de ação e, de outro, estruturas associativas e modelos de relação se modificam”.²² Assim, “os índices de transformação” se aceleram.²³ No entanto, o mesmo autor sublinha que “não há consenso nas discussões sociológicas sobre como a mudança social poderia ser definida precisamente, quais seriam seus indicadores e quais inovações deveriam ser consideradas inovações básicas”.²⁴ O sociólogo alemão define a aceleração da mudança social como “um aumento das taxas de expiração de experiências e expectativas orientadoras da ação, e como encurtamento dos intervalos de tempo que, para cada esfera funcional, de valor e de ação, podem ser determinados como presente”.²⁵

Rosa lembra que essa aceleração pode ser ilustrada pela história da difusão das inovações técnicas: argumenta sobre a ocorrência de intervalos decrescentes entre a introdução de uma grande inovação na comunicação e a marca de 50 milhões de usuários ou aparelhos conectados. Se para o rádio (inventado ainda no final do século XIX), essa cifra demorou 38 anos para ser atingida, para a TV, (meados do século XX) o intervalo foi de apenas treze anos e, para a internet, somente quatro.²⁶

Apresentamos, nos próximos parágrafos, uma análise preliminar que relaciona um episódio específico de *aceleração técnica* evidente na URSS (o primeiro voo espacial da Yuri Gagarin em 1961) com sua recepção doméstica – fortemente influenciada pela *aceleração da mudança social* que estava ocorrendo na União Soviética no início dos anos 1960, na qual inovações na comunicação estavam ganhando terreno de forma significativa. Realizado em 12 de abril de 1961, o voo de Yuri Gagarin seria recebido com admiração, respeito, surpresa e alegria em todo o mundo.

Na véspera, o premiê Nikita Khrushchev tinha recebido uma ligação telefônica em sua residência de veraneio em Pitsunda, na costa do Mar Negro. O diretor da Comissão Militar-Industrial, Dmitri Ustinov, havia ligado para comunicá-lo a respeito do lançamento da primeira espaçonave com um ser humano a bordo no dia seguinte. Com a viagem confirmada, Khrushchev

22 ROSA, *op. cit.*, p. 147.

23 *Ibidem*, p. 147.

24 *Ibidem*, p. 148.

25 *Ibidem*, p. 152.

26 *Ibidem*, p. 148.

começaria a pensar sobre a “publicidade pós voo que esse evento merecia”.²⁷ Segundo Gerovitch²⁸, Khrushchev refutou completamente a sugestão de Ustinov de enviar Gagarin, após completar a viagem, a Pitsunda. Em vez disso, afirmou que iria voar de volta a Moscou, cumprimentar o cosmonauta no aeroporto Vnukovo com a “maior magnificência possível: rádio, televisão e discursos breves” (palavras do premiê), e então levá-lo a uma grande recepção no Kremlin.²⁹ O trajeto entre o aeroporto e o Kremlin seria tomado por inúmeras câmeras transmitindo ao vivo desde o pouso da aeronave que o transportava, escoltada por caças a jato – honraria, em geral, reservada apenas para chefes de Estado de países importantes –, sua saudação a Khrushchev e chegada ao Kremlin.³⁰ As posições de Khrushchev e Ustinov são ilustrativas pois exemplificam a tensão permanente entre publicidade e segredo presente no programa espacial soviético.³¹

A difusão do feito histórico realizado por esse jovem piloto de 27 anos seria beneficiada pelo uso de meios de comunicação em massa. Esses aumentariam ainda mais o impacto da viagem no âmbito doméstico. Como Jenks³² afirma, o rádio foi capaz de transformar o voo de Gagarin em um evento de “mídia de massa” na URSS. O “retorno triunfal” do cosmonauta a Moscou em 14 de abril seria exibido pela televisão e rádio para milhões de cidadãos soviéticos. Isso porque nessa época praticamente todo prédio de apartamentos nas principais cidades soviéticas tinham rádio. Na zona rural, em alguns locais, esse percentual também era surpreendentemente elevado. Na província de Saratov, na qual Gagarin pousou, 93% das fazendas coletivas possuíam aparelhos de rádio. A expansão desse meio de comunicação foi muito expressiva especialmente durante a Segunda Guerra Mundial, na qual as famílias soviéticas se reuniam ao redor de seus aparelhos buscando notícias atualizadas sobre o conflito.³³

Apesar de não possuir a capilaridade do rádio na URSS, a televisão desempenhou um papel não desprezível no nascimento do culto a Gagarin. Em 1961, havia cinco milhões de aparelhos de TV na União Soviética, frente a

27 GEROVITCH, Slava. The Human inside a Propaganda Machine: The Public Image and Professional Identity of Soviet Cosmonauts. In: ANDREWS, James T.; SIDDIQI, Asif A. (org.). *Into the cosmos: space exploration and Soviet culture*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2011. p. 77.

28 *Ibidem*.

29 *Ibidem*, p. 77.

30 JENKS, Andrew L. *The cosmonaut who couldn't stop smiling: the life and legend of Yuri Gagarin*. DeKalb: Northern Illinois University Press, 2014. p. 161.

31 ANDREWS, James T.; SIDDIQI, Asif A. (org.). *Into the cosmos: space exploration and Soviet culture*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2011. p. 9; GEROVITCH, Slava. *Soviet Space Mythologies: Public Images, Private Memories, and the Making of a Cultural Identity*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2015. p. 69.

32 JENKS, *op. cit.*.

33 *Ibidem*, p. 159.

apenas quinze mil, dez anos antes. A cena de diversas famílias soviéticas juntas na frente de uma televisão para ver a pomposa recepção a Gagarin em Moscou foi repetida em milhões de apartamentos por toda a URSS e representou, de acordo com Jenks³⁴, “o primeiro evento memorável de massa televisionado na história soviética”.³⁵

A recepção ao cosmonauta trouxe à tona a primeira oportunidade pública para que a população soviética pudesse ver pela TV com seus próprios olhos o novo ídolo. Jenks³⁶ nota corretamente que Gagarin era “fundamentalmente diferente” dos ídolos oficiais soviéticos que o precederam.^{37 38} Talvez a principal diferença em relação aos heróis anteriores é que sua figura pública gerava uma empatia, proximidade e intimidade que poucos jamais sentiram por Stálin – o último herói oficial soviético. Aqui é importante ressaltar que foi nesse cenário doméstico que as políticas de desestalinização iniciadas por Khrushchev ganharam um novo impulso entre 1961-62. A relativa liberalização desse período lembrado como de degelo da política interna da URSS combina perfeitamente com a adoção de um novo mito aglutinador do Estado soviético, justamente quando a memória do ex-ditador era questionada.³⁹ Pouco tempo depois do histórico voo de Gagarin, Khrushchev ordenou que os restos mortais de Stalin fossem retirados do Mausoléu de Lenin na Praça Vermelha e alterou o nome da cidade de Stalingrado (local onde se iniciou a virada da Segunda Guerra Mundial a favor da URSS contra a Alemanha Nazista). No lugar das estátuas do ex-ditador que estavam sendo retiradas, novos monumentos permeados de visões futuristas e conquistas espaciais seriam erguidos.⁴⁰

Gagarin, dessa forma, apenas inauguraria uma galeria de “heróis-cosmonautas” que participariam de missões ainda mais ambiciosas em versões aprimoradas da *Vostok* e da *Voskhod*. Depois do voo de abril de 1961, German Titov, em agosto do mesmo ano, partiu numa missão de aproximadamente 24 horas de duração ao redor da Terra. Em seguida, a primeira dupla de cosmonautas, Andrian Nikolaev e Pavel Popovich, e a primeira mulher, Valentina Tereshkova, em 1963, lançaram-se em missões. A primeira caminhada espacial viria dois anos depois com Alexei Leonov.⁴¹ Missões não-tripuladas bem-sucedidas também ocorreram: o primeiro ser vivo enviado ao espaço (*Laika*,

34 JENKS, *op. cit.*

35 *Ibidem*, p. 160.

36 *Ibidem*.

37 Para uma interessante análise sobre o elo entre o mito de Gagarin e o que seria o ‘novo homem soviético’, veja JENKS, *op. cit.*, 2014, p. 197-199 e GEROVITCH, *op. cit.*, 2015, p. 48-50.

38 JENKS, *op. cit.*, p. 160-161.

39 *Ibidem*, p. 164-165.

40 GEROVITCH, *op. cit.*, 2011, p. 79.

41 GEROVITCH, *op. cit.*, 2011, p. 101; GEROVITCH, *op. cit.*, 2015, p. 48.

a cadela), a primeira sonda a tocar a superfície da Lua (*Luna-2*), a primeira a tirar fotografias do lado escuro da Lua (*Luna-3*) e a primeira a aterrissar e tirar fotografias da superfície do satélite natural da Terra (*Luna-9*). Assim, por algum tempo, o programa espacial soviético aparentava jovialidade, energia e uma capacidade ilimitada para sonhar com novas e mais ambiciosas empreitadas.⁴² Além disso, o programa espacial certamente ajudava a ratificar a “vitalidade e apelo global” do modelo econômico soviético.⁴³

A recepção doméstica ao episódio de *aceleração técnica* tocava em pontos nevrálgicos da identidade nacional soviética, de políticas de memória, de tensões entre publicidade e segredo a respeito de avanços científicos (assuntos de Estado) e evidenciaria um vínculo mais forte (quando comparado aos tempos de Stalin) entre a *aceleração social* que o país vivia e o grande feito técnico-científico.

Nas décadas seguintes, a economia planificada soviética não conseguiria manter o nível de crescimento econômico da segunda metade dos anos 1950. Além disso, a modernização não foi acompanhada “pela aceleração de processos de organização, decisão, coordenação e controle – tal como no sistema das modernas burocracias e administrações –, que aqui integram a categoria de *aceleração técnica*”.⁴⁴ Rosa, ao fazer essa observação como um pré-requisito para a reprodução da sociedade moderna, encontra eco importante numa corrente historiográfica que trata das razões para o desmantelamento da URSS.⁴⁵

Considerações finais

A abordagem verdadeiramente multidisciplinar utilizada por Hartmut Rosa em seu livro *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na Modernidade* é de grande valia no campo de história da ciência e de suas interrelações com a política, economia e relações internacionais. As “dimensões fundamentais da aceleração social”, caracterizadas por Rosa, foram úteis para ensejar uma reflexão a respeito de um período específico em meados do século XX caracterizado por enormes avanços científicos na área aeroespacial e seus desdobramentos mais imediatos e importantes nas décadas seguintes.

42 ANDREWS; SIDDIQI, *op. cit.*, p. 5.

43 ZUBOK, Vladislav M. *A Failed Empire: The Soviet Union in the Cold War from Stalin to Gorbachev*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2007. p. 179; 338.

44 ROSA, Hartmut. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na Modernidade*. São Paulo: Unesp, 2019. p. 146-147.

45 Veja, principalmente, SEGRILLO, Angelo. *O declínio da União Soviética*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

Em 1947, coincidindo com o marco clássico de início da Guerra Fria, um piloto norte-americano rompe a barreira do som (de forma controlada) pela primeira vez. Avanços impressionantes no campo aeroespacial seguiriam com o lançamento do *Sputnik-1* em 1957 e o primeiro voo de um humano a bordo de uma cápsula espacial em 1961. Praticamente ao mesmo tempo, com o advento do motor a jato, ocorreria uma revolução no transporte aéreo no mundo. Combinado com avanços técnicos significativos na área de materiais aeronáuticos, projeto e propulsão, as principais potências iniciavam projetos para uma aeronave supersônica de transporte de passageiros ainda no final dos anos 1950. Essa euforia tecnológica foi responsável por um período de riquíssimos avanços tecnológicos na área de aviação civil, tendo um impacto importantíssimo na *aceleração técnica* e ilustrada na competição entre o Ocidente e a URSS.

Em Moscou, o otimismo com o futuro personificado pela liderança de Khrushchev foi possibilitado, inicialmente, por alguns anos consecutivos de grande crescimento econômico ao longo da segunda metade dos anos 1950. Combinado com uma distensão política interna, esse processo ensejou melhoria na renda média, acesso à habitação e bens de consumo (de forma modesta). O crescimento importante do número de TVs (mesmo partindo de uma base muito baixa) foi fundamental para articular e evidenciar, por exemplo, as tensões presentes na sociedade soviética ao receber Gagarin após seu histórico voo em 1961. O descompasso entre os “três tipos de aceleração” na sociedade soviética – emergindo já no início da década de 1960 – seria um fator-chave para compreendermos a crise subsequente do modelo de modernização da superpotência socialista.

Referências

- ANDREWS, James T.; SIDDIQI, Asif A. (org.). *Into the cosmos: space exploration and Soviet culture*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2011.
- ANGELUCCI, Enzo. *World Encyclopedia of Civil Aircraft*. New York: Crown Publishers, 1982.
- BRITISH AIRWAYS. *Explore our past*. Londres: British Airways, [20--]. Disponível em: <https://www.britishairways.com/en-us/information/about-ba/history-and-heritage/explore-our-past>. Acesso em: 20 fev. 2024.

- GEROVITCH, Slava. The Human inside a Propaganda Machine: The Public Image and Professional Identity of Soviet Cosmonauts. In: ANDREWS, James T.; SIDDIQI, Asif A. (org.). *Into the cosmos: space exploration and Soviet culture*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2011.
- GEROVITCH, Slava. *Soviet Space Mythologies: Public Images, Private Memories, and the Making of a Cultural Identity*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2015.
- JENKS, Andrew L. *The cosmonaut who couldn't stop smiling: the life and legend of Yuri Gagarin*. DeKalb: Northern Illinois University Press, 2014.
- ROSA, Hartmut. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na Modernidade*. São Paulo: Unesp, 2019.
- SEGRILLO, Angelo. *O declínio da União Soviética*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SINGH, Gurbir. *Yuri Gagarin in London and Manchester. A Smile that changed the world?* Manchester: Astrotalkuk, 2011.
- ZUBOK, Vladislav M. *A Failed Empire: The Soviet Union in the Cold War from Stalin to Gorbachev*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2007.

Karl Polanyi e a terra como mercadoria no Brasil (séculos XVI – XIX)

Gustavo dos Santos Rey Saiz

O estudo da terra no Brasil, tanto das relações sociais quanto das práticas agrícolas, é tema comum e recorrente na historiografia. Com o tempo, diversos autores foram sendo utilizados como referencial teórico para pensar estas questões. Neste texto, pretendo dialogar com a obra de Karl Polanyi para discutir o processo de mercantilização da terra no Brasil. Conhecido pelo conceito de economia *embedded* (normalmente traduzido como *embutida*, *inserida*, *enraizada*, *incrustada*), Polanyi oferece uma chave teórica para compreender o fenômeno da subordinação das relações sociais ao mercado dito autorregulado.

Este texto está dividido em três partes. Na primeira, são apresentadas perspectivas gerais de Polanyi relativas ao mercado e a terra. Na segunda, o processo de mercantilização da terra no Brasil é analisado a partir das noções discutidas na primeira parte. Por fim, com base na análise da segunda parte, realizam-se algumas reflexões críticas sobre a obra de Polanyi tendo como referência a totalidade que envolvia colônias e metrópoles.

I – Economia *embedded* e *disembedded*

Segundo Polanyi, a economia – entendida aqui no seu sentido *substantivo*,¹ ou seja, enquanto formas de subsistência e satisfação das necessidades humanas – ao longo de toda a história esteve submetida a outros aspectos que compõem o todo social, fosse a política, a religião, os costumes, etc. Assim,

1 Polanyi entende que há dois conceitos de economia, o “formal” e o “substantivo”. Aquele corresponde ao “caráter lógico da relação meios-fins, como em *economizar* ou *conseguir algo a baixo preço*; desse significado provém a definição de *econômico* pela escassez”, enquanto este “aponta para a realidade elementar de que os seres humanos, como quaisquer outros seres vivos, não podem existir sem um meio físico que os sustente” (POLANYI, Karl. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. p. 63-84. “Os dois significados de econômico”).

o autor entende que os mercados e as mercadorias, ainda que historicamente longevas e socialmente relevantes, funcionaram sempre de acordo com normas desenvolvidas em outras instâncias sociais.²

Na obra *A Grande Transformação* (1944), Polanyi descreve o processo de *desenraizamento* (*disembeddedness*) da economia frente a essas outras instâncias pela formação do mercado (supostamente) autorregulado. Este, por sua vez, não seria apenas uma instituição apartada da sociedade como um todo, funcionando com regras próprias; tratar-se-ia na verdade de uma inversão, onde a sociedade passaria a orientar-se para a satisfação dessa instituição teoricamente autônoma. Nessa lógica, o mercado autorregulado seria a instância organizadora das relações sociais – onde os seres humanos, nas relações de troca, encontrariam sua subsistência.

Contudo, para que isso funcionasse, o mercado deveria dispor de todos os recursos necessários para a organização da economia, não apenas mercadorias convencionais, produzidas para a troca, mas também, e principalmente, aquelas que Polanyi define como “mercadorias fictícias”: terra, trabalho e dinheiro – ou seja, natureza, seres humanos e meios de circulação.³

No processo de *desenraizamento* desses elementos da esfera social em direção ao mercado, Polanyi vê consequências nefastas: nada menos que o esgarçamento do tecido social. Para o autor, a partir do momento em que as “mercadorias fictícias” entram no circuito da economia de mercado, cria-se uma dependência dos seres humanos com relação a esta. Sujeitas à lei da oferta e procura, as pessoas veem-se cada vez mais submetidas à desapropriação, desemprego e miséria – respectivamente, a perda da terra, do trabalho e dos meios de circulação.

Segundo Polanyi, no entanto, esse processo não ocorre sem resistências. A sociedade se mobiliza para contrapor o movimento do mercado autorregulado, buscando colocar limites a ele e criar formas de proteção social. Assim, a obra *A Grande Transformação* descreve tanto o processo de formação do mercado autorregulado quanto as formas de oposição a ele, em defesa da sociedade.

II – Polanyi e a terra no Brasil

A opção de Polanyi por centrar-se na experiência histórica britânica das idades Moderna e Contemporânea, com poucas incursões sobre o universo colonial, poderia parecer um empecilho para uma análise da América

2 POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens políticas e econômicas de nossa época*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021. p. 99.

3 POLANYI, *op. cit.*, 2021. Sobre as mercadorias fictícias, especialmente os capítulos 6, 14, 15 e 16.

portuguesa. No entanto, a Inglaterra analisada por Polanyi e o Brasil ocupam o mesmo espaço temporal e econômico: a expansão colonial europeia no Atlântico. Além disso, a conceituação que Polanyi desenvolve para descrever o movimento geral de formação da economia de mercado fornece instrumentos para pensarmos este processo para além dos limites da Inglaterra e suas colônias, sendo útil para compreendermos o processo da mercantilização da terra no território colonial lusitano. Isto é o que será argumentado nesta parte do texto. Esta discussão será a base para, na próxima parte, uma análise crítica das ideias do autor.

Na América colonial portuguesa, a questão da terra tem início com as sesmarias. Como se sabe, as sesmarias foram uma instituição surgida em Portugal no século XIV para organizar a distribuição de terras após a conquista dos reinos muçulmanos. No avanço do seu processo colonial os portugueses utilizaram as sesmarias como forma de distribuição de terras nas ilhas atlânticas (Cabo Verde, Açores, Madeira) e, por fim, na América.⁴

As sesmarias eram uma instituição baseada na lógica senhorial de doação com contrapartida. Este acesso à terra via doação régia implicava uma série de obrigações aos seus receptores (os sesmeiros): especialmente “povoar” e “aproveitar” a terra, ou seja, produzir; além do pagamento do dízimo (que, ao contrário do que o nome pode indicar, ia na verdade para a Coroa), pago sobre a produção, e não sobre a terra.⁵ Assim, as sesmarias podem ser vistas como uma manifestação de economia *embedded*, inserida nas relações sociais: a lógica da *reciprocidade*⁶ entre a coroa e seus súditos e o intuito de fomentar o povoamento e a produção agrícola, inclusive de subsistência. Após um prazo de cumprimento das obrigações de povoamento e aproveitamento, os sesmeiros passariam a ter o direito de vender as suas terras. Assim, o comércio de terras estava submetido às obrigações de matiz senhorial, não havendo, sob essa estrutura, um mercado de terras independente, autorregulado. A legislação das sesmarias previa, inclusive, que terras não aproveitadas deveriam voltar à posse da coroa (ser devolvidas, daí a expressão “terras devolutas”) para serem novamente distribuídas.

4 Sobre as sesmarias em Portugal, cf. SILVA, Ligia Osorio. *Terras devolutas e latifúndio*. Campinas: Unicamp, 2008. p. 41-43. Sobre as sesmarias nas ilhas atlânticas, cf.: LEITE, Antonieta Reis. Urbanística e ordenamento do território na ocupação do Atlântico: as ilhas como laboratório. In: SERRÃO, José Vicente (org.). *Property rights, land and territory in the European overseas empires*. Lisboa: CEHC; ISCTE-IUL, 2014. p. 67-80; VERÍSSIMO, Nelson. Do mar à serra: a apropriação do solo na ilha da Madeira. In: SERRÃO, José Vicente (org.). *Property rights, land and territory in the European overseas empires*. Lisboa: CEHC; ISCTE-IUL, 2014. p. 81-88; SOARES, Maria João. Capelas e terras de ónus de missa na ilha do Fogo, Cabo Verde (séculos XVI-XVIII). In: SERRÃO, José Vicente (org.). *Property rights, land and territory in the European overseas empires*. Lisboa: CEHC; ISCTE-IUL, 2014. p. 115-122.

5 SILVA, *op. cit.*, p. 46.

6 POLANYI, *op. cit.*, 2021, capítulo 4; POLANYI, *op. cit.*, 2012, p. 83-94, “Formas de integração e estruturas de apoio”.

Esta descrição das sesmarias refere-se, contudo, aos termos da lei. O processo histórico estava além deles. Por um lado, a possibilidade de mercantilização da terra já estava inscrita na legislação das sesmarias. Por outro, nos primeiros séculos de colonização, a coroa tratou tanto a doação quanto a fiscalização das sesmarias com certa liberalidade, abrindo, dessa forma, espaço não apenas para a mercantilização das terras como também para o simples apossamento delas. Em meados do XVII, ocorreu o movimento inverso, quando a Coroa buscou retomar o controle da situação.⁷

Em paralelo a essas questões também há que se considerar que a implantação do complexo açucareiro ao longo do século XVI contribuiu para o processo de mercantilização aqui analisado. Mesmo com a abertura de novas terras – via desmatamento ou desapropriação dos indígenas –, havia a disputa por aquelas consideradas de melhor qualidade e localização para a instalação dos engenhos. Logo, a chamada “fronteira aberta” não impediu que houvesse a valorização e consequente precificação das terras,⁸ em um processo que já se dava ao largo da doação de sesmarias.

Aqui também é importante ressaltar o papel ambíguo que a Coroa teve no processo de mercantilização das terras, no sentido de dar vazão a concepções econômicas que, nos termos de Polanyi, poderíamos chamar de *formais*, em oposição às *substantivas*. Para incentivar a crescente produção açucareira, entre as décadas de 1550 e 1570,⁹ a Coroa isentou os engenhos do pagamento do dízimo sobre o açúcar durante alguns anos.¹⁰ Por um lado, esta ação se inscreve na lógica de “povoar e aproveitar” a terra, presente nas concessões das sesmarias. Mas, por outro, considerando que o dízimo incidia sobre os produtos e não sobre a terra, ao isentar um desses produtos do dízimo a Coroa abria espaço para a compreensão do circuito de produção e circulação do açúcar como algo isolado, como um mercado autorregulado. Por tratar-se de um produto agrícola, esta lógica poderia se estender inclusive às terras que o produziam. Não se trata, evidentemente, da criação de um mercado autorregulado, mas de um passo nessa direção.

No século XVII, como dito acima, a Coroa notava a perda de controle sobre as sesmarias e demais terras da sua possessão na América. Para reverter esse quadro, a Coroa editou novas leis que visavam limitar as concessões de

7 SILVA, *Terras devolutas e latifúndio*, op. cit., p. 41.

8 Sobre o comércio de terras na economia do açúcar, cf. FERLINI, Vera. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. Bauru: EDUSC, 2003. p. 252-265

9 Alvarás datados de 1551, 1554, 1559, 1560, 1573. INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL. *Documentos para a história do açúcar*. Vol. 1: Legislação (1534-1596). Rio de Janeiro: Serviço Especial de Documentação Histórica, 1954. p. 105, 111, 143, 157, 259.

10 SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 37.

terras, particularmente ao longo do século XVIII.¹¹ Ainda no final do XVII, entretanto, outra decisão importante foi tomada. A carta régia de janeiro de 1699 instituiu aos sesmeiros a obrigação do pagamento de um foro à Coroa.¹² Ou seja, a carta pretendia limitar a concessão de novas terras por meio do constrangimento econômico. No entanto, é digno de nota que, com isso, a noção de que é possível obter rendimentos a partir da terra, desvinculados de qualquer outro elemento social, chega à esfera estatal. Conforme visto anteriormente, a concessão de sesmarias implicava o pagamento do dízimo sobre a produção; com a carta régia do final do XVII a coroa instituiu a renda *da terra* desprovida de qualquer caráter não econômico, ainda que motivada por questões não apenas econômicas.

Esse é um passo importante no processo de mercantilização da terra, pois aqui, repita-se, a lógica da renda fundiária é expressa pelo Estado. Para Polanyi, o Estado muitas vezes atuou como o agente protetor da sociedade, ao criar leis que impedissem o avanço do mercado autorregulado;¹³ contudo, este mesmo Estado foi o responsável pela institucionalização da economia de mercado ao retirar legalmente as proteções sociais.¹⁴ A situação da América portuguesa pode ser compreendida nesses termos, pois, por um lado, a ação da Coroa visava de fato controlar a apropriação indiscriminada de terras, mas, por outro, acabou contribuindo para o “desenraizamento” (*disembeddedness*) delas, ao avançar concepções que as tomavam como um fator exclusivamente econômico.

Esse processo contraditório continua ao longo do século XVIII. No período pombalino, com a chamada Lei da Boa Razão (1769), a Coroa passa a valorizar outra forma de acesso a terra: a posse.¹⁵ Conforme dito anteriormente, a simples tomada de terras foi um modo de apropriação desenvolvido por fora da legislação das sesmarias. Embora ilegal, no século XVIII a posse passa a ser tolerada pelas autoridades por cumprir as duas principais obrigações pressupostas nas sesmarias: povoamento e produção. Aqui observa-se novamente a ambiguidade da ação estatal, ainda que em outra chave. Com a Lei da Boa Razão, o *uso* da terra passa a ser valorizado, por cumprir os propósitos das sesmarias; entretanto, isso ocorre de forma alheia às normas senhoriais

11 SILVA, *op. cit.*, p. 55.

12 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Documentos Históricos. *Registro de Cartas Régias, 1697-1705. Pernambuco e Outras Capitanias do Norte, Cartas e Ordens, 1717*. Registro da carta de Sua Majestade para o Governador e Capitão Geral deste Estado D. João de Alencastro sobre as terras que se tem dado de sesmaria e se não povoam nem tem povoado, e as proibem a outros que as não povoem. v. 84. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. Divisão de Obras Raras e Publicações, 1949. p. 106-107.

13 Discussão realizada especialmente na parte III (“Autoproteção da sociedade”) de *A grande transformação*.

14 “[O] *laissez-faire* também foi imposto pelo Estado”. POLANYI, *op. cit.*, 2021, p. 215.

15 MOTTA, Márcia. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Niterói: Eduff, 2008. p. 132; ABREU, Marcelo de Paiva; LAGO, Luiz Aranha Correa do; VILLELA, André Arruda. *A passos lentos: uma história econômica do Brasil império*. São Paulo: Edições 70, 2022. p. 72.

que regiam o acesso a ela – o *desenraizamento* das terras frente às instituições políticas e culturais.

Esses processos confluem para o momento quando, no século XIX, a terra é legalmente tratada como “mercadoria fictícia”, nos termos da Lei de Terras de 1850. Anteriormente, na década de 1820, já era patente o movimento em direção a uma organização fundiária alternativa a vigente até então. Em 1822, pouco antes da independência do Brasil, a doação de sesmarias foi suspensa,¹⁶ sem que outra forma de acesso a terra fosse criado no lugar. É importante ressaltar que havia naquele período projetos alternativos que previam a distribuição de terras, segundo diferentes critérios.¹⁷ Esses projetos podem ser encarados, segundo Polanyi, como formas de proteção da sociedade. Mas, assim como ocorreu na Inglaterra analisada pelo autor, também no Brasil eles foram derrotados, abrindo caminho para a criação do mercado autorregulado.

Décadas depois da suspensão das sesmarias, a Lei de Terras foi instituída como a nova base da organização fundiária do país. A lei, no entanto, não pode ser compreendida isoladamente, referindo-se apenas à questão da terra. Como visto acima, para Polanyi o mercado autorregulado pressupõe a livre disposição das mercadorias fictícias, terra, trabalho e dinheiro. A Lei de Terras é parte de um complexo legal que visava regularizar a situação de mercado destes três setores.

Nesse sentido, destacam-se três elementos principais sobre a Lei de Terras. Primeiro, a lei definia a compra como única forma de acesso a terra. As sesmarias, conforme dito anteriormente, já estavam suspensas há décadas; quanto à posse, a lei criminalizava a sua prática. Uma curiosa exceção nesse novo sistema fundiário presente na lei é a existência dos “campos de uso comum”, que deviam ser preservados enquanto não se legislava o contrário.¹⁸ Este ponto será retomado adiante.

Apesar de suspensas e proibidas, a lei previa a possibilidade de regularização das sesmarias e posses, desde que atestados os critérios de ocupação e aproveitamento das terras, ocorridos até a data da lei. Essa revalidação das sesmarias e posses também é expressiva do *desenraizamento* das terras; considera-se, para fins de legalização, as terras efetivamente produtivas, desconsiderando a forma como elas foram obtidas. Em outras palavras, o uso produtivo das terras garantia a passagem de diferentes formas de apropriação para a lógica da propriedade privada, da mercadoria.

16 Resolução de 17 de julho de 1822.

17 Por exemplo, os formulados por José Bonifácio, ainda em 1821, e Antônio Feijó, em 1828. Cf. MOTTA, *op. cit.*, p. 136-140.

18 ASSEMBLEIA GERAL DO IMPÉRIO DO BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Rio de Janeiro: Assembleia Geral, 18 set. 1850; ALMEIDA, Candido Mendes de. *Código Philippino ou Ordenações do Reino de Portugal*. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomathico, 1870. p. 1085.

O segundo elemento importante da lei, em direção ao mercado autorregulado, é o destino dado às terras públicas e sua relação com a questão da mão de obra. Formulado no bojo das discussões sobre abolição da escravidão,¹⁹ o projeto da Lei de Terras era vender as terras públicas para financiar a vinda ao Brasil de trabalhadores imigrantes. Para isso, a regularização das sesmarias e posses era fundamental, pois era parte do processo de medição e demarcação das terras particulares. Através desse inventário das terras particulares seria possível ter mais clareza sobre as públicas. Estas, por sua vez, também medidas e demarcadas, seriam vendidas, subsidiando a vinda ao Brasil de trabalhadores estrangeiros. Para garantir que esses imigrantes fossem integrados ao mercado de trabalho do país, ao invés de tornarem-se proprietários, a Lei de Terras estabelecia um preço mínimo sobre as terras públicas, impedindo assim o acesso dos trabalhadores a elas.²⁰ Deve-se ressaltar que a substituição dos trabalhadores escravizados pelos imigrantes europeus não representava uma transição imediata para o mercado de trabalho “livre”, assalariado, mas apontava para essa direção.

Por fim, um último elemento a ser destacado sobre a Lei de Terras refere-se à sua relação com a terceira mercadoria fictícia mencionada por Polanyi, o dinheiro. Ou, mais especificamente, capital. Na primeira metade do século XIX foram elaborados diferentes dispositivos legais referentes à hipoteca e ao uso da propriedade da terra como garantia para crédito (dentre eles, o Código Comercial, editado também em 1850, três meses antes da Lei de Terras). Tratava-se em última instância, de substituir o escravizado pela terra nesse tipo de transação financeira, considerando, novamente, a iminência da abolição da escravidão.²¹ A Lei de Terras vinha complementar esse projeto com a demarcação e o registro das terras públicas e privadas, garantindo assim segurança jurídica para as transações envolvendo a propriedade fundiária, e contribuindo diretamente para a formação do mercado de capitais. O ano de 1850 foi, como se percebe, extremamente importante para o estabelecimento das “mercadorias fictícias”, fundamentais para o funcionamento do mercado autorregulado.

Para encerrar esta exposição sobre a mercantilização da terra no Brasil, cabe uma palavra sobre a questão das “terras de uso comum”. Enquanto na Lei de Terras havia a menção a essa forma de relação com a terra – ainda que sob

19 Vale lembrar que a Lei Eusébio de Queirós, que aboliu o tráfico de escravizados, foi editada duas semanas antes da Lei de Terras.

20 Essa questão foi debatida no parlamento brasileiro, tendo como referência a obra do economista Edward Gibbon Wakefield que tratou do acesso à terra nas colônias inglesas tendo como base essa noção do preço mínimo das terras. Cf. SILVA, *op. cit.*, p. 110-118, p. 121.

21 MARCONDES, Renato Leite; ALMICO, Rita; PEREIRA, Walter Luiz. Relações de crédito no Brasil imperial. In: ALMICO, Rita; PEREIRA, Walter Luiz (org.). *História econômica do Brasil Império*. Niterói: Eduff; São Paulo: Hucitec, 2022. p. 140-141.

a possibilidade de suspensão – na legislação que regula a lei de 1850 (editada entre 1854 e 1855) não há qualquer referência a ela. Desde o final do século XVIII a questão das terras comuns era tratada nos países europeus como um sintoma de atraso econômico, um entrave para o desenvolvimento.²² Essa lógica e seu triunfo, a eliminação jurídica das terras comuns, podem ser interpretadas como o ponto de chegada dos cercamentos (*enclosures*) iniciados na Inglaterra ainda no século XV.

III – Colonização, comparação e tempo histórico

A análise do processo de mercantilização da terra no Brasil utilizando os recursos teóricos desenvolvidos por Karl Polanyi permite que se faça uma crítica à obra deste mesmo autor, apontando seus limites. Ou seja, o olhar para a colônia, a partir do referencial conceitual de Polanyi, possibilita confrontar escolhas e procedimentos utilizados pelo próprio autor em *A Grande Transformação*.

Polanyi opta pela Inglaterra como espaço de análise principal e a Europa como secundário, sendo eventuais as menções a outros lugares como a América, a África e a Ásia. A princípio, o que se poderia questionar sobre essa escolha é que ela impede que o autor perceba processos similares aos observados na Inglaterra, ocorridos em outros lugares. Mas o problema é maior, uma vez que a escolha de Polanyi se deve ao fato de que este vê a Inglaterra como *o lugar* em que a economia de mercado se forma e se difunde para o mundo – em função da Revolução Industrial.²³ Isso implica uma série de problemas, particularmente sobre a questão das colônias e do tempo histórico.

Polanyi emprega um procedimento interessante em sua análise da formação do mercado autorregulado que é contrapor o funcionamento deste às outras formas de organização econômicas. Para isso ele recorre a diferentes momentos históricos, mas, principalmente, à literatura antropológica. Sua conclusão é que nenhuma outra sociedade, com exceção daquela surgida no século XIX, funcionou sob o princípio de um mercado autorregulado. Aqui, o uso da comparação (diacrônica) tem um efeito analítico positivo, ao por em relevo a especificidade da economia de mercado. Em termos sincrônicos, ou seja, quando trata do processo histórico inglês, Polanyi parte dos cercamentos da era Tudor (XV-XVI) para atestar os efeitos desagregadores que a economia

22 NETO, Margarida Sobral. Propriedade e renda fundiária em Portugal na Idade Moderna. In: MOTTA, Márcia (org.). *Terras lusas: a questão agrária em Portugal*. Niterói: Eduff, 2004. p. 27.

23 POLANYI, *A Grande Transformação*, op. cit., 2021, p. 137.

de mercado exerceu sobre a Inglaterra, mas também sobre as sociedades colonizadas por ela, antes e também depois da Revolução Industrial.²⁴

O problema é que estes efeitos já se faziam visíveis em espaços coloniais anteriores à expansão marítima inglesa, como as colônias espanhola e portuguesa na América. A desapropriação dos territórios indígenas não é apenas similar aos cercamentos ingleses, é *simultânea*. Logo, se há um processo muito similar ocorrendo nos dois lados do Atlântico em territórios que não compõem uma mesma entidade política, é sinal que pode se tratar de *um único processo*, que transcende essa entidade política específica, no caso, o Estado inglês. Nesse sentido, a história do mercado autorregulado não se restringe à história da Inglaterra, configurando-se como um fenômeno mais amplo.

Essa é a primeira objeção que se pode fazer com relação à análise de Polanyi. Ao entender a Inglaterra como o espaço no qual se desenrola a formação da economia de mercado, o autor “nacionaliza” o mercado autorregulado, perdendo de vista que a própria Inglaterra estava condicionada por pressupostos mais amplos, integrava um todo econômico maior.

Em um primeiro momento, essa crítica pode ser entendida como a ausência de uma comparação sincrônica com outros espaços não ligados à Inglaterra no âmbito político, ou seja, outros Estados. Contudo, a crítica pode ser estendida também à comparação ou inclusão na análise de espaços politicamente ligados à Inglaterra. Nos momentos em que Polanyi destaca o avanço do movimento em defesa da sociedade e contra a formação do mercado autorregulado, não há qualquer menção ao que ocorria nas colônias inglesas do período.²⁵ Enquanto o Estado aplicava recursos para salvaguardar os camponeses ingleses,²⁶ ocorria a desapropriação e escravização nos territórios coloniais. Com base nisso pode-se questionar a noção de “defesa da sociedade” por parte do Estado. Defesa de qual sociedade?

Assim, é possível levantar outra objeção à Polanyi. A centralidade da análise na Inglaterra é tamanha que mesmo o que se passava nas colônias britânicas não é considerado como constitutivo para o processo histórico inglês. Em alguns momentos de *A Grande Transformação* estão presentes *insights* que indicam o quão importante a experiência colonial havia sido no processo de formação da economia de mercado, tanto sincrônica quanto diacronicamen-

24 POLANYI, *op. cit.*, 2021, p. 248.

25 Discutindo a percepção coeva, Polanyi afirma: “A ligação entre a pobreza rural e o impacto do comércio mundial não era evidente. Os contemporâneos não tinham razão para ligar o número de pobres nas aldeias e o desenvolvimento do comércio nos sete mares” (POLANYI, *op. cit.*, 2021, p. 155). Da mesma forma, Polanyi não relaciona a criação do mercado de trabalho na Inglaterra com o fim da escravidão.

26 POLANYI, *op. cit.*, 2021, p. 89 e *passim*.

te.²⁷ No entanto, essas reflexões não são internalizadas no fluxo do processo que é descrito; as menções ao espaço colonial são pontuais, exemplares, não são sistematicamente incluídas na explicação do mercado autorregulado. Com isso, o movimento geral que leva a essa forma de organização social parece ser capitaneado pela Inglaterra, ainda que haja indícios pontuais que questionem esta mesma perspectiva.

Longe de pretender esgotar as interpretações e críticas à Polanyi, este texto buscou indicar uma análise do processo colonial a partir dos conceitos por ele desenvolvidos. A empreitada parece frutífera, de tal forma que, a partir dela, é possível inclusive lançar objeções ao próprio autor. Como toda análise, a de Polanyi não está isenta de limites e contradições. Talvez o grande mérito do autor esteja justamente em fornecer conceitos cuja empregabilidade situam-se para além de sua obra.

Referências

- ABREU, Marcelo de Paiva; LAGO, Luiz Aranha Correa do; VILLELA, André Arruda. *A passos lentos: uma história econômica do Brasil império*. São Paulo: Edições 70, 2022.
- ALMEIDA, Candido Mendes de. *Código Philippino ou Ordenações do Reino de Portugal*. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomathico, 1870.
- ASSEMBLEIA GERAL DO IMPÉRIO DO BRASIL. *Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850*. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Rio de Janeiro: Assembleia Geral, 18 set. 1850
- FERLINI, Vera. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. Bauru: EDUSC, 2003.
- INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL. *Documentos para a história do açúcar*. Vol. 1: Legislação (1534-1596). Rio de Janeiro: Serviço Especial de Documentação Histórica, 1954.
- LEITE, Antonieta Reis. Urbanística e ordenamento do território na ocupação do Atlântico: as ilhas como laboratório. In: SERRÃO, José Vicente (org.). *Property rights, land and territory in the European overseas empires*. Lisboa: CEHC; ISCTE-IUL, 2014. p. 67-80.

27 Polanyi mostra como as relações de trabalho, nas colônias e na metrópole, foram “prévias do ‘trabalhador voluntário’”, isto é, “livre”. POLANYI, *op. cit.*, 2021, p. 249.

- MARCONDES, Renato Leite; ALMICO, Rita; PEREIRA, Walter Luiz. Relações de crédito no Brasil imperial. In: ALMICO, Rita; PEREIRA, Walter Luiz (org.). *História econômica do Brasil Império*. Niterói: Eduff; São Paulo: Hucitec, 2022.
- MOTTA, Márcia. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Niterói: Eduff, 2008.
- NETO, Margarida Sobral. Propriedade e renda fundiária em Portugal na Idade Moderna. In: MOTTA, Márcia (org.). *Terras lusas: a questão agrária em Portugal*. Niterói: Eduff, 2004.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens políticas e econômicas de nossa época*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021.
- POLANYI, Karl. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Documentos Históricos. *Registro de Cartas Régias, 1697-1705. Pernambuco e Outras Capitanias do Norte, Cartas e Ordens, 1717*. Registro da carta de Sua Majestade para o Governador e Capitão Geral deste Estado D. João de Alencastro sobre as terras que se tem dado de sesmaria e se não povoam nem tem povoado, e as proíbem a outros que as não povoem. v. 84. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. Divisão de Obras Raras e Publicações, 1949. p. 106-107.
- SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SILVA, Ligia Osorio. *Terras devolutas e latifúndio*. Campinas: Unicamp, 2008.
- SOARES, Maria João. Capelas e terras de ónus de missa na ilha do Fogo, Cabo Verde (séculos XVI-XVIII). In: SERRÃO, José Vicente (org.). *Property rights, land and territory in the European overseas empires*. Lisboa: CEHC; ISCTE-IUL, 2014. p. 115-122.
- VERÍSSIMO, Nelson. Do mar à serra: a apropriação do solo na ilha da Madeira. In: SERRÃO, José Vicente (org.). *Property rights, land and territory in the European overseas empires*. Lisboa: CEHC; ISCTE-IUL, 2014. p. 81-88.

Transformação de estruturas e a reordenação social na Revolução Haitiana

*Isabela Rodrigues de Souza*¹

Momentos de crises profundas, aqueles capazes de atingir e modificar estruturas, representam um verdadeiro desafio de análise histórica. Provocados por uma conjunção de múltiplos fatores, esses períodos fazem emergir as contradições e conflitos latentes da experiência diária, de forma que não podem mais ser absorvidos pelas estruturas previamente existentes. A imprevisibilidade e as incertezas abertas por tais momentos multiplicam as possibilidades de ação dos atores históricos, tornando a construção do futuro um verdadeiro campo de disputas. Nesses períodos, há certa consciência por parte dos agentes de que o mundo em que viviam não é mais, em definitivo, o que costumava ser. Para Emília Viotti da Costa, esses são tempos de revolução.² E a Revolução Haitiana é, sem sombra de dúvidas, um desses momentos.

No coração da riqueza do Império francês nas Américas, o evento surgido na antiga colônia de Saint-Domingue – atualmente Haiti – impulsionou uma série de transformações que impactaram fortemente o mundo ao seu redor. Iniciou-se como um conflito no estrato livre da sociedade colonial e terminou por ser a revolução escrava mais bem-sucedida da modernidade, a ponto de fundar o segundo país independente do continente americano. Foi por meio dessa Revolução que, pela primeira vez, se decretou a abolição geral da escravidão, dando fim a existência de uma instituição secular na região. Além disso, teve como um de seus pontos centrais o conflito pela modificação completa do sistema produtivo levado a cabo pelos ex-escravos, os quais, após mais de uma década de experiência revolucionária, conseguiram transformar a “Pérola das Antilhas” num país camponês. A Revolução em Saint-Domingue, de modo geral, atingiu diretamente as principais potências escravistas do

1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp.

2 COSTA, Emília Viotti da. *Coroas de glória, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 13-23 e p. 41.

Atlântico e está inserida no processo de transformação da ordem capitalista que ocorreu na virada do século XVIII para o XIX.

A magnitude de eventos como esse, em sua sucessão de acontecimentos grandiosos, acaba por ofuscar, em muitas explicações, os laços estruturais que condicionaram suas possibilidades de existência. No entanto, as análises históricas, via de regra, deveriam lidar ao mesmo tempo com a contingência de eventos históricos circunscritos no tempo e no espaço e a longa duração de estruturas – mesmo quando em mutação. Isso porque as estruturas, nos termos de Fernand Braudel, são realidades temporalmente estáveis e duradouras que funcionam como sustentáculos e obstáculos das ações humanas; isto é, elas fornecem campos de possibilidades dentro dos quais os indivíduos são livres para agir.³ Elas se interligam aos acontecimentos cotidianos enquanto condicionantes de viabilidade. Mas é apenas na realização de eventos que as estruturas se perpetuam ou se modificam, já que a lógica temporal própria ao evento, como diria Reinhart Koselleck, sempre executa mais e menos do que poderia ser previsto inicialmente. Estruturas e eventos, portanto, remetem e condicionam um ao outro.⁴

Nesse sentido, os atores históricos não são nem completamente livres, nem completamente determinados.⁵ Isso porque as experiências humanas constituintes dos eventos não são também simples resultado das condições prévias; elas carregam em si certa novidade. Essas novidades costumam reiterar os movimentos estruturais que as condicionaram previamente, mas a possibilidade de transformação faz parte das estruturas. Somente ao romper com o movimento esperado é que se alargam os campos possíveis de atuação dos sujeitos. Nessas condições, surgem cenários futuros de difícil previsibilidade, alvos de intensas disputas por parte dos agentes históricos.⁶

Evidentemente, a revolução escrava em Saint-Domingue não era esperada. Analisá-la exige considerar as histórias possíveis e entrecruzar os diversos estratos temporais nela existentes, do mais circunscrito e contingente dos acontecimentos até a longa duração das estruturas em processo de modificação. No que interessa mais diretamente aqui, compreender a organização da ordem econômica e social em Saint-Domingue após a abolição da escravidão requer observar de perto as relações entre os agentes envolvidos entre si, mas também com o mundo cambiante ao seu entorno. Foi realizando um dos variados possíveis dentro de um momento de exacerbada incerteza que essas

3 BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais, a longa duração. *Revista de História*, v. 30, n. 62, p. 261-294, 1965. p. 268.

4 KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

5 SARTRE, Jean Paul. *Crítica da Razão Dialética, precedido por Questões de Método*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 74.

6 KOSELLECK, *op. cit.*, p. 313.

peças transformaram a si mesmas, e acabaram por também transformar o mundo.⁷

O deslanche do processo revolucionário em Saint-Domingue está intimamente ligado à conjuntura revolucionária mais ampla iniciada com a Revolução Americana e, em especial, com a Revolução Francesa. As discussões sobre autonomia, liberdade e igualdade que circulavam no mundo Atlântico escancaravam todas as contradições que vinham se tornando irreconciliáveis na colônia naquele final de século. Em primeiro lugar, a vertiginosa expansão produtiva de commodities levou a uma crescente insatisfação por parte dos colonos com a prática monopolista do comércio metropolitano. Além disso, a expansão do grupo de brancos de poucas rendas (os chamados *petits blancs*) em busca de enriquecimento no Novo Mundo era contrastado pela existência de um alargado grupo de afrodescendentes livres, alguns dos quais retentores de grandes posses, que se viram tolhidos dos direitos de cidadania compreendidos no *Code Noir*. Ao mesmo tempo, as últimas quatro décadas do Setecentos foram marcadas pelo recorde de desembarques de africanos na condição de escravizados trazidos pelo tráfico transatlântico para suprir a demanda exponencial por mão-de-obra nas plantations. Dinâmica essa que promoveu uma disparidade demográfica gritante – uma das maiores do continente –, em que 89% da população era composta por escravos.⁸

Inseridos nesse cenário, e na esteira dos acontecimentos franceses, agitações sociais tomaram conta de Saint-Domingue a partir de 1790, quando a busca dos colonos por autonomia econômica e dos afrodescendentes livres e libertos por direitos civis e políticos se transformou em conflito armado aberto entre os estratos livres *domingoises*. Apesar de dissidências entre as camadas livres serem parte formativa das sociedades coloniais, aqueles confrontos de 1790 tomaram proporções extraordinárias, espalhadas por quase toda a ilha. Na observação dessas circunstâncias, os escravizados se articularam e organizaram sua própria luta, a qual, mesmo que não visasse inicialmente a abolição geral da escravidão, logo se tornou uma revolução em nome da liberdade.

O surgimento de uma insurreição escrava de tamanha proporção, que em poucas semanas contou com dezenas de milhares de revoltosos, rapidamente mudou o cenário de ação na colônia em dimensões jamais vistas. A revolta abalou a posição da França dentro de sua própria possessão, incapaz de conter qualquer avanço do movimento insurgente. O ataque direto ao sistema de plantations por parte dos escravos rebelados, somados a fuga acelerada de colonos para outros espaços do Atlântico, quebrou com a disciplina produ-

7 COSTA, *op. cit.*, p. 19.

8 MOREAU DE SAINT-MÉRY, M.J.-E. *Description Topographique, Physique, Civile, Politique et Historique de la Partie Française de l'isle de Saint-Domingue*. 2. ed. Paris: L. Guérin, 1875. 3 v.

tiva das mais importantes propriedades de Saint-Domingue – e, pode-se até mesmo dizer, das Américas. Outras potências europeias, como Espanha e Grã-Bretanha, passaram a interferir diretamente na guerra revolucionária local, movidas por seus próprios interesses colonialistas.

Diante de tal conjuntura frágil para o poder metropolitano em sua mais importante colônia, os comissários franceses enviados pela Convenção Nacional viram na abolição geral da escravidão a solução efetiva para seus problemas. Pensava-se que a emancipação atrairia os revoltosos para lutar em nome da França, condição essencial para reconquistar o controle sobre Saint-Domingue. Por uma combinação de circunstâncias históricas, Léger-Félicité Sonthonax se aproveitou dos acontecimentos postos em curso pelos escravizados para consumir o que já fazia parte de seus princípios, a abolição da escravidão, finalmente decretada em 29 de agosto de 1793. Diferente do que ele projetava, contudo, a conjuntura pós-emancipação centralizaria o conflito capital da Revolução: a disputa pela definição do que seria essa nova liberdade, que implicava diferentes modos de reorganização da ordem social e econômica da colônia.

De um lado, as exigências bélicas urgentes para manutenção da guerra, cada vez pior para o lado francês, atribuíram à abolição de Sonthonax uma interpretação clara: malgrado prever a extensão da Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão aos novos libertos, o decreto de agosto ordenava uma série de deveres atrelados à liberdade. Levando em consideração a grave situação da França no continente europeu naquele momento, abertamente em confronto com diversos países, estava claro que o governo metropolitano seria incapaz de satisfazer as demandas militares básicas em Saint-Domingue. A produção de commodities para exportação, responsável pela imensa riqueza da época pré-revolucionária, foi a maneira selecionada pelos comissários para sustentar a economia de guerra. O decreto de 1793 categoricamente determinou que a liberdade advinda da abolição pressupunha a continuidade do trabalho e, numa colônia que fora escravista, isso significava a continuidade do trabalho nas plantations, agora com base no assalariamento dos antigos cativos.⁹ Circunscrita ao sistema de plantations, portanto, sua concretização passava pela implementação de rígidos mecanismos de controle aos próprios libertos para garantir o retorno da capacidade produtiva.¹⁰

Para a massa de ex-escravos, entretanto, a liberdade envolvia uma outra relação com a terra e com o trabalho, envolvendo a posse de um peque-

9 FICK, Carolyn. Emancipation in Haiti: From plantation labour to peasant proprietorship. *Slavery & Abolition: A Journal of Slave and Post-Slave Studies*, v. 21, n. 2, p. 11-40, 2000. p. 17.

10 MANIGAT, Sabine. Le Régime de Toussaint Louverture en 1801: un modèle, une exception. In: BÉNOT, Yves; DORIGNY, Marcel (org.). *1802: Rétablissement de l'esclavage dans les colonies françaises, ruptures et continuités de la politique coloniale française, 1800-1830: aux origines d'Haïti*. Paris: Maisonneuve et Larose, 2003. p. 371.

no lote de terra a partir do qual viveriam do cultivo de víveres e criação de animais. Essa concepção estava intimamente ligada a estruturas sociais africanas mais antigas, de onde provinha a grande maioria dos cativos em Saint-Domingue, mas também a práticas desenvolvidas por essas pessoas nos interstícios do sistema de plantation no Novo Mundo.¹¹ Mesmo quando violentamente subjugados pela relação social da escravidão, eles encontraram espaços de autoafirmação e autonomia na posse das roças próprias de subsistência. Se para os senhores o cultivo de subsistência em pequenos lotes de terra era um modo pouco custoso de assegurar o provimento da mão de obra, para os cativos era uma maneira de manejar parcialmente as condições materiais e sociais de sua reprodução.¹² Por meio desses espaços de adaptação criativa, existentes dentro das condições repressivas a que eram obrigados a viver, os escravizados acomodaram um estilo de vida camponês (chamado de “proto-campesinato” por Sidney Mintz) ainda durante a escravidão.¹³

A noção de liberdade desenvolvida pela população escrava durante a Revolução estava estreitamente relacionada a esse modo de vida camponês afro-caribenho. Se as roças de subsistência eram uma arena social e econômica de autorrealização para essas pessoas na escravidão, uma vez libertas, elas almejavam reproduzi-las independentemente, fora do confinamento das plantations.¹⁴ Assim, a liberdade tal como promulgada pelos comissários e desenvolvida pelos líderes negros, constrangida ao sistema de trabalho coletivo nas plantations, muito se parecia com o regime da escravidão para os ex-cativos.¹⁵ No geral, não se sentiam libertos, não obstante estivessem emancipados. Sendo assim, a luta pela liberdade dos novos libertos permaneceu mesmo depois da abolição geral de 1793.

Dentro de um contexto desconhecido e oscilante para ambas as partes, eles se apoderaram do que consideravam ser seus direitos uma vez livres. Até o início da guerra de independência em 1802, a fuga das plantations era a estratégia mais comum encontrada pelos cultivadores para se verem livres do sufocante complexo fundiário monocultor; contemporâneos chegaram a afir-

11 CARDOSO, Ciro Flamarion. A Brecha Camponesa no Sistema Escravista. In: WELCH, Clifford A. et al. *Camponeses brasileiros*. São Paulo: UNESP, 2009. v. 1. p. 97-115, p. 109; GONZALEZ, Johnhenry. *Maroon Nation: A History of Revolutionary Haiti*. New Haven: Yale University Press, 2019. p. 37.

12 Cf. TOMICH, Dale W. *Slavery in the circuit of sugar: Martinique and the world economy, 1830-1848*. 2. ed. Albany: State University of New York Press, 2016. p. 368; MINTZ, Sidney. *Caribbean Transformations*. New York: Columbia University Press, 1989. p. 132.

13 MINTZ, *op. cit.*, p. 151-152.

14 MURRAY, Gerald F. *The Evolution of Haitian Peasant Land Tenure: a case study in agrarian adaptation to popular growth*. 1977. 693 f. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – Faculty of Political Science, Columbia University, New York, 1977. p. 47-49.

15 Cf. FICK, Carolyn. Para uma (re)definição de liberdade: a Revolução no Haiti e os paradigmas da Liberdade e Igualdade. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 26, n. 2, p. 355-380, 2004. p. 371.

mar que havia mais *marrons* em 1801 do que na época pré-revolucionária.¹⁶ Quando encontravam oportunidades, organizavam revoltas localizadas a fim de lograr melhorias nas intoleráveis condições a que estavam submetidos, em busca sempre de mais tempo para o cuidado das roças e subsistências. Mais do que isso, alguns chegaram a adquirir parcelas de terra (inclusive legalmente), sobretudo em períodos de guerra, em que a atenção governamental sobre a economia era dividida com as demandas bélicas. Não à toa Toussaint Louverture, o mais conhecido líder da Revolução, ordenou a proibição de vendas de terrenos inferiores a 65 hectares – área maior que muitas das fazendas cafeeiras. Observa-se que a Revolução abriu um campo de possibilidades que os escravos aproveitaram para levar adiante suas próprias lutas. Eles buscavam, a todo custo, converter-se em pequenos produtores e rejeitar definitivamente a vida nos latifúndios monocultores.

Por outro lado, conforme se fortalecia o poder dos agentes metropolitanos e, especialmente, do exército negro revolucionário, mais avançava a aplicação das políticas econômicas de restauração do sistema de plantation. Baseadas na recuperação da produção e no controle estrito sobre a mão de obra, tais projetos lograram retomar consideráveis níveis de exportação, em especial de café, cuja natureza do cultivo se adequou melhor ao ambiente revolucionário da colônia. Foi durante o período de comando de Louverture que esses projetos foram desenvolvidos de modo mais intenso. Mas não sem um elevado custo político e social. Ele levou a população trabalhadora ao extremo ao instituir uma obediência de caráter militar em todas as esferas sociais, cabendo ao exército se encarregar da vitória do sistema de plantation sobre qualquer outra forma de organização da terra e do trabalho. Sem embargo, a coerção necessária para assegurar esses elevados níveis de exploração não seria viável a longo prazo, nem mesmo para o grande líder revolucionário. A descrença dos cultivadores na elite governante, composta principalmente pelo alto escalão militar, expressou-se na crescente objeção à Toussaint e seus comandantes.¹⁷ Isso ficou claro quando na guerra de independência contra o exército francês a população *domingoise* lutou por sua própria liberdade, em oposição às lideranças negras da Revolução.

Mas para além das contingências do processo revolucionário, a disputa em torno da formação de uma nova ordem social em Saint-Domingue após a emancipação está também relacionada a transformações mais amplas que ocorriam na ordem capitalista mundial no final do século XVIII. A ideologia

16 DEBIEN, Gabriel. *Plantations et Esclaves à Saint-Domingue*. Dakar: Publications de la Section d'histoire, 1962. p. 161; GONZALEZ, *op. cit.*, p. 69.

17 HAZAREESINGH, Sudhir. *O maior revolucionário das Américas: A vida épica de Toussaint Louverture*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. p. 375; GEGGUS, David. Toussaint Louverture and the Haitian Revolution. In: ANDERSON, David; HUPCHICK, Dennis; WEISBERGER, William (org.). *Profiles of Revolutionaries in Atlantic History, 1700-1850*. New York: Columbia University Press, 2007. p. 126.

abolicionista, que se fortalecia nos centros urbanos do Atlântico Norte, era partilhada pelos comissários franceses enviados à agitada colônia caribenha naquela conjuntura. Ideologia e necessidades materiais locais, em conjunto com as urgências de uma economia de guerra, confluíram para que, no momento da emancipação geral, se criasse uma oposição binária entre escravidão e outras formas de sujeição laboral, que estaria na base do novo arranjo social para Saint-Domingue. Nesse sentido, a concepção de liberdade das lideranças revolucionárias remetia a uma nova combinação de valores: o da liberdade com o trabalho assalariado.

Esse era um elo que também não estava completamente claro para as autoridades. Isso porque ele foi artificialmente criado para responder aos problemas econômicos da colônia enquanto satisfazia a máxima da luta revolucionária, qual fosse a defesa da abolição geral da escravidão promulgada pelo regime republicano. Como afirmamos acima, a permanência do complexo produtivo escravista, porém sem escravidão, foi apresentado, pelas lideranças, como sendo crucial para a própria conservação da ordem revolucionária. A associação desses elementos foi fruto das demandas e ambições imediatas das autoridades coloniais dentro de um contexto de extrema conturbação e incerteza. Não sem motivo a passagem da escravidão para a emancipação dependeria, para elas, do controle sobre a mão de obra, feito por meio de mecanismos coercitivos oficiais de subordinação que transformariam os novos libertos em trabalhadores assalariados nas plantations. Criou-se, assim, um entendimento de liberdade original, em que trabalho assalariado dos ex-escravos era a condição para o novo arranjo social da colônia francesa.¹⁸

É evidente que, para os ex-escravos, esta nova estruturação do trabalho era inaceitável, já que o exercício da liberdade nunca seria absoluto enquanto estivesse limitado à subordinação ao trabalho compulsório – mesmo que remunerado – nas plantations onde haviam sido brutalmente explorados por tanto tempo. A autonomia individual na reprodução material de suas vidas era chave fundamental para a relação entre liberdade e trabalho. Porém, essa era uma percepção de certa forma generalizada antes da emergência da ordem capitalista industrial, em que ser livre no trabalho pressupunha o controle sobre os meios de produção e ritmos de labor, isto é, ao pressuposto da não-dependência completa para sobreviver. No final do século XVIII – e até por boa parte do XIX – a dependência e a subordinação a outrem presentes na relação assalariada eram consideradas degradantes, logo, equivalentes à ausência de liberdade.¹⁹ Assim como o servo ou até mesmo o escravo, o assala-

18 Cf. FONER, Eric. *Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado*. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 19-20.

19 FONER, Eric. *Free Soil, Free Labor, Free Men: The Ideology of the Republican Party Before the Civil War*. (1st ed. 1970). New York: Oxford University Press, 1995. p. xii.

riado era visto antes de tudo como um dependente, sujeito a diversos tipos de compulsão, ainda que em graus diferentes, para a execução do trabalho.²⁰ E isso valia tanto para os escravizados de Saint-Domingue como para os camponeses europeus que estavam sendo compelidos, naquele exato momento, ao trabalho fabril.

Dado seus conteúdos profundamente coercitivos, os regimentos laborais elaborados pelas autoridades revolucionárias na colônia francesa traduziam todas as contradições contidas no nascimento da construção ideológica do trabalho assalariado como livre, e não mais como dependente. Na visão antiescravista europeia, a singularidade perniciosa da escravidão revelava a dicotomia entre as coerções ilegítimas presentes no cativo e as condições próprias do trabalhado assalariado. Se o cativo foi concebido como o intolerante extremo deste espectro, as demais categorias de exploração do trabalho puderam ser construídas ideologicamente como legítimas e, em consequência, como equivalentes à liberdade.²¹

Sendo assim, o embate das liberdades da Revolução Haitiana, no limite, esteve envolvido também num processo mais profundo de transformação do trabalho assalariado como equivalente a ser livre. Se o pensamento abolicionista passou a defender essa assimetria em meio ao desenvolvimento da ordem capitalista industrial, as autoridades revolucionárias francesas a projetaram na emergência de um novo tipo de trabalho com o fim da escravidão. Esse contraste, contudo, não eliminou os modos de compulsão pelos quais os trabalhadores eram subjugados em nenhum dos espaços onde essa disputa se encontrava.²² Em Saint-Domingue, sem embargo, a resistência da população liberta permaneceu incomplacente à imposição do trabalho assalariado nas plantations até a consolidação do campesinato nas primeiras décadas do Haiti independente.

Conforme apresentado brevemente aqui, as disputas por práticas e concepções distintas de liberdade, fundadas em diferentes projetos de ordem econômica e social na colônia, são o cerne desse evento transformador que foi a Revolução Haitiana. Concepções essas que tinham seus laços com antigas estruturas, mas que se desenvolveram e ganharam novo peso e significado em meio às contingências desse contexto de transformação, diante de cená-

20 VAN DER LINDEN, Marcel. *Workers of the World: essays toward a global labor history*. Leiden: Brill, 2008. p. 32-33.

21 Cf. MARQUESE, Rafael. Comentário. Escravidão histórica e capitalismo histórico: notas para um embate. In: MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo. *A segunda escravidão e o império do Brasil em perspectiva histórica*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2020. p. 75-89. p. 81-82; STEINFELD, Robert. *Coercion, Contract and Free Labor in the Nineteenth Century*. New York: Cambridge University Press, 2001. p. 47 e p. 72.

22 FONER, *op. cit.*, 1995, p. x-xi.

rios futuros múltiplos e jamais vistos. Analisar a transformação das estruturas, portanto, é considerar justamente as diversas possibilidades e as intensas disputas que surgiram no meio dessas incertezas para a construção de um futuro inesperado, cujos impactos vão muito além dos limites locais de onde essas transformações se fizeram possíveis.

Referências

- BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais, a longa duração. *Revista de História*, v. 30, n. 62, p. 261-294, 1965.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. A Brecha Camponesa no Sistema Escravista. In: WELCH, Clifford A. et al. *Camponeses brasileiros*. São Paulo: UNESP, 2009. v. 1, p. 97-115.
- COSTA, Emília Viotti da. *Coroas de glória, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- DEBIEN, Gabriel. *Plantations et Esclaves à Saint-Domingue*. Dakar: Publications de la Section d'Histoire, 1962.
- FICK, Carolyn. Emancipation in Haiti: From plantation labour to peasant proprietorship. *Slavery & Abolition: A Journal of Slave and Post-Slave Studies*, v. 21, n. 2, p. 11-40, 2000.
- FICK, Carolyn. Para uma (re)definição de liberdade: a Revolução no Haiti e os paradigmas da Liberdade e Igualdade. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 26, n. 2, p. 355-380, 2004.
- FONER, Eric. *Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado*. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- FONER, Eric. *Free Soil, Free Labor, Free Men: The Ideology of the Republican Party Before the Civil War*. (1st ed. 1970). New York: Oxford University Press, 1995.
- GEGGUS, David. Toussaint Louverture and the Haitian Revolution. In: ANDERSON, David; HUPCHICK, Dennis; WEISBERGER, William (org.). *Profiles of Revolutionaries in Atlantic History, 1700-1850*. New York: Columbia University Press, 2007.
- GONZALEZ, Johnhenry. *Maroon Nation: A History of Revolutionary Haiti*. New Haven: Yale University Press, 2019.
- HAZAREESINGH, Sudhir. *O maior revolucionário das Américas: A vida épica de Toussaint Louverture*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição a semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- MANIGAT, Sabine. Le Régime de Toussaint Louverture en 1801: un modèle, une exception. In: BÉNOT, Yves; DORIGNY, Marcel (org.). *1802: Rétablissement de l'esclavage dans les colonies françaises, ruptures et continuités de la politique coloniale française, 1800-1830: aux origines d'Haïti*. Paris: Maisonneuve et Larose, 2003.
- MARQUESE, Rafael. Comentário. Escravidão histórica e capitalismo histórico: notas para um embate. In: MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo. *A segunda escravidão e o império do Brasil em perspectiva histórica*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2020. p. 75-89.
- MINTZ, Sidney. *Caribbean Transformations*. New York: Columbia University Press, 1989.
- MOREAU DE SAINT-MÉRY, M.J-E. *Description Topographique, Physique, Civile, Politique et Historique de la Partie Française de l'isle de Saint-Domingue*. 2. ed. Paris: L. Guérin, 1875. 3 v.
- MURRAY, Gerald F. *The Evolution of Haitian Peasant Land Tenure: a case study in agrarian adaptation to popular growth*. 1977. 693 f. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – Faculty of Political Science, Columbia University, New York, 1977.
- SARTRE, Jean Paul. *Crítica da Razão Dialética, precedido por Questões de Método*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- STEINFELD, Robert. *Coercion, Contract and Free Labor in the Nineteenth Century*. New York: Cambridge University Press, 2001.
- TOMICH, Dale W. *Slavery in the circuit of sugar: Martinique and the world economy, 1830-1848*. 2. ed. Albany: State University of New York Press, 2016.
- VAN DER LINDEN, Marcel. *Workers of the World: essays toward a global labor history*. Leiden: Brill, 2008.

Comércio, informações e diplomacia: o grão-ducado da Toscana e o império português no Atlântico (1580-1640), breves apontamentos historiográficos e metodológicos¹

João Gabriel Covolan Silva

Neste texto, apresentaremos sinteticamente o estado da arte na historiografia ao que se refere às redes mercantis e os projetos coloniais da Toscana entre fins do século XVI e as primeiras décadas do século XVII, no que tange em específico à América portuguesa. Também abordaremos os pressupostos teóricos para se abordar estas redes, a circulação de informações e os projetos aventados, contrapondo algumas perspectivas sobre a circulação de pessoas, notícias e mercadorias mais recentes que, apesar de sugestivas, deixam de lado as hierarquias espaciais presentes, que consideramos essencial para o estudo de fluxos de comunicação e os fluxos de comércio entre um estado que busca fazer parte do movimento expansionista da Europa moderna e um território colonial do continente americano. Por fim, faremos uma breve apresentação sobre as tipologias documentais que podem ser utilizadas para este estudo.

Breves acenos historiográficos

É notória a presença de viajantes e mercadores italianos em Portugal ao longo dos séculos XV-XVII, bem como sua participação – como navegadores e homens de negócios – na formação do império ultramarino português. Menos notória, porém, é a análise do papel que o império ultramarino português – e, em específico, sua vertente atlântica – tiveram para os Estados “pré-unitários” da Itália, bem como as relações estabelecidas entre estes espaços. Ensaios para uma abordagem mais profunda sobre o tema foram trazidos para a historiografia brasileira por Sérgio Buarque de Holanda, sobretudo no que diz respeito ao Grão-Ducado da Toscana, em artigo publicado pela pri-

1 O autor agradece os comentários feitos por Isabela Rodrigues de Souza, Rafael de Bivar Marquese e André Roberto de A. Machado, bem como todos os participantes do evento do Lab-Mundi.

meira vez em 1967. Aqui, o autor descreve os anseios toscanos de estabelecer comércio regular com o Brasil e com as Índias Orientais “através de navios estrangeiros, quer dizer não portugueses, nem espanhóis, e nem necessariamente toscanos, os quais iriam diretamente a Liorne, carregados de mercadorias, principalmente açúcar e pau-brasil [...]”. Outros pontos destacados são a ambição toscana de ver instalados em seus domínios as refinarias de açúcar, que tanto prosperavam em Flandres e Veneza, a expedição chefiada pelo inglês Robert Thornton ao rio Amazonas, no início do século XVII, e mesmo projetos coloniais, como o respeitante à capitania do Espírito Santo.²

Na historiografia italiana do século passado, algumas menções aos projetos expansionistas aparecem em trabalhos bastante sugestivos, como de Gino Guarnieri³ e de Roberto Ridolfi⁴. Mas vale menção mais detalhada, dentre estes exemplos, ao livro de Cesare Ciano, *I Primi Medici e il Mare*. Ciano aborda não apenas a transformação estrutural de Livorno na segunda metade do século XVI, como também a política comercial dos grão-duques, relacionando-a com a difusão de agentes e representantes em diversos países europeus visando não apenas obter informações que pudessem ajudar a fomentar o comércio, mas também informações sobre localidades ultramarinas que pudessem projetar uma empreitada colonial. As obras de geografia e relatos sobre o mundo extraeuropeu somam-se ao uso político da tradição toscana de enviar os jovens comerciantes a se instruírem em centros mercantis importantes; seus os relatos, a partir de então, ajudaram a fomentavam ambições expansionistas. Exemplos são os casos de Orazio della Rena, que de acordo com Ferdinando I em uma missiva enviava notícias sobre as riquezas da Nova Espanha e das Índias em geral, “estando nós curiosíssimos por todas as coisas”; ou o de Baccio da Filicaia, que residira no Brasil entre 1596 e 1607 e fora figura próxima dos governadores Francisco de Souza e Diogo Botelho.⁵ Digno de nota em Ciano é a menção ao crescente interesse toscano no trato negroiro, e o fato de que os sucessores de Ferdinando I também projetaram expansões ultramarinas, embora sem efetivá-las.⁶

Mais recentemente, o tema foi abordado por Alírio Cardoso e pelo norte-americano Brian Brege. Cardoso em seu artigo enquadra os intentos mercantis e coloniais toscanos dentro de suas relações com o poderio ibé-

2 HOLLANDA, Sérgio Buarque de. Os projetos de colonização e comércio toscanos no Brasil ao tempo do grão-duque Fernando I (1587-1609). *Revista de História (USP)*, n. 142-143, p. 95-122, 2000.

3 GUARNIERI, Giuseppe Gino. *Un'Audace Impresa Marittima di Ferdinando I dei Medici: contributo alla storia della marina mercantile italiana*. Pisa: Arti Grafiche Nistri-Lichi, 1928.

4 RIDOLFI, Roberto. Pensieri medicei di colonizzazione nel Brasile. *Il Vetro. Rivista della Civiltà Italiana*, v. 6, n. 4, p. 705-720, 1962.

5 CIANO, Cesare. *I Primi Medici e il Mare*: note sulla politica marinara toscana da Cosimo I a Ferdinando I. Pisa: Pacini Editore, 1980. p. 166-167.

6 *Ibidem*, p. 168-171.

rico, que dizia respeito não apenas aos direitos de navegação no ultramar, mas também acerca da soberania na Itália. Os objetivos, que eram a busca de metais preciosos e outras mercadorias, bem como o estabelecimento de rotas comerciais, foram frutos seja de uma política de Estado orientada pelo grão-duque, seja pela comunidade mercantil de Livorno.⁷ Já Brege reconstrói a presença toscana nos empreendimentos da Coroa de Portugal desde a ida do comerciante Luca Giraldi a Lisboa, em 1515, que entraria em breve no comércio da ilha da Madeira (1527-9), tornando-se inclusive fidalgo ainda no reinado de D. João III (r.1521-1557); a correspondência de seu filho, Francisco Giraldes, com o grão-duque; a mudança do Estado grão-ducal, que de um posicionamento introspectivo passara a tecer projetos imperiais; e, o que é mais significativo, a rede de embaixadores, comerciantes e informantes na Península Ibérica que faziam chegar ao Grão-Ducado informações respeitantes ao Atlântico português.^{8 9}

Por fim, a historiografia sobre os cristãos-novos e judeus portugueses na Toscana também revela aspectos de grande importância para o estudo do comércio e para a circulação de informações sobre Brasil, em especial em Pisa e Livorno. Merecem destaque os estudos de Giuseppe Marcocci¹⁰ e Lucia Frattarelli Fischer¹¹. O livro desta historiadora italiana nos dá elementos para compreender a amplitude da diáspora em terras toscanas após os decretos de 1591-3 denominados *Livornine*, bem como a complexidade dos mecanismos de inserção de muitos cristãos-novos e judeus, sua relação com outros grupos étnicos, e o alcance de suas redes mercantis, que em muitos casos envolvia importações de produtos brasileiros, sobretudo pau-brasil e açúcar. Mais recentemente, também Francisco Bethencourt iluminou de modo detalhado a trajetória de alguns cristãos-novos em seu livro *Strangers Within*. Dentre estes indivíduos, podemos citar Niccolò Ximenes, membro da poderosa família Ximenes de Aragão, que em fins do século XVI estendeu suas atividades

7 CARDOSO, Alípio. “Un Piccolo Pataccio al Rio dell’Amazzoni”: pirataria europeia e projetos italianos na Amazônia na época da monarquia hispânica”. *Revista de História (USP)*, n. 170, p. 175-199, jan./jun. 2014.

8 Sobre a família Giraldi em específico, ver os trabalhos de Virgínia Rau (RAU, Virgínia. Um grande mercador-banqueiro italiano em Portugal: Lucas Giraldi. Lisboa: *Estudos Italianos em Portugal*, 1965) e Nunziatella Alessandrini (ALESSANDRINI, Nunziatella. Contributo alla storia della famiglia Giraldi, mercanti banchieri fiorentini alla corte di Lisbona nel XVI secolo. *Storia Economica*, ano 14, n. 3, p. 377-407, 2011).

9 BREGE, Brian. Renaissance Florentines in the Tropics: Brazil, the Grand Duchy of Tuscany, and the Limits of Empire. In: HORODOWICH, Elizabeth; MARKEY, Lia (org.). *The New World in Early Modern Italy, 1492-1750*. Cambridge; Londres: Harvard University Press, 2017.

10 MARCOCCI, Giuseppe. Itinerari marrani. I portoghesi a Livorno nei secoli dell’età moderna. In: PROSPERI, Adriano (org.). *Livorno, 1606-1806: luogo di incontro di popoli e cultura*. Turim: Allemandi, 2009.

11 FRATTARELLI FISCHER, Lucia. *Vivere Fuori dal Ghetto: ebrei a Pisa e a Livorno (secoli XVI-XVIII)*. Turim: Silvio Zamorani, 2008.

na Toscana a partir do estabelecimento de seu tio Fernando Ximenes em Florença. Seguindo os passos do tio, Niccolò imigrara para a Toscana desde Antuérpia, casara-se com uma filha da aristocracia local, Maria Antinori, e tornara-se *senatore*. O que nos interessa de sua trajetória especificamente são suas múltiplas transações comerciais, que envolvia a importação de pau-brasil e de açúcar brasileiro desde Lisboa, e, como demonstrou Bethencourt, Niccolò chegou inclusive a herdar uma propriedade fundiária no Brasil no início do século XVII, como consta de seu livro contábil.¹²

Contudo, apesar da riqueza de dados que podem ser trabalhados a partir do presente estado da arte na historiografia ou do andamento de nossa pesquisa em arquivos e bibliotecas, para esta ocasião acreditamos ser importante mencionar alguns pressupostos de caráter metodológico para a inserção da análise destas redes mercantis e do fluxo de informações, seguida de uma elucidação acerca das principais tipologias documentais para tal estudo. Isto porque a abordagem de redes mercantis e de fluxo de informações sem um tratamento metodológico pode fazer com que se caia no vazio, com uma abordagem puramente descritiva e sem um problema de fundo.

Pressupostos teóricos para a abordagem das redes mercantis e fluxos de notícias: uma síntese

No primeiro aspecto, acreditamos ser essencial seguir premissas que foram recentemente apresentadas por João Paulo Pimenta no tocante aos *espaços-tempo* dos impérios ibéricos entre os séculos XV-XIX. Nos diz este historiador que “A premissa de que toda sociedade encontra-se estruturada por uma pluralidade de tempos simultâneos, dinâmicos e assimétricos – pois estabelecem hierarquias entre si – pode e deve ser estendida ao espaço: não há realidade social que não enseje também uma pluralidade de espaços”.¹³ A *assimetria* dentre estes espaços pode ficar de lado quando se busca enfatizar a mundialização levada adiante por portugueses e espanhóis, bem como a pluralidade de pontos de vista, mas sem uma análise qualitativa destes mesmos espaços. Tomemos um exemplo tido como modelar para se pensar o caso, mas onde não são claras as distinções qualitativas que caracterizem as diferenças entre os espaços.

12 BETHENCOURT, Francisco. *Strangers Within: The Rise and Fall of the New Christian Trading Elite*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2024.

13 PIMENTA, João Paulo. Pensar e conceber a distância: uma reflexão acerca dos espaços tempo dos impérios ibéricos (séculos XV-XIX). In: GAUDIN, Guillaume; STUMPF, Roberta (dir.). *Las Distancias en el Gobierno de los Imperios Ibéricos: concepciones, experiencias y vínculos*. Madri: Casa de Velázquez, 2022.

Serge Gruzinski em um artigo programático afirma que no movimento expansionista ibérico “Houve uma compressão sem precedentes das distâncias: o desconhecido torna-se familiar, o inacessível torna-se disponível enquanto o longínquo aproxima-se de maneira espetacular”.¹⁴ Prolifera-se o consumo de produtos extra-europeus, os pontos de vista “mestiços”, e o historiador afirma inexistir um *sentido único* nos deslocamentos de indivíduos e ideias. Refuta-se os “reflexos do eurocentrismo”; mas a celebração dos *contatos* sem a abordagem de suas assimetrias, afirmando que a relação colonial é uma das várias relações existentes que caracterizam os “mundos da Monarquia Hispânica”, fruto de uma concepção de história na qual o historiador deve operar como um “eletricista”, pode apresentar alguns problemas. Ao se restabelecer conexões intercontinentais, abandonando o nacionalismo metodológico e explorando as *connected histories* – “o que implica que as histórias só podem ser múltiplas”, em menção à Sanjay Subrahmanyam¹⁵ –, faz com que apareça um outro problema. Apesar de buscar romper com o eurocentrismo, se erradica as diferenças qualitativas entre os espaços que se interligam no movimento expansionista ibérico. Esta é uma ruptura programática com parte da historiografia, sobretudo marxista, que torna as *connected histories*¹⁶ em parte problemáticas.

Em trabalho mais recente, *A Águia e o Dragão*, o historiador reafirma o ponto presente anteriormente: *globalização é sincronização*.¹⁷ Os reflexos dos trabalhos de historiadores como Gruzinski e Subrahmanyam foram e são continuamente aplicados para os estudos mais próximos ao que estamos levando adiante. Contudo, se a integração do “global no local” é algo que deve ser prezado, o rompimento com o par conceitual centro-periferia, por exemplo, faz terra arrasada da própria compreensão, que deve ser fundamental para este estudo, de uma territorialidade colonial e das lógicas inerentes à expansão europeia.

Devemos nos situar, portanto, mais próximos da distinta concepção acerca do estudo dos contatos e redes no mundo Atlântico que foi dada pelo historiador Marcello Carmagnani, que, baseando sua assertiva em Fernand Braudel, nos diz que a História é a representação de todas as Ciências Sociais

14 GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras *Connected Histories*. *Topoi*, v. 2, n. 2, p. 175-195, 2001. p. 183.

15 GRUZINSKI, *op. cit.*, 2001..

16 Dentre os trabalhos em que Subrahmanyam refuta abertamente a contribuição marxista, a sua biografia de Vasco da Gama contém críticas aos chamados neomarxistas que detalham o ponto destacado – como no aspecto sobre a abordagem do historiador Vitorino Magalhães Godinho (SUBRAHMANYAM, Sanjay. *The Career and Legend of Vasco da Gama*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997a). Para sua concepção de histórias conectadas, ver o artigo SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Connected Histories: Notes Towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia*. *Modern Asian Studies*, v. 31, n. 3, p. 735-762, 1997b.

17 GRUZINSKI, Serge. *A Águia e o Dragão: ambições europeias e mundialização no século XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 296.

no passado. Assim, a História Atlântica praticada por Carmagnani depende da capacidade de usar e elaborar conceitos analíticos que levem em consideração os processos históricos nos âmbitos sociais, econômicos, políticos e culturais: caso contrário, a história se torna uma coleção de dados empíricos.¹⁸ Em nossa historiografia, há tempo Fernando Novais nos alertou sobre o perigo: “[...] estamos igualmente conscientes da necessidade incontornável dos esforços deste gênero para orientar as pesquisas históricas; do contrário, corre-se o risco de submissão sem crítica aos dados colhidos na documentação, produzindo-se quando muito uma descrição empírica da realidade”.¹⁹

Não que todos os exemplos mencionados acima sejam meras coleções de dados; mas ao se abrir mão do uso de determinados conceitos e ao se afirmar que as histórias só podem ser múltiplas, envereda-se por trilhas que podem anular ao longo do processo de pesquisa as já referidas assimetrias e pluralidades espaço-temporais, que pode levar à um isolamento em relação às outras ciências.

A dependência da História de teorias – aceitando o desafio de uma exigência de teoria se quisermos que a ciência da história continue a se definir como ciência” –, advém do próprio fato de que “nada escapa à perspectiva histórica”.²⁰ Daí resulta o risco de se prescindir de conceitos em perspectiva histórica: cair em uma profusão de narrativas individuais. E, no caso de nosso estudo, anular as pluralidades espaço-temporais, geográficas e históricas. Portanto, uma primeira constatação a se fazer para a análise é, seguindo os passos de Milton Santos, que devemos abordar o espaço como o resultado da geografização “de um conjunto de variáveis, de sua interação localizada, e não dos efeitos de uma variável isolada”. Pois sozinha, uma determinada variável fica carente de significado, como o é *fora do sistema ao qual pertence*.²¹ A compreensão das relações dos distintos espaços, os fluxos mercantis e de comunicação, levando em consideração suas respectivas posições dentro de um sistema ao qual pertencem impede um “achatamento” que pode anular as relações coloniais, essenciais para se entender o porquê destas redes e suas dinâmicas, bem como o lugar ocupado pelos fluxos a partir de e para um estado semiperiférico dentro da economia-mundo europeia.²² É este o caso do

18 CARMAGNANI, Marcello. *Le Commissioni Mondiali e l'Atlantico, 1450- 1850*. Torino: Einaudi, 2020.

19 NOVAIS, Fernando A. Colonização e sistema colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica. In: NOVAIS, Fernando A. *Aproximações: estudos de história e historiografia*. São Paulo: Cosacnaify, 2005. p. 43.

20 KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do Tempos: estudos de história*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2014. p. 277-280.

21 SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2020. p. 37.

22 O conceito de semiperiferia, aqui, leva o sentido que lhe foi atribuído por Fernand Braudel e por Immanuel Wallerstein. Como afirmou Braudel, a semiperiferia é uma área próxima do centro da economia-mundo, um “pericárdio” que auxilia ao aumento da pulsação do centro (BRAUDEL, Fernand. *The Perspective of the World*. Nova Iorque: Harper & Row, 1984. p. 56). De modo igualmente suges-

Grão-Ducado da Toscana, que ao mesmo tempo em que delinea projetos expansionistas encontra-se cada vez mais dependente da atividade mercantil de ingleses e holandeses, que por meio de suas frotas navais inundam o Mediterrâneo em fins do século XVI, bem como de capitais e da experiência mercantil de cristãos-novos portugueses, que por meio de suas redes que se estendiam à América, Ásia, e Norte da Europa, fomentavam o comércio de produtos coloniais e influenciavam a política econômica do estado governado pelos Medici.

Isto porque, após 1492, a economia-mundo europeia começa a englobar dentro de suas lógicas outros espaços que vão além do continente e da região banhada pelo Mar Mediterrâneo. O processo de colonização das Ilhas Atlânticas, o início das conquistas espanholas na América e a navegação lusitana pela Rota do Cabo ocorrem simultaneamente ao início do declínio manufatureiro dos Estados italianos, em especial de Veneza, que entre fins do século XVI e início do XVII começa a se acentuar; um declínio que não se deve apenas a fatores endógenos, mas sobretudo à atlantização da economia-mundo europeia e das escaramuças com os Otomanos.²³ Este processo é uma constante, de acordo com Fernand Braudel: é o centramento, descentramento e recentramento da economia-mundo, com uma mudança de seu eixo de gravidade e que leva à uma reordenação espacial de seus arranjos.

O Mediterrâneo, assim, passa paulatinamente a ser um espaço cada vez mais dependente das fortunas hispânicas que projeta seu poder na Itália nos séculos XVI e XVII – em intensas disputas com a França, mas no geral levando a melhor em um primeiro momento –, e com o comércio a partir de uma posição crescentemente desfavorável com holandeses e ingleses, que “*Se volcaron sobre las riquezas existentes en el mar Interior y se apoderaron de ellas empleando todos los médios, mejores o peores*”.²⁴ Abordaremos em trabalho futuro inclusive a relação de dependência mercantil da Toscana em relação aos ingleses, pois as potências do Noroeste Europeu em ascensão, em primeiro lugar, projetaram seus controles mercantis no Báltico e no Mediterrâneo diante das crises de abastecimento de grãos e do aumento da pirataria otomana e

tivo, para Wallerstein o movimento contínuo da economia-mundo faz com que ocorram alterações de status em momentos de mudanças significativas, que podem significar uma ascensão ou um movimento descendente. Mudanças estas que são regulares, mas não necessariamente contínuas, e que levam a alterações no poder político e econômico de determinados estados e/ou localidades dentro do sistema interestatal, típicas da semiperiferia, região intermediária da economia-mundo. Importante é que Wallerstein também afirma ser uma constante dos estados semiperiféricos iniciativas políticas e econômicas que visam alterar esta condição, mas que, ao contrário das expectativas, “*Only a few succeed in significantly transforming the rank of their state in the world division of labor. This is because the very success of one eliminates opportunities and alternatives for other*” (WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System II: Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600-1750*. Berkeley; Los Angeles; Londres: University of California Press, 2011. p. 179).

23 BRAUDEL, Fernand. *The Perspective of the World*. Nova Iorque: Harper & Row, 1984. (Civilization & Capitalism, 15th-18th Century, 3). p. 136-137.

24 *Ibidem*, p. 94-95.

norte-africana. Em assertiva que pode ser aplicada às dinâmicas que buscamos estudar, embora voltada ao século XX, nos diz o geógrafo David Harvey que

[...] a capacidade de influenciar a produção de espaço é um importante meio de aumento do poder social. Em termos materiais, isso significa que quem pode afetar a distribuição espacial de investimentos em transportes e comunicações e em infraestruturas físicas e sociais, ou a distribuição territorial de forças administrativas, políticas e econômicas, pode muitas vezes obter recompensas materiais.²⁵

É justamente o propósito de influenciar a produção do espaço, como meio de aumento do poder social, um dos pressupostos que está na base dos intentos expansionistas toscanos. Fenômeno que se dá por conta dos reflexos da influência inglesa, holandesa e hispânica no Mediterrâneo e dos reinos ibéricos na América, onde está em curso no momento um processo de *euro-peização* – afirmação que não implica a adoção de um posicionamento eurocêntrico, mas sim que busca reafirmar que o processo implica a inserção deste continente dentro de um *sistema de colonização*, de uma forma específica de ocupação e valorização. Trata-se de um “alargamento do espaço humanizado”, para dentro da lógica da economia-mundo europeia. Assim, “É, pois, a partir das coordenadas da estrutura socioeconômica da época, a partir das relações dos homens entre si e não dos homens com a natureza”²⁶ – embora tenha a natureza grande importância –, que podemos pensar as relações e fluxos que ligam, por exemplo, a Toscana à América portuguesa.

Tipologias documentais: uma aproximação

Para tal estudo, acreditamos que as fontes a serem utilizadas são sobretudo de três tipos: os relatos de viajantes, as correspondências diplomáticas e dos agentes toscanos com os grão-duques, e a documentação das instâncias responsáveis pela administração e regulação mercantil das cidades de Pisa e Livorno. Sobre os viajantes, há uma ampla gama de correspondências publicadas ou facilmente encontradas em arquivos toscanos; usaremos aqui um breve exemplo, já conhecido pela historiografia. Trata-se de Filippo Sassetti, que estivera em Lisboa na década de 1570 e depois viajara à Ásia com os portugueses. Nas missivas de Sassetti, remetidas à importantes figuras – comerciantes,

25 HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.

26 NOVAIS, *op. cit.*, p. 26-27.

religiosos e políticos –, há menções muito relevantes sobre o Brasil²⁷. Como é caso de sua carta de 10 de outubro de 1578 a Baccio Valori, membro de uma importante família florentina que se exilara de Florença em 1537, mas que preservara seus bens ao transferi-los à terceiros, tendo sido o próprio Baccio a recuperá-los. Posteriormente, tornou-se cavaleiro da Ordem de Santo Stefano e bibliotecário da Biblioteca Medicea Laurenziana.

Nesta longa carta, Sasseti descreve a grande presença de escravos africanos em Lisboa, empregados em diversos setores da economia urbana da capital do Reino, e também nas possessões ultramarinas, como Cabo Verde e Madeira, o forte de São Jorge da Mina, o Brasil, e, além do Cabo da Boa Esperança, em Moçambique. No que se refere ao Brasil, afirma Sasseti que o açúcar brasileiro é de maior qualidade se comparado ao das Ilhas, e em grande quantidade. Ademais, relata que é no Brasil que vive Filippo Cavalcanti, “*il quale ha grandissime faccende alle mani, ed è uomo di grande autorità, e quasi soprastante a tutto, infino al proprio governatore. Dicono che è tiene gran corte con molti paggi e cavalli [...]*”; toda esta riqueza acumulada e que permite esta pujança, relata, vêm de seus engenhos de açúcar.²⁸

A outra tipologia de fontes abordadas, as correspondências de agentes e diplomatas, aproxima-se do conteúdo das cartas e relatos de viajantes, embora sejam mais pragmáticas quanto ao tom utilizado e ao conteúdo em si²⁹. Esta tipologia, devemos esclarecer, não deve se limitar apenas aos encarregados toscanos na Península Ibérica (Lisboa, Madrid e Sevilha), mas também aos estabelecidos em Londres e Amsterdam, centros mercantis em ascensão. Vale dizer que esta tipologia documental apresenta uma maior bidirecionalidade, ou seja: podemos nos valer não apenas das missivas produzidas nestes locais, bem como das diretrizes e curiosidades florentinas aos seus encarregados. Para estes casos, interessantes são os relatos de Jan van der Nessen, um flamengo a serviço dos toscanos, autor de diversas missivas aos grão-duques, secretários e comerciantes em Livorno, Pisa e Florença. Mas para esta exposição, escolhemos a carta de Belisario Vinta, político toscano que chefiara importantes missões diplomáticas à Roma e Veneza, e que defendia uma política de neutralização da potência hispânica, sendo favorável à aproximação entre o Grão-Ducado e a França. Em 5 de fevereiro de 1594, Vinta recomendara ao embaixador em Madrid Francesco di Agnolo Guic-

27 Sobre Sasseti, ver o estudo introdutório da recente edição de seus escritos realizado por Corey Tazzara (TAZZARA, Corey. *Filippo Sasseti on Trade, Institutions and Empire*. Londres; Nova Iorque: Routledge, 2023).

28 SASSETTI, Filippo. *Lettere Edite e Inedite di Filippo Sasseti (Raccolte e Annotate da Ettore Marcucci)*. Florença: Felice Le Monnier, 1855. p. 122-125.

29 Algumas cartas importantes foram publicadas no artigo de Sérgio Buarque de Holanda aqui mencionado, embora os arquivos toscanos, em especial de Florença, guardem ainda muitas cartas e relatos ainda inéditos.

ciardini que buscasse modos para se trazer açúcar diretamente ao porto de Livorno, sem passar pelos portos ibéricos, para se aproveitar das dificuldades dos venezianos – principais detentores de refinarias na Itália – e incentivar suas instalações nas cidades toscanas. Outro motivo para se fugir dos portos ibéricos era o “perigo” diante das escaramuças da monarquia hispânica com a Inglaterra e as Províncias Unidas, o que poderia fazer com que os comerciantes perdessem o capital investido.³⁰

Por fim, mencionaremos um exemplo respeitante às atividades de cristãos-novos, cujas informações abundam sobretudo no fundo *Consoli del Mare*, presente no Archivio di Stato di Pisa, e no fundo *Mediceo del Principato*, do arquivo florentino. Os *Consoli del Mare* foram parte de uma magistratura encarregada de administrar a conduta dos comerciantes de Pisa, bem como tudo que dissesse respeito com o mar: a construção de embarcações, vigilância do trânsito de pessoas, e o estabelecimento de relações com comerciantes estabelecidos em outros países, cuja existência data ainda do período em que Pisa era um cidade-Estado independente.³¹ E justamente neste fundo documental encontramos registros da atividade mercantil do cristão-novo português Duarte Dias de produtos oriundos do Brasil, desde 1597 até 1613.

Duarte Dias pertencia à família Dias, cujo primeiro membro a chegar em Pisa fora seu avô, Jerônimo Dias, em 1548. A família obtivera sucesso em terras toscanas e, no fim do século XVI, há registros de apenas dois membros da família que ainda residiam em Portugal, primos de Duarte. Apesar dos fortes laços com o comércio ultramarino, o membro mais influente da família foi o acadêmico Damiano Dias, professor da Universidade de Pisa e investidor nos bancos Ricciardi e Salviati de Florença. No ramo mercantil da família, sabe-se que na última década de Quinhentos Duarte se tornou responsável pela maior parte das transações, que dentro da Itália também englobavam Veneza e Roma.³² Durante o período em que esteve envolvido na importação de produtos da América portuguesa, sobretudo de açúcar, Duarte Dias esteve associado com Rui Teixeira, comerciante cristão-novo que residira no Brasil e chegara a ser denunciado durante a Primeira Visitação Inquisitorial³³ e representou em querelas mercantis os comerciantes Miguel Paz e Jerônimo Rodrigues de Sousa, que residiam em Amsterdam e importavam açúcar brasileiro para a Euro-

30 Archivio di Stato di Firenze, Mediceo del Principato (ASFi, MP). f. 580, f. 1145r.

31 CIANETTI, Nadia. *I Consoli del Mare di Pisa nella Prima Metà del '600*. Tesi di Laurea, Universidade de Pisa, 1984.

32 FRATTARELLI FISCHER, Lucia. *Vivere Fuori dal Ghetto: ebrei a Pisa e a Livorno (secoli XVI-XVIII)*. Turim: Silvio Zamorani, 2008. p. 79-77.

33 NOVOA, James Nelson. A Family of the Nação from the Atlantic to the Mediterranean and Beyond (1497-1640). In: KAPLAN, Yosef. *Religious Changes and Cultural Transformations in the Early Modern Western Sephardi Communities*. Boston; Leiden: Brill, 2019.

pa.³⁴ O eixo da atividade, porém, era Lisboa, a partir de onde boa parte do açúcar desembarcado em Livorno para Duarte Dias era carregado.³⁵

Não obstante, fica claro o crescente papel de embarcações inglesas e holandesas neste trato que ligava a Península Ibérica e a Toscana, seja por conta do custo dos fretes e pela maior capacidade defensiva de embarcações holandesas e inglesas em um Mediterrâneo tomado pelo corso, seja pela atuação – sobretudo no caso holandês – de cristãos-novos no Norte da Europa. Como demonstrou Daniel Swetschinski, ao analisar os fretes entre 1596 e 1616 de cristãos-novos e judeus portugueses em Amsterdam, Livorno era o segundo porto não-português com a maior incidência de fretamentos de embarcações holandesas, ficando atrás apenas de Hamburgo.³⁶ Estas fontes, portanto, podem ser interpretadas como um ponto de partida para compreensão de aspectos amplos, que perpassam a religião e a identidade de muitos cristãos-novos e judeus, bem como, em nosso caso, o alcance dessas redes mercantis durante um período de mudança do equilíbrio de forças dentro do continente europeu em que a Toscana teve uma parte importante.

Conclusão

Esperamos que este breve texto possa ter esclarecido alguns pressupostos metodológicos que adotamos em nosso trabalho, bem como as tipologias documentais que, até o presente momento, mais nos tem revelado a importância destes vínculos comerciais e dos planos de expansão ultramarina que foram aventados na Toscana em inícios do século XVII. Não buscamos de modo algum afirmar que outras perspectivas sejam prescindíveis, mas esclarecer que a busca de projeção de poder – econômico e político – por meio da expansão colonial, fomentando redes e a circulação de indivíduos e bens, necessita de pressupostos conceituais e de um enquadramento teórico que impeçam uma abordagem *simétrica* destes espaços. A projeção de simetria ao que é caracterizado pela sua assimetria, a reificação de conexões plurais sem um tratamento conceitual, pode desembocar em uma abordagem que elimina aspectos qualitativos da própria pluralidade que se busca enfatizar, impedindo uma compreensão holística das dinâmicas econômicas e políticas do passado.

34 Notarial Records Related to the Portuguese Jews in Amsterdam up to 1639. *Studia Rosenthaliana*, v. 6, n. 2, 1972. p. 233.

35 Archivio di Stato di Pisa, Consoli del Mare (ASPi, Consoli del Mare), f.968, 969, 970.

36 SWETSCHINSKI, Daniel M. *Reluctant Cosmopolitans: The Portuguese Jews of Seventeenth-Century Amsterdam*. Oxford; Portland, OR: The Littman Library of Jewish Civilization, 2000. p. 327.

Referências

Fontes primárias

Manuscritas

Archivio di Stato di Firenze, Mediceo del Principato (ASFi, MP), f.580.

Archivio di Stato di Pisa, Consoli del Mare (ASPi, Consoli del Mare), f.968, 969, 970.

Publicadas

Notarial Records Related to the Portuguese Jews in Amsterdam up to 1639. *Studia Rosenthaliana*, v. 6, n. 2, 1972.

SASSETTI, Filippo. *Lettere Edite e Inedite di Filippo Sassetti (Raccolte e Annotate da Ettore Marcucci)*. Florença: Felice Le Monnier, 1855.

Fontes secundárias

ALESSANDRINI, Nunziatella. Contributo alla storia della famiglia Giraldi, mercanti banchieri fiorentini alla corte di Lisboa no XVI secolo. *Storia Economica*, ano 14, n. 3, p. 377-407, 2011.

BETHENCOURT, Francisco. *Strangers Within: The Rise and Fall of the New Christian Trading Elite*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2024.

BRAUDEL, Fernand. *The Perspective of the World*. Nova Iorque: Harper & Row, 1984. (Civilization & Capitalism, 15th-18th Century, 3).

BRAUDEL, Fernand. *La Dinâmica do Capitalismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

BREGE, Brian. Renaissance Florentines in the Tropics: Brazil, the Grand Duchy of Tuscany, and the Limits of Empire. In: HORODOWICH, Elizabeth; MARKEY, Lia (org.). *The New World in Early Modern Italy, 1492-1750*. Cambridge; Londres: Harvard University Press, 2017.

CARDOSO, Alírio. “Un Piccolo Pataccio al Rio dell’Amazzoni”: pirataria europea e projetos italianos na Amazônia na época da monarquia hispânica”. *Revista de História (USP)*, n. 170, p. 175-199, jan./jun. 2014.

CARMAGNANI, Marcello. *Le Connessioni Mondiali e l’Atlantico, 1450-1850*. Torino: Einaudi, 2020.

CIANETTI, Nadia. *I Consoli del Mare di Pisa nella Prima Metà del ‘600*. Tesi di Laurea, Universidade de Pisa, 1984.

- CIANO, Cesare. *I Primi Medici e il Mare*: note sulla politica marinara toscana da Cosimo I a Ferdinando I. Pisa: Pacini Editore, 1980.
- FRATTARELLI FISCHER, Lucia. *Vivere Fuori dal Ghetto*: ebrei a Pisa e a Livorno (secoli XVI-XVIII). Turim: Silvio Zamorani, 2008.
- GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras *Connected Histories*. *Topoi*, v. 2, n. 2, p. 175-195, 2001.
- GRUZINSKI, Serge. *A Águia e o Dragão*: ambições europeias e mundialização no século XVI. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- GUARNIERI, Giuseppe Gino. *Un'Audace Impresa Marittima di Ferdinando I dei Medici*: contributo alla storia della marina mercantile italiana. Pisa: Arti Grafiche Nistri-Lichi, 1928.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Os projetos de colonização e comércio toscanos no Brasil ao tempo do grão-duque Fernando I (1587-1609). *Revista de História (USP)*, n. 142-143, p. 95-122, 2000.
- KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do Tempos*: estudos de história. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2014.
- MARCOCCI, Giuseppe. Itinerari marrani. I portoghesi a Livorno nei secoli dell'età moderna. In: PROSPERI, Adriano (org.). *Livorno, 1606-1806*: luogo di incontro di popoli e cultura. Turim: Allemandi, 2009.
- NOVAIS, Fernando A. Colonização e sistema colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica. In: NOVAIS, Fernando A. *Aproximações*: estudos de história e historiografia. São Paulo: Cosacnaify, 2005.
- NOVOA, James Nelson. A Family of the Nação from the Atlantic to the Mediterranean and Beyond (1497-1640). In: KAPLAN, Yosef. *Religious Changes and Cultural Transformations in the Early Modern Western Sephardi Communities*. Boston; Leiden: Brill, 2019.
- PIMENTA, João Paulo. Pensar e conceber a distância: uma reflexão acerca dos espaços tempo dos impérios ibéricos (séculos XV-XIX). In: GAUDIN, Guillaume; STUMPF, Roberta (dir.). *Las Distancias en el Gobierno de los Imperios Ibéricos*: concepciones, experiencias y vínculos. Madri: Casa de Velázquez, 2022.
- RAU, Virginia. Um grande mercador-banqueiro italiano em Portugal: Lucas Giraldi. Lisboa: *Estudos Italianos em Portugal*, 1965.
- RIDOLFI, Roberto. Pensieri medicei di colonizzazione nel Brasile. *Il Vetro*. *Rivista della Civiltà Italiana*, v. 6, n. 4, p. 705-720, 1962.
- SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2020.

- SUBRAHMANYAM, Sanjay. *The Career and Legend of Vasco da Gama*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997a.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected Histories: Notes Towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia. *Modern Asian Studies*, v. 31, n. 3, p. 735-762, 1997b.
- SWETSCHINSKI, Daniel M. *Reluctant Cosmopolitans: The Portuguese Jews of Seventeenth-Century Amsterdam*. Oxford; Portland, OR: The Litman Library of Jewish Civilization, 2000.
- TAZZARA, Corey. *Filippo Sassetti on Trade, Institutions and Empire*. Londres; Nova Iorque: Routledge, 2023.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System II: Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600-1750*. Berkeley; Los Angeles; Londres: University of California Press, 2011.

Vivências e experiências: uma nota acerca dos tempos da história e suas hierarquias

João Paulo Pimenta

Em determinada passagem do capítulo 2 de seu livro, dedicado à caracterização de uma fenomenologia da aceleração – ou, se preferirmos um enunciado mais simples, da forma como indivíduos em sociedade sentem a aceleração de tempo, - Hartmut Rosa evoca a obra de Walter Benjamin¹ para discutir a diferença entre *vivência* e *experiência*. Segundo Rosa:

Benjamin diagnostica uma progressiva *perda de experiência* na sociedade moderna, que resulta da incapacidade dos sujeitos em transformar as inúmeras *vivências* [...] traumáticas do cotidiano [...] em *experiência* [...] genuína. *Experiência* é, para Benjamin, algo inextricavelmente ligado à agregação do vivido à história experienciada e à tradição vivida, ela surge através de uma apropriação do vivenciado com o auxílio dos padrões narrativos estáveis fixados na memória e à luz dos horizontes de expectativa historicamente firmados. Assim, vivências só podem se tornar experiência se puderem ser relacionadas de forma significativa a um passado e a um futuro individual e coletivo. Experiências genuínas, como se pode inferir a partir disso, adentram a identidade dos sujeitos, em sua história de vida; seus rastros na memória são amplamente resistentes à erosão. Elas se tornam impossíveis, no entanto, em um mundo no qual horizontes de expectativa se transformam permanentemente e no qual espaços de experiência são continuamente reconstruídos.

Direcionando essa passagem para o reforço de sua própria teoria da aceleração social, Rosa conclui:

1 Mais precisamente três textos: “Sobre alguns temas em Baudelaire”, “Parque Central” (ambos em: BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. Trad. José Martins Barbosa e Hemerson Alves Batista. São Paulo: Brasiliense, 1989), e “Sobre o conceito de história” (BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 8. ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 2012). Tal relação poderia ser completada com “Experiência e pobreza” (*Ibidem*).

A sociedade que se caracteriza pelo padrão *curto-curto* [...] é uma sociedade *rica em vivências*, porém *vazia de experiências*. Seu tempo escapa por entre os dedos em ambos os fins – na vivência e na memória.²

Esta passagem nos oferece a possibilidade de uma problematização acerca de uma questão central não apenas à obra do sociólogo alemão, mas também às discussões que pautaram as atividades do Lab-Mundi nos últimos dez anos. Se parece em boa medida introjetada, dentre seus partícipes, a concepção de que o tempo da história é uma pluralidade dinâmica e multifacetada de tempos menores, cujas contradições e sínteses são – como nos ensina Bloch – tanto “o plasma em que se engastam os fenômenos” quanto o lugar de sua inteligibilidade,³ mais rasa tem sido a consideração acerca das *diferenças qualitativas* entre esses tempos plurais, assim como das *hierarquias* por eles estabelecidas.

Há muitas formas de se abordar o problema das diferenças qualitativas e das hierarquias de tempos da História. A proposição de Benjamin acerca de *vivência e experiência*, assim como sua leitura por Rosa,⁴ nos permite retomar tal problema para além das inevitáveis considerações sobre as relações entre *tempo e duração*, enfocando também as relações entre *tempo e outras dimensões da realidade social*. Afinal, segundo Benjamin, a principal diferença entre *vivência e experiência* residiria na capacidade desta, ao contrário daquela, de se conectar com a vida de um determinado indivíduo – por extensão, de uma sociedade – e criar algo novo: uma memória, uma identidade, um lugar no mundo, uma articulação entre passado e futuro. Assim, *experiências* seriam enraizadas, duradouras e criativas, enquanto *vivências* seriam superficiais, fugazes e estéreis.

Se estamos reiterando uma concepção de pluralidade hierárquica de tempos históricos constitutivos e explicativos de uma determinada sociedade, o deslocamento deste problema, das *durações* – o quanto um fenômeno se transforma mais ou menos lentamente em relação a outros fenômenos – para o da *potência criativa* – o quanto um ritmo de transformação é capaz de impactar o conjunto da realidade – é apenas momentâneo. Tempos históricos demandam uma abordagem tanto quantitativa quanto qualitativa: *quanto* algo dura, mas também *como* dura.

2 ROSA, Hartmut. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na Modernidade*. Trad. Rafael H. Silveira. São Paulo: EDUNESP, 2019. p.291-293.

3 BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p.55.

4 Outra prolífica reelaboração das ideias de Benjamin acerca da experiência encontra-se em AGAMBEN, Giorgio. *Infancia e história: ensayo sobre la destrucción de la experiencia*. 2. ed. Buenos Aires Adriana Hidalgo, 2007. p. 7-91.

As discussões do Lab-Mundi sempre tocaram nessa questão, seja de modo direto – com Rosa, Braudel, Koselleck ou Bloch – seja de modo tangencial – com Wallerstein, Arrighi, Palmer ou Bourdieu.⁵ A seguir, quatro breves reflexões acumulam parte dessas discussões, a elas agregando pontos de investigação empírica e teórica mais autorais.

Primeiro ponto: devemos retornar às observações já feitas no âmbito do Lab-Mundi especificamente acerca da apropriação pouco rigorosa e da indexação algo insuficiente de certas ideias de Koselleck por parte de Rosa; mais precisamente no tocante a *espaços de experiência* e *horizontes de expectativa*. Para Koselleck, ambas são categorias *históricas*, isto é, explicam com alguma parcela de generalização, situações e fenômenos concretos.⁶ Como categorias históricas, só podem estar em permanente mutação, sendo tal caráter dinâmico intrínseco a elas, jamais um atributo específico de sua incidência em um período histórico particular – seja ele a modernidade ou qualquer outro. Ora, se em uma sociedade, experiências e expectativas encontram-se em permanente “transformação” e “reconstrução” (nos termos de Rosa), tal dinâmica só pode ser vista (nos termos de Benjamin e de Rosa) como uma interdição da conversão também de vivências em experiências genuínas às custas da implosão das próprias categorias. A nosso ver, o que diferencia *vivência* de *experiência* é a qualidade ao mesmo tempo abrangente e articuladora da segunda em relação à primeira, e não o caráter supostamente estabilizador das experiências em relação às vivências. Vivências também estabilizam sociedades, em múltiplos ritmos e durações.

Isso nos conduz a um segundo ponto: tanto *vivências* quanto *experiências* são formas sociotemporais sujeitas a lógicas de duração. Se experiências são formas mais estáveis e duradouras, como pretenderam Benjamin e Rosa, isso não implica que vivências não possam também sê-lo. Tal afirmação, de nossa parte, desloca as diferenças entre ambas para um plano de tendências, e não de essências. Como bem nos mostra, por exemplo, Braudel, a chamada *civilização material* que o autor estudou para porções do mundo entre os séculos

5 BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais: a longa duração. In: BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. Trad. J. Guinsburg & Tereza Silveira da Mota. São Paulo: Perspectiva, 197. 41-78; KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre a história*. Trad. Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2014; KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia Maas & Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006; KOSELLECK, Reinhart. *Histórias de conceitos: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social*. Trad. Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020; WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System IV: Centralist Liberalism Triumphant, 1789-1914*. Berkeley; Los Angeles; Londres: University of California Press, 2011; ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX. Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Unesp, 1996; PALMER, Robert. *The Age of the Democratic Revolution*. Princeton: Princeton University Press, 2014 (1959); BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado*. Trad. Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

6 KOSELLECK, *op. cit.*, 2006, cap.14.

XV e XVIII sempre foi plena de vivências cotidianas, maneiras fugazes de se lidar com o tempo e o espaço.⁷ E mesmo assim, tal civilização material pode ser considerada como uma estrutura de longa duração, isto é, uma dimensão da realidade sujeita a ritmos lentos de transformação, a dinâmicas aparentemente – apenas aparentemente – imóveis. Nesse sentido, as vivências dos homens e mulheres protagonistas dessa civilização seriam, potencialmente, não só tão estabilizadoras, mas igualmente tão duradouras quanto suas experiências.⁸

As diferenças entre vivências e experiências, portanto, não residem em seus atributos de duração temporal, mas sim em suas capacidades de articulação de dimensões relacionais constitutivas de uma totalidade social. Uma exemplificação indicativa dessa diferença pode ser buscada na observação dos processos de independência da América ibérica, e que em outras ocasiões denominamos como um *espaço de experiência revolucionário moderno*.⁹ Pretendemos tratar-se de um conjunto de fenômenos históricos restritos ao plano do que Benjamin e Rosa chamariam de *experiências*? Não exatamente. Encontramos ali, certamente, experiências, no sentido de realidades políticas enraizadas, duradouras e criativas; mas não apenas. Também realidades políticas que poderíamos descrever como vivências. Um dentre muitos exemplos indicativos possíveis: o conhecimento em um espaço político mais ou menos bem-delimitado e restrito – como o Império Português, o Brasil, uma província do Brasil ou, ainda, uma de suas localidades – do que ocorria em outros espaços – como a Europa, a Península Ibérica, Portugal ou Espanha, a América Espanhola, o Rio da Prata ou o Peru, ou ainda Montevideu, Buenos Aires ou Lima – podia ser conhecimento inofensivo. Uma notícia publicada em um jornal, tratada em uma correspondência diplomática ou registrada em uma correspondência privada, poderia despertar interesse mínimo ou nulo da parte de um determinado leitor ou ouvinte. Mas em outro, a mesma notícia podia chamar a atenção, capacitar medos, abrir possibilidades de ação concreta.

Em suma: um acontecimento, a notícia a seu respeito e o consumo dessa notícia podiam se constituir, para algumas pessoas, em simples *vivências*;

7 BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII*. Trad. Telma Costa. Lisboa: Teorema, 1995. v. 1.

8 Para além de “civilizações materiais”, os estudos em torno de vivências (e experiências) de longa duração são abundantes. Para nos restringirmos a alguns outros exemplos caros ao Lab-Mundi: BLOCH, Marc. *A estranha derrota*. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. No âmbito da historiografia brasileira sobre o Brasil: FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968. 2 t.; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978; e PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*: colônia. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

9 PIMENTA, João Paulo. *Tempos e espaços das independências: a inserção do Brasil no mundo ocidental (1780-1830)*. São Paulo: Intermeios, 2017. cap.1.

em outras, porém, eles podiam subsidiar *experiências*.¹⁰ Nesse caso, a hierarquia de tempos históricos não se engendrava pela duração da tríade acontecimento/notícia/conhecimento (concebendo-se a possibilidade de tal mensuração), mas pela posição relativa dessa tríade em relação a outras dimensões da mesma realidade: quem lê, como, porque, quando, onde e para quê, bem como seus interesses políticos, históricos de vida, atividades econômicas, visões de mundo condicionantes de suas concepções de passado, presente e futuro etc. Uma vivência fugaz ou uma experiência criativa, para todos os efeitos, são igualmente constitutivas dos tempos da história.

Uma extrapolação do campo de observação dessas aproximações e distanciamentos entre *vivência* e *experiência* nos conduz a nosso quarto e último ponto. Trata-se de uma observação de caráter meta-histórico, amparada na substituição do objeto de demonstração: não mais uma realidade histórica eivada de tempos plurais e hierarquizados, mas o próprio tempo como realidade histórica.¹¹ Em uma perspectiva de uma história social do tempo, as dialéticas entre *vivências* e *experiências* quicá sejam ainda mais abundantes e notáveis. Afinal, toda e qualquer sociedade apresenta uma variação mais ou menos limitada e controlada de atitudes diante do tempo. Muitas delas são simples vivências: viver os efeitos mais imediatos dos ciclos da natureza, acreditar em divindades e praticar ritos elementares de uma vida parcialmente religiosa, organizar tarefas cotidianas segundo convenções de calendários, depreciar o envelhecimento e temer a morte etc. No entanto, dessas mesmas vivências – todas elas inscritas em perspectivas de longa, senão longuíssima duração – surgirão, para outras pessoas e naquelas mesmas sociedades, experiências: atacar o sistema heliocêntrico ou defender o meio ambiente contra o aquecimento global, refletir acerca das relações entre política e religião e se posicionar a respeito de suas consequências para um determinado projeto de sociedade, subverter convenções cotidianas e amortizar o poder de calendários, elaborar concepções de juventude e velhice de modo a criar para si ou para sua coletividade identidades ou políticas de memória (como, aliás, apregoaram Benjamin e Rosa) etc. Uma mesma sociedade, as mesmas formas temporais, mas incidindo sobre pessoas diferentes, de modos diferentes: vivências convivendo e interagindo com experiências.

Retomando, reiterando e concluindo: a pluralidade de tempos que constitui e explica a história enseja sempre hierarquias. Alguns tempos se impõe – sempre parcialmente, jamais absolutamente – sobre outros, nesta ou naquela dimensão da realidade, compondo hierarquias dinâmicas e em

10 Um bom exemplo dessa diferenciação no estudo de uma realidade colonial: BOSCOV, Sarah T. *Vivências e experiências do tempo: a capitania de São Paulo, c.1750-c.1808*. São Paulo: Hucitec, 2023.

11 PIMENTA, João Paulo. *O livro do tempo: uma história social*. São Paulo: Edições 70, 2021.

permanente transformação. Essa pluralidade hierárquica e dinâmica não se limita, porém, a fundamentos de duração, a aspectos que chamamos aqui de *quantitativos*. Sua arquitetura depende igualmente de aspectos *qualitativos*, isto é, relacionados à capacidade articuladora desses tempos que acabam por estabelecer mediações entre diversas dimensões da realidade.

A historicização de fenômenos entendidos como *vivências e experiências* – formulada por Benjamin, aprofundada por Koselleck e retomada parcialmente por Rosa –, tomados em suas diferenças e semelhanças, e não apenas como interdições recíprocas mas também como complementos harmônicos e coerentes, nos abre interessantes possibilidades de reflexão teórica; na mesma medida, nos abre também valiosas possibilidades de compreensão empírica de uma ampla gama de objetos, em épocas, espaços e dimensões dos mais diversos.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *Infancia e historia: ensayo sobre la destrucción de la experiencia*. 2. ed. Buenos Aires: Adriana Hidalgo, 2007.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Unesp, 1996.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 8. ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. Trad. José Martins Barbosa e Hemerson Alves Batista. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BLOCH, Marc. *A estranha derrota*. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- BOSCOV, Sarah T. *Vivências e experiências do tempo: a capitania de São Paulo, c.1750-c.1808*. São Paulo: Hucitec, 2023.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado*. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais: a longa duração. In: BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. Trad. J. Guinsburg & Tereza Silveira da Mota. São Paulo: Perspectiva, 1976. p. 41-78.

- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII*. Trad. Telma Costa. Lisboa: Teorema, 1995. 3 v.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968. 2 t.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.
- KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre a história*. Trad. Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2014.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia Maas & Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-RJ, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. *Histórias de conceitos: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social*. Trad. Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.
- PALMER, Robert. *The Age of the Democratic Revolution*. Princeton: Princeton University Press, 2014 (1959).
- PIMENTA, João Paulo. *O livro do tempo: uma história social*. São Paulo: Edições 70, 2021.
- PIMENTA, João Paulo. *Tempos e espaços das independências: a inserção do Brasil no mundo ocidental (1780-1830)*. São Paulo: Intermeios, 2017.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- ROSA, Hartmut. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na Modernidade*. Trad. Rafael H. Silveira. São Paulo: EDUNESP, 2019.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System IV: Centralist Liberalism Triumphant, 1789-1914*. Berkeley; Los Angeles; Londres: University of California Press, 2011.

As conexões entre Brasil e Portugal no contexto dos levantes e da contrarrevolução miguelistas: o caso do Batalhão dos Voluntários Acadêmicos de Coimbra (1826-1828)

Kelly Eleutério Machado Oliveira¹

Neste capítulo pretendo apresentar os resultados do estágio de pesquisa realizado na Universidade de Lisboa em 2023. O intercâmbio contou com o financiamento da Fapesp no âmbito da bolsa Bepe (nº processo: 2022/14571-9) e foi supervisionado pelo professor doutor Nuno Gonçalo Monteiro. Antes de discutir a pesquisa desenvolvida nos arquivos portugueses (Biblioteca Nacional, Arquivo da Torre do Tombo, Arquivo da Universidade de Coimbra e Arquivo Militar), eu gostaria de reforçar a importância das reuniões do Lab-Mundi para o desenvolvimento e aprofundamento dos aportes teóricos e metodológicos que subsidiaram a escrita deste texto.

A contribuição do grupo não se limitou aos textos que foram discutidos durante os encontros, mas, antes, no trato, muitas vezes informal, com seus membros. Nossas reuniões me apresentaram autores até então desconhecidos, como Hartmut Rosa e sua construção do conceito de aceleração social como aspecto fundante do projeto moderno, e me permitiram reler atentamente outros que marcaram a minha formação acadêmica, a exemplo dos cursos de Bourdieu, ministrados no Collège de France (1989-1992), e o Mediterrâneo de Braudel. Sem contar as inúmeras referências que iam se desdobrando a cada reunião. Koselleck, sem dúvida, foi umas dessas referências basilares. Com ele puder revisitar e adensar o conceito de contrarrevolução (a partir, é claro, do conceito moderno de revolução; portanto, revolução e contrarrevolução em sua relação dialética).

Se as menções aos autores e às autoras discutidas pelo Lab-Mundi não aparecem citadas de forma direta neste capítulo, elas certamente lhe servem de

1 Pós-doutorado em História pela Universidade de São Paulo (USP). A pesquisa contou com o financiamento da Fapesp (processo: 2020/04701-7). A discussão apresentada neste capítulo foi aprofundada em OLIVEIRA, Kelly Eleutério Machado. "Meu imperador e seu rei": Sátiro Mariano Leitão, o Batalhão dos Voluntários Acadêmicos de Coimbra e a defesa de d. Pedro I em Portugal (1826-1828). *Revista Ágora*. No prelo.

suporte. Por fim, não posso deixar de mencionar mais duas importantes contribuições do grupo de pesquisa. Vários encontros foram dedicados a discutir textos escritos pelos seus membros e membras. A leitura atenta, as críticas e as sugestões feitas ao meu trabalho foram cruciais para que ele alcançasse êxito: o resultado foi sua publicação na *Revista Almanack*, um periódico conceituado na área de História. Por fim, registro aqui, particularmente, as contribuições de dois professores do Lab-Mundi, Rafael Marquese e João Paulo Pimenta, nas figuras de quem agradeço os colegas pelos anos de aprendizado. Os professores, cujos trabalhos acompanho há anos, desde a minha graduação, e especialmente João Paulo Pimenta que supervisionou esta pesquisa, foram decisivos na construção da pesquisa que ora apresento.

Introdução

O alistamento de brasileiros e portugueses no Batalhão dos Voluntários Acadêmicos de Coimbra, na segunda metade da década de 1820, é um bom exemplo daquilo que os historiadores Gabriel Paquette e Matthew Brown² vêm afirmando: a persistência da influência mútua entre Portugal e Brasil após a independência da ex-colônia portuguesa na América. Propondo que se considere as conexões transatlânticas após o colonialismo, muitas vezes negligenciadas por uma historiografia nacional, os autores defendem que a desagregação dos impérios ibéricos não foi marcada unicamente por rupturas, mas, antes, por continuidades. A constituição do Batalhão dos Voluntários Acadêmicos de Coimbra nos anos de 1826 e 1828 certamente pode ser considerada uma dessas permanências.

Unidos, brasileiros e portugueses, defenderam o liberalismo e a legitimidade de d. Pedro e sua descendência ao trono português. Contudo, a dura experiência do exílio político, consequência do malogro da Revolução Liberal de 1828 e da violência do regime instituído por d. Miguel, ainda que tenha fortalecido a ideologia liberal, também sobrelevou os ressentimentos e as identidades políticas em construção. Como veremos, as cartas do estudante maranhense Sátiro Mariano Leitão e as respostas que elas suscitaram nos permitem fazer algumas considerações sobre, de um lado, o antibrasilianismo em Portugal, e do outro, o antilusitanismo no Brasil.³

2 BROWN, Matthew; PAQUETTE, Gabriel. *Connections after colonialism: Europe and Latin America in the 1820s*. Alabama: The University of Alabama Press, 2013.

3 Em razão dos limites impostos ao texto, o antilusitanismo não será aprofundado neste capítulo bastando dizer que as cartas do estudante, discutidas conjuntamente com os debates políticos no Brasil, podem contribuir para o aprofundamento desse tema.

Para a historiadora Gladys Ribeiro⁴, o antilusitanismo não deve ser compreendido como uma manifestação do sentimento nacional, uma expressão de nacionalidade. Ele se configurou como uma rivalidade amparada, sobretudo, nas questões do cotidiano no qual os mundos do trabalho expressaram muito bem. Não existia nesse contexto, década de 1820, “uma identidade nacional brasileira”. Essa unidade só se consolidaria em meados do oitocentos.⁵ Portanto, a distinção entre portugueses e brasileiros estava em transformação e foi, aos poucos, se politizando e se radicalizando. Acreditamos que a disputa pelo trono em Portugal contribuiu para reforçar a polarização e os antagonismos.

Na conjuntura acelerada das guerras de independência no Brasil (1822-1824), o “ser brasileiro” ainda se confundia com o “ser português”, a distinção era, sobretudo, geográfica e não política. Como defenderam István Jancsón e João Paulo Pimenta⁶ eram todos (com exceção dos escravizados e das populações indígenas) portugueses da América. Ainda assim, essas guerras contribuíram para acirrar as diferenças e mobilizar vocábulos com forte teor identitário.

A Constituição brasileira de 1824 ampliou as definições ao afirmar que “eram cidadãos” brasileiros, entre outros, os que tinham nascido em Portugal e em suas possessões, desde que residentes no Brasil e, sobretudo, desde que aderissem à causa da independência (título 2, artigo 6º). Contudo, definir critérios de nacionalidade, como fez a Constituição, não significou o reconhecimento imediato dessa identidade. Como afirmou Sérgio Buarque de Holanda:⁷ Estado e nação não nasceram juntos. E a nação brasileira foi se constituindo a partir de várias oposições (e também de apropriações). Uma delas foi, certamente, a necessidade de se distinguir do “universo” português.

A pesquisa sobre os estudantes brasileiros alistados no Batalhão dos Voluntários Acadêmicos de Coimbra e o exílio liberal português insere o Brasil nos quadros mais amplos da resistência à contrarrevolução na Europa apontando, ainda, de um lado, a permanência de vínculos entre Brasil e Portugal avançado o século XIX e, do outro, o longo e violento processo de construção do Estado, da nação e de uma identidade nacional brasileiros.

4 RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção*. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: FAPERJ; Relume Dumará, 2002.

5 PIMENTA, João Paulo. *Formação da Nação Brasileira*. São Paulo: Contexto, 2024.

6 JANCÓS, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico: ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. *Revista de história das ideias*, Coimbra, v. 21, p. 389-440, 2000.

7 HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial – sua desagregação. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org.). *O Brasil Monárquico*. O processo de emancipação. Tomo II, v. 1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 13-47.

O Batalhão dos Voluntários Acadêmicos de Coimbra e a defesa do liberalismo em Portugal

A morte de d. João VI, em março de 1826, e a outorga da Carta Constitucional a Portugal, por d. Pedro, impactaram os dois lados do Atlântico. Para Gabriel Paquette (2013), a atitude do Imperador do Brasil demonstrou sua aspiração em reunir Brasil e Portugal. Essa interpretação não é, contudo, consenso na historiografia. As condições para uma reunificação formal, para um retorno ao império luso-brasileiro não estavam mais postas e d. Pedro I sabia disso. Tanto que a solução encontrada foi garantir a Coroa para sua filha, Dona Maria da Glória.

A outorga da Carta a Portugal causou um “desequilíbrio” na Europa “das restaurações”. A Santa Aliança (Espanha, Áustria, Prússia e Rússia) “estremeceu”. A Inglaterra, ainda que tenha mantido um posicionamento dúbio, de aparente neutralidade, pareceu estar preocupada com o envolvimento do Brasil nos negócios de Portugal. Talvez porque acreditasse que as colônias africanas pudessem se aproximar do Império brasileiro, o que, possivelmente, reforçaria o tráfico de escravizados. Essa hipótese não passou despercebida ao historiador Gabriel Paquette.⁸ Para ele, ao reservar o direito de sucessão para seus herdeiros, d. Pedro tinha como objetivo incorporar as colônias de Portugal na África, particularmente Angola, ao Império do Brasil.

Como se sabe, quando da Independência, o comércio de escravizados da África para o Brasil estava em seu auge, mas enfrentava forte oposição da Grã-Bretanha. Pressão que já vinha de antes, desde pelo menos o apoio na fuga da família real para o Brasil em 1807. Contrapartidas nesse sentido foram consideradas em 1810, 1815 e 1817, esbarrando-se sempre na força da escravidão e do tráfico, elementos constitutivos da construção do Estado nacional no Brasil. A Convenção assinada em novembro de 1826, que estabelecia o prazo de três anos para o fim do tráfico transatlântico, pode ser considerada um resultado efetivo daquela pressão. Possivelmente, a querela pelo trono português reforçou ainda mais a necessidade da assinatura dessa convenção entre Brasil e Inglaterra. Assim, a disputa pelo trono em Portugal envolveu muitas questões e o tráfico transatlântico foi uma delas.

No Portugal continental a outorga da Carta Constitucional endossou as disputas que levaram ao fortalecimento da contrarrevolução encabeçada por d. Miguel que, enfim, instaura, em 1828, um regime persecutório, violento, sustentado na defesa da religião católica e da tradição, na crença no direito divino dos reis, em uma visão providencialista da história e na aversão a tudo que fosse estrangeiro.

8 PAQUETTE, Gabriel. *Imperial Portugal in the age of Atlantic revolutions: the Luso-Brazilian world, c. 1770–1850*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

No Brasil, a atitude do imperador agudizou a crise política na qual estava imerso. Acusado de absolutista, de ambicioso e de envolver fundos numa guerra alheia aos interesses do Império do Brasil, d. Pedro viu crescer a oposição ao seu governo, o que, no limite, forçou a sua abdicação em 1831. Sendo assim, longe de se restringir ao reino, o conflito em Portugal ganhou, na análise dos historiadores portugueses Paulo Fernandes e Pedro de Almeida⁹, contornos internacionais.

Foi durante os levantamentos miguelistas contrários à Carta Constitucional que, em finais de 1826, formou-se o Batalhão de Voluntários Acadêmicos de Coimbra. Ao contrário do que afirmou Rui Cascão¹⁰, a atuação do Corpo estudantil, ainda que ideológica, não foi de longe unicamente simbólica. Com armas nas mãos, os estudantes, amparados em um princípio que Ana Cristina Araújo¹¹ chamou de “patriotismo acadêmico”, tiveram um papel importante na luta contra as guerrilhas miguelistas empenhadas na supressão da Carta Constitucional e na defesa d. Miguel. Contribuíram para a vitória, momentânea, das forças liberais nos anos de 1826 e 1827.¹²

Não era a primeira vez, e nem seria a última¹³, que um Batalhão chamado “de Voluntários Acadêmicos de Coimbra” se reunia. O Corpo reunido em 1826 era herdeiro de um ativismo político que remontava à guerra contra as tropas francesas comandadas por Junot quando se formou o primeiro Batalhão Acadêmico. O Corpo de 1808, que reuniu mais de 700 estudantes, incluindo também professores, atuou na defesa do território, no policiamento e no desenvolvimento de uma imprensa combativa a exemplo do jornal *A Minerva Lusitana* (1808-1811).

Em 1826, alistaram-se no Batalhão dos Acadêmicos de Coimbra 411 estudantes, em sua grande maioria portugueses. A eles se juntaram 42 brasileiros, provenientes das províncias do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Maranhão. Com exceção de três

9 FERNANDES, Paulo Jorge; ALMEIDA, Pedro Tavares. A Carta Constitucional outorgada em 1826. In: ALMEIDA, Pedro Tavares (dir.). *O parlamento português*. Vol. 1: Antigo regime e monarquia constitucional. Lisboa: Assembleia da República, 2023.

10 CASCÃO, Rui. A revolta de maio de 1828 na Comarca de Coimbra. Contribuição para uma sociologia da Revolução Liberal. *Revista de História das Ideias*, n. 7, p. 111-153, 1985. Disponível em: https://www.academia.edu/69535565/A_revolta_de_Maio_de_1828_na_comarca_de_Coimbra_contribui%C3%A7%C3%A3o_para_uma_sociologia_da_revolu%C3%A7%C3%A3o_liberal. Acesso em: 10 maio 2023.

11 ARAÚJO, Ana Cristina. A legião de Minerva e o patriotismo acadêmico. In: ARAÚJO, Ana Cristina. *Resistência patriótica e Revolução Liberal (1808-1820)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2022. p. 181-216.

12 VALENTE, Vasco Pulido. Os levantamentos «miguelistas» contra a Carta Constitucional (1826-1827). *Análise Social*, v. 30, n. 133, p. 631-651, 1995. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41011111>. Acesso em: 11 ago. 2023.

13 SERRÃO, Joel. Batalhões Acadêmicos. *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Oficinas Gráficas de Ramos, Afonso e Moita, 1963. v. 1.

estudantes cujas informações não conseguimos localizar (Antônio Pimentel, José Alves da Silva e José Pedroso d'Albuquerque), vinte e quatro, dos trinta e nove listados, se matricularam em Coimbra no contexto das guerras de independência no Brasil entre os anos de 1822 e 1824.

A grande maioria deles, dezessete, era natural da capitania/província da Bahia destacando-se, ainda, as matrículas no curso de Direito. Eram os jovens estudantes que comporiam em breve os quadros da elite política imperial brasileira, uma elite coimbrã como a descreveu José Murilo de Carvalho.¹⁴ Não se tratava, contudo, de um grupo social homogêneo. O perfil dos estudantes variava: alguns, a exemplo do pernambucano Estevão Xavier da Cunha, tiveram sua estadia na Universidade de Coimbra subsidiada por pensão; outros eram membros de famílias abastadas. Esse era o caso do baiano Francisco Gonçalves Martins cuja fortuna se assentava no altamente lucrativo negócio do tráfico de escravizados. Socialmente distintos, a experiência no Batalhão Acadêmico os reuniu.

O Batalhão Acadêmico foi novamente convocado em maio de 1828 já durante a eclosão da Revolução Liberal do Porto. O cenário era bastante distinto daquele de 1826. Não se tratava mais de boatos de que d. Miguel seria aclamado rei absoluto; o golpe estava sendo concertado numa aliança entre o “trono e o altar”, sem desconsiderar a adesão dos setores populares da sociedade que, a essa altura, já era bastante significativa como discutido por Maria Alexandre Lousada.¹⁵ Para além do Batalhão de Voluntários Acadêmicos de Coimbra, é importante mencionar que a Junta do Porto conseguiu reunir, segundo Antônio Cardoso¹⁶, 28 Batalhões dos Voluntários de d. Pedro IV e de d. Maria II em diversas comarcas; logo, como se vê, os batalhões de voluntários foram, sem dúvida, importantes aliados do Exército Constitucional funcionando ainda como forças contraguerrilhas.¹⁷

O insucesso da Revolução de 1828 consolidou a usurpação do trono por d. Miguel e obrigou o Exército Constitucional e os voluntários, entre os quais se incluíam os Voluntários Acadêmicos de Coimbra, ao deslocamento forçado para à Espanha, à Inglaterra, à França, à Bélgica, à Ilha Terceira e ao Brasil.

14 CARVALHO, José Murilo (org.). *A construção da ordem / Teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.

15 LOUSADA, Maria Alexandre. Entre tradição e modernidade: a cultura política contrarrevolucionária em Portugal, 1820-1834. In: PEREIRA, Miriam Halpern et al. *A Revolução de 1820*. Leituras e Impactos. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2022. p. 195-214.

16 CARDOSO, Antônio Manuel Monteiro. *A revolução liberal em Trás-os-Montes (1820-1834)*. Povo e elite. Porto: Afrontamento, 2007.

17 É importante ressaltar que d. Miguel também criou, em 1828, os Batalhões de Voluntários Realistas. Inspirados no modelo espanhol, esses Batalhões serviram como “polícia” miguelista em âmbito local reforçando a natureza violenta do regime. Sobre os Batalhões de Voluntários Realistas na Espanha ver: RÚJULA, Pedro. *Contrarrevolución, Realismo y Carlismo en Aragón y el Maestrazgo, 1820-1840*. Zaragoza: Prensas Universitarias, 1998.

Em Plymouth, na Inglaterra, os estudantes publicaram cartas, proclamações, requerimentos, sátiras etc denunciando as mazelas da travessia e as precárias condições às quais estavam submetidos. Trocaram os livros pelas armas na defesa obstinada do liberalismo e se viram obrigados a seguir o caminho do exílio português. Muitos estudantes, contudo, permaneceram em Portugal.

Os acadêmicos que, por vários motivos, não deixaram Coimbra foram alvos de uma ferrenha vigilância do Conservador da Universidade. Isso se passou, sobretudo, com os estudantes brasileiros como nos mostra o aviso de 24 de outubro de 1828 no qual consta os nomes de dezoito deles.¹⁸ Aos olhos da repressão, particularmente os brasileiros, foram vistos como “mal-intencionados”, todos eles tidos como envolvidos com o liberalismo. Muitos deles requereram do governo brasileiro subsídios para retornar ao Brasil e se matricularem em Olinda, uma vez que eram perseguidos “por serem brasileiros”.¹⁹

Contribuiu para reforçar as suspeitas sobre os brasileiros um ofício recebido pelo encarregado da Comissão de Polícia do Porto em agosto de 1828. O registro trazia a notícia de que “tem aparecido muitos brasileiros com laços de sua nação”, possivelmente uma alusão ao tope nacional, um emblema criado em setembro de 1822 por d. Pedro I, causando rumores e que “alguns portugueses por abuso os tem trazido chegando a tal excesso que nos ditos laços intermediaram a cor azul com letras iniciais V. M. 2^a”.²⁰ Ao verde e amarelo, alguns portugueses acrescentaram o azul, a cor que simbolizava os liberais, diferentemente do encarnado associado aos miguelistas. Como se vê, em Portugal, especialmente sob o jugo de d. Miguel, o “ser brasileiro” se tornou ainda mais complexo.

Irmanados, brasileiros e portugueses afirmavam, por meio de símbolos e emblemas, os laços de união em defesa de d. Maria da Glória, a futura rainha d. Maria II, em quem d. Pedro I tinha abdicado da coroa. Se aqueles que ficaram em Portugal tiveram que enfrentar o violento regime de d. Miguel, aqueles que partiram para o exílio enfrentariam outras mazelas. Foi o que se passou com Sátiro Mariano Leitão e sua travessia desde as terras da Galiza até chegar no Barracão, nome dado ao local que abrigou os emigrados, em Plymouth, no sul da Inglaterra.

As cartas de Sátiro Mariano Leitão, escritas e publicadas em finais de 1828, podem ser inseridas no esforço que muitos liberais tiveram em constituir, no exílio, uma imprensa que fosse capaz de reforçar a defesa da causa, veicular

18 Arquivo da Torre do Tombo. *Estudantes brasileiros que permaneceram em Coimbra*. Intendência Geral de Polícia, mç 287, outubro de 1828, p. 268.

19 Biblioteca Nacional do Brasil. *Representação dos estudantes de direito da faculdade de Coimbra que pretendem continuar os estudos em Olinda por serem brasileiros*. Manuscritos. Coimbra-Rio de Janeiro: (s.n), 1828.

20 Arquivo da Torre do Tombo. *Correio de 27 de agosto de 1828*. Secretarias e extractos. Intendência Geral de Polícia. Livro 230, p. 140v e 141.

notícias e combater arbitrariedades.²¹ Além de uma forte atividade jornalística, os emigrados elaboraram sátiras, realizaram peças de teatro e se engajaram na atividade de tradução de textos. As missivas do estudante maranhense podem ser entendidas como uma espécie de carta-protesto. Eram cartas públicas.

Se a defesa do liberalismo, da Carta Constitucional e da legitimidade de d. Pedro e sua descendência ao trono reuniu, em Portugal, brasileiros e portugueses, a experiência do exílio, da emigração forçada, ainda que tenha reforçado a ideologia liberal, contribuindo para aquilo que Maurício Isabella²² chamou de uma “internacional liberal”, acabou por evidenciar os contrastes identitários entre brasileiros e portugueses. Os sentimentos podiam variar expressando generosidade, conflito e negação. Foi justamente o que nos mostraram as cartas trocadas entre o brasileiro Sátiro Mariano Leitão e o português José Fidélis da Boa Morte que, ao que tudo indica, era um pseudônimo utilizado por Antônio Pereira dos Reis.

A carta do estudante indica, contudo, muito mais do que o cotidiano dos emigrados no Barracão de Plymouth e os conflitos travados com a sua administração. Ela revela as suas múltiplas pertencças. Recordou o Maranhão quando lhe ofereceram uma manta para se proteger do frio, “d’um pano semelhante ao de fazer sacas para o arroz e algodão na nossa terra”.²³ Se referiu a Portugal como a pátria que deixou “sepultada nos horrores da guerra civil”.²⁴ O Maranhão era a sua terra, Portugal a sua pátria e o Brasil o país que havia deixado há anos com destino a Coimbra. Mas, antes de tudo, ele era, em suas próprias palavras, um “luso liberal”.

Como era de se esperar, as duras críticas feitas aos administradores do Barracão, repercutiram e, em resposta a sua carta, foi impressa e publicada a réplica intitulada “carta de José Fidélis da Boa Morte a seu compadre e amigo José da Véstia, a’cerca d’uma carta de certo voluntário, ou forçado Acadêmico”.²⁵ Na missiva, a quem se atribui a escrita ao também liberal Antônio Perei-

21 FARIA, Fábio Alexandre. O exílio liberal português de 1828-1832, um fenômeno multidimensional: práticas sociais e culturais. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, v. 16, p. 271-292, 2016. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/rhsc/article/view/1645-2259_16_12. Acesso em: 10 ago. 2023.

22 ISABELLA, Maurizio. *Risorgimento in Exile: Italian Émigrés and the Liberal International in the Post-Napoleonic Era*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

23 Biblioteca Nacional de Portugal. *Carta d’um voluntário acadêmico*. Plymouth 2 de novembro de 1828, p. 3. O algodão e o arroz, evocados nas lembranças do estudante, eram, no começo do século XIX, de acordo com Lorrane Ribeiro (2024), as principais *plantations* do Maranhão, aquelas que lhe davam relativo destaque no mercado agroexportador. A projeção econômica que tais culturas propiciaram ao Maranhão repercutiu também no aumento do número de estudantes maranhenses matriculados em Coimbra como nos mostram: (Galves; Basílio, 2024).

24 Biblioteca Nacional de Portugal. *Carta d’um voluntário acadêmico*. Plymouth 2 de novembro de 1828, p. 2.

25 Biblioteca Nacional de Portugal. *Carta de José Fidélis da Boa Morte a seu compadre e amigo José da Véstia, a’cerca d’uma carta de certo voluntário, ou forçado Acadêmico*. Plymouth, s/d.

ra dos Reis, em tom jocoso, o autor não só se esforçou em desmentir as acusações, como ridicularizou o estudante, chamado por ele de “José da Véstia”. José Fidélis fez chiste de seus trajes maltrapilhos, dos piolhos que habitavam seus cabelos e do pouco estilo de sua carta, a qual deveria ser “depositada no Arquivo da Torre das Asneira para a perpétua glória de seu autor”.

Por vezes, a ironia do missivista pareceu assumir feições mais do que pessoais. Ao fazer uso, com alguma frequência das designações “sabichão brasílico”, “herói brasileiro”, “escrevedor da tupinambá epístola”, “não é qualquer caigua ou tupinambá” e “americano juvenal”, o autor da missiva parece impingir ao estudante de Coimbra uma crítica também identitária, numa espécie de antibrasilianismo. Assim, essas missivas acabam por revelar também a complexidade que atravessava o universo do “ser brasileiro” e do “ser português”.²⁶

Ofendido com o conteúdo da missiva de José Fidélis, Sátiro lançou a tréplica “duas palavras acerca da carta de José Fidelis da Boa Morte”. Incrédulo e colérico, afirmou, marcando bem o seu “ser brasileiro”:

Lembre-se senhor Fidélis, que eu sou brasileiro e nenhum interesse tinha em que v. m fosse livre ou escravo que marchei a pé desde Coimbra até as raias da Galiza, carregado com uma arma, 60 cartuxos desde as raias da Galiza continuei a marchar a pé até Ferrol, sofrendo a guerra da fome, da calma, do frio, etc. Os meus pés verteram muitas vezes sangue, o meu corpo passou muitas noites sobre o tojo, e enquanto eu fazia estes sacrifícios pela sua pátria, sr. compatriota da preguiça, estava v. m em Lisboa vendo a sangue frio as entranhas da Mãe comum dos portugueses dilaceradas pelo tirano. Alma vil, e abjeta, quando eu esquecendo-me de que a minha pátria estivera 300 e tantos anos curvada sob os ferros de Portugal, levei a minha generosidade ao ponto de perdoar aos portugueses as cicatrizes de meus compatriotas, os quais na Bahia ainda tem feridas gotejando; quando em tua defesa perdi o meu curso literário, e os bens que tinha em Coimbra, passando trabalhos, que apenas se poderiam imaginar Nós cá vamos para o Brasil; venha v, m, se quer, traga as ordens do dia de Cândido, que eu as levo também para lá as conferimos, e discutimos à vista do meu imperador e seu rei.²⁷

E continuou, impávido:

quando a pátria clama a seus filhos, quais serão as considerações que os retenham? Ah! Patifes, o que isso quer dizer, sei eu, mas nem todos

26 Reforça ainda mais essa complexidade a discussão apresentada pela historiadora portuguesa Isabel Corrêa da Silva. Brasileiro também era chamado o português que emigrava para o Brasil e depois retornava a Portugal: português no Brasil e brasileiro em Portugal. As considerações da autora, cujas pesquisas se concentram, sobretudo na segunda metade do século XIX e no estudo da emigração social e de massa, certamente acrescentam novos elementos ao universo do “ser brasileiro” e do “ser português” (, 2024).

27 Biblioteca Nacional de Portugal. *Duas palavras acerca da carta de José Fidelis da Boa Morte*. Plymouth, 31 de dezembro de 1828, p. 9 e 10.

são servis como v, m, ces, nem todos são grimpas, que se movem com todos os ventos: quem é verdadeiro liberal não espera – corre logo em defesa da liberdade.²⁸

Acreditamos que a “generosidade” de que fala Sátiro Mariano Leitão, tão grandiosa que seria capaz de “perdoar”, retoricamente, os “300 e tantos anos” de colonização, “as cicatrizes dos compatriotas da Bahia”, a perda de seu curso literário e de seus bens se amparava numa solidariedade que, ainda que percebesse o brasileiro como distinto do português, não se limitava a uma *pátria*. O que os unia era a defesa do liberalismo. Como dissemos, muitos historiadores, a exemplo de Maurízio Isabella²⁹, já vêm apontando a existência de uma “internacional liberal” na Europa ou, nas palavras de Andréa Lisly Gonçalves³⁰, uma “internacional antimiguelista” que reuniu adeptos na Espanha, no Brasil, na América Hispânica, na França, na Inglaterra, na Itália etc. No geral, defendiam um monarca que fosse capaz de garantir o regime constitucional detendo o avanço das forças contrarrevolucionárias e reacionárias. É baseado nisso que liberais portugueses e espanhóis no exílio, por exemplo, chegaram a considerar fazer de d. Pedro I Imperador da Ibéria.

Apesar da referência a “meu imperador e seu rei”, com a qual Sátiro Mariano Leitão concluiu a sua carta, que, de resto, indica uma causa comum, a análise unicamente das missivas do estudante maranhense não nos permite afirmar que haveria ali um projeto claro de reunificação das coroas, Brasil e Portugal, e mesmo de um grande império que se estenderia à Espanha, ainda que ele possivelmente não os desconhecesse. O maranhense não regressou ao Brasil. Forçado a emigrar, vítima das forças contrarrevolucionárias de d. Miguel, teria morrido,³¹ no porão de um navio, em Plymouth.

Considerações finais

A participação do estudante brasileiro Sátiro Mariano Leitão na luta pela defesa do liberalismo em Portugal nos permite afirmar os fortes vínculos que ainda uniam Brasil e Portugal na segunda metade da década de 1820. Para

28 Biblioteca Nacional de Portugal. *Duas palavras acerca da carta de José Fidelis da Boa Morte*. Plymouth, 31 de dezembro de 1828, p. 7.

29 ISABELLA, *op. cit.*

30 GONÇALVES, Andréa Lisly. “Cidadãos teóricos de uma nação imprecisa”: a ação política de estrangeiros no reinado de d. Miguel, 1828-1834. *Revista Tempo*, v. 21 n. 38, p. 171-191, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/LXDqJJWWh7Kxfy3t7q5pp3s/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 8 jul. 2023.

31 É o que sugere algumas passagens dos poemas escritos pelos estudantes. Biblioteca Nacional de Portugal. *Miscelânea. As noites do Barracão passadas pelos emigrados portugueses em Inglaterra em versos alexandrinos*. Paris: Oficina de J. P. Aillaud, 1834, p.11 e p.21.

além das conexões transatlânticas, o estudo de suas cartas, escritas no exílio no sul da Inglaterra, nos permite lançar luz sobre o processo de construção do Estado, da nação e da identidade brasileiros. Tratou-se, como se sabe, de um processo violento capaz de reiterar a escravidão e dizimar milhares de indígenas. Um processo que também se fez baseado na construção da distinção entre portugueses e brasileiros.

O trânsito, a transmigração e a circulação desses estudantes, desde suas cidades de origem até Coimbra e, posteriormente, o deslocamento imposto pelo exílio nos impõe uma abordagem dos processos em escala transnacional e transcontinental.³² A luta desses brasileiros na Europa contra as forças reacionárias de d. Miguel inseriu o Brasil nos quadros de uma “internacional liberal” revelando, ainda, os “múltiplos” pertencimentos de Sátiro Mariano leitão: maranhense, brasileiro e luso liberal. Assim, temos, de um lado, a permanência de vínculos, uma referência comum “luso liberal”, e, ao mesmo tempo, uma transformação incontornável: a distinção entre brasileiros e portugueses. Essa aparente ambiguidade é fruto do processo mais amplo de desagregação do império luso-brasileiro.

O estudo do Batalhão dos Voluntários Acadêmicos de Coimbra formado na conjuntura acelerada dos anos de 1826 e 1828, um tema ainda muito pouco explorado pelas historiografias portuguesa e brasileira, é uma boa oportunidade para investigar uma página da história de Portugal com profundas conexões com a história do Brasil. De fato, a desagregação dos impérios ibéricos não foi marcada unicamente por rupturas, mas, também, por continuidades. E, como dissemos, a constituição do Batalhão Acadêmico foi uma dessas permanências, o que nos obriga, inclusive, a reconsiderar os próprios marcos cronológicos do processo de Independência (independências) do Brasil.

Referências

- ARAÚJO, Ana Cristina. A legião de Minerva e o patriotismo acadêmico. *In: ARAÚJO, Ana Cristina. Resistência patriótica e Revolução Liberal (1808-1820)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2022. p. 181-216.
- BROWN, Matthew; PAQUETTE, Gabriel. *Connections after colonialism: Europe and Latin America in the 1820s*. Alabama: The University of Alabama Press, 2013.

32 GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories. *Topoi*, Rio de Janeiro, p. 175-195, mar. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/SyxTynYw6ZqQ6cQXYvYYBj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 fev. 2023.

- CARDOSO, Antônio Manuel Monteiro. *A revolução liberal em Trás-os-Montes (1820-1834)*. Povo e elite. Porto: Afrontamento, 2007.
- CARVALHO, José Murilo (org.). *A construção da ordem / Teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.
- CASCÃO, Rui. A revolta de maio de 1828 na Comarca de Coimbra. Contribuição para uma sociologia da Revolução Liberal. *Revista de História das Ideias*, n. 7, p. 111-153, 1985. Disponível em: https://www.academia.edu/69535565/A_revolta_de_Maio_de_1828_na_comarca_de_Coimbra_contribui%C3%A7%C3%A3o_para_uma_sociologia_da_revolu%C3%A7%C3%A3o_liberal. Acesso em: 10 maio 2023.
- FARIA, Fabio Alexandre. O exílio liberal português de 1828-1832, um fenómeno multidimensional: práticas sociais e culturais. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, v. 16, p. 271-292, 2016. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/rhsc/article/view/1645-2259_16_12. Acesso em: 10 ago. 2023.
- FERNANDES; Paulo Jorge; ALMEIDA, Pedro Tavares. A Carta Constitucional outorgada em 1826. In: ALMEIDA, Pedro Tavares (dir.). *O parlamento português*. Vol. 1: Antigo regime e monarquia constitucional. Lisboa: Assembleia da República, 2023.
- GALVES, Marcelo Cheche; BASÍLIO, Romário Sampaio. Saberes em circulação na América portuguesa: os estudantes maranhenses na Universidade de Coimbra (1778-1823). *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, v. 32, n. 1, p. 156-175, 2014. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaclio/article/view/24471/19777>. Acesso em: 12 abr. 2024.
- GONÇALVES, Andréa Lisly. “Cidadãos teóricos de uma nação imprecisa”: a ação política de estrangeiros no reinado de d. Miguel, 1828-1834. *Revista Tempo*, v. 21 n. 38, p. 171-191, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/LXDqJJWWh7Kxfy3t7q5pp3s/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 8 jul. 2023.
- GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories. *Topoi*, Rio de Janeiro, p. 175-195, mar. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/SyxTynYw6ZqQ6c-QXYvyYYBj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 fev. 2023.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial – sua desagregação. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org.). *O Brasil Monárquico*. O processo de emancipação. Tomo II, v. 1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 13-47.

- ISABELLA, Maurizio. *Risorgimento in Exile: Italian Émigrés and the Liberal International in the Post-Napoleonic Era*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico: ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. *Revista de história das ideias*, Coimbra, v. 21, p. 389-440, 2000.
- LOUSADA, Maria Alexandre. Entre tradição e modernidade: a cultura política contrarrevolucionária em Portugal, 1820-1834. In: PEREIRA, Miriam Halpern et al. *A Revolução de 1820*. Leituras e Impactos. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2022. p. 195-214.
- PAQUETTE, Gabriel. *Imperial Portugal in the age of Atlantic revolutions: the Luso-Brazilian world, c. 1770–1850*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- PIMENTA, João Paulo. *Formação da Nação Brasileira*. São Paulo: Contexto, 2024.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção*. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: FAPERJ; Relume Dumará, 2002.
- RIBEIRO, Lorrane Costa. *Traficantes de escravizados no Maranhão (1811-1828): negócios, política e as guerras de Independência*. 2024. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2024.
- RÚJULA, Pedro. *Contrarrevolución, Realismo y Carlismo en Aragón y el Maestrazgo, 1820-1840*. Zaragoza: Prensas Universitarias, 1998.
- SERRÃO, Joel. Batalhões Acadêmicos. *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Oficinas Gráficas de Ramos, Afonso e Moita, 1963. v. 1.
- SILVA, Isabel Corrêa. “O Brasileiro”: sociabilidade, categorização social e estatuto transnacionais oitocentistas. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 14, n. 35, p. 1-25, 2022. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180314352022e0103>. Acesso em: 4 mar. 2024.
- VALENTE, Vasco Pulido. Os levantamentos «miguelistas» contra a Carta Constitucional (1826-1827). *Análise Social*, v. 30, n. 133, p. 631-651, 1995. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41011111>. Acesso em: 11 ago. 2023.

Experiências, expectativas e prognósticos na tentativa de inaugurar uma nova era para o sistema global do café: o multilateralismo nas Américas e a primeira Organização Internacional do Café (1953-1958)

*Leonardo F. Derenze*¹

Ao longo da pandemia de covid-19 em 2020-2021, além da vasta tragédia humana, sociedades no mundo inteiro encararam o aumento do preço de diversas mercadorias, entre elas o café, uma entre tantas derivadas de produtos primários, as chamadas *commodities*. No Brasil, o preço da embalagem regular de café aumentou em mais de 50%.² Apesar das dinâmicas mais imediatas de um mercado internacional dolarizado, o fato do país que mais produz café no mundo desde meados do século XIX estar à mercê das variações globais de preço nos convida a buscar compreender que outros elementos se fazem presentes nesse processo histórico. Nesse sentido, algumas perguntas merecem ser exploradas através do fazer historiográfico, tais como: de que forma o atual sistema global do café se formou? Quais dinâmicas apontam para durações ou repetições históricas latentes na construção deste presente atual e de outros no passado? Houve tentativas de ruptura frente a continuidades mais proeminentes? Há, no passado da construção, reprodução e transformação do sistema global do café, manifestações de possíveis trajetórias históricas só parcialmente percorridas, ou abandonadas por completo?³

Para nos aproximarmos de possíveis respostas a tais indagações, uma das possibilidades é nos concentrarmos no período de refundação do multila-

-
- 1 Aluno do mestrado em História das Relações Internacionais, no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP). Esta pesquisa contou com apoio de bolsa CAPES e bolsa Fapesp (processo 22/06317-5). E-mails: leonardo.derenze@usp.br ou leonardo.derenze@gmail.com.
 - 2 VIECELI, Leonardo. Preços do café sobem mais de 50% e alteram consumo do brasileiro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 fev. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/02/precos-do-cafe-sobem-mais-de-50-e-alteram-consumo-do-brasileiro.shtml>. Acesso em: 8 out. 2024.
 - 3 Sobre o alerta para não “descartar como sem importância qualquer um dos caminhos [do passado] que foram só parcialmente percorridos, ou que não foram seguidos em absoluto”, veja ELLIOT, John H. *History in the making*. New Haveondon: Yale University Press, 2012. p. 217 (tradução livre do trecho).

teralismo político-econômico que foi o pós-Segunda Guerra Mundial, particularmente a década de 1950. Nesse momento, bruscas variações impactaram o preço internacional do café. Em tal contexto histórico, as sociedades dos países que mais produziam e exportavam o produto, Brasil e Colômbia, junto a outros países cafeeiros na América Latina, buscaram criar mecanismos de governança política sobre esse comércio específico. Esse processo fez nascer iniciativas de curto prazo visando estabelecer cotas de exportação da *commodity* por cada país, o que estabilizaria o preço internacional e serviria de ferramenta de controle sobre o sistema caso o preço despencasse. Em seu ápice, esse multilateralismo do café nas Américas se expandiu internacionalmente, em particular quando da realização da Conferência Internacional do Café no início de 1958, no Rio de Janeiro. Nesse encontro de autoridades nacionais e imperiais, composto por representantes de Ásia, África e metrópoles coloniais da Europa, foi assinada a criação da Organização Internacional do Café (OIC).

Entretanto, o que parecia uma virada estruturante na forma como o sistema global do café operava acabou, de fato, em notório fracasso. O esvaziamento de seus pretendidos poderes políticos fez da OIC uma iniciativa natimorta, arrastando os debates sobre a criação de um acordo e uma organização internacionais para o café até o ano de 1963, quando uma instituição homônima fora criada, com sede em Londres até os dias de hoje. Praticamente desconhecida na historiografia, a malograda trajetória até a criação da primeira OIC⁴ tem o potencial, contudo, de explicar as estruturas atuais de produção, comercialização e circulação da *commodity*, particularmente os potenciais e limites de agência das sociedades de países que estão na periferia da economia-mundo capitalista, e cujas economias nacionais muito dependiam, ou dependem, hoje, da produção e exportação de *commodities*. Tentaremos propor, neste texto, uma análise exploratória desse processo, através de uma perspectiva sistêmica e de valorização da pluralidade de tempos históricos.

Assim, para superar o desafio de entender o imediato fracasso dessa empreitada, acreditamos que aplicar as categorias analíticas *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa* de Reinhart Koselleck possa gerar novas e interessantes interpretações sobre o sistema global do café no pós-guerra. Manteremos sob exame as relações fundamentais entre o *tempo curto* da po-

4 Sobre o sistema global do café no período pós-1945, veja: BATES, Robert H. *Open-economy politics: the political economy of the world coffee trade*. Princeton: Princeton University Press, 1997. p. 90-92, p. 100-106 e p. 127-128; TOPIK, Steven. The integration of the world coffee market. In: CLARENCE-SMITH, William; TOPIK, Steven (org.). *The global coffee economy in Africa, Asia, and Latin America, 1500-1989*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 21-49; TALBOT, John M. *Grounds for agreement*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2004. p. 56-59; PENDERGRAS, Mark. *Uncommon grounds: the history of coffee and how it transformed our world*. New York: Basic Books, 1999. p. 235-262, 273-277. Para uma fonte que resume os acontecimentos mais relevantes desse multilateralismo do café nas Américas à época, veja Survey of the Brazilian economy, preparado no ano de 1960 pela embaixada brasileira em Washington, D.C., e disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Survey_of_the_Brazilian_Economy/bPadI5W13JcC?hl=pt-BR&gbpv=0.

lítica e de governos nacionais e a *longa duração* do uso econômico do espaço na América Latina e Caribe e sua configuração em economias de exportação de bens primários. Contudo, nesse exercício, daremos mais atenção a temporalidades, ou estruturas temporais, vividas pelos atores históricos naquele momento específico, o que pode aumentar nosso grau de compreensão sobre as continuidades dessa configuração do sistema do café e o multilateralismo cafeeiro que visava transformá-la. Ao observar os prognósticos traçados pelas autoridades dos mundos do café, acreditamos, assim, abrir uma oportunidade para compreender como as pessoas e grupos envolvidos nesse processo ponderaram experiências pretéritas de governança da *commodity* e das relações interamericanas a fim de planejarem um futuro inédito para esse sistema. Ademais, em específico para o campo da História das Relações Internacionais no Brasil, tal perspectiva pode permitir a busca por interpretações históricas que tentam responder como e por que o passado seguiu um determinado percurso, e não outro, chegando em um futuro específico, o nosso presente, em contraponto a uma mera narrativa dos acontecimentos passados.⁵

Ênfases estruturais apontam que o momento histórico que estudamos insere-se na chamada quarta economia global do café. Os legados da configuração produtiva escravista no Brasil possuem relação direta com algumas linhas gerais dessa economia global, a saber, suas tendências de superprodução e de intervenção dos Estados nacionais através de esquemas de valorização e proteção da produção e exportação cafeeira.⁶ Mesmo dentro da duração temporal de fenômenos representada na quarta economia global do café, é possível considerar também diversas transformações sociais e tecnológicas ocorridas globalmente a partir do marco violento e acelerador da Segunda Guerra Mundial. A popularização do café solúvel, as alterações nos padrões de consumo de café na sociedade estadunidense (maior importadora de café à época), a ascensão da embalagem a vácuo e do supermercado nos Estados Unidos são elementos que criam condições históricas para mudanças nos mundos da *commodity*. O café solúvel e a disputa acirrada pelo consumidor via competição de

5 KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. 3. reimpr. Contraponto; PUC-Rio, 2006. p. 312-313. Uma vez que nosso objetivo é iluminar aspectos abrangentes do sistema global do café através de um “estudo de caso” sobre as dinâmicas políticas em torno da *commodity* na década de 1950, cabe lembrar da reflexão de Koselleck sobre a ciência histórica como composta por certo predicado em torno de uma dialética entre a ficcionalidade da narração de eventos e a formulação de explicações hipotéticas para as estruturas (KOSELLECK, *op. cit.*, p. 141). Para uma reflexão recente sobre como trabalhos da área de História das Relações Internacionais no Brasil para o período pós-Segunda Guerra Mundial só recentemente afastaram-se de mera periodização dos acontecimentos, veja: MORELI, Alexandre. Escapar à marcação do tempo e à vã narrativa: pensando o Brasil no mundo entre 1945 e 1961. In: SILVA, André Reis da (org.). *Repensando a política externa brasileira (1822-2022)*: novas abordagens e interpretações. Curitiba: Appris, 2023

6 Para uma análise diacrônica das economias globais do café, veja: MARQUESE, Rafael. *Asymmetrical Dependencies in the Making of a Global Commodity: Coffee in the Longue Durée*. Bonn: Bonn Center for Dependency and Slavery Studies, 2022. (Joseph C. Miller Memorial Lectures Series, 15).

preços na prateleira dos supermercados permitiram e incentivaram as torrefadoras nos Estados Unidos a incluírem em seus *blends* maior proporção de café africano, percebido como de menor qualidade se comparado às variantes do tipo *arabica* produzidas na América Latina.

Esses fatores nos revelam que parte do mundo cafeeiro percebia e agia em direção a uma aproximação entre o presente e o futuro do comércio e consumo do produto, visando um horizonte diferente daquele experienciado no passado, quando o café africano pouca relevância tinha. Os impérios da Europa compreendiam a produção de café nas colônias africanas como possibilidade de renovar sua dominação no continente (aproximando passado e futuro) a partir do contexto de crescimento da presença de café africano no mercado dos Estados Unidos (uma diferenciação em relação ao passado). Essa dinâmica de contradição nos lembra a complexidade da relação entre diferentes tempos que se projetam em um mesmo processo histórico.

Do outro lado do Atlântico, autoridades brasileiras mobilizaram o passado recente com objetivo de empreender a manutenção de seu lugar hegemônico, e também da América Latina, no comércio internacional do café. Em especial, eram lembradas a relação construída entre o governo norte-americano e o Brasil nas décadas de 1930 e 1940, e a experiência com o Acordo Interamericano do Café, que durou de 1942 a 1946, o qual implementou cotas de exportações aos Estados Unidos para cada país produtor, visando manter o continente longe da influência política e econômica do Eixo ao atender as necessidades econômicas das sociedades cafeeiras. Em meados de 1952, em uma reunião entre estadunidenses e brasileiros, o ministro da fazenda Horácio Lafer afirmou que “*in the past and still today coffee is the basis of Brazilian economic stability*”, ao comentar o descompasso entre o preço de bens primários e bens de capital, cuja importação pelo Brasil era fundamental para os planos de industrialização da economia no governo de Getúlio Vargas (1951-1954). Ainda na mesma reunião, o presidente Vargas mostrou-se insatisfeito com certa indisposição de Washington em considerar relevantes as dificuldades brasileiras para acelerar sua industrialização, no que apontou como relativização feita pelo governo dos Estados Unidos sobre um possível papel de importância, regional e global, para Brasil nesse momento pós-1945. Isso aponta para certa frustração de Vargas frente ao horizonte de futuro que havia traçado a partir de sua experiência com o grupo dos *new dealers* nos Estados Unidos antes do fim da guerra, o que teria consequências, inclusive na visão do próprio Vargas, para como a crise entre Brasil e EUA em torno do preço do café em 1954 evoluiria.⁷ À semelhança dos impérios europeus, as nações cafeeiras na

7 Para o resumo do encontro que ocorreu entre brasileiros e estadunidenses no Palácio do Catete, veja as notas do lado norte-americano: Document 186, 110.11 AC/7-1452, ‘Résumé of Discussion Held at the Presidential Palace, Rio de Janeiro, July 5, 1952, Confidential in Foreign Relations of the United States, FRUS, 1952-1954, The American Republics, Volume IV. No mesmo encontro, Vargas afirmou

América Latina também operaram em contradição quanto às relações entre diferentes tempos. Para conter a ascensão do “concorrente perigoso” que era o café africano, autoridades governamentais e dos mundos do café valorizaram a experiência recente do auxílio ao esforço de guerra aliado e do Acordo Interamericano do Café (1940) (projetando um jovem passado sobre o futuro) para empreender um projeto de governança global sobre o sistema da *commodity* que seria inédito (distanciando passado e futuro), ao mesmo tempo em que congelaria a hegemonia latino-americana de produção e exportação (projetando, dessa vez, um longo passado sobre esse futuro).⁸

Devemos também considerar outras transformações sociais encaradas nesse período do pós-guerra, como certo ímpeto político geral em buscar resolver problemas a partir de soluções multilaterais e da normatização e institucionalização de sistemas globais, que por vezes já existiam há séculos. A rapidez dessas transformações fazia com que os atores partícipes entendessem o surgimento de oportunidades inéditas, de inaugurar futuros impossíveis de serem traçados anteriormente. Em 1953, antes, portanto, do que a literatura aponta como marco para início das formulações em torno do multilateralismo do café após a crise de preços de 1954, o governo brasileiro formulou uma minuta para um acordo internacional do café, colhendo lições da experiência em torno de acordos semelhantes centrados no açúcar e no trigo. Nesse mesmo contexto, um diplomata brasileiro expressara suas expectativas para o ministro da fazenda Oswaldo Aranha em torno da liderança brasileira no sistema cafeeiro. Aranha inclusive sublinhara o trecho em que o prognóstico sobre os planos inauguraria “uma nova era” e possibilitaria ao governo brasi-

explicitamente que o ex-presidente Franklin D. Roosevelt desconsideraria a importância do Brasil e seu crescimento econômico para o governo dos Estados Unidos. Cabe lembrar que Vargas também faz menção direta à questão do café em sua carta-testamento, citando a pressão norte-americana quando do aumento do preço internacional do café a partir da virada de 1953 para 1954.

- 8 Para o Acordo Interamericano do Café nos anos 1940, veja LAFER, Celso. *Convênio do Café de 1976*. São Paulo: Perspectiva, 1979. p. 73-74. Em setembro de 1953, diplomatas brasileiros já entendiam a ascensão da produção de café na África como um “concorrente perigoso” aos interesses econômicos do Brasil e da América Latina. Veja: Memo. de Marcio Rego Monteiro para Sr. Chefe da Divisão Econômica, Confidencial, DE/Dpo/661.333(00), “Formação de um cartel de café por iniciativa da Colômbia”, 14 de setembro de 1953, no maço “Memorandos Agosto 1953/1954 Pareceres”, em Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (AHMRE), Brasília, DF. Também as elites econômicas ligadas aos mundos do café no Brasil, ao longo da segunda metade da década de 1950, eram favoráveis e exerciam influência em pressionar pela “conclusão o mais rapidamente possível de um acordo internacional do café”. Nem sempre com interesses alinhados, em agosto de 1957, uma reunião conjunta da Sociedade Rural Brasileira, da Associação Comercial de Santos e da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, decidiu por essa posição. Veja em: Ata de Sessão Conjunta Extraordinária, 27 de agosto de 1957, Livro de Atas das Reuniões de Diretoria da Sociedade Rural Brasileira, 1957 a 1959, na Biblioteca da Sociedade Rural Brasileira, em São Paulo. Para a tensa relação entre a lavoura cafeeira e o governo brasileiro no período, veja: STOLCKE, Verena. *Caféicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 155-170.

leiro “liderar o problema [do café] no mundo inteiro”.⁹ O notório político seguiria reformulando suas expectativas, e traçando novos prognósticos de ação política a partir de novas experiências vividas ao longo da década de 1950. Os resultados da economia planificada da União Soviética impressionavam autoridades brasileiras à direita e à esquerda do espectro político, e temeroso quanto a uma possível perda de força global da política pan-americana e do cristianismo, entendia que os “horizontes mais pareciam abismos”, frente ao que chamou de “o impulso subversivo das colossais forças desintegradoras do mundo oriental”, em referência ao início da ascensão africana para fora do jugo colonial e também das conquistas dos comunistas na China e na Coreia.¹⁰ Dessa forma, as contradições entre diferentes tempos, que formam a temporalidade na qual se conformava o processo histórico do multilateralismo cafeeiro, apontam, simultaneamente, para ressonâncias e distanciamentos entre os objetivos e prognósticos de autoridades latino-americanas e europeias.

Em meio a essa complexa rede de tempos e interesses, os impérios europeus, em geral, não se interessaram em participar de um acordo internacional do café que regulasse o mercado a partir de cotas de exportação. Durante a Conferência Internacional do Café, realizada em fins de janeiro de 1958 no Brasil, autoridades de Bélgica, França e Portugal buscaram esterilizar os poderes políticos a serem delegados para a Organização Internacional do Café que a reunião visava criar. Responsáveis pelas propostas de emendas que podaram o potencial de criar um mercado internacional controlado, Bélgica e França não assinaram, ao fim da conferência, o convênio de criação da OIC. Para além de nações da América Latina, somente o governo de Portugal também assinou o convênio.¹¹

Para além de nos ajudar a relativizar os tempos da guerra fria mundial e latino-americana nas continuidades e transformações do sistema global do

9 O governo brasileiro formulou, ainda no primeiro semestre de 1953, um rascunho para um acordo internacional do café. Veja em ‘Draft – International Coffee Agreement’ em OA t Café Pasta IV, 1947-1956 em Arquivo Oswaldo Aranha, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas (OA-CPDOC.FGV). Para a correspondência do diplomata brasileiro com Aranha, com o sublinhamento que citamos, veja: Carta de Sebastião Salgado para Oswaldo Aranha, 2 de julho de 1953, Rio de Janeiro, em OA cp 1953.04.08 em OA-CPDOC.FGV.

10 Oswaldo Aranha compartilhou essas impressões em carta particular enviada a José Carlos de Macedo Soares, quando da ocasião em que o último assumira, pela segunda vez, o posto de chanceler brasileiro. Veja em Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), Série José Carlos de Macedo Soares, Documento DL 993.29, Carta de Oswaldo Aranha a Soares, em 21 de outubro de 1957. Sobre a atração de autoridades brasileiras, inclusive do campo liberal, aos resultados da economia soviética, veja CATERINA, Gianfranco. *Gagarin in Brazil: reassessing the terms of the Cold War domestic political debate in 1961*. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 63, n. 1, e004, 2020.

11 Para as atas e notas taquigráficas das reuniões durante a conferência, veja “Notas taquigráficas”, AN, RIO N9.0.COD.313, no Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Fundo/Coleção N9 – Instituto Brasileiro do Café, Série 14 – Comissão Preparatória da OIC. O texto do convênio constitutivo da OIC de 1958 foi escrito e assinado em três línguas: português, espanhol e francês. Ele pode ser consultado em versão publicada em livro: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO CAFÉ, RIO DE JANEIRO, BRASIL. *Convênio Constitutivo e Documentos Básicos*. Rio de Janeiro: Organização Internacional do Café, 1958.

café, o exercício de uma perspectiva sistêmica que incorpore uma reflexão sobre a pluralidade de tempos nos permite buscar interpretações mais complexas para a construção, ou renovação, de ordens regionais e internacionais no pós-Segunda Guerra Mundial, bem como para a reprodução da economia-mundo capitalista desde então. Reavaliar e corrigir imprecisões sobre o peso da disputa Washington-Moscou para o multilateralismo cafeeiro¹² abre a oportunidade de se investigar as dinâmicas dos mundos dessa *commodity* se atentando a processos de durações outras: a construção dos Estados-nacionais e suas bases econômicas, as oposições e complementariedades entre sociedades e espaços rurais e industriais, e os potenciais e limites apresentados pelo concerto político (nacional e internacional) em suas tentativas de se reformar ou transformar configurações estruturais. Por fim, de imediato, essas sensibilidades teórico-metodológicas oferecidas pela disciplina histórica podem proporcionar balizas que melhor indiquem as conexões entre a Organização Internacional do Café de 1958 e a criada em 1963, que foi responsável por operar o sistema global do café por cerca de três décadas.

Fontes

Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores (AHMRE), Brasília, Brasil

Memo. de Marcio Rego Monteiro para Sr. Chefe da Divisão Econômica, Confidencial, DE/Dpo/661.333(00), “Formação de um cartel de café por iniciativa da Colômbia”, 14 de setembro de 1953, no maço “Memorandos Agosto 1953/1954 Pareceres”.

12 Para o argumento de que a Revolução Cubana foi o momento de virada na decisão do governo dos Estados Unidos em participar de um acordo do café, veja TOPIK, *op. cit.*, p. 46-47. Contudo, essa interpretação não leva em consideração a própria Conferência Internacional do Café em janeiro de 1958, no Brasil, tão pouco outras evidências que apontam para uma virada na posição de Washington ainda no primeiro semestre de 1958. Citamos, por exemplo, a mudança na posição do Council on Foreign Economic Policy (CFEP), um dos órgãos do Executivo estadunidense com maior voz e ressonância sobre as decisões do então presidente Eisenhower. Enquanto em abril de 1956 o CFEP defendeu que os Estados Unidos não deveriam participar de um acordo internacional para o café, em março de 1958 o órgão autorizou que o Departamento de Estado se engajasse nas discussões sobre a *commodity*. Veja, respectivamente, em: Council on Foreign Economic Policy, The White House, Washington, Confidential, 42nd Meeting, April 25, 1956 em Record Group (RG) 353 – Interdepartmental and Intradepartmental Committees, Series “Records Relating to the Council on Foreign Economic Policy, 1955-61” (Entry Num. P 4), Container 2, File Unit “CFEP – Agenda”, National Archives and Records Administration, College Park, MD, Estados Unidos (NARA, College Park, MD), e Department of State, Memo. of Conversation, Confidential, May 21, 1958, “CFEP Minute of May 20th Meeting, Item II (Re International Coffee Study Group) em RG 353, Series “Records Relating to the Council on Foreign Economic Policy, 1955-61” (Entry Num. P 4), Container 9, File Unit “U.S. Economic Defense Policy CFEP 566”, NARA, College Park, MD.

Arquivo Nacional (AN), Rio de Janeiro, Brasil

“Notas taquigráficas”, AN, RIO N9.0.COD.313, Fundo/Coleção N9 – Instituto Brasileiro do Café, Série 14 – Comissão Preparatória da OIC.

Biblioteca da Sociedade Rural Brasileira, São Paulo, Brasil

Ata de Sessão Conjunta Extraordinária, 27 de agosto de 1957, Livro de Atas das Reuniões de Diretoria da Sociedade Rural Brasileira, 1957 a 1959.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV), Rio de Janeiro, Brasil

‘Draft – International Coffee Agreement’ em Arquivo Oswaldo Aranha, OA t Café Pasta IV, 1947-1956.

Foreign Relations of the United States (FRUS), Online

Document 186, 110.11 AC/7-1452, ‘Résumé of Discussion Held at the Presidential Palace, Rio de Janeiro, July 5, 1952, Confidential in Foreign Relations of the United States, FRUS, 1952-1954, The American Republics, Volume IV.

Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), Rio de Janeiro, Brasil

Série José Carlos de Macedo Soares, Documento DL 993.29, Carta de Oswaldo Aranha a Soares, em 21 de outubro de 1957.

National Archives and Records Administration II (NARA), College Park, MD, Estados Unidos

Council on Foreign Economic Policy, The White House, Washington, Confidential, 42nd Meeting, April 25, 1956 em Record Group (RG) 353 – Interdepartmental and Intradepartmental Committees, Series “Records Relating to the Council on Foreign Economic Policy, 1955-61” (Entry Num. P 4), Container 2, File Unit “CFEP – Agenda”.

Department of State, Memo. of Conversation, Confidential, May 21, 1958, “CFEP Minute of May 20th Meeting, Item II (Re International Coffee Study Group) em RG 353, Series “Records Relating to the Council on Foreign Economic Policy, 1955-61” (Entry Num. P 4), Container 9, File Unit “U.S. Economic Defense Policy CFEP 566”.

Referências

- BATES, Robert H. *Open-economy politics: the political economy of the world coffee trade*. Princeton: Princeton University Press, 1997.
- BRAZILIAN EMBASSY WASHINGTON, D.C. *Survey of the Brazilian economy, 1959*. 1960. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Survey_of_the_Brazilian_Economy/bPadI5Wl3JcC?hl=pt-BR&gbpv=0.
- CATERINA, Gianfranco. Gagarin in Brazil: reassessing the terms of the Cold War domestic political debate in 1961. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 63, n. 1, e004, 2020.
- CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO CAFÉ, RIO DE JANEIRO, BRASIL. *Convênio Constitutivo e Documentos Básicos*. Rio de Janeiro: Organização Internacional do Café, 1958.
- ELLIOT, John H. *History in the making*. New Haven; London: Yale University Press, 2012.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. 3. reimpr. Contraponto; PUC-Rio, 2006.
- LAFER, Celso. *Convênio do Café de 1976*. São Paulo: Perspectiva, 1979. p. 73-74.
- MARQUESE, Rafael. *Asymmetrical Dependencies in the Making of a Global Commodity: Coffee in the Longue Durée*. Bonn: Bonn Center for Dependency and Slavery Studies, 2022. (Joseph C. Miller Memorial Lectures Series, 15).
- MORELI, Alexandre. Escapar à marcação do tempo e à vã narrativa: pensando o brasil no mundo entre 1945 e 1961. In: SILVA, André Reis da (org.). *Repensando a política externa brasileira (1822-2022): novas abordagens e interpretações*. Curitiba: Appris, 2023.
- PENDERGRAST, Mark. *Uncommon grounds: the history of coffee and how it transformed our world*. New York: Basic Books, 1999.
- STOLCKE, Verena. *Caféicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- TALBOT, John M. *Grounds for agreement*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2004.
- TOPIK, Steven. The integration of the world coffee market. In: CLARENCE-SMITH, William; TOPIK, Steven (org.). *The global coffee economy in Africa, Asia, and Latin America, 1500-1989*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

VIECELI, Leonardo. Preços do café sobem mais de 50% e alteram consumo do brasileiro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 fev. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/02/precos-do-cafe-sobem-mais-de-50-e-alteram-consumo-do-brasileiro.shtml>. Acesso em: 8 out. 2024.

O Direito Natural e o Espectro Político Moderno: considerações sobre a *temporalização* e *politização* de uma linguagem¹

Lucas Mohallem

Em seus esforços para teorizar a Modernidade como um período historicamente distinguível, Reinhart Koselleck – uma das principais referências do arsenal teórico discutido pelo Lab-Mundi – sugere que duas de suas principais características seriam a *temporalização* e a *politização* do vocabulário político-social.² Derivada de uma pesquisa sobre o papel da linguagem do Direito Natural na conformação de um espectro político moderno no Brasil durante o século XIX, a presente comunicação visa a um duplo objetivo: em primeiro lugar, busca deslindar as implicações teóricas e metodológicas que as hipóteses koselleckianas da *temporalização* e da *politização* trouxeram para o tratamento do objeto em questão; em segundo lugar, e invertendo o vetor que liga a teoria à empiria, busca requalificar o potencial heurístico dessas mesmas hipóteses a partir dos caminhos abertos por sua aplicação a uma rede semântica ainda pouco estudada pela História dos Conceitos – aquela do Direito Natural.

Por *temporalização*, entende-se o processo por meio do qual o vocabulário disponível às sociedades ocidentais, até então encerrado dentro de uma concepção estática e reiterativa do tempo, em muitos sentidos tributária da cosmologia cristã, abre-se a um futuro incerto e imprevisível, daí infundindo-se de um “senso de expectativa” e de um “coeficiente de mudança tem-

1 A presente comunicação consiste em um desdobramento da minha dissertação de Mestrado em História, intitulada *Cairu e a Vertigem Revolucionária: Tempo, Linguagem e Epistemologia do Conservadorismo (1772-1831)*. Muitos dos pontos aqui apresentados consistem em derivações e readaptações das questões ali desenvolvidas originalmente.

2 Essas hipóteses foram originalmente enunciadas em: KOSELLECK, Reinhart. Introduction and Prefaces to the *Geschichtliche Grundbegriffe: (Basic Concepts in History: A Historical Dictionary of Political and Social Language in Germany)*. *Contributions to the History of Concepts*, Trad. Michaela Richter. v. 6, n. 1, p. 1-37, 2011. Seriam mais tarde mobilizadas em: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-RIO, 2006; KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do Tempo*. Estudos Sobre História. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014; KOSELLECK, Reinhart. *Histórias de Conceitos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020. KOSELLECK, *op. cit.*, 2011.

poral”. De alcance vasto, este movimento semântico não se limitou ao vocabulário diretamente empenhado na conceptualização do tempo (“História”, “Progresstc.”), mas atravessou todo o léxico político e social existente, reconfigurando-o de duas maneiras. De um lado, dotou os conceitos herdados de tempos passados de um componente dinâmico, arrancando-os das representações cíclicas ou escatológicas da realidade a que estavam ligados; do outro, deu origem a uma classe de conceitos especificamente modernos, os quais, dotando-se de uma vocação antes reflexiva que empírica, não mais aspiravam a registrar a experiência pretérita, mas a criar novas experiências e realidades.³

Já por *políticação*, entende-se o processo de formação de identidades e alteridades políticas a partir de oposições semânticas criadas no interior desse mesmo vocabulário, e no mais das vezes expressas por meio de binômios conceituais polarizados. Já presentes no vocabulário político pré-moderno (como bem atesta os clássicos pares “Grego-Bárbaro” e “Cristão-Pagão”), estes dualismos adquiriram um novo significado a partir do século XVIII. No limiar da Modernidade, eles operaram como um marco de inteligibilidade para a nova realidade histórica que então se formava, permitindo que se reorganizasse o conteúdo da sociedade de ordens segundo novos critérios. Daí por diante, a demarcação de grupos sociais e unidades de ação política não mais obedeceria à lógica hierárquica da sociedade estamental, mas aos imperativos políticos de uma era aberta a uma multiplicidade de futuros possíveis. Formavam-se, então, grupos cujas fronteiras e identidade não eram determinadas apenas pela realidade já disponível no presente, mas também pelas expectativas e antecipações que traziam com relação ao porvir. Liberal, constitucionalista, conservador, socialista, etc. – todas essas são denominações políticas definidas antes pelas expectativas que exprimem do que pela experiência que encerram. Em um mundo regido pelo *ethos* da revolução, aberto a um futuro incerto e caracterizado por uma volatilidade política e social cada vez maiores, este vocabulário politizado passou a constituir um importante subsídio à prática política concreta, oferecendo aos sujeitos e grupos que o manejavam um conjunto de critérios para determinarem quem eram seus correligionários, e quem eram seus inimigos.⁴

Em seu sentido mais amplo, a linguagem dos Direitos Naturais não é exclusiva ou distintiva do contexto histórico que aqui nos interessa. Uma rápida sondagem dos clássicos da Filosofia antiga ou medieval revelará certa

3 KOSELLECK, Reinhart. A Temporalização dos Conceitos. In: KOSELLECK, Reinhart. *Histórias de Conceitos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020; FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. *Historia conceptual en el Atlántico ibérico: lenguajes, tiempos, revoluciones*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2021. p. 95; 168.

4 KOSELLECK, Reinhart. A semântica histórico-política dos conceitos antitéticos assimétricos. In: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-RIO, 2006. p. 191-232; KOSELLECK, Reinhart; *Conceitos de Inimigo*. In: KOSELLECK, Reinhart. *Histórias de Conceitos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

incidência de noções de Direito Natural ou, pelo menos, de Lei Natural. No entanto, por consequência de um processo de temporalização, configura-se, a partir do século XVII, uma linguagem dos Direitos Naturais substancialmente distinta de seus precedentes históricos. Nosso argumento é que, uma vez *temporalizada e politizada*, a rede semântica do Direito Natural despontaria como um dos eixos estruturantes do novo espectro político que então se configurou no mundo ocidental, caracterizado pela oposição polar entre os simpatizantes da Revolução e seus detratores.

Grosso Modo, as variantes tradicionais e pré-modernas do Direito Natural tendiam a figurar o mundo como uma realidade estática, imanente e imutável, pois assim concebida por deus. Eis o que se verifica, por exemplo, nas obras da escolástica ibérica do século XVI, em que a noção de uma lei natural imutável subsidiava uma filosofia cujo horizonte não era a transformação da vida terrena do ser humano, mas a compreensão de seu papel em um *cosmos* ordenado por deus.⁵

A partir da segunda metade do século XVII, a rede semântica do Direito Natural seria fortemente temporalizada, levando a um progressivo abandono do caráter estático que possuía. A tríade conceitual “perfeição”, “aperfeiçoamento” e “perfectibilidade” dá um compelente testemunho dessa dinâmica. De importância crucial para o jusnaturalismo, o qual enxergava a Natureza como um modelo de perfeição moral, os usos históricos desses conceitos sinalizam para o crescente grau de prospectividade adquirido por essa linguagem nos tempos modernos. Impregnada das expectativas cristãs por um paraíso celeste, a noção de “perfeição”, mesmo quando mobilizada em relação à vida terrena, tendia a denotar uma meta fixa, um horizonte estático. O “aperfeiçoamento” faz da expectativa por uma perfeição futura uma “categoria processual de movimento”, arrancando-a do horizonte fixo em que se realizava. A “perfectibilidade”, por fim, finca na própria natureza humana uma capacidade, quando não uma obrigação, de se aperfeiçoar. Ou seja, faz do devir histórico rumo a um futuro melhor e inédito uma qualidade antropológica, indissociável da condição humana.⁶

5 Para uma análise especializada do jusnaturalismo escolástico ibérico, ver: BRETT, Annabel S. *Liberty, Right and Nature: Individual Rights in Later Scholastic Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. (Ideas in Context, 44); Para uma interpretação distinta daquela que aqui defendemos, mas muito rica, ver: EDELSTEIN, Dan. *On the Spirit of Rights*. Chicago: University of Chicago Press, 2018.

6 KOSELLECK, Reinhart. “Progresso” e “Declínio”: um adendo à história de dois conceitos. In: KOSELLECK, Reinhart. *História de Conceitos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020. Note-se que aqui não falamos em “progresso”. Talvez a forma conceitual mais madura e acabada do processo de temporalização, o conceito de “progresso” não se imporia, em sua acepção moderna, senão nas últimas décadas do século XVIII, e as primeiras do XIX. No que diz respeito à temporalização da linguagem do Direito Natural, o eixo semântico fundamental foi aquele da “perfeição”.

Ainda que profundamente temporalizado, o jusnaturalismo moderno não gozava, contudo, de uma vocação intrinsecamente revolucionária. De meados do século XVII até o último quartel do século XVIII, o Direito Natural – e aqui nos referimos especialmente às vertentes racionalistas e individualistas desta linguagem – foi uma espécie de “língua franca” da cultura ocidental. De Leste a Oeste, do Norte ao Sul, do católico ao protestante e deísta: por todo o Ocidente, pululavam manifestações de um jusnaturalismo com significados os mais diversos.⁷ A ampla difusão experimentada por essa linguagem nessas circunstâncias deveu-se, em primeiro lugar, a sua potencial laicidade.⁸ A ideia de que os fundamentos da Ética pudessem ser aferidos por meio de uma faculdade comum a todos os seres humanos – a Razão – exerceu grande fascínio sobre uma geração para qual os traumas da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) e da intolerância religiosa permaneciam vivos. A inexistência de um vínculo que prendesse o Direito Natural a um campo confessional específico tornava-o uma linguagem muito apropriada para reger as relações de poder no *saeculum*, fazendo-o passível de uma apropriação diversa e generalizada, sem discriminação de facção.⁹

Em segundo lugar, a transversalidade do Direito Natural deveu-se à sua grande plasticidade política. Conforme aponta A. L. Harding, o Direito Natural desempenhou, historicamente, um papel paradoxal, servindo simultaneamente como um estímulo para a reforma, e como um baluarte contra a mudança.¹⁰ Nos séculos XVII e XVIII, esta pluralidade de suas vocações tornar-se-ia ainda mais evidente. Fora para viabilizar os direitos do indivíduo, ameaçados pelos impulsos fratricidas do homem, que Hobbes elaborara o contrato societário absolutista apresentado em *O Leviatã*. Locke também partira de direitos abstratos e precedentes à sociedade civil ao propor o que viria a se tornar uma das mais sofisticadas e sistemáticas teses da soberania popular. Mesmo Groccius e Puffendorf, autores decididamente organicistas e anticontratalistas – isto é, refratários à noção de que o poder político resultava de um acordo voluntário – também enxergavam o processo de constituição da sociedade civil como sendo presidido pelos interesses de autopreservação do indivíduo e de seus direitos.¹¹

7 LOPES, José Reinaldo de Lima. Iluminismo e jusnaturalismo no ideário dos juristas da primeira metade do século XIX. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Fapesp; Ijuí: Unijuí, 2003.

8 HESPANHA, António Manuel. *A Cultura Jurídica Europeia: Síntese de um Milénio*. Coimbra: Almedina, 2012.

9 PRODI, Paolo; JANNINI, Karina. *Uma História da Justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

10 HARDING, A. L. A Reviving Natural Law. In: HARDING, A. L. *Natural law and natural rights*. Dallas: Southern Methodist University Press, 1955. p. 71.

11 TUCK, Richard. The “modern” theory of natural law. In: PAGDEN, Anthony (org.). *The Languages of Political Theory in Early-Modern Europe*. Cambridge; Nova Iorque: Cambridge University Press, 1987. p. 99-120. Para um competente exemplo dessa nova modalidade de Direito Natural temporalizado,

Este quadro politicamente plural seria radicalmente transformado pela Revolução Francesa. E não porque o Direito Natural tenha produzido a revolução – o que, de fato, não fez –, mas antes porque a revolução encontrou na linguagem do jusnaturalismo o referencial de legitimidade de que tanto precisava. Afinal, foi em nome dos critérios morais e supraestatais ditados pelo Direito Natural que a Revolução questionou a autoridade estabelecida do Estado; e foi também nesses mesmos critérios que a empreitada revolucionária – por definição ilegal, pois afrontosa ao poder instituído – encontrou sua própria legalidade.¹² Uma vez mobilizada em nome do explícito propósito de subversão da ordem estabelecida, a linguagem dos direitos naturais seria *politizada*. A partir de então, as distintas interpretações sobre o Direito Natural, outrora passíveis das apropriações as mais diversas, tornar-se-iam atributos definidores dos principais campos de um espectro político em formação, o qual antepunha a tradição revolucionária ao conservadorismo. E o que é mais importante: a delimitação desses campos político-ideológicos esteve intimamente ligada ao sentido temporal das redes semânticas por eles mobilizadas.

Uma modalidade fortemente *temporalizada* das teses do Direito Natural, tributária das transformações semânticas referentes ao conceito de “perfeição” e seus derivados, tornar-se-ia a pedra angular da identidade e do discurso revolucionário. A aferição de um padrão natural de justiça e moralidade ensejava o diagnóstico de que a condição humana se dotava de uma perfeição latente, quando não de uma perfectibilidade congênita. A sujeição da política aos imperativos racionais da Natureza fazia com que se identificasse nas instituições existentes no presente um déficit em relação aos padrões ideais aferidos da Lei Natural. Esta constatação, por sua vez, criava um coeficiente temporal entre um presente imperfeito e um futuro almejado, subsidiando o clamor por uma “aproximação infinita” que em muitos sentidos pavimentava o caminho para a ação revolucionária.¹³

Tornada sinônimo de agitação revolucionária e contestação da ordem desde seu uso concreto pelos revolucionários na França, a modalidade contratualista e temporalizada do Direito Natural seria praticamente varrida do discurso daqueles que se opunham à marcha revolucionária, aparecendo aí tão somente como objeto de críticas. Eis o que se verifica em Burke, o mais célebre crítico contemporâneo da Revolução Francesa, e também um dos principais responsáveis por sua associação ao jusnaturalismo. Opondo-se ao caráter “abstrato” e “metafísico” dos direitos naturais do homem, que haviam

ver: *Rapport sur l'ouverture d'un concours pour les livres élémentaires de la première éducation, par Grégoire* (Séance du 3 pluviôse an II) *apud* HUNT, Lynn. *Política, Cultura e Classe na Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 22-23.

12 KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999; CHARTIER, Roger; SCHLESINGER, Chris. *Origens culturais da Revolução Francesa*. São Paulo: Unesp, 2009.

13 KOSELLECK, *op. cit.*, 2021.

levado os revolucionários a pôr abaixo o patrimônio histórico de seu país em nome de uma perfeição futura supostamente inalcançável, Burke preconizava uma prática política “prudente”, fundada em um conhecimento retrospectivo e empírico, informado antes pelos fatos positivos da experiência histórica que pelos ditames de uma expectativa racional temporalizada. O recurso a Koselleck permite aferir que a resposta de Burke ao fenômeno revolucionário, e às doutrinas jusnaturalistas que julgava subsidiá-lo, estava eivada de um forte conteúdo temporal. Os Revolucionário, dizia Burke, “não julgam dois mil anos um período suficientemente longo para o bem que prosseguem. [...] A sua humanidade não terminou, [...] [ela] está no seu horizonte – e, tal como o horizonte, está sempre a recuar mais para frente”. E, escarnecendo da vocação prospectiva inerente à empreitada revolucionária, concluía: “[os revolucionários] não falam como políticos, mas como profetas”.¹⁴

Ainda que com um significado e uma cronologia próprias, esse processo de *temporalização* e *politização* da linguagem dos Direitos Naturais far-se-ia sentir no mundo luso-americano, como consequência de sua participação de uma *experiência revolucionária moderna* cada vez mais globalizada.¹⁵ A deflagração do movimento constitucionalista do Porto em 1820 fez da década que então se iniciava um período de profunda instabilidade e transitoriedade, condições que convidavam à elaboração de distintos projetos de futuro, e incentivam o emprego das doutrinas temporalizadas do cânone jusnaturalista. Primeiro com a inauguração das Cortes Constituintes em Lisboa, e novamente durante o processo que levou à Independência e à montagem do Estado Brasileiro, o Direito Natural despontaria como uma das principais linguagens em voga no debate público, e um elemento polarizador de um espectro político em processo de formação.

Cipriano José Barata (1762-1838), aguerrido liberal conhecido por sua luta em defesa de um regime político pautado pela soberania popular, nos dá um vivo testemunho do papel estruturante desempenhado pelo Direito Natural no âmbito do pensamento radical no Brasil. Escrevendo de Pernambuco, Barata atuava no sentido de vindicar a promessa, feita pelo Rio de Janeiro no momento da ruptura com Portugal, de que o regime político do Império que então se fundava no Brasil fosse livre, constitucional e representativo da vontade dos vários povos que haviam decidido integrá-lo. Em seus escritos, emprestaria uma coloração revolucionária à Independência. Mobilizando o referencial interpretativo do Direito Natural, insistia que o processo de conformação do “pacto social” brasileiro resultava de um legítimo movimento de retomada da soberania pelo povo, o qual, vendo seus “imprescritíveis direitos”

14 BURKE Edmund. Complete Works. Vol V, p. 138; 140-142 *apud* STRAUSS, Leo. *Direito Natural e História*. Coimbra: Edições 70, 2009. p. 256; 260.

15 PIMENTA, João Paulo. *Tempos e espaços das independências: a inserção do Brasil no mundo ocidental (1780-1830)*. São Paulo: Intermeios, 2017.

violados, teria optado por dissolver seus vínculos de obediência com seus antigos governantes. Nascido deste processo, o regime imperial brasileiro não só era algo de inteiramente novo, como também legítimo tão somente lograsse salvaguardar os direitos naturais do povo que o instituía – donde se seguia uma relativização dos deveres de obediência. Na edição de 27 de outubro de 1823, apresentava uma madura e eloquente formulação dessas ideias:

Lei é a norma das ações humanas, segundo a justiça natural; ela se encaminha a fazer a felicidade particular e pública; e sempre é feita pela vontade geral dos Representantes que são o competente órgão do povo: logo [...], segue-se que ela deve ser acomodada aos fins da Sociedade, e que por isso deve ser razoável, clara e justa; e por uma infalível consequência, aquela que não cumprir com os fins, não é verdadeira Lei, e por isso não se lhe deve obedecer cegamente.¹⁶

As hipóteses de Koselleck mostram-se muito profícuas para a interpretação desse discurso. Em primeiro lugar, elas concorrem para dar inteligibilidade a seu alto grau de *temporalização*. Ao preconizar a absoluta precedência da Lei Natural a toda forma de legislação positiva, Barata estabelecia um coeficiente temporal entre o presente sobre o qual agia e o futuro que almejava. Figurada nesse discurso como o horizonte por excelência de toda legislação, a Lei Natural infunde a lei positiva historicamente existente de um dinamismo. Aqui subentende-se haver, em toda lei positiva, um *dever-ser* que a projeta para o futuro, e a insere em um movimento de “aproximação infinita” em relação aos padrões ideias da Natureza. E mais: este processo de aperfeiçoamento não se apresenta como uma possibilidade, mas como uma obrigação. A norma moral que se depreende desta modalidade temporalizada de jusnaturalismo estabelece a transformação constante das instituições como um imperativo, como bem o atesta o uso constante do verbo “dever” no excerto acima.

Em segundo lugar e por consequência, a ótica koselleckiana consente afirmar que é precisamente a natureza temporalizada das doutrinas jusnaturalistas manejadas por esse discurso, as quais comunicam a expectativa por um futuro conscientemente distinto do presente que se vive, que acabam por politizá-lo, dotando-o de uma identidade política revolucionária. Isto é: o discurso de Barata se faz radical na exata medida em que se orienta por um *horizonte de expectativas* que não pode ser contido ou depurado da *experiência política* pregressa, donde se conclui que só pode ser alcançado por via de um ato deliberado de ruptura e inovação: uma revolução.¹⁷

16 Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco, 27-10-1823 *apud* SLEMIAN, Andréa. *Sob o Império das Leis: Constituição e Unidade Nacional na Formação do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2009. p. 10.

17 KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-RIO, 2006.

Ainda que por negação, essas expectativas políticas temporalizadas, subjacentes às doutrinas do Direito Natural moderno, também desempenhariam um papel na conformação de uma identidade política conservadora. Com efeito, ser conservador estava ligado, nestas circunstâncias, à rejeição do conteúdo prescritivo e prospectivo da Lei Natural, e à preferência dos fatos positivos da experiência histórica progressa como guia para a prática política.

José da Silva Lisboa (1756-1835), um professo inimigo do fenômeno revolucionário moderno, que muito se empenhou para que o Brasil não seguisse o curso da França e das repúblicas Hispano-Americanas, nos dá compelentes testemunhos deste tipo de atuação. Seus (muitos) escritos estiveram envolvidos de uma preocupação de situar o Império do Brasil numa linha de continuidade em relação à presença da corte joanina na América. O resultado dessa representação era o esvaziamento de todo senso de agência voluntária por parte do povo, e a negação de que o novo regime tivesse quaisquer compromissos com a salvaguarda de supostos Direitos Naturais – dos quais sequer reconhecia a existência, quanto menos a legitimidade. Para esta personagem, a única prerrogativa verdadeiramente indelével, sob cuja égide se conduzira a transição do velho para o novo regime, era a “inteira e imprescritível herança da Monarquia Constitucional”, inalienavelmente pertencente a D. Pedro de Alcântara por seu “jus da progenitura”.¹⁸ Dessas premissas, concluía que “a nova ordem política para o Império do Brasil não começou por via da Revolução”.¹⁹

Um comportamento similar também pode ser encontrado em sua atuação como deputado da Assembleia Constituinte (1823). Ironicamente empossado como suplente de Cipriano Barata, seu conterrâneo e arqui-inimigo político, Silva Lisboa teve uma atuação marcada pela constante oposição aos projetos que concebiam a inauguração da nova ordem como uma ruptura voluntária e deliberada em relação ao passado colonial português. Por esta razão, bateu-se contra os princípios do Direito Natural, frequentemente mobilizados pela deputação liberal mais radical para exprimir expectativas temporalizadas por um futuro político inédito para o Brasil. Na sessão de 8 de agosto de 1823, entrava em pauta o artigo 7º do parágrafo III do Projeto de Constituição, o qual previa a elevação da liberdade de religião ao estatuto de um direito individual dos cidadãos do Império. Posicionando-se contra a redação do artigo, Silva Lisboa dizia:

Do meado do século passado em diante, muito escreveram os filósofos sobre a necessidade da tolerância em matéria de Religião, ainda nos

18 LISBOA, José da Silva. *Império do Equador na Terra da Santa Cruz, com voto philantrópico de Roberto Southey*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1822. p. IV.

19 LISBOA, José da Silva. *Quartel das Marrecas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1823. p. 3.

países em que há alguma religião dominante, e mantida pelo Governo; e até pretenderam que não houvesse Religião Dominante do Estado, considerando que assim se evitariam as guerras religiosas, as perseguições civis, as antipatias nacionais, e se promoveria a paz, e harmonia das Nações. [...] Mas, não obstante estas razões plausíveis, os Estadistas se devem regular pela Experiência.²⁰

E a experiência ditava que a tolerância abria o caminho para a sublevarção da ordem:

Nós temos o grande fato próximo da Revolução na França. Principiando-se por declamações contra a Intolerância, requereu-se a Tolerância absoluta do governo sobre o objetos políticos e religiosos. Os cabalistas abusaram logo das sucessivas concessões da tolerância, e derrubaram o governo estabelecido, e as suas próprias novas Constituições, aliás cheias de Declarações dos Direitos do Homem, e de liberdades na Administração e Religião [...]. Os Representantes da Nação por fim foram intolerantíssimos de tudo que se opunha às opiniões do partido dominante, e ocasionaram a matança e horribilidades, que nunca houveram em guerra e perseguições Religiosas.²¹

O que chama a atenção nessas passagens é que Silva Lisboa estabelece uma oposição entre a visada prospectiva da Razão jusnaturalista, cuja tendência a fixar os direitos do homem como um padrão de perfeição moral impelia as sociedades a uma marcha progressiva; e o conhecimento *a posteriori* adquirido a partir da Experiência, o qual aspirava a um saber demonstrável, próprio a defender as sociedades em suas configurações existentes no presente. Por meio do manejo desse binômio epistemológico (Razão x Experiência), Silva Lisboa marcava sua posição em um espectro político onde a prospectividade encarnada nas teses modernas do jusnaturalismo despontava como um traço definidor do campo revolucionário. E ao recusá-las, reafirmava sua posição conservadora. Com efeito, o único tipo de Direito Natural ao qual assentia era aquele de inspiração aristotélico-tomista, o qual reafirmava a “Ordem Imutável das Coisas, estabelecida pelo Eterno Regedor do Universo”.²²

Mesmo vencido em sua contenda contra o artigo, Silva Lisboa levantou-se para marcar uma posição – posição essa que muito nitidamente demonstrava a centralidade dos conceitos temporalizados para a conformação das identidades políticas modernas. “Como não sei ler a História do Futuro”, dizia, escarnecendo das expectativas de seus adversários, “não posso ter con-

20 BRASIL. Senado Federal. *Diário da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, 1823*. Brasília: Senado Federal, 2003. T. III, p. 196.

21 *Ibid.* t. III, p. 194.

22 LISBOA, José da Silva. *Extractos das obras políticas e econômicas de Edmund Burke*. Lisboa: Viúva Neves, 1822. p. V.

fiança [...] de que o novo Sistema não produzirá transtorno na Ordem Civil, e na religião do Estado”.²³

A mobilização das hipóteses da *temporalização* e da *politização* para o estudo da rede semântica do Direito Natural trás, antes de mais, um ganho empírico. É só quando se apreende a realidade através do prisma dessas hipóteses, e da teoria geral da Modernidade que elas subsidiam, que se torna possível constatar que a linguagem do Direito Natural desempenhou um papel importante e polarizador na constituição do espectro político moderno, reconhecendo que ela foi um dos critérios de delimitação das principais identidades políticas que então se constituíam: o campo revolucionário e o campo conservador.

Invertendo o vetor, há também algumas considerações teóricas que se podem depurar desta empreitada. Em primeiro lugar e mais obviamente, o objeto aqui em tela – como qualquer outro referente às Américas na passagem do século XVIII e XIX – aponta para a necessidade de expandir e requalificar a teoria da Modernidade de Koselleck, a fim de que contemple as especificidades históricas do universo político e social americano – e no nosso caso, luso-americano. Se é verdade que o percurso histórico da América Portuguesa pode ser e, de fato, vem sendo, proficuamente apreendido pela interpretação koselleckiana da Modernidade, é incontornável que as especificidades histórico-empíricas desta realidade venham a reconfigurar a definição daquilo que se entende por Modernidade.²⁴ Afinal de contas, parece-nos que uma compreensão das qualidades distintivas da era moderna jamais poderia prescindir da experiência das Independências da América, onde diversas sociedades se viram na situação de ter de criar uma jurisdição e instituir um Estado onde antes não havia nenhum. Pensando em termos koselleckianos, poucas experiências se poderiam definir como tão modernas quanto essa.²⁵

Em segundo lugar, a análise da rede semântica do Direito Natural, e do papel por ela desempenhado na conformação do espectro político moderno, sugere haver uma relação de reciprocidade e mútua determinação entre os processos de *temporalização* e *politização*. Parece-nos que foi o caráter fortemente temporalizado das doutrinas jusnaturalistas que as fizeram despontar como um atributo característico e distintivo do campo revolucionário. Con-

23 BRASIL. Senado Federal. *Diário da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, 1823*. Brasília: Senado Federal, 2003. t. III, sessão de 5 de novembro.

24 Exemplos muito bem-sucedidos de mobilização do referencial koselleckiano para a interpretação da realidade histórica americana são encontrados em: PIMENTA, *op. cit.*, 2017; ARAÚJO, Valdeci Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira*. São Paulo: Hucitec, 2008.

25 A este respeito, ver: PALTI, Elias. De la historia de "ideas" a la historia de los "lenguajes políticos" – las escuelas recientes de análisis conceptual: el panorama latinoamericano. *Anales*, n. 7-8, p. 63-81, 2005.

trariamente, aquilo que demarcava o campo conservador era uma postura de ativa rejeição ao senso de ruptura e às expectativas políticas temporalizadas subjacentes às doutrinas dos “Direitos Naturais do Homem”. Neste sentido, portanto, a eventual politização da linguagem dos Direitos Naturais esteve diretamente relacionada à sua prévia temporalização. Embora certamente aludida por Koselleck, esta reciprocidade entre os movimentos semânticos característicos da Modernidade é um ponto pouco desenvolvido tanto em sua obra, quanto na de seus principais epígonos. Acreditamos que colocá-la em destaque é um potencial saldo teórico da pesquisa que aqui apresentamos.

Referências

- ARAÚJO, Valdeci Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira*. São Paulo: Hucitec, 2008.
- BRASIL. Senado Federal. *Diário da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, 1823*. Brasília: Senado Federal, 2003.
- BRETT, Annabel S. *Liberty, Right and Nature: Individual Rights in Later Scholastic Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. (Ideas in Context, 44).
- CHARTIER, Roger; SCHLESINGER, Chris. *Origens culturais da Revolução Francesa*. São Paulo: Unesp, 2009.
- EDELSTEIN, Dan. *On the Spirit of Rights*. Chicago: University of Chicago Press, 2018.
- FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. *Historia conceptual en el Atlántico ibérico: lenguajes, tiempos, revoluciones*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2021.
- HARDING, A. L. A Reviving Natural Law. In: HARDING, A. L. *Natural law and natural rights*. Dallas: Southern Methodist University Press, 1955. p. 71.
- HESPANHA, António Manuel. *A Cultura Jurídica Europeia: Síntese de um Milénio*. São Paulo: Almedina, 2012.
- HUNT, Lynn. *Política, Cultura e Classe na Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p.22-23.
- KOSELLECK, Reinhart. A semântica histórico-política dos conceitos antitéticos assimétricos. In: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-RIO, 2006. p. 191-232.

- KOSELLECK, Reinhart. A Temporalização dos Conceitos. *In*: KOSELLECK, Reinhart. *Histórias de Conceitos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.
- KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. *In*: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-RIO, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do Tempo*. Estudos Sobre História. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-RIO, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. *Histórias de Conceitos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.
- KOSELLECK, Reinhart. Introduction and Prefaces to the *Geschichtliche Grundbegriffe*: (Basic Concepts in History: A Historical Dictionary of Political and Social Language in Germany). *Contributions to the History of Concepts*, Trad. Michaela Richter. v. 6, n. 1, p. 1–37, 2011.
- KOSELLECK, Reinhart; Conceitos de Inimigo. *In*: KOSELLECK, Reinhart. *Histórias de Conceitos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.
- KOSELLECK, Reinhart. “Progresso” e “Declínio”: um adendo à história de dois conceitos. *In*: KOSELLECK, Reinhart. *História de Conceitos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.
- LISBOA, José da Silva. *Extractos das obras políticas e econômicas de Edmund Burke*. Lisboa: Viúva Neves, 1822.
- LISBOA, José da Silva. *Império do Equador na Terra da Santa Cruz, com voto philantrópico de Roberto Southey*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1822.
- LISBOA, José da Silva. *Quartel das Marrecas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1823.
- LOPES, José Reinaldo de Lima. Iluminismo e jusnaturalismo no ideário dos juristas da primeira metade do século XIX. *In*: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Fapesp; Ijuí: Unijuí, 2003.
- PALTI, Elias. De la historia de "ideas" a la historia de los "lenguajes políticos" – las escuelas recientes de análisis conceptual: el panorama latinoamericano. *Anales*, n. 7-8, p. 63-81, 2005.
- PIMENTA, João Paulo. *Tempos e espaços das independências: a inserção do Brasil no mundo ocidental (1780-1830)*. São Paulo: Intermeios, 2017.

PRODI, Paolo; JANNINI, Karina. *Uma História da Justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SLEMIAN, Andréa. *Sob o Império das Leis: Constituição e Unidade Nacional na Formação do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2009.

STRAUSS, Leo. *Direito Natural e História*. Coimbra: Edições 70, 2009.

TUCK, Richard. The “modern” theory of natural law. In: PAGDEN, Anthony (org.). *The Languages of Political Theory in Early-Modern Europe*. Cambridge; Nova Iorque: Cambridge University Press, 1987. p. 99-120.

A transformação da China: autofortalecimento, modernização e crise

Marco Aurélio dos Santos¹

As décadas de 1840 a 1860 foram dramáticas para a China. Após a primeira Guerra do Ópio (1839-1842) e a assinatura do Tratado de Nanquim (1842), o país enfrentou problemas econômicos, sangrentas e devastadoras guerras civis e ataques externos. Além disso, as potências imperialistas ocidentais impuseram tratados desiguais que comprometeram a soberania do país. Esse padrão de derrotas militares e ameaças de guerra resultando em tratados prejudiciais marcou a dinastia Qing até sua queda em 1911.

Esse período pode ser considerado um ponto de virada na história chinesa. A Era das Revoluções começava a atingir a Ásia de forma mais incisiva e a China experimentou dramaticamente as ações dos países imperialistas nesse violento processo de incorporação às cadeias de mercadorias da economia mundial capitalista.² A China vivenciou o resultado de um longo processo histórico em que a violência permitiu que a Grã-Bretanha, outros países ocidentais e, mais tarde, o Japão subjugassem povos em várias partes do mundo, extraíssem excedentes, canalizassem esses recursos para suas fronteiras e promovessem o crescimento econômico de suas forças produtivas. Essas práticas foram cruciais para consolidar a “grande divergência” entre a China e os demais países agressores.

Esse momento foi marcado por instabilidades internas e externas. Na década de 1840, a China enfrentou diversas crises, resultando em sérias tensões sociais na década seguinte. O país apresentava sinais de “estrangulamento ecológico” devido a anos de crescimento populacional e uso intensivo de recursos. A situação se agravou ao longo da segunda metade do século XIX e,

1 Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo e membro docente do Laboratório de Estudos sobre o Brasil e o Sistema Mundial (Lab-Mundi).

2 SANTOS, Marco Aurélio dos. Entre o passado e o futuro: a incorporação da China à economia mundial capitalista. *Revista Angelus Novus*, ano 15, n. 20, p. 1-29, 2024. Sobre o conceito de incorporação, ver o trabalho de Wallerstein, especialmente o capítulo 3 em WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System III: the Second Era of Great Expansion of the Capitalist World-Economy, 1730-1840s*. San Diego, CA: Academic Press, 1989.

para citarmos um exemplo, por volta de 1900, o Norte da China, responsável por sustentar a capital, era “uma zona de desastre ecológico”.³ Outras regiões também enfrentaram sérias dificuldades devido à pressão ecológica, desastres naturais e consequências das guerras civis.

Esses conflitos internos questionaram o poder da Dinastia Qing, debilitando ainda mais o país diante das potências ocidentais. Entre todos eles, destaca-se a Rebelião dos Taiping, provavelmente o conflito mais violento do século XIX, com o maior número de vítimas. Simultaneamente, enquanto as rebeliões desafiavam o poder da dinastia, teve início a Segunda Guerra do Ópio (1856-1860). Também neste momento histórico, as migrações de chineses para diversas partes da economia mundial ganharam grande impulso. Os trabalhadores sob contrato, considerados livres pela ideologia liberal do século XIX, foram brutalmente explorados em Cuba, no Peru, em regiões do México, Estados Unidos e colônias britânicas na África.⁴ Além da fragilização política do país frente às potências imperialistas, muitas regiões da China conheceram um decréscimo populacional significativo devido ao elevado número de mortos nas guerras civis que ocorreram nas décadas de 1850 e 1860.⁵

O caos interno desorganizou vastas áreas agrícolas, como evidenciado, por exemplo, nas províncias de Yunnan e Guizhou, localizadas no sudoeste do país e fortemente vitimadas pela rebelião dos Taiping. Após o término da guerra civil, a produção agrícola nessas províncias foi severamente atingida. Em muitas localidades, a agricultura tornou-se extensiva, porque os agricultores abastados tinham mais recursos para fertilizar eficientemente suas terras, enquanto os agricultores mais pobres, premidos pela pobreza, vivenciaram sérios problemas para praticar uma produção agrícola eficiente. Isso resultou em constantes quebras de safra em diversas regiões, desencadeando crises agudas na produção de alimentos. O caráter extensivo da agricultura, a escassez de gado em muitas áreas devido aos graves conflitos internos, a desestruturação dos sistemas de irrigação e de armazenamento de água, juntamente com a frequência dos desastres naturais impactaram a produção agrícola até pelo menos a virada do século XX.⁶ A ação dos choques exógenos a partir da primeira Guerra do Ópio e as guerras civis agravaram ainda mais essa situação.

Para a historiografia, a Guerra do Ópio foi um ponto de virada na história chinesa. Além disso, atualmente o governo chinês e várias lideranças

3 POMERANZ, Kenneth. *A Grande divergência: a China, a Europa e a construção da economia mundial moderna*. Lisboa: Edições 70, 2013. p. 392.

4 SANTOS, Marco Aurelio dos. Migrações e trabalho sob contrato no século XIX. *História*, Assis, v. 36, p. 1-24, 2017.

5 MADDISON, Angus. *Chinese Economic Performance in the Long Run: 960- 2030 AD*. Paris: OECD Publishing, 2007; ZHIHONG, Shi. *Agricultural Development in China: a Quantitative Study, 1661-1911*. Leiden: Brill, 2018.

6 ZHIHONG, *op. cit.*, p. 83-84.

do país também veem esse conflito com os britânicos como um evento central que submeteu a China a um longo período de catástrofes e humilhações.⁷

Com a morte do imperador Xianfeng em 22 de agosto de 1861, Tongzhi, então com cinco anos de idade, assumiu o poder. Como o novo imperador tinha pouca idade, regentes deveriam governar em seu lugar, sendo que muitos deles eram burocratas xenófobos que odiavam os ocidentais. Contudo, a imperatriz-viúva Cixi, uma das concubinas do falecido imperador e mãe do novo imperador menor de idade, conseguiu habilmente realizar um golpe de Estado e assumiu o comando do governo. A partir de então, a política chinesa seria fortemente influenciada pelas diretrizes enunciadas por ela e por seus apoiadores. Essas diretrizes levantariam uma outra ordem de problemas para a China, porque pelo menos três grupos políticos se formaram nas décadas finais do século XIX. O primeiro deles foi o de príncipes xenófobos que estimulavam revoltas contra os ocidentais que se estabeleceram na China com a abertura forçada dos portos. Outro desses grupos era o de importantes políticos chineses, incluindo a imperatriz-viúva Cixi (1835-1908), o Príncipe Chun (1840-1891) e Li Hongzhang (1823-1901), o conde Li, que defendiam uma postura mais conciliatória com os ocidentais e uma atitude de aprendizado das inovações decorrentes da Revolução Industrial. A gravidade dessa oposição acima delineada pode ser exemplificada pelos distúrbios anticristãos em 1870 em Tianjin⁸, que resultaram na morte de diversos agentes franceses e de chineses convertidos ao catolicismo, quase levando a mais um conflito entre a China e uma potência ocidental. Além disso, a Guerra dos Boxers, que ocorreu entre os anos de 1898 e 1900, destacou mais uma vez a oposição aos estrangeiros e a xenofobia como fatores desencadeadores de uma violência desmedida.⁹

Mas a situação era mais complexa. Um outro grupo de opositores à dinastia Qing se formou nas décadas finais do século XIX. Muitos de seus líderes aceitavam o modelo Ocidental de modernização, invocavam uma reinterpretação dos clássicos chineses e conspiravam contra o governo Qing, buscando derrubá-lo a todo custo. Dois líderes dessa última corrente política, Kang Youwei e Sun Yat-sen, escolheram o Japão como base para tramar contra o governo e implementar reformas políticas e econômicas na China. Em 1898, Kang Youwei orquestrou uma trama para ganhar influência sobre

7 WANG, Zheng. *Never Forget National Humiliation: Historical memory in Chinese Politics and Foreign Relations*. New York: Columbia University Press, 2012; MAHBUBANI, Kishore. *A China venceu? O desafio chinês à supremacia americana*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

8 Tianjin é a cidade onde foi assinado o Tratado de 1858 entre a China e a Grã-Bretanha. O não cumprimento dos termos desse tratado foi um dos motivos para a eclosão da Segunda Guerra do Ópio e a posterior destruição do Antigo Palácio de Verão. Esse Tratado obrigou a abertura forçada de mais portos chineses ao comércio com os ocidentais. CHANG, Jung. *A imperatriz de Ferro: a concubina que criou a China moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 50-59.

9 CHANG, *op. cit*

o imperador Guangxu, percebido como fraco e sem personalidade. Cixi, por sua vez, bloqueou as iniciativas de Kang, enfrentando uma tentativa de golpe para matá-la. Essa conspiração envolveu funcionários corruptos cooptados por Kang, muitos dos quais eram admiradores do crescimento econômico japonês. A partir do final de setembro de 1898, Cixi conseguiu organizar um contragolpe, resultando na prisão domiciliar de Guangxu. Com isso, até sua morte em 15 de novembro de 1908, Cixi governou sem impedimentos o país, ditando as diretrizes para a modernização chinesa em um contexto crítico.¹⁰

Em todos esses conflitos, os países imperialistas se aproveitaram da debilidade do governo chinês para impor tratados insidiosos. Esses tratados são uma das marcas desse período em que a China foi subjugada pelos países estrangeiros. A “era dos tratados” teve início com o Tratado de Nanquim, como já mencionado. No seu rastro, vários outros foram impostos à China, todos seguindo o padrão ocidental de estabelecer um acordo após uma vitória em campo de batalha ou diante da ameaça de guerra. Em todos eles, a China foi obrigada a pagar indenizações, sendo o Tratado de Shimonoseki, assinado com o Japão em abril de 1895, o mais duro de todos, impressionando as potências ocidentais por seus termos financeiros. Nesse tratado, além da indenização extorsiva, mais quatro portos foram abertos para o comércio, e as Ilhas de Pescadores, Taiwan e a região de Liaodong passaram para o controle japonês “para sempre”. A intervenção dos russos, alemães e franceses levou o Japão a desistir de Liaodong mediante um aumento na indenização.¹¹ Por essa época, o Japão estava em pleno crescimento econômico e adotava uma abordagem imperialista. Cerca de 70% do financiamento para o programa de equipagem e estruturação da marinha de guerra japonesa teve origem na indenização paga pelo governo chinês.¹²

Como se viu, os tratados impuseram a abertura forçada de portos aos chineses, bem como a ocupação desses portos pelos estrangeiros, além de proteção jurídica dos cidadãos dos países agressores. Segundo os estudiosos, essa associação entre comércio e guerra, praticada pelos países ocidentais e pelo Japão, era desconhecida dos chineses.¹³ Em outras palavras, a ação dos países imperialistas precisa ser compreendida em termos de intervenções proativas do Estado para proteger os negócios dos capitalistas e abrir mercados pelo uso da violência, com o militarismo cumprindo um papel essencial para promover o crescimento econômico.¹⁴ Após o Tratado de Shimonoseki e o recuo parcial

10 CHENG, Anne. *História do pensamento chinês*. Petrópolis: Vozes, 2018. p. 704-708; CHANG, *op. cit.*

11 SPENCE, Jonathan D. *Em busca da China Moderna: quatro séculos de História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 228; CHANG, *op. cit.*, p. 245-247.

12 SPENCE, *op. cit.*, p. 228; CHANG, *op. cit.*, p. 94

13 MAHBUBANI, *op. cit.*

14 Vries argumenta que o papel e a função do Estado foram notavelmente diferentes na China e na Grã-Bretanha, e essas diferenças desempenharam uma influência significativa no crescimento econômico.

do Japão sobre a região de Liaodong, alemães, russos, franceses e britânicos retomaram a pressão sobre a China, aproveitando-se da fragilidade do país para conseguir alguns acordos vantajosos e novas exigências territoriais.¹⁵ O retalhamento territorial da China era uma ameaça iminente diante de uma dramática situação de agressividade.

Nesses anos tumultuosos, Pequim, a capital da China, foi invadida duas vezes pelas potências estrangeiras. Na primeira delas, ocorreu a destruição do Antigo Palácio de Verão (Yuanming Yuan) em 1860, saqueado por tropas anglo-francesas na esteira da Segunda Guerra do Ópio (1858-1861). O Palácio, também conhecido como Jardim da Perfeita Claridade, simbolizava a riqueza e o poder da Dinastia Qing. Durante a invasão, a corte se refugiou no Pavilhão de Caça, em Chengde, a mais de duzentos quilômetros da capital.¹⁶ Em 1994, o que restou do Palácio foi declarado “base nacional de educação patriótica” pelo governo chinês, tornando-se um símbolo da grandeza da civilização chinesa e, ao mesmo tempo, representando visivelmente a agressividade das potências estrangeiras durante esse período de humilhação.¹⁷ Na época de sua destruição, a notícia repercutiu na Europa e a ação dos soldados invasores foi duramente criticada. Pequim foi atacada pela segunda vez em 1900 em consequência do caos provocado pelos boxers. Nessa ocasião, a corte se refugiou novamente longe de Pequim, em Xian, numa longa jornada de mais de mil quilômetros de distância e que durou quase três meses. Com a invasão de Pequim, uma força alemã ocupou novamente o Palácio de Verão reconstruído por ordem da imperatriz-viúva Cixi. A beleza do Palácio maravilhou os invasores e seu comandante, o conde alemão Von Waldersse. Mais uma vez ocorreram saques, embora Jung Chang considere que a destruição na segunda invasão foi menor que a primeira.¹⁸

As agressões promovidas a partir da Primeira Guerra do Ópio mostram que o caso da China permite entender como os europeus subjugavam povos estrangeiros. O vencedor do conflito ganhava o butim, pagamentos do país derrotado, territórios e a fragilização de um potencial competidor. Os europeus desenvolveram a habilidade de praticar a violência e utilizá-la para

A fragilidade do Estado chinês em resistir às investidas dos países imperialistas foi um elemento central no chamado “século da humilhação”. Desde 1839, a China mostrou-se um país frágil frente à agressividade ocidental. A resposta da China às mudanças econômicas globais e às investidas militaristas dos países do Ocidente foram, em muitos aspectos, semelhantes às realizadas pelo Japão. Contudo, o resultado foi marcadamente diferente. Para uma comparação com o Japão, ver o trabalho de Vries sobre esse país. VRIES, Peer. *Averting the Great Divergence. State and Economy in Japan, 1868-1937*. London, Bloomsbury, 2020.

15 CHANG, *op. cit.*, p. 260-261

16 *Ibidem*, p. 50.

17 WANG, *op. cit.*, p. 53.

18 CHANG, *op. cit.*, p. 335-339; 351-352

alcançar ganhos econômicos.¹⁹ A China viveu essa história de maneira traumática. Além disso, o país incorporou-se à economia mundial capitalista por meio do endividamento externo e do comprometimento das receitas fiscais para o pagamento das dívidas contraídas em empréstimos e tratados com as potências estrangeiras. Como resultado, a carga fiscal suportada pelos chineses, especialmente pela agricultura chinesa, aumentou significativamente ao longo da segunda metade do século XIX.²⁰

Como se vê, a incorporação da China não ocorreu por iniciativa de seus governantes, mas sim de forma traumática, posicionando o país numa condição periférica no contexto do desenvolvimento do capitalismo no longo século XIX. Esse processo teve início com a Guerra do Ópio em 1839 e, segundo a perspectiva do governo chinês, terminou em 1949.²¹ As linhas de força da incorporação chinesa podem ser observadas nos interesses comerciais das potências estrangeiras. As aberturas forçadas dos portos chineses, a atuação crescente dos missionários ocidentais, o comércio de mercadorias chinesas apreciadas no Ocidente (porcelana, seda, chá), a exploração de matérias-primas no interior do país como o carvão e o minério de ferro, demandando a construção de ferrovias, a introdução de mercadorias importadas no mercado chinês, sendo o ópio o exemplo mais evidente, a drenagem de prata para as mãos de comerciantes imperialistas, enfim, todas essas práticas do capitalismo imperialista construíram circuitos de mercadorias que vincularam a China à economia mundial, fazendo com que o país asiático perdesse o controle sobre sua soberania. O comércio da China com os estrangeiros, anteriormente centrado no eixo Macau-Cantão, reconfigurou-se no século XIX, a partir da Primeira Guerra do Ópio, num processo de agressões e tratados que subjugaram o país.

Como um país atrasado em um sistema interestatal cada vez mais global, violento e economicamente disputado, muitos homens influentes da dinastia Qing começaram a perceber a necessidade de se adaptar a essa nova realidade. Ainda na década de 1860, durante o reinado do imperador Tongzhi (1861-1875), muitos membros da burocracia imperial debateram seriamente estratégias para fortalecer a China. Um deles, o militar Zeng Guofan (1811-1872), que participou da repressão à Rebelião dos Taipings, reconheceu a im-

19 VRIES, Peer. *State, economy and the great divergence: Great Britain and China, 1680's-1850's*. London: Bloomsbury, 2015; LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021. Importante sublinhar que o Japão e os Estados Unidos, dentro de suas particularidades, seguiram por um caminho semelhante na sua atuação imperialista. Para o caso do Japão, consultar o recente trabalho de Vries. VRIES, Peer. *Averting the Great Divergence*. State and Economy in Japan, 1868-1937. London, Bloomsbury, 2020.

20 ZHIHONG, *op. cit.*, p. 86-87; DARWIN, John. *The Empire Project: the Rise and Fall of the British World-System, 1830-1970*. New York: Cambridge University Press, 2009. p. 132-133; LUXEMBURGO, *op. cit.*, p. 417-445.

21 WANG, *op. cit.*; MAHBUBANI, *op. cit.*

portância de aprender com o “intelecto dos bárbaros”, como ele próprio se expressou. Durante a guerra civil contra os Taipings, Zeng impressionou-se com a eficiência dos armamentos dos “bárbaros” ocidentais, especialmente na defesa da Xangai, no início da década de 1860. Influente junto à imperatriz-viúva Cixi que governava a China após liderar um golpe de Estado em 1861, Zeng tentou implementar políticas para modernizar o país. Em 1864, ele enviou Yung Wing aos Estados Unidos para adquirir material para construir um arsenal militar. Chegando nos momentos finais da Guerra Civil Americana, Yung conseguiu que a Putnam Machine Company, de Fitchburg, Massachusetts, supervisionasse e orientasse a construção. Com a chegada da maquinaria em Xangai, a China iniciou de modo prático seu esforço de autofortalecimento, como passou a ser conhecida a estratégia chinesa de procurar superar seu atraso econômico frente às demais potências globais. Posteriormente, na mesma década, um segundo arsenal foi construído em Fuzhou, na província de Fujian. A ajuda de engenheiros ocidentais, a fundação de escolas próximas a esses arsenais, a tradução de obras ocidentais e o interesse crescente pelas técnicas da Revolução Industrial motivaram alguns burocratas chineses a promoverem uma estratégia de aprendizado das técnicas ocidentais a partir da década de 1860. Durante a guerra contra os Taipings, vários chineses em posição de comando reconheceram a superioridade da tecnologia bélica ocidental e tentaram implementá-la na China. Todos eles tinham algum vínculo com Li Hongzhang ou com o príncipe Chun. O autofortalecimento, nesse contexto, estava fortemente ligado aos investimentos em tecnologia armamentista ocidental e aos métodos ocidentais de seleção e treinamento de pessoal, visando a manter a ordem interna e proteger-se contra possíveis agressões externas.²²

Contudo, os chineses responderam a esses desafios de modo precário e limitado. Em muitos sentidos, eles fracassaram. Porém, como se vê com o exemplo de Zeng Guofan, desenvolveu-se entre políticos chineses a percepção de que era preciso aprender com o Ocidente e que o governo deveria promover políticas públicas que levariam a um “autofortalecimento” do país. Desse modo, o princípio de “aprender com o Ocidente” tornou-se um modelo para uma série de programas reformistas implementados a partir da década de 1860.²³ A partir de então, várias ações políticas foram executadas para fazer com que a China pudesse fazer frente aos países ocidentais. Entre elas, podemos citar, sem pretender esgotar o número de medidas colocadas em prática, a melhoria das receitas

22 KUO, Ting-Yee; LIU, Kwang-Ching. Self-strengthening: the pursuit of Western technology. In: TWITCHETT, Denis; FAIRBANK, John K. *The Cambridge History of China*. Late Ch'ing, 1800-1911. Cambridge: Cambridge University Press, 1978. v. 10. part. 1. p. 497; 519-520; SPENCE, *op. cit.*, p. 205-206.

23 O imperador Tongzhi governou de 1861 a 1875. Entretanto, durante a maior parte de seu governo, a imperatriz-viúva Cixi foi quem efetivamente implementou as diretrizes da incorporação que a China foi compelida a aceitar.

alfandegárias do país, sob o comando de um irlandês chamado Robert Hart, que agiu com sucesso no incremento da cobrança de impostos para o Estado, a aceitação do uso de tecnologias ocidentais (ferrovias, telégrafos, eletricidade), a necessidade de industrializar o país e, portanto, importar maquinário, o estímulo para viagens ao exterior de autoridades do alto escalão do governo e o incentivo para que chineses estudassem em países ocidentais. Além disso, houve reformas no currículo escolar em diferentes níveis e a fundação da Universidade de Pequim em 1898.²⁴

Os exemplos acima mostram um movimento de muitos “países atrasados”, para usar a terminologia de Alexander Gerschenkron. Contudo, quais foram as premissas essenciais desse programa de autofortalecimento? Para Simon Kuznets, o crescimento econômico moderno foi um momento da história em que a ciência passou a ser aplicada a “problemas de produção econômica e bem-estar humano”. Trata-se de uma época de impulsionamento da aplicação da ciência que se iniciou em meados do século XVIII com “invenções empíricas” e que, a partir da segunda metade do século XIX, tomou um rumo de aplicação “consciente e sistemática de descobertas científicas básicas a problemas da produção econômica e do bem-estar humano”. O caráter consciente e sistemático das descobertas científicas e sua aplicação é crucial na definição do autor. Kuznets chama a atenção para dois pontos dessa definição. O primeiro refere-se justamente à noção de aplicação. A aplicação da ciência impulsionou as pesquisas científicas, incentivando ainda mais o crescimento econômico. Esse processo é fundamental para compreender o caráter “moderno” do crescimento econômico. O segundo aspecto relaciona-se à busca incessante pela resolução dos problemas de produção, visando ao bem-estar humano. Claro que uma possível definição de bem-estar é restrita, especialmente se considerarmos a realidade do momento histórico da segunda metade do século XIX até o início do século XX na China. Contudo, a busca para resolver problemas de produção e satisfazer o bem-estar humano são determinantes para entender o caráter “moderno” do crescimento econômico na definição desse autor. Para Kuznets, “[...] a tecnologia baseada na ciência e as concepções amplas necessárias para sua exploração bem-sucedida pelas sociedades humanas foram tão dominantes nos países que mantiveram um crescimento econômico moderno, que constituíram um traço característico da época econômica moderna”.²⁵

O princípio do autofortalecimento refletiu a tentativa da China de aplicar a ciência ocidental para resolver seus problemas militares, produtivos e econômicos. A modernização que Zeng Guofan tentou colocar em prática exemplifica essa abordagem. Em junho de 1863, Li Hongzhang (o conde Li)

24 KUO; LIU, *op. cit.*; CHANG, *op. cit.*; SPENCE, *op. cit.*.

25 KUZNETS, Simon. *Crescimento econômico moderno: ritmo, estrutura e difusão*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 12-15.

destacou a crônica falta de coordenação entre o aprendizado e a habilidade prática na China como um obstáculo ao avanço tecnológico. Em sua crítica, Li enfatizou que, enquanto os estudiosos chineses se dedicavam ao saber tradicional, os soldados eram, por outro lado, “rudes e ignorantes”. Assim, o conhecimento adquirido não era *aplicado* na produção de armamentos e máquinas ou em outras áreas. Li concluiu que, ao contrário dos estrangeiros, que há séculos valorizavam o estudo de armas de fogo tanto quanto o estudo do corpo e da mente, os chineses não tinham essa qualidade, resultando na fragilidade da China frente às agressões ocidentais.²⁶

Portanto, diversos homens influentes da dinastia Qing começaram a pensar a realidade da China frente a um sistema interestatal competitivo. Vê-se que a estratégia para impulsionar o processo de modernização envolveu a possibilidade de o país atrasado absorver de modo produtivo a reserva de inovações tecnológicas de “países avançados”. Nesse sentido, na busca pela modernização, a China competiu com países mais adiantados e outros em desenvolvimento, submetendo-se a alguns deles e sendo condicionada por suas práticas.²⁷

Para que a modernização se realize, é essencial que o país possua um *background* ecológico-econômico e conte com uma “dotação de recursos naturais” ou um “alívio ecológico”, como escreveu Pomeranz. Além disso, faz-se necessário eliminar os obstáculos institucionais, exigindo uma reconfiguração quase revolucionária do Estado no sentido de vencer a oposição e garantir a implementação das reformas modernizadoras. Esses pontos mostram as dimensões relacional e dispendiosa do atraso e sabe-se que a China encontrou dificuldades em todos eles.²⁸ Ademais, a própria lógica de “aprender com o Ocidente” apresentava suas armadilhas, porque, para se modernizar, o país adotava como estratégia a compra de tecnologia advéncia, importando capitais e aumentando com isso sua dependência financeira frente às potências imperialistas. Tudo isso agudizou a condição de atraso da China.

De qualquer forma, desde pelo menos a década de 1860, intelectuais e burocratas chineses começaram a abraçar a noção de modernização, defendendo a aplicação prática do conhecimento e das técnicas do Ocidente. Esse processo foi denominado autofortalecimento. Simultaneamente, eles tentaram preservar, de maneira instável e crítica, os ensinamentos chineses como um “fundamento constitutivo”, como teorizado por intelectuais como Feng Guifen (1809-1874) e Zhang Zhidong (1837-1909). O primeiro foi um dos críticos do sistema de exames imperiais, devido aos seus conteúdos inúteis e

26 KUO; LIU, *op. cit.*, p. 498.

27 GERSCHENKRON, Alexander. *O atraso econômico em perspectiva histórica e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtto, 2015.

28 GERSCHENKRON, *op. cit.*, p. 70; 109; POMERANZ, *op. cit.*

estéreis, muito distantes das exigências práticas para incrementar a produção e a defesa do país. Ele propôs uma valorização maior para aqueles que conseguissem se destacar nos arsenais e estaleiros ou melhorassem a tecnologia ocidental.²⁹ Para esses homens, a estratégia de modernização consistia em “enfrentar o Ocidente com suas próprias armas” para refortalecer o país. A pressão geopolítica agressiva dos países Ocidentais e do Japão, aliada à crescente fragilidade da China nesse cenário, levou a um incremento no modo como intelectuais e políticos chineses encaravam os desafios da modernização. Na passagem para o século XX, a ideia de “autofortalecimento” continuou mantendo os parâmetros surgidos anteriormente na década de 1860.³⁰

Desse modo, se considerarmos os acontecimentos da história da China, a modernização pode ser definida por três características. Em primeiro lugar, pela tomada de consciência da classe política no sentido de fortalecimento da economia. Essa conscientização por parte dos setores políticos de um país específico impõe uma reconfiguração institucional em comparação com o período anterior. Em outras palavras, as funções do Estado devem se ajustar a um processo de transição que visa, principalmente, ao fortalecimento da economia. Segundo Vries, durante esse processo, o Estado adquire uma configuração autoritária. Em resumo, a eficácia do processo econômico de modernização se intensifica com uma estrutura estatal exclusiva e não inclusiva. Do ponto de vista ideológico, o nacionalismo adquire, nessa realidade, uma importância crucial para mobilizar “corações e mentes”.³¹ No caso específico da China, a classe política “moderna” da dinastia Qing encontrou sérios obstáculos, de diversas ordens, para impor uma ideologia da modernização e implementar as reformas institucionais necessárias num país que enfrentou um contexto histórico específico de atraso e agressões externas. Em segundo lugar, a modernização se relaciona com o processo de industrialização que envolve vários setores econômicos (inclusive o financeiro) e incremento tecnológico adventício. Por fim, destaca-se o investimento nas forças armadas. Se esses três aspectos vão levar a resultados exitosos no que diz respeito ao crescimento econômico e seus corolários é algo que precisa ser analisado na situação histórica específica de cada país. No caso da China, a modernização exigiu a superação de “barreiras culturais e institucionais”³² arraigadas, levando ao enfraquecimento político da dinastia Qing na transição para o século XX.

Como visto, a China tentou colocar em prática um processo de modernização que ficou conhecido como autofortalecimento. Contudo, o caso chinês nesse momento é emblemático, revelando um país que sucumbiu

29 KUO; LIU, *op. cit.*, p. 502-503.

30 CHENG, *op. cit.*, p. 702; SPENCE, *op. cit.*, p. 230.

31 VRIES, *op. cit.*, p. 83-90.

32 KUO; LIU, *op. cit.*, p. 504.

frente à agressividade e aos interesses econômicos das potências ocidentais e do Japão e mostrando que as tentativas de autofortalecimento empreendidas pelo governo Qing não tiveram os resultados esperados como ocorreu, por exemplo, com o Japão nesse mesmo momento histórico. A gravidade da crise levou ao fim da dinastia Qing e à proclamação da República, nos dramáticos anos de 1911 e 1912.

Referências

- CHANG, Jung. *A imperatriz de Ferro: a concubina que criou a China moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- CHENG, Anne. *História do pensamento chinês*. Petrópolis: Vozes, 2018.
- DARWIN, John. *The Empire Project: the Rise and Fall of the British World-System, 1830-1970*. New York: Cambridge University Press, 2009.
- FRANK, André Gunder. *ReOrient: Global Economy in the Asian Age*. Berkeley: University of California Press, 1998.
- GERSCHENKRON, Alexander. *O atraso econômico em perspectiva histórica e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furto, 2015.
- GRACE, Richard J. *Opium and Empire: the Lives and Career of William Jardine and James Matheson*. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2014.
- KUO, Ting-Yee; LIU, Kwang-Ching. Self-strengthening: the pursuit of Western technology. In: TWITCHETT, Denis; FAIRBANK, John K. *The Cambridge History of China*. Late Ch'ing, 1800-1911. Cambridge: Cambridge University Press, 1978. v. 10. part. 1.
- KUZNETS, Simon. *Crescimento econômico moderno: ritmo, estrutura e difusão*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.
- MADDISON, Angus. *Chinese Economic Performance in the Long Run: 960-2030 AD*. Paris: OECD Publishing, 2007.
- MAHBUBANI, Kishore. *A China venceu? O desafio chinês à supremacia americana*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.
- PARRON, Tâmis. *A política da escravidão na era da liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846*. 2015. 502 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

- POMERANZ, Kenneth. *A Grande divergência: a China, a Europa e a construção da economia mundial moderna*. Lisboa: Edições 70, 2013.
- SANTOS, Marco Aurelio dos. Migrações e trabalho sob contrato no século XIX. *História*, Assis, v. 36, p. 1-24, 2017.
- SANTOS, Marco Aurélio dos. Entre o passado e o futuro: a incorporação da China à economia mundial capitalista. *Revista Angelus Novus*, ano 15, n. 20, p. 1-29. 2024.
- SPENCE, Jonathan D. *Em busca da China Moderna: quatro séculos de História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- TILLY, Charles. *Coercion, Capital, and European States: AD 990-1990*. Cambridge, MA; Oxford: Basil Blackwell, 1990.
- VRIES, Peer. *State, economy and the great divergence: Great Britain and China, 1680's-1850's*. London: Bloomsbury, 2015.
- VRIES, Peer. *Averting the Great Divergence. State and Economy in Japan, 1868-1937*. London, Bloomsbury, 2020.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System III: the Second Era of Great Expansion of the Capitalist World-Economy, 1730-1840s*. San Diego, CA: Academic Press, 1989.
- WANG, Zheng. *Never Forget National Humiliation: Historical memory in Chinese Politics and Foreign Relations*. New York: Columbia University Press, 2012.
- ZHIHONG, Shi. *Agricultural Development in China: a Quantitative Study, 1661-1911*. Leiden: Brill, 2018.

Disputa de temporalidades. Comentário às reflexões teóricas sobre o tempo no Lab-Mundi¹

Nicolás Alejandro González Quintero²

Os quatro textos que discutirei neste breve comentário nos oferecem reflexões teóricas e metodológicas excelentes que nos ajudam a refletir sobre o tempo como objeto de estudo. Os trabalhos de João Paulo Pimenta, Isabela Rodrigues de Souza, Bruno Fonseca da Miranda e Gianfranco Caterina nos permitem pensar a relação entre vivência, experiência e tempo histórico, bem como a hierarquia e o convívio de diferentes tempos históricos. Ao final, o que podemos vislumbrar é a importância de diferenciar os conceitos antes mencionados e entender as disputas possíveis entre distintos tipos de temporalidades. Como os autores expressam em seus escritos, não há uma única temporalidade. As temporalidades são múltiplas e convivem em um mesmo momento histórico. Pelo tanto, tudo processo histórico é, em si mesmo, a coexistência de temporalidades múltiplas que se sobrepõem, se aceleram e, em muitas ocasiões, entram em conflito entre si. A partir dessas premissas, comentarei os textos e farei algumas perguntas que, no futuro, podem ser úteis para gerar novas questões para as pesquisas dos autores.

O trabalho de João Paulo Pimenta nos apresenta uma reflexão fascinante sobre os conceitos de vivência e experiência e sobre a importância de entender hierarquias dentro dos tempos da História. Pimenta começa seu texto discutindo um fragmento da obra de Hermut Rosa sobre a aceleração do tempo nas sociedades modernas. Rosa considera que as sociedades modernas são ricas em vivências, mas vazias de experiências, já que a mudança constante de espaços de experiência e de horizontes de expectativas não permite aos indivíduos transformar as vivências – entendidas como o que fazem as pessoas no cotidiano – em experiências – entendidas como a reflexão as pessoas fazem de seu cotidiano a partir de suas concepções individuais e coletivas de seu passado e futuro –. Pimenta mostra que fazer esta diferenciação pode nos levar a uma

1 [nota de esclarecimento dos organizadores]: Para além de ter oferecido seus comentários na mesa “Tempo, rupturas e acelerações”, do Evento “10 anos de Lab-Mundi”, Nicolás Alejandro González Quintero muito gentilmente transformou suas notas neste texto, que agora faz parte de nossa obra coletiva. A ele somos muito agradecidos por mais esta contribuição.

2 Pós-doutorando em História pela Universidade de São Paulo (USP). Bolsista Fapesp (Nº do processo: 2022/03781-2).

discussão estéril, na qual vivência e experiência são duas formas do tempo totalmente opostas. Portanto, ele sugere duas coisas mais interessante e, a meu ver, mais frutíferas. Primeiro, que os tempos históricos estão constituídos pela coexistência entre vivências e experiências, e que ambas têm potências criativas imensas. E, segundo, que há eventos que são simultaneamente vivências e experiências. O exemplo que Pimenta usa em seu escrito é muito ilustrativo. Durante a Era das Revoluções, ouvir uma notícia sobre o que estava acontecendo em outros lugares do mundo podia ser, para muitos, apenas uma notícia, algo que depois de um tempo podia ser esquecido ou simplesmente ignorado. Porém, para outros, essa mesma notícia podia se converter em uma possibilidade, em um chamado para imaginar novos regimes políticos. Ao final, um evento é uma vivência ou uma experiência dependendo de como os sujeitos experimentam vivências particulares.

Essa questão leva Pimenta a argumentar que uma vivência também pode se tornar uma experiência na longa duração. Citando o trabalho de Braudel, Pimenta mostra que entre os séculos XV e XVIII, as estruturas de longa duração foram constituídas por vivências cotidianas que foram tão duradoras quanto as experiências. Portanto, as vivências podem ser tão importantes quanto as experiências e, além disso, tornar-se nelas na longa duração. É, ao final, um processo duplo. Mas isso me leva a plantear algumas perguntas: uma vivência só pode ser tornar uma experiência na longa duração? Por exemplo, a tomada de consciência sobre a importância de defender o meio ambiente em relação ao aquecimento global – caso que Pimenta menciona – ou o avanço e defesa dos direitos da comunidade LGBTIQIA+ são fenômenos que têm acontecido rapidamente. Então, é possível que haja vivências que se tornem em experiências através de processos de aceleração do tempo? E podemos considerar coisas que tradicionalmente temos considerado como vivências – como a decisão de comer certas coisas e não outras – como experiências nas sociedades contemporâneas? Estou pensando, neste caso, em pessoas que têm decidido ser veganas ou vegetarianas por questões políticas relacionadas com a preservação do meio ambiente. A politização de um evento pode transformá-lo tanto em uma experiência quanto em uma vivência?

A pesquisa de Isabela Souza de Rodriguez sobre as disputas acerca de diversas concepções de liberdade e trabalho na Revolução Haitiana nos permite seguir refletindo sobre a importância de entender a coexistência de diversos regimes de tempo nos processos históricos. Autores como Laurent Dubois explicam que a melhor forma para entender a Revolução Haitiana é focar nos diferentes projetos políticos que emergiram durante todas as etapas do conflito.³ Embora o argumento do Dubois seja totalmente válido, Souza de Rodriguez nos mostra

3 DUBOIS, Laurent. *Avengers of the New World: the story of the Haitian Revolution*. Cambridge: Harvard University Press, 2005.

uma alternativa para compreender as transformações geradas pela Revolução Haitiana: a luta entre as autoridades francesas, as lideranças negras e os ex-escravizados sobre os significados de liberdade e trabalho assalariado, especialmente após a abolição geral da escravidão em 1793. Souza de Rodriguez demonstra claramente o conflito. Por um lado, as autoridades francesas e, após, as lideranças negras como Toussaint Louverture queriam manter o sistema de plantações com o objetivo de exportar commodities e sustentar a economia da guerra. Portanto, criaram mecanismos de controle sobre os ex-cativos, obrigando-os a permanecer nas plantações, já não como escravizados, mas como trabalhadores assalariados. Isso era, claramente, inaceitável para os ex-escravizados, pois tinham outra concepção de liberdade e do que significava o trabalho assalariado. Para eles, a liberdade significava abandonar o trabalho compulsório nas plantações e estabelecer um modo de vida camponês no qual conseguiram ser independentes do trabalho assalariado. O debate é evidente: enquanto as autoridades francesas e as lideranças negras queriam manter um sistema de escravidão sem escravidão, os ex-escravizados desejavam estabelecer um sistema que não os obrigasse a fazer parte da economia de plantações ou a depender do trabalho assalariado. O primeiro grupo queria continuar com a estrutura do passado. O segundo queria construir um sistema novo baseado em sua própria experiência na África e no Caribe. Dois sistemas, duas concepções do tempo e do trabalho distintas.

O argumento de Souza de Rodríguez é fascinante e traz um novo elemento para entender a Era das Revoluções: precisamos estudar a disputa sobre ideias de liberdade além das concepções exclusivamente políticas. Além disso, precisamos entender as disputas sobre regimes de trabalho além da dicotomia entre trabalho escravo e trabalho assalariado. As nuances dessas discussões, como mostra Souza de Rodríguez, revelam as divergências que as autoridades francesas, as lideranças negras e os ex-escravizados tinham sobre o que devia ser uma economia e uma sociedade pós-escravista. Porém, ficam algumas perguntas para a discussão e para ampliar a pesquisa. Por exemplo, o que pensavam os grupos de afrodescendentes livres antes da revolução sobre essa disputa em torno da concepção do trabalho assalariado? Fizeram parte da discussão e, se foi assim, quais foram seus argumentos? Igualmente, existiu alguma defesa do trabalho assalariado por parte dos ex-escravizados após a restauração da escravidão em 1803? Finalmente, se um dos principais motivos para manter a economia de plantação sem escravidão foi preservar o papel de Saint-Domingue no mercado mundial, quais foram os planos das lideranças negras após a independência e a abolição definitiva da escravidão?

Bruno da Fonseca da Miranda também aprofunda nesses temas, mas num cenário distinto: o Brasil do final do século XIX. Fonseca da Miranda, assim como Souza de Rodriguez, enfatiza no convívio de diferentes tempos históricos no momento da crise do sistema escravista. Segundo ele, o tempo da

escravidão e o tempo da liberdade conviveram no Brasil durante tudo o século XIX. Fonseca da Miranda mostra que o surgimento da segunda escravidão nos Estados Unidos, Brasil e Cuba, assim como a participação de investidores internacionais, especialmente ingleses, no desenvolvimento dos sistemas escravistas, foi a principal característica do tempo da escravidão. Fonseca da Miranda destaca que, apesar do aumento do abolicionismo na Inglaterra, os capitalistas ingleses não hesitaram em comprar as matérias-primas produzidas nos Estados Unidos, Brasil e Cuba. As ideias abolicionistas cresciam no Mundo Atlântico, mas não foram capazes de deter o crescimento da escravidão nas regiões antes mencionadas. A Guerra Civil e o fim da escravidão nos Estados Unidos, porém, mudaram tudo. As críticas à escravidão aumentaram e as classes senhoriais no Brasil foram forçadas a estabelecer a Lei de Ventres Livres em 1871 como uma resposta à pressão internacional. O objetivo, segundo Fonseca da Miranda, era prolongar o fim da escravidão o máximo possível. Mas as crescentes pressões externas, assim como a expansão do abolicionismo no Brasil, levaram não só a uma fratura entre as elites brasileiras e o Estado imperial, mas também à ideia de substituir o trabalho escravo pelo trabalho assalariado e coercitivo de ex-escravizados e imigrantes. Assim como Rodriguez Sousa, Fonseca da Miranda nos mostra que a coexistência de distintos tempos foi fundamental para o surgimento do trabalho assalariado em sociedades pós-escravistas.

O texto de Fonseca da Miranda demonstra como as fraturas no convívio de diferentes tempos desempenharam um papel chave no fim da escravidão no Brasil. Fonseca da Miranda enfatiza várias vezes que ambos os tempos convivem e se sobrepõem. Mas, como fazemos para não absolutizar esses tempos e considerá-los como radicalmente diferentes? Os tempos convivem, mas, ao mesmo tempo não são constitutivos entre si? Por exemplo, Rafael Marquese e Marcia Berbel demonstraram que a falta de uma linguagem racial na constituição brasileira de 1824 foi fundamental para a expansão da escravidão no Brasil.⁴ Um discurso de liberdade, portanto, ajudou no crescimento do sistema escravista no novo império brasileiro. Finalmente, é importante considerar a dimensão espacial dessa ruptura do tempo. O tempo da liberdade avançou mais rápido em algumas regiões do que em outras? O tempo da escravidão foi igual em todo o Brasil?

Se as pesquisas de Rodríguez de Sousa e Fonseca da Miranda ilustram o que acontece quando concepções distintas do tempo e do trabalho colidem, a pesquisa de Gianfranco Caterina ilumina como os processos de aceleração técnica afetaram a experiência do espaço-tempo e os processos de mudança social no século XX, especialmente na União Soviética. Assim como Pimenta,

4 BERBEL, Márcia Regina; MARQUESE, Rafael de Bivar. The absence of race: slavery, citizenship, and pro-slavery ideology in the Cortes of Lisbon and the Rio de Janeiro Constituent Assembly (1821-4). *Social History*, v. 32, n. 4, p. 415-433, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1080/03071020701616746>

Caterina recorre à obra de Hermut Rosa para refletir sobre esses fenômenos. Os tempos não só colidem e se sobrepõem mas, como explicou Koselleck, eles também sofrem processos de aceleração produzidos por mudanças tecnológicas e políticas.⁵ Caterina amostra a interligação desses dois processos. Por um lado, ele explica como o avanço na propulsão de foguetes e na tecnologia dos aviões levou a uma aceleração exponencial da velocidade de locomoção. Esse ganho de velocidade mudou a percepção dos indivíduos do tempo e, sobretudo, do espaço. O mundo encolheu. Mas essas mudanças não estavam desconectadas dos processos políticos. Pelo contrário, na segunda metade do século XX, a competição entre o Ocidente e a União Soviética e a euforia tecnológica da época também promoveram esses desenvolvimentos.

Isso é o que Caterina explica na segunda parte de seu texto. Segundo ele, o ótimo desempenho da economia soviética na década de 1950 gerou um crescimento da renda média, melhorou o acesso a bens de consumo, e facilitou o desenvolvimento do programa aeroespacial soviético. Seguindo Rosa, Caterina considera isso como um exemplo de um processo de aceleração de mudança social experimentado pela sociedade soviética após a Segunda Guerra Mundial. Talvez o evento mais ilustrativo da interligação entre os processos de aceleração técnica e de mudança social tenha sido o primeiro voo espacial de Yuri Gagarin em 1961. Para Caterina, a recepção doméstica do voo demonstra os interesses do governo soviético em construir uma imagem heroica de Gagarin por meio de dois aparelhos cuja expansão massiva foi causada pelo processo de aceleração de mudança social da URSS: o rádio e a televisão. Dessa forma, a aceleração técnica e a aceleração da mudança social ajudaram à União Soviética a erigir um novo mito nacional que seria chave tanto nas disputas internas pela memória da época stalinista quanto na autorrepresentação do estado soviético no exterior.

Caterina demonstra a importância de entender a inter-relação entre os processos de aceleração técnica e os processos de aceleração da mudança social. Além disso, ele apresenta o paradoxo deste caso. O que podemos observar na construção de Gagarin como ícone nacional é como o resultado de um processo de aceleração técnico, produto de um processo de aceleração de mudança social, serviu para realizar algo muito tradicional: construir um herói. Será possível, nesse caso, falar de uma coexistência de tempos históricos nos processos políticos e econômicos da União Soviética após a Segunda Guerra Mundial? Da mesma forma, a recepção do voo de Gagarin no exterior poderia nos ajudar a compreender como esses os dois processos de aceleração foram percebidos no Ocidente e como eles influíram nas políticas da Guerra Fria. Igualmente, considero que vale a pena refletir sobre a possibilidade de que um processo de aceleração técnica se torne costume. Estou pensando, por exem-

5 KOSELLECK, Reinhart. *Futures Past: On the Semantics of Historical Time*. New York: Columbia University Press, 2005.

plo, no programa espacial estadunidense que, com o tempo, virou costume e sociedade norte-americana perdeu interesse nele. Aconteceu algo similar na União Soviética? Por último, gostaria de trazer novamente a distinção entre vivência e experiência feita por Pimenta em seu texto. Recentemente, ouvi um podcast sobre o debate da cozinha entre Richard Nixon e Nikita Krushev em 1959.⁶ Nele, o anfitrião falou sobre a importância política que o acesso à bens de consumo teve nas discussões políticas entre os Estados Unidos e a União Soviética nas décadas de 1950 e 1960. Será possível pensar a Guerra Fria como um conflito entre vivência e experiência? A União Soviética também usou as vivências de seus cidadãos como instrumento de propaganda?

Os textos discutidos neste comentário demonstram a importância de considerar as múltiplas temporalidades dos processos históricos, suas velocidades, seus câmbios de ritmo, suas sobreposições, seus conflitos e suas hierarquias. O tempo histórico não é linear nem único. Além disso, como explicou Pimenta, as vivências e as experiências não são eventos intrinsecamente separados. Uma vivência pode ser tanto uma vivência quanto uma experiência é pode ser, igualmente, um elemento de mudança histórica na longa duração. Portanto, não podemos dissociar os eventos históricos nem das suas diversas temporalidades nem das diferentes concepções temporais que os atores históricos podem ter de suas realidades. Para mim, esse é, talvez, um dos maiores aportes historiográficos do Lab-Mundi nesta década de existência.

Referências

- BERBEL, Márcia Regina; MARQUESE, Rafael de Bivar. The absence of race: slavery, citizenship, and pro-slavery ideology in the Cortes of Lisbon and the Rio de Janeiro Constituent Assembly (1821-4). *Social History*, v. 32, n. 4, p. 415-433, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1080/03071020701616746>.
- DUBOIS, Laurent. *Avengers of the New World: the story of the Haitian Revolution*. Cambridge: Harvard University Press, 2005.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futures Past: On the Semantics of Historical Time*. New York: Columbia University Press, 2005.

6 MOSCÚ vs. Washington: el debate de cocina. [Locução de]: Maxi Guerra. [S. l.]: *Gastropolítica*, maio 2022. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/1RYQhQXKwpK8DwJjNWXq3T>. Acesso em: 31 jul. 2024

MOSCÚ vs. Washington: el debate de cocina. [Locução de]: Maxi Guerra. [S. l.]: *Gastropolítica*, maio 2022. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/1RYQhQXKwpK8DwlJNWXq3T>. Acesso em: 31 jul. 2024.

Representações visuais de consumo de bebidas estimulantes, 1630-1815

Nicole L. Bianchini

Introdução

A imagem pode ser interpretada como o ponto de encontro de todas as instâncias que a compõem, incorporando aspectos materiais envolvidos na formação do horizonte de possibilidades artísticas dadas aos seus produtores e aos membros de sua cadeia produtiva. Esses aspectos tornam-se essenciais no caso das imagens que representam consumo, como a aclimatação à Europa de commodities importadas e posteriormente tornadas coloniais no longo século XVIII. Pensar a imagética numa janela interpretativa para refletir sobre questões mais amplas que consideram a materialidade e imaginário na constituição da identidade de povos europeus e de suas políticas comerciais nesse período, a relação mental e material torna-se chave interpretativa premente. É disso, e dos percursos metodológicos necessários para dialogar com tempos e estruturas, de que irei tratar aqui.

O ciclo comercial da *commodity* inicia-se na sua produção, engloba sua circulação, consumo e interpretação para, então, ser posta em imagens. Cada uma dessas etapas tem uma cronologia própria, mas a produção imagética caracteriza o encontro entre essas temporalidades, naquilo que Koselleck denominou como “estratos do tempo”,¹ a ideia de que o fenômeno histórico é composto por diferentes dimensões temporais que operam em durações distintas. Portanto, ao examinar um dado processo ou documentação, coexistirão repetições e transformações que devem ser levadas em conta e postas em relações dialéticas para serem compreendidos completamente. Na prática, observar a imagética de consumo por uma perspectiva de dialética dos tempos

1 KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo*: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014. p. 19-20; BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. *Revista de História*, v. 30, n. 62, p. 261-294, 1965.

históricos (ou estratos do tempo) implica conceber a imagem como objeto e representação.

Enquanto objeto, a imagem é fruto de circuitos comerciais próprios, circunscritos à tradição pictórica em que esteve colocada, reforçando-a ou subvertendo-a. Tal tradição é historicamente constituída e composta por elementos sociais, religiosos, econômicos e culturais, além de inserida em uma temporalidade longa que nem sempre coincide com aquela do surgimento e popularização de novos gêneros artísticos, possibilitando uma análise diacrônica e sincrônica, não necessariamente vinculada a uma dimensão específica. Enquanto representação, as imagens são a etapa final dos circuitos de produção, circulação e consumo de novos artigos importados durante a primeira modernidade. Isso porque, ao inserir as bebidas estimulantes em diferentes formas de interpretação da realidade, reforçam ou atribuem-lhe novos sentidos, enquanto dialogam com transformações de diferentes escalas e temporalidades produzidas nos vários pontos dos circuitos das mercadorias. Como parte dessa relação dialética, a produção imagética vai além da interação entre as dimensões mentais e materiais do consumo de estimulantes, para também ser parte da construção de perspectivas de futuro e elaboração de experiências de diferentes sociedades europeias.

Para tanto, as imagens de consumo foram estudadas como um grande conjunto temático e serializado, compreendendo diferentes suportes e gêneros, assim como fenômenos visuais próprios relacionados ao seu contexto de produção e consumo. Destacam-se aqui o funcionamento do mercado artístico, a posição social do artista, os circuitos das commodities e estruturas sociais, econômicas, políticas e religiosas dos espaços de produção dessas imagens, buscando-se entender a complexidade do período e das representações analisadas.²

Esse procedimento começa pelas escolhas cronológicas, temáticas e geográficas. Mudanças culturais, como a alimentação, são processos longos que lidam com estruturas arraigadas em sociedades diversas e que foram formadas em tempos que ultrapassam gerações, ligadas a condições como geografia, possibilidades biológicas e capacidade produtiva da terra.³ Assim, a novidade que o café, chá e chocolate apresentaram aos consumidores europeus caracterizou-se pela ampliação das possibilidades alimentares desses povos, profundamente condicionadas a circuitos comerciais globais. Nisso, estão incluídas a competição econômica-comercial europeia, a atuação de intermediários de diferentes origens, cargas fiscais sobre o fluxo de mercadorias, cargas

2 MCMICHAEL, Philip. Incorporating Comparison within a World-Historical Perspective: An Alternative Comparative Method. *American Sociological Review*, v. 55, n. 3, p. 385-397, 1990. p. 386.

3 BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

culturais desses alimentos relacionadas com as suas origens etc. gerando um custo final econômico e humano altíssimo.⁴

Suas origens geográficas distintas – o café etíope, o cacau americano e o chá chinês – que, entretanto, desaguaram em experiências bastante semelhantes de consumo e representação na Europa lhes dão um caráter particularmente curioso. Desde o século XVII, as três bebidas foram apresentadas ao novo público consumidor por meio de uma linguagem e visualidade profundamente carregadas da perspectiva europeia sobre seus espaços e culturas de origem. Essas perspectivas estiveram atreladas às relações comerciais, políticas e culturais que conectaram diferentes sociedades europeias ao Novo Mundo, ao Império Otomano e à China. É por esse caráter tão interconectado e internacionalizado das relações simbólicas e materiais que permeiam a relação com os estimulantes modernos que, na sua dimensão visual, faz-se necessário um estudo que avalie o objeto artístico na conformação de padrões representativos de longo prazo das bebidas.

Perspectivas diacrônicas e sincrônicas na análise das imagens de consumo

Representações visuais de consumo compõem um tema dentro de gêneros artísticos distintos inseridas em um fenômeno artístico longo de incorporação à arte europeia dos produtos importados e de luxo que inundavam o mercado. As imagens de consumo de café, chá e chocolate foram, simultaneamente, parte do devir da produção artística de modo geral e de um novo tipo de arte, aquela que representava os novos consumos e possibilidades materiais da expansão colonial e comercial pela qual passavam diversas sociedades europeias.

Analisando-as como descrito acima, a visualidade do consumo de cafeinados foi posta em uma série que contém suportes e gêneros variados que foram avaliadas de forma individual e conjunta. A somatória das análises abriu

4 CLARENCE-SMITH, William G; TOPIK, Steven. *The Global Coffee Economy in Africa, Asia, and Latin America, 1500-1989*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003; JAMIESON, Ross W. The Essence of Commodification: Caffeine Dependencies in the Early Modern World. *Journal of Social History*, v. 35, n. 2, p. 269-294, 2001; TROUILLOT, Michel-Rolph. Motion in the System: Coffee, Color, and Slavery in Eighteenth-Century Saint-Domingue. *Review*, v. 5, n. 3, p. 331-388, 1982; MARQUESE, Rafael de Bivar. A Tale of Two Coffee Colonies: Environment and Slavery in Suriname and Saint-Domingue, ca. 1750-1790, *Comparative Studies in Society and History*, v. 64, n. 3, p. 722-755, 8. mar. 2022; RAPPAPORT, Erika, *A Thirst for Empire*. How Tea Shaped the Modern World. Princeton: Princeton University Press, 2017; CLARENCE-SMITH, W. G. *Cocoa and Chocolate, 1765-1914*. London: Routledge, 2000; NORTON, Marcy. Tasting Empire: Chocolate and the European Internalization of Mesoamerican Aesthetics. *The American Historical Review*, v. 111, n. 3, p. 660-691, 1 jun. 2006.

caminho para o entendimento de cada objeto como um fenômeno único, mas inserido em movimentos amplos de transformação tanto de mercados locais de arte e commodities quanto de possibilidades e referências artísticas que reforçam ou quebram com as tradições e padrões artísticos vigentes. Em outras palavras, cada imagem possui sua própria tipologia. Suportes diferentes geram cadeias produtivas, distributivas e de consumo distintas, atingindo públicos variados e com propósitos específicos. A autoria de cada imagem elucida as redes de circulação de referências entre os artistas, o alcance da sua obra dentre grupos sociais, e o número de obras produzidas por um determinado indivíduo. Esse contexto tem peso na análise da imagem enquanto fenômeno sincrônico, mas na análise serializada (diacrônica), as imagens revelam padrões e convenções sobre como se deveria representar o consumo de estimulantes que extrapolam essas peculiaridades individuais.

A gravura⁵ e o óleo foram os suportes mais utilizados para a produção de imagens de consumo de estimulantes – e isso se repete em todos os países analisados, independentemente da quantidade de imagens coletadas em cada um deles. A primeira é uma técnica mais barata, de circulação ampla e que podia ser produzida com propósitos diversos, desde comercial (seja da sua venda ou como fac-símile de obras em óleo para promovê-las) até político e satírico.⁶ Já o óleo, principalmente no gênero do retrato, é tipicamente mais caro e mais trabalhoso, normalmente sujeito ao fluxo de encomendas e aos interesses dessa clientela.⁷ As referências estéticas e artísticas dessa produção também têm uma genealogia clara: encontram-se elementos da arte italiana, para onde muitos artistas e clientes viajavam e onde se formavam, e as suspensões do movimento e a retratação de cenas cotidianas e informais, herdadas da pintura holandesa.⁸ Tais elementos coexistiram com fenômenos de tempos mais curtos, como o auge da demanda por consumo de chá em retratos familiares ingleses – entre as décadas de 1720 e 1760 e esmoreceu posteriormente – ou a prevalência alongada de representações de lazer aristocráticas como a norma dessa visualidade na Espanha quando outros padrões representativos eram vistos no noroeste europeu.⁹

5 Aqui, “gravura” abrange todas as técnicas, como a água-forte, o pontilhado, etc. Por “óleos”, compreendem-se óleos sobre tela, que são a maioria da série, e óleo sobre painel.

6 Sátira aqui é classificada como imagem humorísticas cujos alvo são as elites, seus costumes, e/ou eventos políticos ou culturais de relevância no momento de sua produção.

7 RETFORD, Kate. *The Conversation Piece: Making Modern Art in Eighteenth-Century Britain*. The Paul Mellon Centre for Studies in British Art. New Haven: Yale University Press, 2017. p. 1-31.

8 ALPERS, Svetlana. *A arte de descobrir: a arte holandesa no século XVII*. São Paulo: EDUSP, 1999; BAXANDALL, Michael. *Painting and experience in fifteenth century Italy: a primer in the social history of pictorial style*. Oxford; New York: Oxford University Press, 1988; FRANCASTEL, Pierre. *A realidade figurativa*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

9 CHIN-JUNG, Chen. From genre to portrait: The etymology of the “conversation piece”. *The British Art Journal*, v. 13, n. 2, p. 82-85, 2012; A arte francesa e holandesa incluiu posteriormente o café e

Essa diferença de tempos deve ser levada em conta quando pensamos em termos conjunturais, tanto do mercado artístico de cada país quanto da relação que cada um estabeleceu com as commodities representadas.

Uma forma de ver essas especificidades é a criação de subséries temáticas de imagens, nas quais pode-se observar a incorporação das bebidas à imagética em relação com sua aclimatação ao conjunto de hábitos alimentares e culturais europeus. Nos casos dos cafeinados, há uma relação direta entre os tempos da sua incorporação a visualidade e os tempos das suas cadeias comerciais.

Antes que europeus consumissem essas bebidas ou produzissem imagens sobre elas, café, chá e chocolate já circulavam, material e visualmente, em seus contextos de origem. O café era parte de circuitos comerciais otomanos, o chá tinha ampla história na China e Japão e o chocolate integrava circuitos comerciais e culturais de povos americanos.¹⁰ As estratégias de apropriação desses artigos à economia europeia também seguiam padrões longos, derivados da ideia de manutenção do equilíbrio de balanças comerciais e da maximização do lucro a partir da exploração das colônias.¹¹ Estas, ainda, estavam interligadas às dinâmicas da competitividade entre os Estados europeus, que, como demonstrou Arrighi tratando das mudanças hegemônicas na longa duração, extrapolavam fronteiras nacionais. Dentro desse contexto mais amplo, a exploração colonial do cacau, o aumento da presença europeia nos circuitos comerciais levantinos e as dinâmicas dos seus interesses comerciais com a China, também impactaram na formação de seus mercados consumidores na Europa de modo geral.¹²

A incorporação definitiva dos cafeinados nos circuitos econômicos e culturais europeus segue um processo de temporalidade longa que iniciou, no caso do cacau, nos primeiros contatos entre colonizadores espanhóis e populações indígenas americanas. Depois, entre o fim do século XVI e meados do XVII, café e chá passaram por processos semelhantes, mas nenhuma das três era nova nos seus contextos de origem, tampouco foram os únicos projetos de aclimatação aos espaços coloniais ou em outros territórios no Novo Mundo.

Mesmo os eventos anedóticos mais frequentemente citados para explicar o contato da nobreza europeia com o café e o chá têm bases estruturais.

do chá em obras como *Portrait de Marc-Etienne Quatremère et sa famille*, de Nicolas-Bernard Lépicié (1780) e, depois, *Portrait of the Family of Adrianus Bonebakker with Dirk L. Bennewitz*, de Adriaan de Lelie (1809). Na arte ibérica do século XVIII, vêm-se dois exemplos: O painel cerâmico “La Xchocolata”, de 1710, e “D. João V bebendo café e chocolate”.

10 Todos produziram imagens de consumo dessas bebidas.

11 LA ROQUE, Jean de. *Voyage de l'Arabie heureuse par l'Océan oriental et le détroit de la mer Rouge* [...]. Paris: A. Cailleau, 1716.

12 ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; UNESP, 2006.

O casamento de Charles II e Catarina de Bragança, por exemplo, é creditado como o momento em que a corte Stuart teria conhecido o chá. Tal casamento fez parte de acordos comerciais e de transferência colonial, via o dote da futura rainha, que visavam fortalecer a monarquia recém-restaurada de Portugal em relação aos ataques holandeses e franceses que vinham sofrendo na Ásia e na América. No caso do café, muito se fala sobre a visita do embaixador otomano Suleiman Aga, cuja comitiva teria trazido a bebida popular no oriente médio e apresentado aos franceses. A visita foi parte de esforços de Louis XIV e de Colbert de aproximação com os otomanos para enfrentar as competições intereuropeias e impulsionar a economia francesa.¹³ Nesse momento também surgem muitos tratados importantes sobre as bebidas, bem como relatos de viajantes ao Levante que ajudaram na disseminação do seu conhecimento e no interesse pelo seu consumo.¹⁴

Essas conformações estruturais e suas transformações impactaram na disponibilidade de café, chá e chocolate nos mercados europeus e, portanto, no nível de interesse que cada sociedade teve nas bebidas a ponto de começar a representá-las artisticamente. O chocolate, largamente consumido na Nova Espanha e, em menor escala, na corte metropolitana durante os séculos XVII e XVIII, foi pouco representado visualmente nas mesas europeias¹⁵. Nos exemplares encontrados até o momento dessa produção, o que prevaleceu durante todo o período abarcado foram as representações aristocráticas de consumo, produzidas sobre e para setores cortesãos tanto ibéricos como franceses. No mesmo período, chá e café seguem padrões semelhantes de representação, ligados às diferentes modalidades de engajamento com a ideia de “oriente”¹⁶ que circularam nesse período. Essas dinâmicas culturais e simbólicas podem ser vistas em atuação em *Traitez Nouveaux et Curieux du thé, du café et du chocolate*, de autoria do médico francês Philippe Dufour. O volume, que teve duas edições e foi amplamente traduzido para vários idiomas (inclusive o inglês, o português e o espanhol), tem em seu frontispício uma representação alegórica de três consumidores e suas bebidas (fig 1). Ele, uma raridade para um período

13 SPARY, E. C. *Eating the Enlightenment: food and the sciences in Paris*. Chicago: The University of Chicago Press, 2012. p. 55-56.

14 DUFOUR, Philippe Sylvestre. *Traitez nouveaux et curieux du café, du thé et du chocolate* [...]. Lyon: Chez Jean Baptiste Deville, 1688; CHAMBERLAYNE, John. *The Natural history of coffee, thee, chocolate, tobacco*. London: Printed for Christopher Wilkinson at the Black Boy over against St. Dunstan's church in Fleetstreet, 1682.

15 Há, segundo Norton, uma quantidade importante de naturezas-mortas que o cacau/chocolate. Entretanto, o mesmo não se pode afirmar, até o momento, para imagens de consumo da bebida.

16 DEGENHARDT, J. H. Cracking the Mysteries of “China”: China(ware) in the Early Modern Imagination. *Studies in Philology*, v. 110, n. 1, p. 132-167, 2013; DEW, Nicholas. *Orientalism in Louis XIV's France*. Oxford: Oxford University Press, 2009; JOHANYAK, D.; LIM, W. S. H. (org.). *The English Renaissance, Orientalism, and the Idea of Asia*. New York: Palgrave Macmillan, 2010; MCCABE, I. *Orientalism in early modern France: Eurasian trade, exoticism and the Ancien Régime*. Oxford; New York: Berg, 2008.

em que quase nenhuma publicação desse tipo era ilustrada, retrata um sujeito chinês segurando sua xícara de chá próxima ao peito, um otomano exibindo a sua diante de si, e um indígena permanecendo de pé, segurando sua própria taça de chocolate quente. A cena já foi interpretada como uma referência ao tipo de visão europeia sobre cada espaço de produção desses artigos, uma reflexão sobre as reservas chinesas ao acesso estrangeiro às regiões produtivas de chá, a abertura levantina do comércio de café e à completa disponibilidade do cacau. Há, ainda, uma hierarquização entre esses espaços, denotando a riqueza chinesa e otomana em contraste com a estranheza dos costumes americanos, demonstrada pelo seu posicionamento distinto dos demais e o seu olhar distanciado, apontado para o oeste da composição.

O frontispício de Dufour ilustra de modo mais explícito algo que pode ser visto implicitamente em toda a produção imagética sobre estimulantes quando vista de modo serializado e em conjunção com uma perspectiva alargada que considere a produção como elemento construtor dessa visualidade. Quando esse livro foi publicado, as três bebidas eram caras e inacessíveis, com consumo restrito à aristocracia e a setores intelectualizados que as bebiam como curiosidade.¹⁷ De modo semelhante, a produção imagética que incluiu esses importados nesse período era aristocrática, com gravuras ilustrando seus passatempos, a imagem de Dufour e as ilustrações mais um tratado contemporâneo.¹⁸ Menção deve ser feita às ilustrações botânicas produzidas nesse mesmo período, outro tipo de imagem importante para esses processos de apropriação botânica europeia.¹⁹ Essa conexão auxiliou a criar um amálgama de interpretações do chocolate como uma bebida excessivamente sensual e luxuriosa e ligada aos exageros do estilo de vida da nobreza, o que dá um caminho interpretativo para entender porque ela aparece sobretudo em representações desse setor social até o fim do século XVIII.²⁰

17 JAMIESON, *op. cit.*, p. 274.

18 BLEGNY, Nicolas. *Le bon usage du thé, du caffè et du chocolat pour la préservation et pour la guérison des maladies*. Paris: Chez Estienne Michaellet, rue S. Jacques, à l'Image S. Paul, 1687.

19 EARLE, Rebecca. *The body of the conquistador: Food, Race and the Colonial Experience in Spanish America, 1492-1700*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

20 Isso embasou argumentos que interpretaram as diferenças nacionais do consumo de cada bebida como religiosas. SCHIVELBUSCH, Wolfgang. *Tastes of paradise: a social history of spices, stimulants, and intoxicants*. New York: Vintage Books, 1993.



Figura. 1. Fronstispício²¹

21 *Traitez Nouveaux et Curieux du thé, du café, et du chocolat.* Philippe Sylvestre Dufour, 1688 (2^a edição). Gravura, Lyon, 12,3 x 7,5 cm. John Carter Brown Library, Early American Images. Disponível em: <http://jcb.lunaimaging.com/luna/servlet/detail/JCB-1-1-7120-10960007>.

Os pontos de virada da produção imagética e do comércio das três commodities coincidem na década de 1720, em que a produção colonial de café começou a dar seus primeiros frutos, afetando a disponibilidade e variedade dos grãos no mercado europeu, e que os primeiros entrepostos ingleses e holandeses puderam ser abertos no porto do Cantão, eliminando uma cadeia de intermediários que até então permeavam o transporte de chá e outros produtos locais para o ocidente.²² É nesse momento também que começa o favorecimento fiscal, por parte do governo espanhol, da companhia de Caracas em detrimento da de Guayaquil, acirrando a competição pelo comércio de cacau da América para fornecimento local e da metrópole.²³ O impacto dessa mudança estrutural não pode ser exagerado, já que não houve nenhuma ampliação significativa que englobasse setores trabalhadores das sociedades europeias, por exemplo. Contudo, desigualdades importantes surgem a partir daí, que reverberam na quantidade e tipo de imagem que passou a ser produzida sobre os cafeinados.

A partir do início do século XVIII, ocorre um arranque na produção imagética do noroeste europeu em relação àquela da Península Ibérica. Impulsionado pelo crescimento dos setores comerciais urbanos e pela relativa estabilização do pós-revolução gloriosa, a Inglaterra se torna terreno fértil para uma ampliação do mercado artístico e do consumo de vários bens de luxo, dentre eles os estimulantes cafeinados.²⁴ Ensinados por mestres holandeses, em diálogo com colegas e referenciais continentais franceses e italianos, uma geração de pintores britânicos se formou e angariou novos clientes interessados em representações familiares que incorporassem a prosperidade representada pela materialidade importada.²⁵ Enquanto isso, corriam dois cenários distintos no continente e na Península Ibérica que gestaram outros contextos artísticos e, por sua vez, moldaram de modo diferente a presença de estimulantes na visualidade. Nos Países Baixos e na França, convenções artísticas tinham um substrato mais consolidado, seja na forma das antigas guildas artísticas ou da própria Academia Real francesa, o que pode explicar a relativa demora em incorporar os cafeinados nas suas obras. Na Península Ibérica, onde o consumo de estimulantes não se popularizou com a mesma força que no noroeste europeu, as temáticas e modelos de representação italianos prevaleciam no mundo

22 CLARENCE-SMITH; TOPIK, *op. cit.*, p. 36-37.

23 MELO, André Luiz Sales. Dentro e fora do exclusivo colonial: a circulação do cacau-chocolate na Era Mercantilista (séculos XVI a XVIII). In: MARQUES, Leonardo; GEBARA, Alexander (org.). *História das mercadorias: trabalho, meio ambiente e capitalismo mundial (séculos XVI-XIX)*. São Leopoldo, RS: Casa Leiria, 2023. p. 181-214.

24 MCKENDRICK, Neil; BREWER, John; PLUMP, J. H. *The Birth of a Consumer Society: The Commercialization of Eighteenth-Century England*. Bloomington: Indiana University Press, 1982, dentre outros.

25 RETFORD, *op. cit.*, 2017.

artístico, levando a um cenário em que se produzia muito mais arte religiosa e histórica do que representações do mundo urbano que poderiam conter esse tipo de consumo.²⁶

No campo mental, sobreviviam visões sobre o “oriente” herdadas do século anterior, mas a disseminação das cafeterias no noroeste europeu e os contatos domésticos com o consumo das bebidas trouxe uma novidade. Mesclaram-se às percepções apontadas anteriormente sobre as culturas otomana e chinesa a movimentos letrados intensificados em meados do século XVII que promoviam um estilo de vida baseados em valores em ascensão como a civilidade e o polimento. Tais valores foram particularmente fortes na Inglaterra, onde vertentes do puritanismo valorizavam o aprimoramento individual baseado em valores como o trabalho e o autocontrole²⁷ e se fortaleceram dentre setores urbanos. Periódicos muito importantes para a difusão dessas ideias, como o *The Spectator*, eram editados dentro de cafeterias, e tinham a agenda explícita de construir um estilo de vida que ao mesmo tempo podia exaltar o acesso a bens materiais como sinalizador de prosperidade e conhecimento do mundo, como antítese do exagero desmedido da nobreza ou ser criticado por ser justamente o elemento de ruína moral europeia ao estrangeiro e luxurioso.²⁸

Este, entretanto, não pode ser considerado um processo de ruptura total com estruturas sociais mais longas de predomínio de valores ligados à aristocracia e monarquia. Politicamente, o projeto de civilidade urbana floresceu no período pós-Restauração Stuart, quando cafeterias sofreram escrutínio e algumas tentativas de proibição pela Coroa por serem um espaço de sociabilidade razoavelmente livre. Na França, coexistiram com o governo monárquico de modo ininterrupto desde o século XVII. Visualmente, essas permanências podem ser vistas em boa parte da produção pictórica do século XVIII. Mesmo quando café e chá passaram a ser representados em retratos familiares que adotavam princípios como a simetria para denotar harmonia e prosperidade material de setores não necessariamente aristocráticos, os padrões estéticos valorizados eram aqueles alinhados com valores correntes daquele grupo. Não foi encontrada, até o momento, nenhuma imagem desse período que questionasse a ordem social na qual essas famílias estavam inseridas. Pelo contrário: ao que parece, tais representações empregaram a materialidade importada, como o consumo de café e chá, para inserir os sujeitos representados

26 No caso da arte italiana, isso se mostra evidente, já que a maioria das imagens dessa temática são venezianas, onde o comércio desses produtos era forte. São raríssimas imagens semelhantes de outras cidades ou regiões.

27 HILL, Christopher. *The world turned upside down: radical ideas during the English Revolution*. Londres: Penguin Books, 2019. p. 248.

28 COWAN, Brian. Mr. Spectator and the Coffeehouse Public Sphere. *Eighteenth-Century Studies*, v. 37, n. 3, p. 345-366, 2004.

em algo que se assemelhasse ao estilo de vida aristocrático. Entretanto, dentro de tais permanências, observa-se uma gradual assimilação desses importados às identidades de certos grupos sociais do noroeste europeu. No fim do século XVIII, isso se tornaria ainda mais intenso, ao ponto de, no início do século XIX, o café e o chá serem considerados não mais como produtos importados de natureza exótica, mas como parte quase natural da identidade e cotidiano de alguns desses países.

A expansão colonial cafeeira no Caribe, século XVIII, e o aprofundamento da presença britânica na Ásia, são fatores frequentemente interpretados como essenciais para um segundo momento no consumo das bebidas. Somam-se a isso reformas fiscais de fins do século XVIII, que impactaram diretamente no comércio das bebidas. Houve, então, expansão na qualidade de café e chá disponíveis em diversos preços. Esse momento foi interpretado por Arrighi como um ponto de virada no início do caos sistêmico que, após 1815, consolidaria a hegemonia britânica e o capitalismo enquanto modo de produção e sistema econômico.²⁹ Concomitantemente a esses conflitos, houve um momento de imenso interesse em na imprensa, que teve como espaços de reprodução as cafeterias nos centros urbanos. Muitos desses espaços foram retratados na forma de caricaturas e sátiras.

Conclusão

Dentro da temática do consumo de estimulantes encontram-se múltiplas perspectivas de mundo, formas de representação, e perspectivas de futuro em um período de profundas transformações que incluem, mas não se limitam à dieta europeia. Para gêneros específicos, esse movimento fica muito claro: retratos familiares carregam expectativas de prosperidade e, ao serem pendurados em casas de campo,³⁰ pertencem a um longo processo de construção identitária de uma classe proprietária que depende da contínua atuação para manter-se no poder. Na sátira política das gravuras do conturbado fim do setecentos, os estimulantes serviam para a memorialização de processos históricos que seriam retomados como símbolo de valores nacionais como liberdade e civilidade. Nos retratos de mulheres solitárias com xícaras e canecas, seu impacto é mais incerto, ora como parte da criação de perspectivas de dignificação familiar de casais de comerciantes, ora como reforço de valores protestantes e prescrições ao comportamento feminino diante de um mundo em que críticas a frivolidade das mulheres também cresciam. Nesse período, imagens de consumo de estimulantes atuam como instrumentos de elaboração de um mundo

29 ARRIGHI, *op. cit.*, 2006, p. 52-54.

30 RETFORD, *op. cit.*, 2017, p. 1-31.

material em transformação e da realidade do comércio global de mercadorias. Ao mesmo tempo, todavia, o constroem, projetando tais interpretações em seus observadores e conformando as expectativas coletivas do que esse futuro traria para diferentes sociedades europeias.

Referências

- ALPERS, Svetlana. *A arte de descrever: a arte holandesa no século XVII*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; UNESP, 2006.
- BAXANDALL, Michael. *Painting and experience in fifteenth century Italy: a primer in the social history of pictorial style*. Oxford; New York: Oxford University Press, 1988.
- BLEGNY, Nicolas. *Le bon usage du thé, du caffè et du chocolat pour la préservation et pour la guérison des maladies*. Paris: Chez Estienne Michaellet, rue S. Jacques, à l'Image S. Paul, 1687.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. *Revista de História*, v. 30, n. 62, p. 261-294, 1965.
- CHAMBERLAYNE, John. *The Natural history of coffee, thee, chocolate, tobacco*. London: Printed for Christopher Wilkinson at the Black Boy over against St. Dunstan's church in Fleetstreet, 1682.
- CHIN-JUNG, Chen. From genre to portrait: The etymology of the "conversation piece". *The British Art Journal*, v. 13, n. 2, p. 82-85, 2012.
- CLARENCE-SMITH, William G. *Cocoa and Chocolate, 1765-1914*. London: Routledge, 2000.
- CLARENCE-SMITH, William G; TOPIK, Steven. *The Global Coffee Economy in Africa, Asia, and Latin America, 1500-1989*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- COWAN, Brian. Mr. Spectator and the Coffeehouse Public Sphere. *Author. Eighteenth-Century Studies*, v. 37, n. 3, p. 345-366, 2004.
- DEGENHARDT, J. H. Cracking the Mysteries of "China": China(ware) in the Early Modern Imagination. *Studies in Philology*, v. 110, n. 1, p. 132-167, 2013.

- DEW, Nicholas. *Orientalism in Louis XIV's France*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- DUFOUR, Philippe Sylvestre. *Traitez nouveaux et curieux du café, du thé et du chocolate [...]*. Lyon: Chez Jean Baptiste Deville, 1688.
- EARLE, Rebecca. *The body of the conquistador: Food, Race and the Colonial Experience in Spanish America, 1492-1700*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- FRANCASTEL, Pierre. *A realidade figurativa*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- HILL, Christopher. *The world turned upside down: radical ideas during the English Revolution*. Londres: Penguin Books, 2019.
- JAMIESON, Ross W. The Essence of Commodification: Caffeine Dependencies in the Early Modern World. *Journal of Social History*, v. 35, n. 2, p. 269-294, 2001.
- JOHANYAK, D.; LIM, W. S. H. (org.). *The English Renaissance, Orientalism, and the Idea of Asia*. New York: Palgrave Macmillan, 2010.
- KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- LA ROQUE, Jean de. *Voyage de l'Arabie heureuse par l'Océan oriental et le détroit de la mer Rouge [...]*. Paris: A. Cailleau, 1716.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. A Tale of Two Coffee Colonies: Environment and Slavery in Suriname and Saint-Domingue, ca. 1750-1790, *Comparative Studies in Society and History*, v. 64, n. 3, p. 722-755, 8. mar. 2022.
- MARQUES, Leonardo; GEBARA, Alexsander (org.). *História das mercadorias: trabalho, meio ambiente e capitalismo mundial (séculos XVI-XIX)*. São Leopoldo, RS: Casa Leiria, 2023.
- MCCABE, I. *Orientalism in early modern France: Eurasian trade, exoticism and the Ancien Régime*. Oxford; New York: Berg, 2008.
- MCKENDRICK, Neil; BREWER, John; PLUMP, J. H. *The Birth of a Consumer Society: The Commercialization of Eighteenth-Century England*. Bloomington: Indiana University Press, 1982.
- MCMICHAEL, Philip. Incorporating Comparison within a World-Historical Perspective: An Alternative Comparative Method. *American Sociological Review*, v. 55, n. 3, p. 385-397, 1990.

- MELO, André Luiz Sales. Dentro e fora do exclusivo colonial: a circulação do cacau-chocolate na Era Mercantilista (séculos XVI a XVIII). In: MARQUES, Leonardo; GEBARA, Alexsander (org.). *História das mercadorias: trabalho, meio ambiente e capitalismo mundial (séculos XVI-XIX)*. São Leopoldo, RS: Casa Leiria, 2023. p. 181-214.
- NORTON, Marcy. Tasting Empire: Chocolate and the European Internalization of Mesoamerican Aesthetics. *The American Historical Review*, v. 111, n. 3, p. 660-691, 1 jun. 2006.
- RAPPAPORT, Erika, *A Thirst for Empire: How Tea Shaped the Modern World*. Princeton: Princeton University Press, 2017.
- RETFORD, Kate. *The Conversation Piece: Making Modern Art in Eighteenth-Century Britain*. The Paul Mellon Centre for Studies in British Art. New Haven: Yale University Press, 2017.
- SCHIVELBUSCH, Wolfgang. *Tastes of paradise: a social history of spices, stimulants, and intoxicants*. New York: Vintage Books, 1993.
- SPARY, E. C. *Eating the Enlightenment: food and the sciences in Paris*. Chicago: The University of Chicago Press, 2012.
- TROUILLOT, Michel-Rolph. Motion in the System: Coffee, Color, and Slavery in Eighteenth-Century Saint-Domingue. *Review*, v. 5, n. 3, p. 331-388, 1982.

La experiencia de los imperios portugués, británico y francés en el Virreinato de la Nueva Granada y la Capitanía General de Venezuela, 1807-1810

Oscar Javier Castro

Introducción

El proceso histórico que se examina aquí trata de comprender cómo las experiencias y la circulación de informaciones acerca de los imperios portugués, francés y británico eran vistos e interpretados por las autoridades españolas en el Virreinato de la Nueva Granada y la Capitanía General de Venezuela entre 1807 y 1810. Se analizará qué informaciones llegaban y circulaban, cuáles eran las concepciones e interpretaciones que se publicaban tanto en la prensa como en otros documentos (folletos). Ese período es importante porque se observa una ampliación de la introducción de la imprenta y de la opinión pública, que cumplirán un papel fundamental en la transformación política y social del Virreinato, de la Capitanía y, en general, del mundo iberoamericano.¹

Ahora bien, para entender los cambios políticos, sociales, culturales, económicos, militares y geopolíticos, de ese momento, es fundamental analizar las estructuras y eventos y viceversa, que cambian, se modifican o se mantienen, en la corta, mediana y/o larga duración. Tales concepciones teóricas y metodológicas fueron esbozadas por Braudel² y retomadas por Koselleck, que las perfeccionaría y además agregaría otras categorías como “espacio de experiencia” y “horizonte de expectativas”, “aceleración de la historia”, “pro-

1 ORTEGA, F; CHAPARRO, A. (org.). *Disfraz y pluma de todos*. Opinión pública y cultura política, siglos XVIII y XIX. Bogotá: UNAL, 2012; GUERRA, François y LEMPÉRIERE, A. *Los espacios públicos en Iberoamérica*. México: FCE, 1998.

2 BRAUDEL, F. História e Ciências Sociais. A longa duração. In: BRAUDEL, F. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1992. p. 41 y ss.; MARQUESE Rafael; WALDOMIRO, Lourenço. *Tempos históricos plurais: Braudel, Koselleck e o problema da escravidão negra nas Américas*. História da Historiografia, v. 11, n. 28, p. 44-81, sept./dic. 2018.

nósticos” y “estratos del tiempo”, así como el uso de conceptos fundamentales (tales como modernidad, revolución, progreso, nación, historia, federación/federal, constitución, entre otros),³ que, en su conjunto, nos brindan herramientas muy útiles para articular el “conocimiento” y la “experiencia”, es decir, la Historia, la cual es entendida como una “ciencia de la experiencia”.⁴ Esta se constituye con la acumulación de experiencias de vida individuales, comunes y de varias generaciones, que se van estableciendo a través del tiempo (del pasado al presente) y que hacen (o harán) parte del conocimiento histórico.

Mientras que “expectativas” y “pronósticos” están asociadas metafóricamente al futuro, pero partiendo del conocimiento histórico del presente, aunque para relacionar, por ejemplo, experiencias y expectativas hay que observar las variables de los cambios y de la aceleración del tiempo histórico.⁵ Asimismo, se puede pensar los estratos del tiempo como una pluralidad de tiempos. En el análisis propuesto aquí, el uso implícito o explícito de tales categorías para analizar los comienzos del proceso revolucionario e independentista en el mundo occidental es fundamental, puesto que nos permite examinar el desarrollo del proceso histórico desde varios focos. Otra importante categoría analítica es la de “espacio de experiencia revolucionario moderno”,⁶ la cual nos permite entender y explicar los diversos cambios y aceleraciones que se dieron en la corta y mediana duración, en un amplio espacio y comprendiendo el proceso histórico de manera integrada.

Circulación de informaciones y experiencias de los imperios portugués, francés y británico en la Tierra Firme⁷

En el año de 1807 las relaciones políticas y militares entre los imperios español y francés eran amistosas en un contexto europeo turbulento. Había una alianza entre ellos contra el imperio británico, que trataba de expandir su influencia y poderío tanto en Europa como en el mundo Atlántico. Un acontecimiento fundamental en ese proceso fue la batalla de Trafalgar, en 1805, cuando los británicos derrotaron a la armada franco-española, lo que

3 KOSELLECK, R. *História de Conceitos*. 1. reimpr. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021. Véase partes 1, 2.

4 KOSELLECK, R. *Estratos do tempo*. Estudos sobre história. Rio de Janeiro, 2014. p. 19-189; y KOSELLECK, R. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. 3. ed. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006. p. 305 y ss.

5 KOSELLECK, *op. cit.*, 2014, partes 1 y 2.

6 Véase PIMENTA, J. P. O Brasil e a experiência revolucionária moderna (séculos XVIII e XIX). In: *Tempos e espaços das Independências*. A inserção do Brasil no mundo ocidental (1780-1830). São Paulo: Intermeios, 2017. p. 17-38.

7 Respecto al uso del término Tierra Firme, véase SIMÓN, Pedro. *Noticias históricas de la conquista de Tierra Firme en las Indias Occidentales*. Bogotá: Banco Popular, 1981. 7 v.

les permitiría ejercer un mayor control de las rutas marítimas; sin embargo, ante eso los franceses comenzaron a afianzar el control de la parte continental de Europa y buscaban bloquear la entrada de los británicos. Estos acabarían por establecer una alianza con los portugueses que, aunque trataron de mantener neutralidad, no tuvieron otra elección ante las amenazas de la alianza franco-española, la cual, en el Tratado de Fontainebleau, firmado en octubre de 1807, acordaba repartirse los dominios controlados por los portugueses.⁸

En ese mismo año, las informaciones que circulaban en el Virreinato de la Nueva Granada y la Capitanía de Venezuela, así como en las demás colonias españolas, sobre la Francia Napoleónica eran positivas, es decir, se publicaban noticias de admiración y respeto, mientras que el Imperio británico era presentado en términos de hostilidad, aversión, recelos y desconfianza. Eso justificado por los constantes ataques que realizaban a los barcos y territorios españoles, como lo que estaba ocurriendo en el Río de la Plata.⁹

La alianza franco-española comenzaría a ser revista, pues se abrían amplias grietas, ya que los problemas internos que enfrentaba el rey de España, Carlos IV, con la rebelión de su hijo Fernando, serían aprovechados por Napoleón para capturar la familia real española y obligarla a abdicar en su favor en mayo de 1808, y de paso concretar la invasión de toda la Península Ibérica. Sin embargo, eso generó diversos levantamientos populares en la Península, lo que dificultó el control de las fuerzas francesas, las cuales tenían abierto varios frentes de guerra en Europa.¹⁰

Esos eventos son parte de cambios acelerados y de difícil pronóstico, lo que, si bien ya había una alerta con las revoluciones francesa y estadounidense, no se proyectaba, por los actores del momento, una crisis generalizada de los imperios ibéricos al punto de su disolución o fragmentación. No obstante, las rebeliones contra los gobiernos coloniales a finales del siglo XVIII ya daban importantes advertencias a los gobiernos peninsulares.¹¹ de lo que más adelante comenzaría a concretizarse con la invasión de los franceses.

8 PIMENTA, João Paulo. *La independencia de Brasil y la experiencia hispanoamericana (1808-1822)*. Santiago de Chile: Dibam, 2017. p. 38.

9 Véase *El Redactor Americano*, números 1 y 2, 1806 y 1807; *El Alternativo del Redactor Americano*, 1807. Periódicos publicados en Santafé, capital del Virreinato de la Nueva Granada, que abordaban temas filosóficos y políticos, y se complementaba con la republicación de noticias del imperio español y de Europa. Ya sobre la historiografía al respecto es amplia, véase: GUTIERREZ, Daniel. *Un nuevo reino: Geografía política, pactismo y diplomacia durante el interregno en la Nueva Granada (1808-1816)*. Bogotá: Universidad Externado, 2010; PIMENTA, *op. cit.*, 2017a.

10 MIKABERIDZE, A. *Las guerras napoleónicas*. Una historia global. Madrid: Desperta Ferro, 2022. Véase capítulos 11-13.

11 CÁRDENAS, Pablo. *El movimiento comunal de 1871 en el Nuevo Reino de Granada*. Bogotá: Kelly, 1960. 2 t.; PHELAN, John. *El pueblo y el rey: la revolución comunera en Colombia. 1781*. Bogotá: Universidad del Rosario, 2009; GARCÍA, Héctor. *Documentos relativos a la revolución de Gual y España*. Precedidos de un estudio histórico-crítico. Caracas: IPGH, 1949; JANCÓS, István. *Na Bahía contra o Império: história do ensaio de sedição de 1798*. São Paulo: Hucitec, 1996; MAXWELL,

Las noticias y rumores sobre la invasión de las tropas francesas a Portugal comenzarían a circular en la prensa de la Nueva Granada a finales de marzo. En efecto, *El Alternativo del Redactor Americano*¹² publicaba que documentos públicos franceses informaban sobre la salida del depósito de tropas de París para Bayona, desde donde probablemente pasarán a invernar a España, en cuyo Reino se dice han entrado ya 40 mil hombres por Vizcaya, y que deben acantonarse en Rioseco, Salamanca, ciudad de Rodrigo, y Valladolid. Este ejército ha entrado en España como destinado contra Portugal. Tiene la Francia actualmente sobre las armas novecientos mil hombres, y una marina de gran consideración.¹³

En ese momento, por lo menos, en la prensa neogranadina no surgen críticas respecto a ese avance militar francés en España, pues era considerado como parte de la estrategia de invasión a Portugal. En el mes de abril, el *Redactor Americano* divulgaba una nota sobre la salida de la familia Real portuguesa hacia Brasil. Se informaba que “Si es cierto (como está dado por seguro) que la Familia Real de Portugal se ha venido al Brasil convoyándola una Escuadra inglesa, también puede ser cierto que tal designio trae unas miras muy gigantescas del Gabinete de Londres. Presto lo veremos”.¹⁴ Como se observa, la injerencia del imperio británico generaba alertas y preocupaciones, que no eran en vano, pues, además de experiencias pasadas, la reciente invasión al Río de la Plata marcaba otro precedente.

Esa noticia sería confirmada en artículo publicado en junio, en el cual se aseveraba que

Consta por un Impreso del Río de la Plata, que el Gobernador de Montevideo le comunicó al de Buenos Aires haber tomado el 10 de febrero las declaraciones de dos individuos procedentes del Río de Janeiro, las que bajo juramento han asegurado contestes: que el día 10 de enero entraron en dicho puerto las embarcaciones Portuguesas e Inglesas que conducían la Real familia, con el regimiento de marina; dejando el Príncipe Regente encomendado el Gobierno de Lisboa a varios Ministros de su confianza. [...] No es menos digno de notarse la precipitada fuga que de su misma Corte ha hecho esta Real familia por solo el influjo de los Ingleses. Debe esperarse que todo esto tenga unas graves resultas.¹⁵

La información que circulaba sobre la llegada de la Corte portuguesa al Brasil generaría un cierto recelo en las autoridades españolas que estaban en

Kenneth. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal, 1750-1808*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1978.

12 *El Redactor Americano*, periódico realista publicado en Santafé de Bogotá, capital del Virreinato de la Nueva Granada, entre 1806 y 1809.

13 *El Alternativo del Redactor Americano*, 33, 1808.

14 *El Redactor Americano*, n. 33, 1808.

15 *El Redactor Americano*, n. 33, 1808. Las cursivas son del documento.

la América Meridional, pues asumían que eso tendría prontas consecuencias, debido a la desconfianza que se le tenía a la alianza angloportuguesa, que podrían estar tramando algo contra los intereses francoespañoles.

Las noticias recibidas sobre el arribo de las embarcaciones angloportuguesas a Río de Janeiro eran confirmadas a través de informaciones provenientes del Río de la Plata, donde ya habían circulado, pero que debido a las distancias y medios de comunicación las informaciones podían demorar meses en llegar a las principales ciudades portuarias del Caribe tanto de la Nueva Granada (Cartagena y Portobelo – Panamá) como de Venezuela (La Guaira, Puerto Cabello, Maracaibo),¹⁶ y aún más a la capital del Virreinato, Santafé,¹⁷ que estaba lejos de la zona costera. Por ello, se debe tener en cuenta la relación entre espacios y tiempos en la circulación y transporte de personas, noticias, informaciones y documentos, que variaba según el lugar proveniencia y el medio de transporte utilizado, en ese sentido, por ejemplo, desde la Europa occidental y el Caribe la circulación era mucho más rápida (de uno a tres meses, dependiendo del tipo de embarcación y de sus paradas en las islas del Caribe) que las del Río de la Plata.¹⁸

Efectivamente, la difusión de informaciones y noticias tenía sus tiempos, que dependía del tipo de rutas, organización y medios de transporte. Por ello, aquí cabe reflexionar sobre el tiempo que era necesario para recorrer determinadas distancias ya fueran terrestres o marítimas (o las dos al mismo tiempo), esto también según el tipo de transporte (embarcaciones, caballos, mulas, burros, bueyes, personas) y de las vías de comunicación (mar, ríos, caminos, trochas, etc.) que se utilizasen. En ese momento, aun cuando hubiera aparentemente una cierta lentitud en la circulación de personas y objetos, es claro que la revolución industrial trajo algunas tecnologías aplicadas a la producción y a los medios de transporte (principalmente el marítimo) que fueron acortando considerablemente las distancias y los tiempos.¹⁹ Como señala Koselleck, el período aquí analizado hace parte de grandes cambios geográficos, históricos, políticos, económicos, sociales y culturales, lo que puede ser considerado como un momento de la incorporación de algunas condiciones metahistóricas a la Historia, así como la aceleración de los tiempos y de los procesos históricos.²⁰

16 ALMARZA, Rafael. Fidelidad y adhesión a la monarquía. Los donativos patrióticos de la Capitanía General de Venezuela (1808-1810). *Revista de Artes y Humanidades Única*, v. 12, n. 1, p. 68-97, 2011.

17 A finales del siglo XVIII y comienzos del XIX, un viaje de Cartagena a Bogotá podía demorar tanto como uno de Cartagena a España, al respecto, véase ESCORCIA, José. Las vías de comunicación en la provincia de Cartagena-siglo XIX. *Historia y Espacio*, n. 14, p. 113-124, 1990.

18 PIMENTA, João Paulo. Pensar y concebir la distancia: una reflexión sobre los espacio-tiempos de los imperios ibéricos (siglos XV-XIX). *Claves. Revista de Historia*, v. 7, n. 13, p. 7-30, jul./dic. 2021.

19 HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções: 1789-1848*. São Paulo: Paz e Terra, 2012. Primeira parte.

20 KOSELLECK, *op. cit.*, 2014, p. 73 y ss.; 39 y ss.

Lo anterior se puede observar como consecuencia de las revoluciones industrial y política. La primera innovando las tecnologías y acelerando los modos de producción del capitalismo, mientras que la última produjo cambios en los sistemas y formas de gobierno, producto de las diversas guerras internas y externas entre los imperios europeos (británico, francés, holandés, español, portugués, prusiano, ruso) por el control de rutas y bienes comerciales, de territorios y recursos, así como la circulación de personas, ideas políticas, sociales, culturales y económicas. En esa disputa los británicos fueron aventajando económica y militarmente a los holandeses y franceses, lo que los tornaría en una potencia hegemónica del sistema capitalista mundial.²¹ Sin embargo, a finales del siglo XVIII, sufrieron la pérdida de las Trece Colonias que, en un proceso revolucionario, declararon su independencia (1776) y fundaron un nuevo Estado con ayuda de los imperios español y francés, aunque este último también vería estallar una revolución en su propio territorio (1789), después, a comienzos del siglo XIX, sería el turno del imperio español y luego del portugués. Así, ese proceso revolucionario abría profundas fisuras a las formas de organización política y estatal del Antiguo Régimen, y, a su vez, permitía la creación de nuevas formas de gobierno, de organización estatal y de participación popular. Lo anterior era producto de una aceleración de los procesos históricos y, por lo tanto, de la Historia.²²

En efecto, los cambios acelerados contribuían a que los actores políticos y sociales en el mundo iberoamericano proyectaran expectativas de transformación del *status quo*, para ello se revolucionaban y colocaban en práctica nuevas formas de gobierno, aun cuando, en el momento de la invasión francesa a la Península, las autoridades coloniales enviaron ayudas a las nuevas autoridades españolas, que habían enviado oficios en los que solicitaban recursos para defender la causa de la patria, del rey (Fernando VII) y de la religión.²³

Así, se organizó la recaudación de recursos para enviarlos a la metrópoli y programaron juramentos de fidelidad al nuevo monarca, Fernando VII.²⁴ Desde España se enviaban comisionados y noticias favorables para tratar de mostrar que la resistencia obtenía triunfos contundentes, que el pueblo y las autoridades hacían frente a los invasores. En una carta que se publicó en el

21 ARRIGHI, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. Capítulo I. HOBSBAWM, *op. cit.*

22 PIMENTA, *op. cit.*, 2017b, p. 17-38; KOSELLECK, *op. cit.*, 2014, p. 139 y ss.

23 RESTREPO, Manuel. *Historia de la revolución de la República de Colombia en la América Meridional*. Medellín: Universidad de Antioquia; Bogotá: UNAL; Universidad del Rosario, 2009. Tomo I. p. 84 y ss.; *El Alternativo del Redactor Americano*, n. 21, 1808. HAMNETT, B. *La política española en una época revolucionaria, 1790-1820*. México: FCE, 1985. GUTIÉRREZ, *op. cit.*

24 CAMPOS, Manuel. *Relación de la jura de nuestro católico Monarca el Señor Don Fernando Séptimo hecha por el Cabildo de la Villa de la Purificación y Sermón pronunciado en la misma Yglesia en esta función por el D. D. Manuel Campos, Cura del Nuevo Prado, en 8 de diciembre de 1808*. Santafé de Bogotá: Imprenta Real, 1809.

Redactor Americano, se afirmaba que “Portugal ha ejecutado los mismos que la España, y en solo Yelbes rindieron las armas seis mil franceses”. También se informaba que la Junta Suprema de Cádiz había enviado dos comisionados, que ya estaban en Cartagena, con sus respectivas credenciales, manifiestos de la nación y otros documentos.²⁵

A medida que se confirmaba la invasión francesa de España tanto en la Nueva Granada como en Venezuela se pasaba a criticar más ásperamente al emperador Napoleón y a la nación francesa por medio de la imprenta, oficios y cartas. En general, los franceses y Napoleón eran descritos como los más grandes seductores y traicioneros del mundo: “Si alguno quisiere imponerse por menor en todos los puntos indicados aquí, no tiene más que hacer sino abrir sus Anales, y entonces acabará de conocer: *cuál es la Nación que ha engañado más al mundo*”.²⁶

Mientras que los británicos ahora eran vistos como aliados de la lucha contra el enemigo francés. En octubre se publica en el *Alternativo del Redactor Americano* la *Proclamación de la Paz con España*, que fue establecida por la monarquía británica el 4 de julio: “Su Majestad [Británica] ve, con el mayor gusto e interés, el leal y determinado espíritu que manifiesta la nación española, en resistir la violencia y perfidia, con que sus más sagrados derechos se hallan amenazados”. Siendo así, dicha nación, “no puede ya considerarse la enemiga de la Gran Bretaña, sino que es reconocida por S. M. como su íntima amiga y aliada”.²⁷

Estos cambios acelerados, producidos, en parte, por las guerras entre los imperios europeos, abrían a la Gran Bretaña la posibilidad de establecer relaciones comerciales ventajosas con las colonias españolas en América, que, de cierta manera, compensaba las pérdidas ocasionadas por el bloqueo que los franceses le impusieron en la Europa continental, además neutralizaba las rutas comerciales de Francia, España y demás potencias²⁸ en el mundo iberoamericano. Los británicos, aunque tenían amplia ventaja marítima, no conseguían derrotar a los franceses en la parte continental y, por ello, buscaban aliados para enfrentar a las tropas francesas, de ahí que la nueva alianza con los españoles los beneficiaba porque contaban con más tropas, recursos económicos y el apoyo de buena parte de la población en la guerra.

Asimismo, los cambios acelerados abrían brechas amplias entre los “espacios de experiencias” y los “horizontes de expectativas” entre los actores sociales, políticos, económicos y culturales de los imperios británico, francés, español y portugués. Como señala Koselleck, “no se puede concebir una re-

25 *El Redactor Americano*, n.º43, 1808.

26 *El Alternativo del Redactor Americano*, 22, 1808.

27 *Ibid.*

28 ARRIGHI, *op. cit.*

lación estática entre espacio de experiencia y horizonte de expectativa. Ellos constituyen una diferencia temporal en el hoy, en la medida en que entrelazan pasado y futuro de manera desigual. Consiente o no, la conexión que crean, modificándose, posee una estructura de pronóstico”. Los pronósticos, a su vez, son alimentados por las experiencias que orientan las posibles expectativas hacia el futuro. Pero hay que tener en cuenta que “en la era moderna la diferencia entre experiencia y expectativa aumenta progresivamente, o mejor solo se puede concebir la modernidad como un tiempo nuevo a partir del momento en que las expectativas pasan a distanciarse cada vez más de las experiencias”.²⁹

Las experiencias pasadas y presentes junto con las expectativas de la Europa occidental circulaban como noticias y rumores en la prensa de la Nueva Granada y Venezuela, igualmente mediante oficios, cartas o corriendo la voz, medios que, generalmente, arribaban en los barcos británicos y españoles, para luego ser propagados de los principales puertos hacia las ciudades, villas, parroquias y demás lugares interioranos. Las gacetas británicas y españolas que circularon entre 1808 y 1810 presentaban a la alianza hispanobritánica como conveniente y se pronosticaba un buen desenlace de ella, lo que era replicado en la prensa neogranadina y venezolana. La orientación política de las autoridades españolas era la de hacer circular noticias de los triunfos de las fuerzas aliadas (británicos, portugueses y españoles) contra las de Francia, creando así un “horizonte de expectativas” de una rápida restitución de la libertad de toda la nación española.³⁰

Así, los acontecimientos de Portugal también eran constantemente noticiados y presentados como experiencias ejemplares que España debía seguir. En Venezuela se publicaba en la *Gaceta de Caracas* que la unión de “las tropas *Inglesas* y *Portuguesas*” estaban obligando a “capitular al General en Jefe *Junot*” y, por lo tanto, “la evacuación del *Portugal*” era un hecho; así que a las tropas francesas y a *Josef Bonaparte* les espera su “exterminio [...] de un momento a otro”.³¹ En cuanto *El Alternativo del Redactor Americano* comunicaba en una nota que como no era posible publicar todas las noticias de las últimas gacetas europeas, se informaba que

No se debe dudar que ya el ejército francés que estaba con el exrey Jusepe ha sido enteramente derrotado; y que el soberbio Napoleón con esta noticia [enviará ...] todo el resto, a ver si de un lance recupera lo perdido. El Austria, la Rusia, y demás Potencias del norte, se sabe que juntan grandes ejércitos. – La Turquía está en sangrienta revolución, dividida en dos partidos. – La Inglaterra aumenta cada día los enlaces

29 KOSELLECK, *op. cit.*, 2006, p. 313 y s.

30 Véase, *Gaceta de Caracas, El Redactor Americano, El Alternativo del Redactor Americano, Los Crepúsculos de España y Europa, Noticias Públicas de Cartagena de Indias*.

31 *Gaceta de Caracas*, n. 12, 1808.

de su unión con España y Portugal, y esta triple alianza puede incluir en [día] a otras Potencias ofendidas del común usurpador. – Los partidarios del infame Godoy van recibiendo el justo castigo de su infidelidad, y aumentando con la confiscación de sus bienes el Erario nacional. – En una palabra: La Monarquía Española está en el día presentando en todos los ramos la época más prodigiosa que han visto los siglos.³²

Tal publicación de las autoridades españolas en la Nueva Granada mostraba, en general, lo que se trató de hacer en ese momento: comunicarle a la opinión pública que las tropas francesas habían sufrido una derrotada contundente y que España prontamente volvería a ocupar una posición destacada entre las potencias del mundo, pues sus enemigos internos y externos serían derrotados. Esos pronósticos trataban de trazar un horizonte de expectativas en el cual España volvería a ocupar su puesto como gran imperio.

Esa misma estrategia era utilizada por Napoleón, pues en *El Alternativo del Redactor Americano* se reproducía una nota publicada en Sevilla que decía que "... lejos de prostituir la imprenta a la mentira y al engaño, como hace el gobierno intruso de Josef Bonaparte en Madrid para deslumbrar, o atemorizar a los Españoles con relaciones pomposas de fingidos o exagerados triunfos del *Tirano*", haciendo referencia a las publicaciones de las victorias de las fuerzas francesas contra "los ejércitos austriacos," lo que no sería cierto y por ello se iba "a presentar a los ojos de toda la Nación, para su satisfacción, gozo y aliento, las literales noticias de los últimos acontecimientos en el Reyno de Italia, primeros del honor y gloria de las armas de Austria".³³ Lo anterior muestra la importancia que la imprenta había adquirido en el desarrollo de la guerra, ya que la circulación de esas informaciones tenía como objetivo construir o modelar los eventos, aunque, como vemos, dicha información fuera manipulada y usada en favor de los que controlaban el poder y las imprentas.³⁴ Una buena parte de las noticias (escritas y orales) sobre Europa que circulaban en el mundo iberoamericano procedían de Gran Bretaña, España, Portugal, Estados Unidos de América y, en menor medida, de Francia. En fin, esas experiencias del uso de la imprenta van a servir de ejemplos a los criollos cuando, a partir de mediados de 1810, comiencen a formar sus propias juntas de gobierno y necesiten justificar sus acciones políticas y militares.³⁵

Al momento de constituir las primeras juntas de gobierno, tanto en la Nueva Granada como en Venezuela, los criollos evocaron la dura represión que sufrieron los quiteños, en agosto de 1809, por parte de las autoridades

32 *El Alternativo del Redactor Americano*, n. 28, 1809.

33 *El Alternativo del Redactor Americano*, n. 43, 1809.

34 Al respecto véase: PIZARROSO, Alejandro. Prensa y propaganda bélica, 1808-1814. *Cuadernos dieciochistas*, n. 8, p. 203-222, 2007.

35 GUTIERREZ, *op. cit.*; ORTEGA; CHAPARRO, *op. cit.*

españolas porque se habían atrevido a formar una junta de gobierno, que ellos consideraban necesaria y por derecho, según las circunstancias dadas. Después que los criollos se tomaron el poder usaron la imprenta para circular proclamaciones acerca de los derechos que tenían sus respectivos pueblos para formar dichas juntas, asimismo recordaron las falsas promesas de igualdad de derechos políticos que tanto la Junta Central de España les había hecho como, después, la Regencia. De esta manera, justificaron la destitución de las autoridades españolas que ocupaban los puestos de mando, la reorganización de la administración política, el nombramiento de nuevas autoridades y decían hacer eso para defender los intereses del rey, Fernando VII, de la patria y de la religión. Esa experiencia se había dado primero en la Península y ahora las provincias de la Nueva Granada, Quito y Venezuela hacían lo mismo.³⁶

Los españoles americanos que no aceptaban la legitimidad de la Regencia comenzaron a reflexionar sobre otras formas de gobierno que las juntas supremas de las provincias podrían adoptar, manteniendo la lealtad al rey Fernando VII. Algunos letrados que ocupaban importantes cargos en la administración del Virreinato intercambiaron algunas ideas al respecto, una buena parte de ellos observaba la experiencia estadounidense como un buen ejemplo a ser seguido, pero haciendo las debidas adecuaciones a la realidad neogranadina o venezolana. Eran críticos del modelo francés o de quedar bajo la tutela británica o de nombrar un regente español para que mantuviera la unidad de la monarquía española en América. Cuando los neogranadinos, quiteños y venezolanos se enteraron sobre la posibilidad de que la princesa Carlota Joaquina, que estaba en Río de Janeiro, o de su hermano D. Pedro fueran nombrados regentes, hubo poca adhesión. Al parecer esa idea estuvo presente entre algunos de los oidores de las audiencias de Santafé y de Quito, pero la mayor parte de los criollos la vieron como problemática. Por ejemplo, circularon noticias de que los intentos de Carlota para proclamarse regente habían ocasionado levantamientos en el Alto Perú, además de los cuestionamientos de que, si se llegase a admitirla en la línea hereditaria, facilitaría quedar bajo el dominio de Portugal, lo que no era bien visto.³⁷ Aquí, podemos observar como el horizonte de expectativas se amplía y surgen diversos pronósticos ante las crisis que el Imperio español enfrentaba en ese momento.

36 Véase *Historia de nuestra revolución* publicada en varios números (2, 3, 4, 5 – 10, 11...) del *Diario Político de Santafé de Bogotá*, 1810; RESTREPO, *op. cit.*, p. 90 y ss., y p. 518 y ss.; GUTIERREZ, *op. cit.*; MARTÍNEZ, Armando; QUINTERO, Inés. La formación de los Estados republicanos en la Nueva Granada y Venezuela. *Ayer*, n. 74, p. 77-105, 2009.

37 Véase: Carta de Camilo TORRES a su tío Ignacio Tenorio, Oidor en Quito, mayo 29 de 1810, BNC; *Gaceta de Caracas*, 127, 1810; y carta de Eloy Valenzuela publicada en *El Argos Americano*, n. 9 y n. 10, 1810.

Conclusiones

El estudio abordado trató de analizar cómo los imperios ibéricos comenzaron a ser parte del *espacio de experiencia revolucionario moderno* del mundo occidental, para ello se partió examinando las alianzas franco-española y angloportuguesa en los conflictos políticos y militares entre los imperios europeos (británico, portugués, francés, español, prusiano, austriaco, ruso), después con la ruptura de la primera por la invasión francesa de la Península Ibérica y la abdicación de la Familia Real española en favor de Napoleón, por lo que España pasaría a ser parte de la otra alianza. Sin embargo, se originó un vacío de poder dentro del imperio español, por lo tanto, se formaron nuevos gobiernos en la Península que buscaron rápidamente el apoyo de las autoridades coloniales, con todo esto se abría un nuevo precedente que luego serviría de experiencia y expectativas a los españoles americanos para hacer lo mismo en sus territorios; aun cuando primero apoyaron a los nuevos gobiernos y su fidelidad a Fernando VII, después esto iría rápidamente cambiando, como se observa en el Virreinato de la Nueva Granada y la Capitanía General de Venezuela, entre 1807 y 1810.

Lo anterior se analizó a través de la circulación de noticias, informaciones y experiencias del proceso revolucionario tanto en Europa como en América, el cual venía ampliándose desde las últimas décadas del siglo XVIII y que finalmente absorbería a los imperios ibéricos a comienzos del XIX. Los cambios acelerados producidos por el proceso revolucionario fueron distanciando los espacios de experiencias de los horizontes de expectativas, ya que estos comenzarían a tomar mayor importancia en los proyectos de los españoles americanos, una vez que el presente y el futuro eran vistos como posibilitadores en la formación de nuevos Estados y naciones, pues metafóricamente la madre patria ya no cumplía con sus funciones protectoras en la medida en que sus hijos habían madurado y, por lo tanto, reclamaban el derecho a su emancipación.

Referencias

Fuentes Primarias

Prensa

Gaceta de Caracas

Diario Político de Santafé de Bogotá

El Redactor Americano

El Alternativo del Redactor Americano
El Argos Americano
Los Crepúsculos de España y Europa
Noticias Públicas de Cartagena de Indias

Folletos

CAMPOS, Manuel. *Relación de la jura de nuestro católico Monarca el Señor Don Fernando Séptimo hecha por el Cabildo de la Villa de la Purificación y Sermón pronunciado en la misma Yglesia en esta función por el D. D. Manuel Campos, Cura del Nuevo Prado, en 8 de diciembre de 1808*. Santafé de Bogotá: Imprenta Real, 1809.

Fuentes secundarias

- ALMARZA, Rafael. Fidelidad y adhesión a la monarquía. Los donativos patrióticos de la Capitanía General de Venezuela (1808-1810). *Revista de Artes y Humanidades Unica*, v. 12, n. 1, p. 68-97, 2011.
- ARRIGHI, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- BRAUDEL, F. História e Ciências Sociais. A longa duração. In: BRAUDEL, F. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- CÁRDENAS, Pablo. *El movimiento comunal de 1871 en el Nuevo Reino de Granada*. Bogotá: Kelly, 1960. 2 t.
- ESCORCIA, José. Las vías de comunicación en la provincia de Cartagena-siglo XIX. *Historia y Espacio*, n. 14, p. 113-124, 1990.
- GARCÍA, Héctor. *Documentos relativos a la revolución de Gual y España*. Precedidos de un estudio histórico-crítico. Caracas: IPGH, 1949.
- GUERRA, François; LEMPÉRIERE, A. *Los espacios públicos en Iberoamérica*. México: FCE, 1998.
- GUTIERREZ, Daniel. *Un nuevo reino: Geografía política, pactismo y diplomacia durante el interregno en la Nueva Granada (1808-1816)*. Bogotá: Universidad Externado, 2010.
- HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções: 1789-1848*. São Paulo: Paz e Terra, 2012.
- JANCSÓ, István. *Na Bahia contra o Império: história do ensaio de sedição de 1798*. São Paulo: Hucitec, 1996.

- KOSELLECK, R. *História de Conceitos*. 1. reimpr. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021.
- KOSELLECK, R. *Estratos do tempo*. Estudos sobre história. Rio de Janeiro, 2014,
- KOSELLECK, R. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. 3. ed. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006.
- MARQUESE Rafael; WALDOMIRO, Lourenço. Tempos históricos plurais: Braudel, Koselleck e o problema da escravidão negra nas Américas. *História da Historiografia*, v. 11, n. 28, p. 44-81, sept./dic. 2018.
- MARTÍNEZ, Armando; QUINTERO, Inés. La formación de los Estados republicanos en la Nueva Granada y Venezuela. *Ayer*, n. 74, p. 77-105, 2009.
- MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal, 1750-1808*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1978.
- MIKABERIDZE, A. *Las guerras napoleónicas*. Una historia global. Madrid: Desperta Ferro, 2022.
- ORTEGA, Francisco; CHAPARRO, A. (org.). *Disfraz y pluma de todos*. Opinión pública y cultura política, siglos XVIII y XIX. Bogotá: UNAL; Helsinki: University of Helsinki, 2012.
- PHELAN, John. *El pueblo y el rey: la revolución comunera en Colombia*. 1781. Bogotá: Universidad del Rosario, 2009.
- PIMENTA, João Paulo. *La independencia de Brasil y la experiencia hispanoamericana (1808-1822)*. Santiago de Chile: Dibam, 2017a.
- PIMENTA, João Paulo. O Brasil e a experiência revolucionária moderna (séculos XVIII e XIX). In: *Tempos e espaços das Independências*. A inserção do Brasil no mundo ocidental (1780-1830). São Paulo: Intermeios, 2017a. p. 17-38.
- PIMENTA, João Paulo. Pensar y concebir la distancia: una reflexión sobre los espacio-tiempos de los imperios ibéricos (siglos XV-XIX). *Claves. Revista de Historia*, v. 7, n. 13, p. 7-30, jul./dic. 2021.
- PIZARROSO, Alejandro. Prensa y propaganda bélica, 1808-1814. *Cuadernos dieciochistas*, n. 8, p. 203-222, 2007.
- RESTREPO, Manuel. *Historia de la revolución de la República de Colombia en la América Meridional*. Medellín: Universidad de Antioquia; Bogotá: UNAL; Universidad del Rosario, 2009. Tomo I.
- SIMÓN, Pedro. *Noticias históricas de la conquista de Tierra Firme en las Indias Occidentales*. Bogotá: Banco Popular, 1981. 7 v.

A Guerra de Sessenta Anos. A região-mundo platina e as causas do conflito de 1864

Rodrigo Goyena Soares¹

Pouco afeito a grandes demonstrações de força, d. Pedro II, num gesto portanto raro para seu comedimento natural, não manifestou compaixão qualquer por Solano López quando as tropas brasileiras tomaram Assunção em janeiro de 1869. Ordenou que o Tratado da Tríplice Aliança de 1º de maio de 1865 fosse seguido à risca, especialmente seu artigo sexto, que dispunha não deverem os aliados interromper o conflito senão após a derrubada do governo de López. Talvez houvesse na decisão uma espécie de psicologia reparatória da honra abalada ou, no plano político, uma oportunidade para soerguer seu genro, o conde d’Eu, à condição de vitorioso no Prata – uma conveniente aposta para o Terceiro Reinado –, mas o caso é que, tão somente à primeira vista, a insistência superava a lógica.²

O Paraguai estava derrotado, e López contava com menos de 500 homens válidos. Correspondendo com a repentina defecção do ainda marquês de Caxias, que deu o conflito por encerrado em meados de janeiro de 1869, José Maria da Silva Paranhos foi enviado em missão especial para constituir o governo provisório do Paraguai – com notória ascendência de paraguaios brasilófilos. Sobretudo, a paz daria trégua aos cofres públicos e, talvez, aos questionamentos internos quanto aos usos e abusos do Poder Moderador: os liberais, já cindidos em seus ramos reformista e radical, andavam às turras com a dissolução ministerial de 1868. Como se fosse pouco, a paz traria ainda a calma necessária para encaminhar no Legislativo os projetos relativos ao ventre livre, o que era particular obsessão do imperador.³

1 Professor doutor de História do Brasil, Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP.

2 LYRA, Heitor. *História de Dom Pedro II*. Ascensão, v. I, 1825-1870. Belo Horizonte: EdUSP; Itatiaia, 1977; CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. Ser ou não ser. São Paulo: Companhia das Letras, 2007; GOYENA SOARES, Rodrigo (org.). *Diário do conde d’Eu, comandante em chefe das tropas brasileiras em operação na República do Paraguai*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2017a.

3 KRAUSE, Thiago; GOYENA SOARES, Rodrigo. *Império em disputa: coroa, oligarquia e povo na formação do Estado brasileiro (1823-1870)*. Rio de Janeiro: FGV, 2022.

Numa abordagem menos episódica, no entanto, se as vias da paz condicionam conflitos futuros, havia boa dose de razão para encerrar o problema de 1864 somente com a captura ou morte de López. Em outros termos, a decisão do imperador – que foi também a do gabinete de Itaboraí – remetia indiretamente às experiências frustradas do Brasil quanto à manutenção duradoura da paz no Prata. A vitória contra López, sem exceções ou concessões, era a melhor garantia para eventualmente reabilitar a estabilidade que o Império alcançara na década de 1850 – não à toa, um tempo platino que condicionou, pela via orçamentária em primeira instância, a consolidação da ordem conservadora espraiada nacionalmente a partir do Rio de Janeiro. Se o impasse de 1827 com a presidência argentina de Bernardino Rivadavia havia redundado na emergência desafiadora de Juan Manuel de Rosas na década seguinte – ou se os tratados de 1851 com Montevidéu não haviam assegurado o afastamento definitivo de uma ala partidária brasilófoba no Uruguai –, as vias da paz com o Paraguai deveriam constituir um recado ríspido o suficiente para refrear o surgimento de novos adversários platinos.

Em certo sentido, assim foi. Depois do 1º de março de 1870, o Império não se envolveu mais em conflitos armados no Prata, que tampouco se caracterizou por novas guerras internacionais em seu solo. Menos coincidente, não obstante, foi a história da região-mundo platina antes de 1870, que, à diferença do Brasil, esteve em guerra permanente. Dos conflitos entre o Cabildo Abierto de Buenos Aires contra a sede do Vice-Reino do Rio da Prata transmitida para Montevidéu em meio às invasões joaninas, renovadas ao término da década de 1810, quando Artigas propunha pelas armas a Liga dos Povos Livres; às disputas pela Cisplatina na década de 1820, cujos resultados entrecruzaram os farrapos da década de 1830 ao conflito civil no Uruguai, nesta longa lista, conduzido mediante o apoio de Juan Manuel de Rosas, efetivamente, não houve paz da independência do Paraguai à fragmentação da Argentina em dois Estados soberanos. E sequer na década de 1850, visto que em sua segunda metade o governo da nova Confederação Argentina colidiria, procurando para si o apoio de Assunção, com o Estado de Buenos Aires, descontente, como o Brasil, com a renovação da beligerância interna no Uruguai.⁴

Tomando-a como uma unidade de análise, e apenas assim, a região-mundo platina viveu no século XIX uma *Guerra de Sessenta Anos* (1810-1870), cujas partes estiveram nela envolvidas a partir de seus respectivos interesses de

4 Único episódio armado internacional, com exceção da Guerra das Malvinas (1982), envolvendo o solo platino após 1870, a Guerra do Chaco (1932-1935) originou-se de tensões lindeiras – e eventualmente petrolíferas – entre o Paraguai e a Bolívia. Certamente não se inscreveu no tempo longo das dinâmicas geopolíticas que caracterizaram, como se verá a seguir, a região-mundo platina no século XIX. Para uma síntese dos conflitos platinos no século XIX, ainda que analisados em perspectiva mais militar-diplomática do que nos quadros de uma região-mundo, ver: RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil, 1750-2016*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017. p. 77-253; e DORATIOTO, Francisco. *O Brasil no rio da Prata, 1822-1994*. Brasília: FUNAG, 2014. p. 13-67.

longa duração, pelo resto, condicionados pelas próprias especificidades do Prata. Forçosamente maior do que o Estado-nacional, naquele tempo formado aos troços, sem equivaler a uma sub-nacionalidade ou a um espaço administrativo, a região-mundo platina foi um sistema geopolítico inserido na economia-mundo do século XIX (Braudel, 1979) e constituída por relações *particulares* – entre partes, portanto – não necessariamente instituídas como administrações estatais.

Igualmente relevante para a caracterização da região-mundo, afora o espaço, pois, é o tempo, sem o qual os vínculos entre partes permaneceriam meras aproximações. Não é senão o tempo o que constitui uma balança de poder com padrões duradouros, embora eventualmente reequilibrada à medida que suas partes se transformam, fruto de suas inter-relações. Nesse sentido, as causas do problema de 1864 contra López ganham outra dimensão. Mais do que o desfecho natural das alianças conflitivas de 1863-1864, o embate foi expressão dos reequilíbrios na balança platina de poder da década de 1850: eles, por sua vez, reflexos dos processos formadores dos Estados-nacionais na primeira metade do século XIX. É o que se buscará discutir nesta proposta. Isso, após esclarecer como o conceito de região-mundo – integrando, numa unidade espacial, o passado não como a soma de acontecimentos findos, mas como a atualização de contradições anteriores – talvez possa produzir uma leitura da guerra muito diferente das versões mais consagradas.⁵

I] A região-mundo: definições

Na perspectiva da região-mundo, muito inspirada na economia-mundo de Fernand Braudel, o ponto de partida não é a atomização de suas partes, mas a relação entre elas e um todo platino.⁶ O que houve de mundo na região-mundo do Prata, em primeiro lugar, foi uma unidade espacial ditada por um complexo hidrográfico que se estende, na longitude, de Buenos Aires até Brasília e, na latitude, de São Paulo até Potosí. Pouco em escala planetária, porém um universo para aqueles que desde finais do século XVI enxergavam em sua característica fluvial a possibilidade de acelerar o tempo. Era aquela uma época em que Assunção estava mais próxima de Buenos Aires do que de Porto Alegre. Cuiabá, por sua vez, parecia vizinha de Corrientes quando comparada aos meses de distância que a separavam por um mato expressivamente grosso do Rio de Janeiro. O possibilismo geográfico, na expressão de Paul Vidal de

5 Inequivocadamente, não é a intenção deste artigo rediscutir as causas da ainda assim denominada Guerra do Paraguai por meio de uma revisão das fontes primárias, mas propor um novo enquadramento teórico-metodológico que eventualmente possa conduzir a uma releitura posterior das mesmas fontes.

6 BRAUDEL, Fernand. *Civilisation matérielle, économie et capitalisme, XV^e-XVIII^e siècle*. Le temps du monde. Paris: Armand Colin, 1979. t. 3.

La Blache, fez da bacia do Prata um imenso atalho para o comércio atlântico ou, internamente, para a administração de parcelas territoriais, como então o Mato Grosso, muito distantes das capitais coloniais e depois nacionais.⁷

Concorrido, o atalho se tornaria um lugar de confluência de pessoas, ideias e mercadorias, em particular no quadrilátero situado entre Buenos Aires, Potosí, Assunção e Montevideú, onde se moldou um espaço vivido, na fórmula do geógrafo André Frémont, ou de experiência, na do historiador Reinhart Koselleck. Nesse passadiço para encurtar o tempo, surgiria um cotidiano platino, próprio à longa duração e irredutível ao estereotipo sociocultural do *gaucho*. Objeto de pertencimento subjetivo para Frémont, a região na ocorrência do Prata se constituiu como um universo, também, porque se fez como lugar de contato entre mineiros e escravos, lavradores e portuários, pecuaristas, senhores e administradores. Em outros termos, foi desse mundo de relações que se formaram, ainda como coletividades rapidamente organizadas em classes, as partes constitutivas de uma totalidade. Aqui, o espaço vivido é no fundo uma experiência relacional, caracterizada por interesses ora coincidentes, ora opostos.⁸

Sem forçosamente ser uma unidade geofísica, embora no caso platino os rios fossem o lugar privilegiado de contato, a região-mundo é sobretudo uma questão de tempo. É unicamente na dilatação das décadas que se vislumbra uma constância propriamente, no caso, platina. Essa permanência, sustentada no recorrente exercício de uma prática ou de um interesse, revela em primeiro lugar um obstáculo. Trocando em miúdos, a ação de uma parte não é apenas condicionada espacialmente por aquela de outra parte – ou pelo conjunto de relações entre partes, que formam no tempo uma totalidade sistêmica aqui chamada de região-mundo –, mas igualmente pelas constâncias históricas que persistem na própria transformação das ações. Antes de ser um projeto, portanto, a agência é aqui uma passividade, caracterizada pela interiorização das contradições que precederam as próprias ações.

O espaço de experiência, na formulação de Koselleck, é assim basilar para a região-mundo, em razão das delimitações espaciais e temporais que produz para a caracterização das partes relativas a um todo. O passado comum – sugerido por Wilma Peres Costa na bipartição do Prata entre as fases colonial e nacional ou endossado por Thomas Whigham numa trajetória com quase cem páginas de volta ao século XVIII⁹ – é necessário, porém nesta

7 Para o pensamento geográfico de La Blache, ver: LA BLACHE, Paul Vidal de. *Principes de géographie humaine*. Lyon: ENS, 2015.

8 Para as já clássicas formulações, ver respectivamente: FRÉMONT, Armand. *La région, espace vécu*. Paris: Flammarion, 1999; e KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo*. Estudos sobre História. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2014.

9 COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles*. O Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império. São Paulo: Unicamp, 1996; WHIGHAM, Thomas L. *The Paraguayan War: Causes and Early Conduct*. Calgary: University of Calgary Press, 2018.

proposta insuficiente para definir a região-mundo. O pretérito é aqui presente não pela justaposição de uma sequência de acontecimentos findos e ao fim somados, mas pela atualização de contradições anteriores, externalizadas agora como projetos circunscritos, então, às condições de berço.¹⁰ Nessa perspectiva, as muito movediças alianças entre as partes platinas do século XIX assumem outra feição. O que poderia ser visto como instabilidade e inconstância – notadamente na aproximação entre os líderes da Farroupilha e Juan Manuel de Rosas, pouco depois distanciado dos gaúchos numa episódica associação ao Império do Brasil, por sua parte, avesso a *blancos* uruguaios, que, pilares das ambições expansionistas de Buenos Aires, convinham à desagregação do vínculo entre farrapos e *colorados* – é pela via da região-mundo a perfeita atualização de finalidades de maior duração: distante ou próximo de d. Pedro II, Juan Manuel de Rosas não alterou um palmo sequer, a não ser pelos meios, seu projeto de política externa; como tampouco o Império, no tratado militar de 1843 com a Confederação Argentina, cedeu em relação à política de contenção a Buenos Aires, formalizada a partir de então. Errático à primeira vista, o Prata como região-mundo parece assim largamente mais previsível.

II] A região-mundo platina na primeira metade do Oitocentos

Na esteira dos acontecimentos que levaram Napoleão Bonaparte a bloquear em 1806 o ingresso de mercadorias britânicas na Europa continental, Londres lançou mão de duas investidas no rio da Prata, julgado ímpar para a aceleração das exportações britânicas. Embora inicialmente rechaçadas sobretudo pelos colonos portenhos, as pretensões platinas do *Foreign Office* ganharam vulto progressivamente. Eram mais de 40 casas comerciais britânicas instaladas em Buenos Aires no início da década de 1820, pouco menos de 3.000 súditos de Jorge IV ali residentes e um fluxo de importações provenientes da Grã-Bretanha que superava os da Espanha e da França.¹¹ Não obstante, o que poderia parecer o reflexo direto de uma desigual relação de força caracterizou-se, no decurso da década de 1810, por um obstáculo à realização plena dos interesses britânicos no Prata, especialmente porque a região-mundo não se resumia a Buenos Aires e Londres. Em outras palavras, embora portentosos, sequer os britânicos puderam agir de forma autônoma no espaço platino, em franca transformação naquele início do século XIX.

10 Para além de Koselleck, há nesta formulação do passado ampla inspiração no conceito de prático-inerte, de Jean-Paul Sartre. Ver: SARTRE, Jean-Paul. *Critique de la raison dialectique* (précédé de Question de méthode). Tome I: Théorie des ensembles pratiques. Paris: Librairie Gallimard, 1960.

11 GALLO, Klaus. *De la invasión al reconocimiento. Gran-Bretaña y el río de la Plata, 1806-1826*. Buenos Aires: A-Z Editores, 1994.

Após a abertura dos portos no Rio de Janeiro, em 1808, a presença naval britânica no rio da Prata agigantou-se, estranhamente, sem redundar na imediata extensão dos privilégios alfandegários que a Corte de d. João concedera ao *Foreign Office*. O assalto contra Montevideú liderado por d. João em 1811 foi apenas retoricamente realizado para socorrer Francisco Javier Elío y Olóndriz, último vice-rei do Prata, do expansionismo portenho. Tal como o controle de Colônia do Sacramento havia feito ainda que parcialmente a fortuna de Pombal, o Rio de Janeiro no Prata, devido ao potencial comercial do estuário, daria respiro às finanças joaninas num tempo em que o orçamento luso-brasileiro, composto na alfândega, sofria com o Tratado de Comércio e Navegação assinado um ano antes com a Grã-Bretanha.¹² Julgando talvez ganhar pelo volume o que perdia com a redução nas tarifas de importação aplicadas a mercadorias britânicas, d. João teve de recuar em face às pressões de lord Strangford, a voz platina do *Foreign Office* lotada no Rio de Janeiro: à primeira vista, uma posição em tudo contraditória, considerando que Londres poderia carregar pela mão luso-brasileira o Tratado de 1810 para o Prata.

Embora a presença joanina eventualmente reabilitasse o tráfico de escravos no estuário do Prata, quando Buenos Aires estava prestes a aboli-lo, era ela sobretudo incômoda para os britânicos em razão das inevitáveis desavenças que causaria com portenhos, orientais e ainda espanhóis. A *Guerra de Sessenta Anos* já havia começado, e eliminar uma de suas partes, apesar dos pesares, dava bons augúrios para a manutenção do dinamismo comercial no Prata. Em alguma medida, assim foi. As embarcações britânicas chegaram às centenas em Buenos Aires e Montevideú, onde as naves luso-brasileiras também estimularam o comércio de charque, couro, madeira, açúcar, algodão e tabaco.¹³ No entanto, Londres mudaria logo de posição. Em 1814, a invasão de Montevideú pelos portenhos, reunidos na ambição de compor territorialmente as Províncias Unidas do Rio da Prata, soergueu uma espécie de irredentismo nacionalizante e anglófono liderado por José Gervasio Artigas. Em conjunto com outras lideranças provinciais do antigo Vice-Reino do Rio da Prata, Artigas reclamava maior acesso às rendas do porto de Buenos Aires.¹⁴ A guerra seguiu assim seu curso, e o agora Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves assumiu que a fragmentação das Províncias Unidas era oportuna para reabilitar a ambição secular da fronteira política no Prata.¹⁵ As forças joaninas foram

12 RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil, 1750-2016*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

13 PRADO, Fabrício. *Edge of Empire: Atlantic Networks and Revolution in Bourbon Río de la Plata*. Berkeley: The University of California Press, 2015.

14 STREET, John. *Artigas and the Emancipation of Uruguay*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

15 PIMENTA, João Paulo Garrido. *Estado e nação no fim dos Impérios ibéricos no Prata, 1808-1828*. São Paulo: Hucitec, 2006.

então despachadas em 1816, e, desta vez, malgrado os protestos do *Foreign Office*, Londres dobrou-se às vontades do Rio de Janeiro, em boa medida, porque Artigas havia alterado o equilíbrio de forças no Prata.

Assim, a região-mundo platina resistia às ambições imediatas dos britânicos, em que pese a dependência comercial e, portanto, orçamentária em relação à economia-mundo liderada por Londres. Dito de outra forma, a totalidade regional obstaculizava inclusive sua parte mais extraordinária – indubitavelmente, o *Foreign Office* era também um pedaço do Prata. Para dizer o óbvio, o todo era maior do que uma de suas partes; porém, mais do que um recorte geográfico que agrupou rivais pelo controle comercial dos rios, igualmente um meio, para o Rio de Janeiro, de sustentação territorial do Mato Grosso, a totalidade regional tornou-se obstáculo aos britânicos, porque foi no tempo da revoltosa década de 1810 que se formavam as primeiras constâncias de uma região-mundo então reconstituída a partir da desagregação dos impérios coloniais. Lentamente, investidas e recuos à primeira vista erráticos davam o tom de um padrão inegociável que perdurou até a década de 1850 – o limite da primeira fase da *Guerra de Sessenta Anos*.

Diferentes quanto a suas formações partidárias, Bernardino Rivadavia e Juan Manuel de Rosas foram os mesmos quanto ao expansionismo territorial das Províncias Unidas ou da Confederação Argentina e, igualmente, semelhantes na defesa de um orçamento nacional composto em Buenos Aires.¹⁶ Era o motivo do retraimento paraguaio. Alvo portenho, José Gaspar Rodríguez de Francia apostou na autonomia pelo isolamento em relação ao Prata, apesar dos custos comerciais e financeiros de um distanciamento, em última proporção, da economia-mundo.¹⁷ D. João VI e d. Pedro I não renunciaram ao Prata, como tampouco os liberais da claque de Diogo Antônio Feijó ou os apadriñados do regressista Bernardo Pereira de Vasconcellos: enquanto o outro litoral do Império – isto é, o platino – permanecesse a meses de distância do Rio de Janeiro, o Brasil dependeria de Buenos Aires, caso houvesse liberdade de navegação fluvial, para firmar-se como Estado soberano. A contenção das ambições portenhas foi assim política permanente nos Negócios Estrangeiros do Império.¹⁸

Quando Artigas perdeu tração no Prata, entregando a Cisplatina às mãos luso-brasileiras, a paz almejada havia já uma década pelos britânicos redundou em nova invasão à banda oriental, agora liderada por Buenos Aires. Era aquele o pior cenário possível para Londres, que via no ato a contração do

16 GELMAN, Jorge; SANTILLI, Daniel. *De Rivadavia a Rosas. Desigualdad y crecimiento económico*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2006.

17 YEGROS, Ricardo Scavone; BREZZO, Liliana M. *História das relações internacionais do Paraguai*. Brasília: FUNAG, 2013.

18 DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra*. Nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2022 [2002].

raio jurídico do Tratado de Comércio e Navegação e a redução do estuário platino a um só país. A saída foi a mediação de 1828 nos termos da Convenção de fato apenas Preliminar de Paz, pela qual Londres obteve a independência do Uruguai e o compromisso dos signatários quanto à livre navegação do Prata. Demorado, o êxito pareceu então completo, dado que vinha na esteira da dupla assinatura realizada entre 1825 e 1826 dos tratados que reconheceram as independências das Províncias Unidas e do Império do Brasil, em troca, naturalmente, de imensos privilégios alfandegários. Pela mesma Convenção de 1828, muito oportunamente, argentinos e brasileiros também encontraram sua margem de autonomia, no caso, em relação ao Uruguai. Reservaram-se o direito de prestar auxílio ao governo legal uruguaio, o que era um artifício para a intervenção militar, ratificada, aliás, pela possibilidade de manterem tropas em Montevidéu até a constitucionalização do país.¹⁹ Nesses termos, a autonomia do Uruguai em sua inserção no Prata, ao contrário do Paraguai, realizou-se pela pendularidade. Foi essa a constância oriental até a década de 1850. Platinos no nascedouro, os partidos políticos uruguaio tenderam a apadrinhar, no caso dos *blancos*, a vertente nacionalista de Buenos Aires ou, no dos *colorados*, a de livre comércio do Rio de Janeiro – e de Londres, ou inclusive Paris. Ambos, no entanto, miravam na defesa da soberania nacional, malgrado as estratégias conflitantes.

Assim como a guerra civil entre *blancos* e *colorados* que irrompeu no Uruguai no final da década de 1830 não significou uma ruptura, mas a própria essência da constância oriental, o conflito interno que também caracterizou o Império até 1845 tampouco pôs em xeque a contenção de Buenos Aires. Os farrapos não foram permissivos com a Confederação Argentina, sequer no triênio 1835-1838, quando a ela se aliaram, alargando o eixo constituído por Rosas e Manuel Oribe, líder dos *blancos* no Uruguai. Já expressivos – porque os *blancos* eram contrários à propriedade gaúcha na fronteira e a economia argentina era concorrente da farroupilha – os custos da aliança, necessários para suportar o bloqueio naval que o Rio de Janeiro impusera ao litoral rio-grandense, tornaram-se amplos demais a médio prazo.²⁰ Em 1838, os farrapos distanciaram-se dos *blancos* em benefício dos *colorados*, e a nova aliança terminou torcendo a pendularidade *colorada*.²¹ Escorados no bloqueio que Paris impusera ao porto de Buenos Aires, os *colorados* terminariam depositando sua maior aposta nas lideranças das províncias argentinas de Santa Fé, Corrientes e Entre Rios.

19 FREGA, Ana. Guerras de independencia y conflictos sociales em la formación del Estado Oriental del Uruguay, 1810-1830. *Dimensión Antropológica*, Cidade do México, v. 35, p. 25-58, set./dez. 2005.

20 GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. Regiões-província na Guerra da Tríplice Aliança. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 70-89, 2009.

21 FERREIRA, Gabriela Nunes. *O rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006.

Por todas as evidências, essas constâncias do primeiro estrato da *Guerra de Sessenta Anos* retratavam o processo de formação dos Estados-nacionais na região-mundo platina. Não era a aversão ao expansionismo portenho o que caracteriza as dissidências argentinas, elas mesmas uma vivificação do sonho anterior de Artigas, mas a oposição a Rosas – e à concentração do orçamento confederativo em Buenos Aires. Os gabinetes do Império, nos fatos, não vislumbravam nos caudilhos argentinos dissidentes a garantia última de uma Confederação Argentina satisfeita com o território que herdara na independência, mas um entrave, exatamente como os enxergava Buenos Aires, à consolidação nacional. Eliminá-las, no entanto, era amplamente mais custoso do que negociar com os farrapos, por certo muito maltrapilhos perto das baterias de Corrientes e Entre Rios. Não à toa, foi exatamente entre a assinatura do Tratado de San Fructuoso e a Reunião de Paissandu, na qual se congregaram lideranças correntinas, entrerrianas, santafesinas, farroupilhas e *coloradas*, que dispararam os custos militares do Império diretamente vinculados ao Sul. No triênio 1841-43, a Farroupilha drenou praticamente 65% das receitas ordinárias do Brasil.²² O Império assim rendeu-se ao Rio Grande do Sul, preservando a unidade nacional nos limites dos interesses alfandegários gaúchos²³ e, auspiciosamente, incorporando em 1845 o *litoral* argentino e os *colorados* orientais a seu lado da balança platina de poder.²⁴ Nessas condições, o tratado militar de 1843 com Buenos Aires, sequer implementado, não teria razão alguma de ser, porque fora ambicionado pelo Império para sufocar a Farroupilha e, na perspectiva da Confederação, para ganhar tempo contra as belonaves britânicas e franceses ainda estacionadas no Prata.²⁵ Terminou ganhando-o o Império nas negociações com o Rio Grande do Sul, pelo menos até a assinatura dos Tratados Arana-Southern e Arana-LePrédour, respectivamente em 1849 e 1850.

III] As causas do conflito de 1864 na perspectiva da região-mundo

À altura de *Vuelta de Obligado*, no rio Paraná, as belonaves franco-britânicas impuseram-se em 1845 às forças de Rosas, o que lhes abriu passagem

22 A estimativa contempla os gastos militares totais do Império, subtraindo-se daí as despesas relativas às demais revoltas ainda em curso. Também foram omitidos os gastos relativos à manutenção de destacamentos não despachados para o Rio Grande do Sul. Relevantes, as despesas com juros próprios ao financiamento da Farroupilha também foram agregadas. Ver, ainda: Relatórios do Ministério da Fazenda, 1841-1844. CARREIRA, Liberato de Castro. *História financeira e orçamentário do Império do Brasil*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980; CARRARA, Angelo Alves. *As finanças do Estado brasileiro, 1808-1898*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022.

23 LEITMAN, Spencer L. *Raízes socioeconômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

24 FERREIRA, *op. cit.*

25 CORONATO, Daniel Rei. *Diplomatas & Estancieiros: a construção nacional brasileira e a busca do equilíbrio de poder no Prata*. Belo Horizonte: Convexa, 2020.

para os mercados do *litoral* – e eventualmente do Paraguai. Não obstante, as vendas especialmente britânicas ficaram largamente aquém do esperado, e a frustração, remediada pela adoção de uma política unilateral de livre comércio em Londres, redundou num imediato desinteresse pela livre navegação na bacia do Prata.²⁶ Depois de sustar o bloqueio no estuário do rio da Prata, a Grã-Bretanha cedeu a Buenos Aires o controle do Paraná, e a França liquidou seus encargos financeiros destinados à sustentação da praça de Montevidéu, onde as forças do *colorado* Fructuoso Rivera permaneciam encasteladas contra as tropas do *blanco* Oribe.

Em poucos anos, a mudança de padrão do *Foreign Office* transformaria a tônica da região-mundo platina, encerrando a primeira fase da *Guerra de Sessenta Anos*. Antes alinhados no interesse pela livre navegação no Prata, o Brasil e a Grã-Bretanha entraram em rota de colisão. Superada a indisposição britânica com Rosas, restava ao *Foreign Office* voltar seus cruzeiros platinos, agora inteiramente disponíveis, para a execução última do *Slave Trade Suppression Act*, também de 1845. Assim, devido a um rearranjo das condições platinas, da pacificação gaúcha resultou a premência de um novo conflito para o Império, visto que a inabalada aliança entre Rosas e Oribe fechava inteiramente a bacia do Prata à navegação brasileira. “*Nec hercules contra duo*”, diria pouco depois Paulino José Soares de Souza à frente do ministério dos Negócios Estrangeiros, compreendendo que, visto o cenário platino, a causa do tráfico de escravos estava perdida.

Quando foi editada a Lei Eusébio de Queirós, que pôs termo definitivo ao tráfico internacional de escravos no Brasil e docilizou, portanto, as tensões com Londres, os conservadores no poder assumiram que a recomposição econômica do Império dependia do Prata, uma draga tenazmente ainda capaz de extrair a maior parte dos quase 50% do orçamento ordinário destinados às despesas militares.²⁷ Em outras palavras, a persistência expansionista de Rosas, ampliada agora com o recuo franco-britânico, significava para o Império, afora a impossibilidade de resguardar a fronteira soberana de seu litoral platino, a virtual incapacidade de concentrar recursos no desenvolvimento, notadamente, da infraestrutura de integração física em outra bacia, a vale-paraibana – àquela altura, o coração pulsante do orçamento imperial e a maior via de inserção na economia-mundo.

Pelo tamanho do embaraço à consolidação do Estado-nacional, a bacia do Prata, ao mesmo tempo, foi a maior aposta para tanto. Os conservadores entenderam-no bem, porque inclusive sua hegemonização interna dependia da externa, e despacharam então a missão Honório Hermeto Carneiro Leão

26 DARWIN, John. *The Empire Project. The Rise and Fall of the British World-System, 1830-1970*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

27 CARREIRA, *op. cit.*; CARRARA, *op. cit.*

para o Prata em 1851. O êxito foi absoluto. Prenunciada em 1845, o Império formalizou a aliança com os *colorados* de Rivera e as principais lideranças anti-rosistas, naquele momento, Justo José de Urquiza, de Entre Rios, e Benjamín Virasoro, de Corrientes. A um custo expressivo, considerados os empréstimos externos que o Rio de Janeiro concedida a seus novos aliados²⁸, o Império lograria impor sua hegemonia no Prata.

A derrota de Oribe importou na subsequente assinatura em 1851 de tratados desiguais, uma espécie de emulação do que Londres ditara ao Rio de Janeiro décadas antes: pelo acordo, ficavam abolidos os direitos alfandegários sobre a pecuária gaúcha no Uruguai, que, agora, concedia ao Império o direito de intervenção em caso de conflito interno, podendo o Brasil, ainda, solicitar a extradição de escravos foragidos: um particular interesse dos antigos farrapos. De fundamental importância para o Rio de Janeiro, ainda, garantia-se a livre navegação do rio Uruguai, o que o Império também obteve em relação ao Paraná com a derrota de Rosas em fevereiro de 1852.²⁹ De forma igualmente lisonjeira para o Império, a Argentina implodiu em dois Estados independentes após a pacificação do Uruguai: a nova Confederação Argentina e o Estado de Buenos Aires. Naquelas condições, a fragmentação do antigo rival – com palpável dispersão, para as duas Argentinas, de suas capacidades orçamentárias, suas projeções militares e suas articulações diplomáticas – reforçou a unipolaridade de um Império que substituiu, então, a pretérita política de contenção a Buenos Aires pela de manutenção do *status quo* – naturalmente – hegemônico.

Na perspectiva da região-mundo platina, o conflito de 1864 teve suas origens precisamente nessa radical alteração de padrões, não apenas brasileiro, que decorreu do biênio 1851-1852. Nenhuma das Argentinas reconduziu o expansionismo territorial que caracterizara Rivadavia ou Rosas. O Estado de Buenos Aires, liderado por Valentín Alsina, Pastor Obligado e Bartolomé Mitre, preocupou-se em obter o reconhecimento internacional e, sobremaneira, em demover o Império do apoio financeiro que prestava à nova Confederação Argentina de Urquiza.³⁰ Por sua vez, Urquiza, que fixou a capital na cidade de Paraná, reconheceu em 1852 a independência do Paraguai, agora liderado por Carlos Antonio López. Com ele, Urquiza dispôs-se a barganhar facilidades de navegação e comércio: uma maneira de sedimentar uma aliança oportuna

28 FERREIRA, Gabriela Nunes. *O rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006.

29 SOUZA, José Antônio Soares de. *Honório Hermeto no rio da Prata* (Missão especial de 1851/52). Brasília: FUNAG, 2022.

30 É o que sobressai da correspondência entre diplomatas portenhos e brasileiros na década de 1850, o que ainda merece maior pesquisa. A esse respeito, consultar: Archivo Histórico de Cancillería (AMREC, Buenos Aires) – Colección Estado de Buenos Aires, Caja 7, Legación Imperial en Buenos Aires; e Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI, Rio de Janeiro) – 205-003-002/314/5/10, Buenos Aires, Ofícios Recebidos/Despachados; e 271-1-5, Argentina, Ofícios ostensivos, reservados e confidenciais / Cartas particulares recibidas do chefe de missão.

na eventualidade, ao fim realizada, de o Império refrear novos empréstimos à Confederação.³¹

Em todos os casos – e tão somente a partir da internalização da nova balança de poder – a década de 1850 catapultou Assunção às dinâmicas da região-mundo platina, rigorosamente quando se firmou sua soberania: uma etapa fulcral no processo de consolidação do Estado-nacional paraguaio. Sem a ameaça portenha – e sequer a do Império, que reconhecera a independência guarani em 1844 – Assunção abandonou de vez a política de autonomia pelo isolamento, já flexibilizada durante marcha do *litoral* contra Rosas. A consequente exposição ao mundo platino foi a melhor garantia de robustecimento interno do Paraguai. As exportações de erva-mate ganharam impulso, e também a importação de material bélico a partir de tratados comerciais assinados com os Estados Unidos, a França e a Grã-Bretanha.³² Em poucos anos, o país disporia de seus primeiros quilômetros de ferrovia e de um estaleiro, bem como de uma doca, de uma frota nacional e de uma fundição de ferro.³³ Embora ainda muito modesta, a expansão econômica era retrato do ganho de espaço no Prata e, assim, da inserção paraguaia na economia-mundo.

O Império então se apressou a assinar em 1856 o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação com Assunção, de maneira a assegurar a livre navegação do rio Paraguai e, consequentemente, o tráfego fluvial até o Mato Grosso.³⁴ Manifestação da hegemonia Imperial no Prata, a movimentação diplomática foi igualmente maneira de expressar o limite do inegociável para o Rio de Janeiro. Caso cedesse, o Império perderia os ganhos de 1851-1852, o que invariavelmente significaria voltar a empatar o orçamento nacional nas Forças Armadas. Da mesma forma, buscando resguardar os logros alcançados após a derrota de Rosas, o Império não atendeu a Urquiza quando convocado, no final da década de 1850, a defrontar-se contra o Estado de Buenos Aires, visto que eventual êxito da Confederação alteraria o *status quo* regional. Não à toa, nesta nova etapa da *Guerra de Sessenta Anos*, a Batalha de Pavón, conflito civil que consolidou em 1861 a Argentina sob a liderança portenha, não contou com o envolvimento do Império.³⁵

Impensável nas décadas anteriores ao biênio 1851-1852, tampouco o Uruguai imiscuiu-se em assuntos agora tidos como exclusivamente argentinos. Visto que não cabia mais na unidade territorial argentina, o Uruguai

31 YEGROS; BREZZO, *op. cit.*

32 PLÁ, Josefina. *The British in Paraguay, 1850-1870*. Richmond: Richmond Publishing, 1976.

33 WHIGHAM, *op. cit.*; NÚÑEZ, Ronald León. *A Guerra contra o Paraguai em debate*. São Paulo: Sundermann, 2021.

34 DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra*. Nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2022 [2002].

35 DONGHI, Tulio Halperín. *Proyecto y construcción de una nación (1846-1880)*. Buenos Aires: Emecé, 2007.

encontrou-se nacionalmente consolidado como semi-protetorado do Império na década de 1850: talvez uma estranha forma de Estado-nacional, porém em tudo distante da situação pendular anterior, própria à fragilidade territorial do país. A nova pendularidade uruguaia, pela qual os *blancos*, de volta ao poder em 1860, apadrinharam as ambições de Solano López, não se processava mais como garantia à existência do Estado-nacional uruguaio, mas como aversão à unipolaridade imperial. Os próprios argentinos consentiam agora com a soberania uruguaia, mesmo se unidos aos brasileiros na defesa dos *colorados*: na perspectiva de Buenos Aires, a maior aposta para manter Urquiza, um potencial aliado dos *blancos*, preso a sua derrota em Pavón. Assim, como enraizamento da radical transformação na balança platina de poder ocorrida em meados do século, todos os padrões platinos já estavam modificados no início da década de 1860. Era o maior sintoma de um novo tempo na formação dos Estados-nacionais platinos.

A própria intervenção imperial de 1864 no Uruguai, por curioso que pareça, não foi um mecanismo de preservação da soberania Uruguaia, como ocorrera em meados do século para conter o expansionismo de Buenos Aires, mas um novo alerta com o qual Rio de Janeiro expressava não estar disposto a rever os termos de sua hegemonia. O que incomodava da aproximação entre *blancos* e *lopistas* não era a ameaça que o conluio impunha ao *status quo* estado-nacional – *de jure* e de fato, endossado por todos no Prata –, mas *ao status quo* hegemônico do Império, precisamente àquela altura já alterado. Em outras palavras, a aliança *blanco-lopista* manifestava uma força contra-hegemônica, num tempo, então, em que os Estados-nacionais do Prata estavam efetivamente consolidados: as disputas civis que subsistiram na Argentina e no Uruguai, inclusive quando já assinada a Tríplice Aliança, não se assemelharam às pretéritas revisões de extensões territoriais, às reavaliações das unidades estatais ou, simplesmente, aos reexames das identidades nacionais.³⁶ Talvez de maneira menos intuitiva, o próprio distanciamento dos vizinhos em relação a esse novo tipo de conflito – o que era inconcebível décadas antes – evidenciou quão nacionalizados agora estavam os embates civis.

Conclusão

Nesses termos e assumindo, pelo menos na abordagem da região-mundo, que os Estados-nacionais platinos estavam consolidados quando

36 PAZ, Gustavo. La vida política. In: GELMAN, Jorge (org.). *Argentina: la construcción nacional*. Tomo 2, 1830-1880. Madrid: Fundación MAPFRE; Taurus, 2011. p. 29-80; CAETANO, Gerardo. La vida política. In: CAETANO, Gerardo. *Uruguay. Reforma social y democracia de partidos*. Tomo II: 1880-1930. Madrid: Fundación MAPFRE; Planeta, 2015. p. 35-84.

estourou o conflito contra López, então esta última etapa da *Guerra de Sessenta Anos* somente poderia ter outra causa. Do ponto de vista das alianças sistêmicas, haveria razão em assumir o início do conflito contra López não a partir da captura do vapor *Marquês de Olinda* pelos paraguaios, mas quando o Império interveio militarmente no Uruguai, que, escorando-se numa aliança não escrita com Assunção, já havia rasgado os Tratados de 1851. Pela mesma lógica, o envolvimento argentino teria ocorrido antes da invasão ao *litoral* pelas tropas paraguaias, já que o porto *blanco* de Montevideu oferecia a Assunção auspiciosa variante comercial ao de Buenos Aires, onde Mitre encabeçava um governo nacional dependente da alfândega para sustentar, pela força militar, seu domínio sobre o sistema autônomico provincial. No entanto, na perspectiva da região-mundo, o conflito de 1864 foi apenas um episódio da *Guerra de Sessenta Anos*: as origens das hostilidades contra López não poderiam resumir-se ao imbróglie *blanco*-lopista.

O Brasil foi o nódulo da nova contradição platina, porque o *status quo* logrado na década de 1850 estava em revisão. Assim, a síntese de 1851-1852 foi uma superação apenas parcial das contradições próprias à primeira etapa da *Guerra de Sessenta Anos*, visto que as contestações ao *status quo* hegemônico imperial, ao mesmo tempo que sugeriam ao Rio de Janeiro um retorno às fragilidades estado-nacionais anteriores, eram as vias autonomistas de inserção regional para o Uruguai e o Paraguai no início da década de 1860: tornando tudo mais complexo, elas mesmas eventuais ameaças à hegemonia interna que Buenos Aires assegurara em Pavón.

Visto por outro ângulo, foi tão somente mediante a interiorização da síntese de 1851-1852 que Assunção firmou-se soberana pela projeção no Prata e, para preservar sua fortuna, entrou em contradição com o Rio de Janeiro, cuja unipolaridade, naquele então, já estava desmentida pelos *blancos*. Em sequência, o Império respondeu de forma ultrapatriótica ao nacionalismo *blanco* de Bernardo Berro e de Atanasio Aguirre – e de seu aliado paraguaio, Solano López. A culpa do Império, caso seja pertinente buscá-la, estaria assim apenas na precedência de sua agressão. No entanto, na lógica da região-mundo interessa compreender a hostilidade brasileira, em primeira instância, como incorporação das lições do tempo.

Por essa mesma lógica, quando d. Pedro II negou compaixão qualquer por Solano López em janeiro de 1869, no fundo, não expressava apenas a honra abalada ou a aposta nos louros da vitória que seu genro traria ao Império. Falava das invasões joaninas, de Rivadavia e dos farrapos, mas sobretudo dos êxitos de 1851-1852, do orçamento imperial e dos escravos foragidos no Uruguai, de Urquiza e da Batalha de Pavón, do porto de Buenos Aires e da variante de Montevideu. Ordenava, em resumidas

contas, o término de uma guerra que começara ainda antes de seu próprio nascimento.

Referências

- BRAUDEL, Fernand. *Civilisation matérielle, économie et capitalisme, XV^e-XVIII^e siècle*. Le temps du monde. Paris: Armand Colin, 1979. t. 3.
- CAETANO, Gerardo. La vida política. In: CAETANO, Gerardo. *Uruguay. Reforma social y democracia de partidos*. Tomo II: 1880-1930. Madrid: Fundación MAPFRE; Planeta, 2015. p. 35-84.
- CAPDEVILA, Luc. *Une guerre totale*. Paraguay, 1864-1870. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2007.
- CARRARA, Angelo Alves. *As finanças do Estado brasileiro, 1808-1898*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022.
- CARREIRA, Liberato de Castro. História financeira e orçamentário do Império do Brasil. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.
- CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. Ser ou não ser. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CORONATO, Daniel Rei. *Diplomatas & Estancieiros: a construção nacional brasileira e a busca do equilíbrio de poder no Prata*. Belo Horizonte: Convexa, 2020.
- COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles*. O Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império. São Paulo: Unicamp, 1996.
- DARWIN, John. *The Empire Project*. The Rise and Fall of the British World-System, 1830-1970. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- DE MARCO, Miguel Ángel. *La Guerra del Paraguay*. Buenos Aires: Emecé, 2007.
- DONGHI, Tulio Halperín. *Proyecto y construcción de una nación (1846-1880)*. Buenos Aires: Emecé, 2007.
- DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra*. Nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2022 [2002].
- DORATIOTO, Francisco. *O Brasil no rio da Prata, 1822-1994*. Brasília: FUNAG, 2014.
- FERREIRA, Gabriela Nunes. *O rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006.

- FREGA, Ana. Guerras de independencia y conflictos sociales em la formación del Estado Oriental del Uruguay, 1810-1830. *Dimensión Antropológica*, Cidade do México, v. 35, p. 25-58, set./dez. 2005.
- FRÉMONT, Armand. *La région, espace vécu*. Paris: Flammarion, 1999.
- GALLO, Klaus. *De la invasión al reconocimiento*. Gran-Bretaña y el río de la Plata, 1806-1826. Buenos Aires: A-Z Editores, 1994.
- GELMAN, Jorge; SANTILLI, Daniel. De Rivadavia a Rosas. *Desigualdad y crecimiento económico*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2006.
- GOYENA SOARES, Rodrigo (org.). *Diário do conde d'Eu, comandante em chefe das tropas brasileiras em operação na República do Paraguai*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2017a.
- GUZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. Regiões-província na Guerra da Tríplice Aliança. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 70-89, 2009.
- KOSSELCK, Reinhart. *Estratos do tempo*. Estudos sobre História. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2014.
- KRAUSE, Thiago; GOYENA SOARES, Rodrigo. *Império em disputa: coroa, oligarquia e povo na formação do Estado brasileiro (1823-1870)*. Rio de Janeiro: FGV, 2022.
- LA BLACHE, Paul Vidal de. *Principes de géographie humaine*. Lyon: ENS, 2015.
- LEITMAN, Spencer L. *Raízes socioeconômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- LYRA, Heitor. *História de Dom Pedro II*. Ascensão, v. I, 1825-1870. Belo Horizonte: EdUSP; Itatiaia, 1977.
- NÚÑEZ, Ronald León. *A Guerra contra o Paraguai em debate*. São Paulo: Sundermann, 2021.
- PAZ, Gustavo. La vida política. In: GELMAN, Jorge (org.). *Argentina: la construcción nacional*. Tomo 2, 1830-1880. Madrid: Fundación MAPFRE; Taurus, 2011. p. 29-80.
- PIMENTA, João Paulo Garrido. *Estado e nação no fim dos Império ibéricos no Prata, 1808-1828*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- PLÁ, Josefina. *The British in Paraguay, 1850-1870*. Richmond: Richmond Publishing, 1976.
- PRADO, Fabrício. *Edge of Empire: Atlantic Networks and Revolution in Bourbon Río de la Plata*. Berkeley: The University of California Press, 2015.
- RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil, 1750-2016*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

- SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1990.
- SARTRE, Jean-Paul. *Critique de la raison dialectique* (précédé de Question de méthode). Tome I: Théorie des emsembles pratiques. Paris: Librairie Gallimard, 1960.
- SOUZA, José Antônio Soares de. *Honório Hermeto no rio da Prata* (Missão especial de 1851/52). Brasília: FUNAG, 2022.
- STREET, John. *Artigas and the Emancipation of Uruguay*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- WHIGHAM, Thomas L. *The Paraguayan War: Causes and Early Conduct*. Calgary: University of Calgary Press, 2018.
- YEGROS, Ricardo Scavone; BREZZO, Liliana M. *História das relações internacionais do Paraguai*. Brasília: FUNAG, 2013.

As imagens e os Tempos

Sarah Tortora Boscov

O tempo encontra-se por toda parte e não há como entender a história de qualquer sociedade se apartando da temporalidade. Ao longo da história as sociedades se relacionaram com seus tempos e desenvolveram formas subjetivas individuais e coletivas de experienciar o tempo histórico – aqui compreendido como fenômeno social, isto é, um conjunto articulado de estruturas históricas que apresentam especificidades de um dado momento da história. A vivência desse tempo, em meio a homens e mulheres de determinado corpo social, invariavelmente gera aquilo que chamamos de *noções* de tempo, que são conhecimentos de certa maneira intuitivos ou inconscientes, mas também imediatos ou conscientes do que seja o tempo ainda que de forma primária. Essas *noções* podem encaminhar a *concepções* a respeito do que é o tempo, de modo a produzir conhecimento referente ao mesmo, de onde surge a possibilidade de *representações* do tempo de formas variadas, sendo uma delas as representações pictóricas, imagéticas e simbólicas que por seu turno podem ser articuladas a conceitos.¹

O presente texto visa demonstrar, mesmo que de forma sucinta, como o tempo histórico pode ser representado por via material obtida através de imagens produzidas por sociedades do passado e do presente, e de que maneira existe a possibilidade de vislumbra as experiências vividas no passado as quais, conforme Reinhart Koselleck,² se articulam em tempos históricos, e são por estes significados. Admitimos, assim, que a expressão artística em suas diversas facetas pode ser a representação do pensamento social mediante o qual o historiador pode reconhecer como uma dada coletividade percebe e formula sua identidade, expressa seus valores e crenças, estabelece referências e rejeita elementos estranhos às suas convicções.³

1 PIMENTA, João Paulo. Notions and concepts of time in late eighteenth-century Brazil *internationaler Kongress zur Erforschung des 18. Jahrhunderts*, Graz, 2011. p. 1-12.

2 KOSSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

3 LIMA, Valéria Alves Esteves. Um “em Marcha”: Pensamento e Prática Artística no Brasil Oitocentista. *Impulso*, Piracicaba, v. 25, n. 64, p. 109-124, set./dez. 2015. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/impulso/article/view/2837>.

As imagens podem ser usadas como fontes históricas para análise por conterem traços, camadas históricas, bem como conceitos de determinada época que chegam aos historiadores como vestígios que se conservaram, e que podem ser entendidos, nos casos pictóricos, como cinzas “não só pelo tempo que passa, como pelas cinzas de tudo aquilo que o rodeava e que ardem”⁴ ao olharmos para uma representação imagética. Para Koselleck, uma das formas de se compreender a história se dá por meio da investigação dos fatos “que já foram anteriormente articulados na linguagem ou então, com ajuda de hipóteses e métodos, [que o historiador] reconstrói fatos que ainda não chegaram a ser articulados, mas que ele revela” através de vestígios,⁵ ou seja, essas articulações são conceitos, e são primordiais para compreender a história por apreenderem a narrativa mediante a linguagem. Porém, pode-se estender tal ideia para as representações pictóricas, pois, como atesta Didi-Huberman, são as imagens a forma específica de se pensar o tempo histórico e social.⁶

Os conceitos são apreendidos pela experiência histórica ou podem ser elaborados posteriormente para explicar uma dada realidade, nas palavras de Koselleck, seriam estes alguns conceitos que “não classificam experiências, mas [se tratam] de conceitos que criam experiências”;⁷ tais conceitos viriam antes da experiência em si, o que por um lado, se aproxima da capacidade da imagem em conter elementos que muitas vezes só serão compreendidos por épocas posteriores que não de sua produção, devido ao fato das imagens não serem fixas em um tempo cronológico, mas conterem em seu interior o encontro de passado e futuro, de tempos heterogêneos – apesar de invariavelmente apreenderem questões próprias de seu tempo que são passíveis de serem representadas por se apoiarem em padrões de repetibilidade que dão pistas de vivências passadas, “inclusive de pessoas comuns que vivenciam os padrões disponíveis de sensibilidade diante do tempo que lhes são oferecidos no momento em que vivem”.⁸ Nas imagens pode-se perceber reminiscências e repetições que são demandas do cotidiano em que o autor da imagem está inserido; contudo, há nelas também estruturas de longa duração devido aos

4 DIDI-HUBERMAN, George. Quando as imagens tocam o real. *Pós: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG*, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 206-219, nov./abr. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistapos/article/view/15454>.

5 KOSELLECK, *op. cit.*, p. 305.

6 TAVARES, Marcela Botelho Tavares. *O(s) Tempo(s) da Imagem: uma investigação sobre o estatuto temporal da imagem a partir da obra de Didi-Huberman*. 2012. 114 f. Dissertação (Mestrado em Estética e Filosofia da Arte) – Programa de Pós-Graduação em Estética e Filosofia da Arte, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2012. p. 10.

7 KOSELLECK, *op. cit.*, p. 324.

8 D’ASSUNÇÃO, José. Koselleck, a história dos conceitos e as temporalidades. *Araucaria. Revista Iberoamericana de Filosofia, Política y Humanidades*, Sevilha, v. 18, n. 35, p. 41-53, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/282/28245351003.pdf>.

ritmos temporais presentes no momento de sua produção e que foram apreendidos pela imagem.

A sensibilidade diante do tempo é delineada pela *experiência* e pela *expectativa*, duas categorias empregadas por Koselleck, e são importantes, pois passado, presente e futuro sujeitam-se a elas em termos de duração, e de acordo com as sensações vividas podem se alterar, se expandir ou encurtar-se.⁹ A tensão entre essas duas categorias produz o tempo histórico, o tempo que abarca, como afirma João Paulo Pimenta, a “síntese dos *muitos tempos da história*. Afinal uma mesma sociedade possui várias dimensões, cada uma com seus ritmos próprios de existência e transformação; logo, possui não apenas um, mas vários tempos, e todos ao mesmo tempo”.¹⁰ Esses *muitos tempos da história* produzem as estruturas que amparam os tempos e estipulam os limites da ação do indivíduo em dada sociedade, são “sempre internamente assimétricas (de acordo com as hierarquias de tempo nela[s] encontradas), mas também [estão] sempre se movendo e modificando no espaço e...no tempo”.¹¹ A partir do presente as sociedades ressignificam o passado e o futuro, da mesma maneira que é no presente que a *experiência* pertencente ao passado é revivida na atualidade e, inclusive, pode ser modificada a depender de perspectivas diferentes desse mesmo presente,¹² em última instância a *experiência* está impregnada de realidade. Paradoxalmente, Didi-Huberman chama a atenção para o fato de que as imagens não estão no presente, são sobreviventes ao tempo e o encapsulam simultaneamente, daí decorre a oportunidade de vislumbrar as relações de tempo mais complexas comportadas pela imagem, sendo o presente algo como um “múltiplo comum” ou “mínimo divisor”.¹³

A *experiência* passada, segundo Koselleck, tem uma espacialidade própria e comporta em seu interior um aglomerado que forma um todo onde “muitos estratos de tempos anteriores estão simultaneamente presentes, sem que haja referência a um antes e um depois”,¹⁴ mas também é referência de uma realidade empírica de ações e eventos que estão no passado, e são mostras de vários níveis de percepção e interpretação subjetiva dos eventos.¹⁵ A *experiência* “é indestrutível, mesmo que se encontre reduzida às sobrevivências e às clandestinidades de simples lampejos na noite”,¹⁶ e é essa experiência que

9 KOSELLECK, *op. cit.*

10 PIMENTA, João Paulo. *O Livro do Tempo: ma história social*. São Paulo, Edições 70, 2021. p. 22-23.

11 *Ibidem*, p. 23.

12 KOSELLECK, *op. cit.*, p. 312.

13 DIDI-HUBERMAN, *op. cit.*, 2012, p. 213.

14 KOSELLECK, *op. cit.*, p. 311.

15 LEONHARD, Jörn. Language, Experience and Translation: Towards a Comparative Dimension. In: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier (org.). *Political Concepts and Time*. New Approaches to Conceptual History. Cantabria: Cantabria University Press, 2011. p. 248.

16 DIDI-HUBERMAN, George. *Sobrevivência dos Vaga-Lumes*. Belo Horizonte: UFMG, 2011. p. 148.

produz imagens que resistem ao tempo, e que se explicam pela noção de *sobrevivência*, “sobrevivência dos signos ou das imagens, quando [até mesmo] a sobrevivência dos próprios protagonistas se encontra comprometida”.¹⁷ quer pela mortalidade humana, quer por fatores de inflexão externos aos homens. A imagem sobreviverá – nesse aspecto sempre é voltada ao futuro – caso não seja relegada a destruição completa, enquanto o ser humano que a criou ou a protagonizou, não resistirá à lima do tempo.

A *sobrevivência* é percebida pelas formas, gestos, expressões, alegorias, símbolos, conceitos que atravessam períodos encobertos, submersos, e que retornam constantemente por meio da transmissão da história e da memória.¹⁸ É possível compreender essa difusão mnemônica da imagem comparando-a com “cristais de memória histórica” que possuem dimensão dual: a originalidade e repetição,¹⁹ e tendem a se enrijecer no decorrer da transmissão histórica coletiva ou individual em formato imagético que compõem a memória do indivíduo. Essas afirmações são baseadas em Aby Warburg²⁰ para quem a *sobrevivência* das formas de representar – visto como tópicos figurativos ou lugares-comuns visuais que foram mobilizados por artistas, pintores e artífices, de forma consciente ou não, ao longo da história da arte – é a forma de revigoração de “forças psíquicas arraigadas na memória coletiva, cristalizadas como espectros em imagens dotadas de intensa força”.²¹

Assim, a imagem reproduz seu tempo, mas também coloca diante de seu observador o tempo em si; “sempre, diante da imagem, estamos diante do tempo”,²² de um tempo invólucro passado, que concomitantemente contém em si camadas de tempo, *estratos*, que juntas, em uma primeira impressão, apresentam-se em um molde de uma “massa de fatos miúdos, uns brilhantes, outros obscuros e indefinidamente repetidos, esses mesmos fatos que constituem, na atualidade, o despojo cotidiano da micro-sociologia”.²³ Diante da imagem estamos diante de um *cristal de tempo* onde o outrora se encontra com o agora, onde o tempo se cristaliza, se difrata, formado pelo choque do

17 DIDI-HUBERMAN, *op. cit.*, 2011, p. 150.

18 TAVARES, *op. cit.*, p. 78.

19 TEIXEIRA, Felipe Charbel. Aby Warburg e a pós-vida das Pathosformeln antigas. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 3, n. 5, p. 134-147, set. 2010. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/171>.

20 WARBURG, Aby. Mnemosyne. In: BARTHOLOMEU, Cezar (org.). Dossiê Warburg. *Revista Arte & Ensaios. Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais EBA/UFRJ*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 19, p. 118-143, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/50819/27565>.

21 TEIXEIRA, *op. cit.*, p. 139.

22 DIDI-HUBERMAN, George. *Ante el tiempo*. Historia del arte y anacronismo de las imágenes, Buenos Aires: Adriana Hidalgo, 2006. p. 11.

23 BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais: a longa duração. In: BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1976. p. 46. Também: KOSELLECK, *op. cit.*

encontro do passado com o presente.²⁴ Desse modo pode-se apreender o(s) tempo(s) histórico(s) em suas diversas dimensões como cotidiana, política, religiosa, etc., por conta da assimetria existente entre os conceitos de *espaço de experiência e horizonte de expectativas*, sendo que cada época tende a reavaliar essa tensão que pode ser, igualmente, entendida como uma tensão entre Passado e Futuro, por meio da mediação do Presente.²⁵ Cabe ressaltar que cada época deixa registrado em imagens não só suas demandas do presente, mas suas interpretações de passado bem como expectativas de futuro.

A partir do século XVI nota-se um aumento considerável de registros imagéticos no Ocidente, isso deve-se, em parte, a um sentimento intenso de assinalar a realidade que estava se consolidando na Europa cristã ocidental, sentimento que visava tratar do universal em termos de quantidades uniformes, e não mais de qualidade. Era o *sentir* dando lugar ao *existir* que incentivou registros gráficos, quer escritos, quer em forma de imagens, sendo esse último a tradução do desejo de demarcar o máximo possível a realidade visualmente.²⁶ Valorizava-se cada vez mais a *vista* como construtora de conhecimento a qual levou à prática da representação, o que era visto no cotidiano deveria ser representado culminando em um vínculo entre a representação pictórica e o que era de conhecimento natural. As expressões visuais tornaram-se cada vez mais necessárias à cultura europeia e posteriormente às culturas americanas e dos jovens Estados independentes do século XIX na América, intensificando-se a vulgarização “da imagem com finalidades informativas e didáticas”.²⁷ No tocante a América portuguesa, objeto de parte de nossa pesquisa, com a chegada da Corte em 1808 há a criação de condições de “um novo tipo de experiência histórica ou de temporalidade descrita como ‘moderna’”.²⁸ Houve, dessa maneira, o incremento às temporalidades vividas de uma nova forma de experienciar o tempo cujo sentimento de celeridade, abertura e expansão de um novo horizonte de expectativas, era uma das formas desse novo tempo se apresentar a parte dos agentes da época. Na América, segundo Guillermo Zermeno, ocorre no século XIX a fratura entre

24 DIDI-HUBERMAN, *op. cit.*, 2006a, cap. 4, p. 339-340. *Cristal de tempo* é um conceito que Didi-Huberman analisa e toma emprestado de Walter Benjamin para pensar as imagens e o tempo. Para Benjamin a imagem demonstra o choque fulgurante e resplandecente do passado (outrora) com o presente (agora), um choque que traz à luz uma constelação, a qual Benjamin denomina de “dialética em suspenso”. Não é algo que se desenvolve, mas uma imagem entrecortada pela relação do Outrora com o Agora.

25 D’ASSUNÇÃO, *op. cit.*, p. 51.

26 CROSBY, Alfred: *A mensuração da realidade*. A quantificação e a sociedade ocidental, 1250-1600. São Paulo: UNESP, 1999.

27 FARIA, Miguel Figueira de; PATACA, Ermelinda Moutinho. Ver para Crer: A importância da imagem na gestão do Império Português no final de Setecentos. *Anais: Série Histórica*, Lisboa, v. 9-10, p. 61-98, 2005. p. 65, v. IX/X.

28 ZERMEÑO PADILLA, Guillermo. História, experiência e modernidade na América Ibérica, 1750-1850. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 7, p. 5-46, 2008. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11679/13449>.

história sagrada tida como perfeita e a humana – a história que pode ser protagonizada pelos homens e não apenas repetida ao longo dos tempos – advinda dos eventos políticos e sociais que propriamente intelectuais.²⁹ No entanto, a abertura de um novo espaço de experiência política não eliminou automaticamente as formas de vida criadas anteriormente.

No âmbito das artes, a partir de 1808, abre-se espaço a novas formas de representação não mais ligadas ao predomínio da arte sacra representativa, sobretudo, de um tempo religioso sempre voltado ao futuro eterno, sucede a este o espírito racionalista e laico que daria formas imagéticas e arquitetônicas aos índices de civilização aspirados pela Coroa portuguesa em terras brasileiras.³⁰ Nessa circunstância há uma abertura de horizonte nas imagens bem como “uma transformação na presença, na produção, circulação, no consumo, nos usos e nos significados das imagens”³¹ para parte da sociedade da época. Dessa forma, as artes foram muito estimuladas e incentivos foram dados para a vinda de artistas estrangeiros que deixaram muitos registros pictóricos em um contexto em que as expedições científicas se proliferavam legando à História da Arte uma nova categoria artística produzida por artistas viajantes.³²

À guisa de exemplo:

Figura 1- Thomas Ender, “Floresta do Morro do Corcovado”, 1817.



Fonte: Brasiliana Iconográfica, Instituto Moreira Salles.

29 ZERMEÑO PADILLA, *op. cit.*, p. 16.

30 LIMA, *op. cit.*, p.108-109.

31 SCHIAVINATTO, Iara Lis Schiavinatto. Passados presentes: alguns sentidos das imagens nas Independências do Brasil. In: FURTADO, Junia Furtado; SLEMIAN, Andréa. *Uma cartografia dos Brasis: poderes, disputas e sociabilidades na Independência*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022. p. 23.

32 DIENER, Pablo Diener; COSTA, Maria de Fátima Costa. A Arte de Viajantes: de documentadores a artistas viajantes. Perspectivas de um novo gênero. *Revista Porto Arte: Revista de Artes Visuais*, Porto Alegre, v. 15, n. 25, p. 75-89, nov. 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/PortoArte/article/view/10537>.

A imagem foi produzida por Thomas Ender, pintor, desenhista e gravador austríaco que chegou ao reino do Brasil em 1817 acompanhando a expedição dos naturalistas Spix e Martius por motivo do casamento de D. Leopoldina com Pedro de Alcântara, herdeiro da Coroa portuguesa.³³ O desenho apresenta parte da floresta do Morro do Corcovado, suas árvores, o espaço de seus rios, e três diminutos personagens ao fundo que dão dimensão da grandeza da natureza que o pintor apresenta e diante dela são de menor importância. No momento em que contemplamos o desenho há nesse ato a adição de mais uma temporalidade, a do nosso *presente*, que impele a interpretações dos símbolos e conceitos contidos na imagem que remetem aos tempos passados registrados nessa representação. A imagem traz alguns aspectos interessantes que devem ser ressaltados: coloc-se diante do observador o tempo da natureza, um tempo longo, que foi retratado simultaneamente junto ao tempo curto do instante idealizado pelo pintor, no caso aqui Thomas Ender. Destaca-se também a contraposição de tempos que há dentro e fora da imagem entre a floresta tropical longeva, que já se encontrava estabelecida antes do momento da pintura, que não fora organizada para posar diante de Ender, e se manteria, por lógica, para além daquela geração; esse tipo de reprodução da natureza era uma novidade em termos de tradição na arte, não se tratava de reproduzir a natureza pura e simplesmente, mas sim, conceber uma ideia.³⁴ Como já dito previamente, a ideia era valorizar a *vista*, e principalmente a *vista* que serviria ao gosto daquilo que os europeus, público final da arte, queriam apreciar; era a representação de fato de um mundo que, nas palavras de Braudel, fora descoberto pela Europa através dos olhos.³⁵ Era um momento em que o Reino do Brasil se inseria no horizonte de expectativas do público europeu em face de ter sido até aquele período um segredo dos portugueses. Ao se deperar com uma paisagem completamente nova – lembrando que era muito comum essa modalidade de artista fazer tours pela Europa Ocidental observando e desenhando as paisagens europeias como complemento de seus estudos –, o artista daquele período colocava em ação seus sentidos e era experimentado por algo inédito tendo em vista que a experimentação ocorre a partir das experiências pregressas, no caso, relacionada com as imagens naturais de paisagens vistas pela Europa.³⁶

33 BOSCOV, Sarah Tortora. Thomas Ender. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PIMENTA, João Paulo (org.). *Dicionário da Independência do Brasil: História, Memória e Historiografia*. São Paulo: Edusp; Publicações BBM, 2022. p. 344-345.

34 DIENER; COSTA, *op. cit.*, p. 81.

35 BRAUDEL. Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo*. Séculos XV-XVIII. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009, v. I. p. 45.

36 BELLUZZO, Ana Maria. O viajante e a paisagem brasileira. *Revista Porto Arte: Revista de Artes Visuais*, Porto Alegre, v. 15, n. 25, p. 17-57, nov. 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/PortoArte/article/view/10514>; BELLUZZO, Ana Maria. *Brasil dos Viajantes*. São Paulo: Metalivros, 1994. 3. v.

Não se tratava mais de apreciar imagens do gênero natureza morta, que perfaziam o topo dos temas artísticos até então³⁷ e que continha em si a concepção tempo fluído que não poderia ser retido, a não ser, pela pintura que traduziria a tentativa de interrupção do fluxo temporal gerada pelo incômodo da finitude.³⁸ No desenho de Ender há a valorização do instante, porém, baseado na prática do estudo dos detalhes até que a natureza, no caso de pintores viajantes, fosse memorizada.³⁹ Nesse sentido o desenho acima é carregado de nova temporalidade entendida como moderna, por valorizar o seu presente, o tempo curto, o seu instante, mas também, comporta a tradição clássica do qual os arquétipos de beleza e simetria eram inspiradores, e encontrariam na natureza tropical seu par estético orgânico. É um pequeno exemplo de originalidade e de tempo presentes nessa imagem, modernidade e tradição, que por si sós são também conceitos que foram ressignificados ao longo do tempo, e tal qual atesta Koselleck, concentram em seu interior uma multiplicidade de significados solidificados apresentando, também, camadas temporais suscetíveis de serem recuperadas.⁴⁰ O passado inspirava a técnica e a forma, o presente a materializava dando luz a um novo gênero artístico. Importa destacar que pinturas de paisagens eram relativamente comuns, contudo, o que há de novo naquele momento é o interesse em moldar o passado clássico em um instante tido como inalterado, no caso aqui retratado como natureza tropical.

Outro ponto interessante a ser ressaltado é que o esboço do desenho de Ender foi produzido em 1817, mas só veio a público em 1846. Existiu um intervalo temporal entre a produção e a elaboração da obra propriamente dita, por isso, também, a valorização da memória, do que foi visto e do que foi vivido como instrumento para a conclusão do desenho. No momento em que o artista se debruçasse para desenvolver sua imagem, recorreria à *experiência* vivida a qual seria revivida naquele presente e teria o poder de alterar o que foi visto de fato para o que seria reproduzido e legado a posteridade.

As imagens podem ser consideradas únicas, porém, da mesma maneira que a história, se apoiam em padrões de repetibilidade que não se esgotam em sua unicidade. Isso decorre do fato de que os agentes de dado momento da história deixam suas marcas, que em conjunto com a possibilidade de repetição, tornam-se material para a longa duração do tempo, sobretudo do tempo

37 LEE, Francis Melvin. *Instruir de maneira intensa e imediata: circulação e uso de estampas no Brasil joanino*. 2014. 395 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

38 Cabe a nós destacarmos que boa parte das imagens contém em si o esforço de aprisionamento do tempo e interrupção de sua passagem, todavia o gênero natureza morta é esse esforço explícito dentro da tradição artística.

39 DIENER; COSTA, *op. cit.*

40 KOSELLECK, *op. cit.*, p. 109.

cotidiano em que algumas coisas mudam mais lentamente que outras;⁴¹ afora os acontecimentos singulares, tais quais os fatos históricos, que são irreversíveis, e que dão oportunidade de vislumbrar as dinâmicas temporais, em virtude de ser o tempo histórico a própria irreversibilidade dos acontecimentos que se dão nas sociedades.⁴²

Bibliografia

Fonte visual

ENDER, Thomas. *Floresta do Morro do Corcovado*, 1817.

Livros

BARTHOLOMEU, Cezar (org.). Dossiê Warburg. *Revista Arte & Ensaios*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais EBA/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 19, n. 19, p. 118-143, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/50819/27565>.

BELLUZZO, Ana Maria. *Brasil dos Viajantes*. São Paulo: Metalivros, 1994. 3. v.

BELLUZZO, Ana Maria. O viajante e a paisagem brasileira. *Revista Porto Arte: Revista de Artes Visuais*, Porto Alegre, v. 15, n. 25, p. 17-57, nov. 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/PortoArte/article/view/10514>.

BOSCOV, Sarah Tortora. Thomas Ender. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PIMENTA, João Paulo (org.). *Dicionário da Independência do Brasil: História, Memória e Historiografia*. São Paulo: Edusp; Publicações BBM, 2022. p. 344-345.

BRAUDEL. Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo*. Séculos XV-XVIII. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009, v. I.

BRAUDEL. Fernand. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

CROSBY, Alfred. *A mensuração da realidade*. A quantificação e a sociedade ocidental, 1250-1600. São Paulo: UNESP, 1999.

D'ASSUNÇÃO, José. Koselleck, a história dos conceitos e as temporalidades. *Araucaria. Revista Iberoamericana de Filosofia, Política y Humanidades*, v. 18, n. 35, Sevilha, p. 41-53, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/282/28245351003.pdf>.

41 BRAUDEL, *op. cit.*, 2009.

42 HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra, 2008. p. 13.

- DIDI-HUBERMAN, George. A imagem Aura de agora, de outrora, e da modernidade”. In: DIDI-HUBERMAN, George. *Ante el tempo*. Historia del arte y anacronismo de las imágenes, Buenos Aires: Adriana Hidalgo, 2006a. cap. 4.
- DIDI-HUBERMAN, George. *Ante el tempo*. Historia del arte y anacronismo de las imágenes, Buenos Aires: Adriana Hidalgo, 2006b.
- DIDI-HUBERMAN, George. Quando as imagens tocam o real. *Pós: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG*, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 206-219, nov./abr. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistapos/article/view/15454>.
- DIDI-HUBERMAN, George. *Sobrevivência dos Vaga-Lumes*. Belo Horizonte: UFMG, 2011.
- DIENER, Pablo Diener; COSTA, Maria de Fátima Costa. A Arte de Viajantes: de documentadores a artistas viajantes. Perspectivas de um novo gênero. *Revista Porto Arte: Revista de Artes Visuais*, Porto Alegre, v. 15, n. 25, p. 75-89, nov. 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/PortoArte/article/view/10537>.
- FARIA, Miguel Figueira de; PATACA, Ermelinda Moutinho. Ver para Crer: A importância da imagem na gestão do Império Português no final de Setecentos. *Anais: Série Histórica*, Lisboa, v. 9-10, p. 61-98, 2005.
- FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier (org.). *Political Concepts and Time*. New Approaches to Conceptual History. Cantabria: Cantabria University Press, 2011.
- FURTADO, Junia Furtado; SLEMIAN, Andréa. *Uma cartografia dos Brasis: poderes, disputas e sociabilidades na Independência*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022.
- HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.
- LEE, Francis Melvin. *Instruir de maneira intensa e imediata: circulação e uso de estampas no Brasil joanino*. 2014. 395 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- LEONHARD, Jörn. Language, Experience and Translation: Towards a Comparative Dimension. In: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier (org.). *Political Concepts and Time*. New Approaches to Conceptual History. Cantabria: Cantabria University Press, 2011. p. 245-272.

- LIMA, Valéria Alves Esteves. Um País “em Marcha”: Pensamento e Prática Artística no Brasil Oitocentista. *Impulso*, Piracicaba, v. 25, n. 64, p. 109-124, set./dez. 2015. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/impulso/article/view/2837>.
- OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PIMENTA, João Paulo (org.). *Dicionário da Independência do Brasil: História, Memória e Historiografia*. São Paulo: Edusp; Publicações BBM, 2022.
- PIMENTA, João Paulo. Notions and concepts of time in late eighteenth-century Brazil. *Internationaler Kongress zur Erforschung des 18, 13^o, Jahrhunderts*, Graz, 2011. p. 1-12.
- PIMENTA, João Paulo. *O Livro do Tempo: uma história social*. São Paulo, Edições 70, 2021.
- SCHIAVINATTO, Iara Lis Schiavinatto. Passados presentes: alguns sentidos das imagens nas Independências do Brasil. In: FURTADO, Junia Furtado; SLEMIAN, Andréa. *Uma cartografia dos Brasis: poderes, disputas e sociabilidades na Independência*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022. p. 12-39.
- TAVARES, Marcela Botelho Tavares. *O(s) Tempo(s) da Imagem: uma investigação sobre o estatuto temporal da imagem a partir da obra de Didi-Huberman*. 2012. 114 f. Dissertação (Mestrado em Estética e Filosofia da Arte) – Programa de Pós-Graduação em Estética e Filosofia da Arte, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2012.
- TEIXEIRA, Felipe Charbel. Aby Warburg e a pós-vida das *Pathosformeln* antigas. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 3, n. 5, p. 134-147, set. 2010. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/171>.
- WARBURG, Aby. Mnemosyne. In: BARTHOLOMEU, Cezar (org.). Dossiê Warburg. *Revista Arte & Ensaios*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais EBA/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 19, n. 19, p. 118-143, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/50819/27565>.
- ZERMEÑO PADILLA, Guillermo. História, experiência e modernidade na América Ibérica, 1750-1850. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 7, p. 5-46, 2008. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11679/13449>.

Experimentos laboratoriais: tempo, espaço, estrutura e agência em um estudo sobre os correios do Brasil

Thomáz Fortunato

Em 2014, o filósofo Paulo Arantes descreveu um processo que parece bastante familiar atualmente: à medida que “o globo encolhe” e “os horizontes temporais se reduzem a um ponto em que só existe o presente”, o Novo Tempo do Mundo se constitui como “um *estado de perpétua emergência*”.¹ Experimentado por muitas sociedades, esse fenômeno temporal guarda importantes relações com uma espacialidade construída junto à expansão da economia-mundo capitalista e ao sistema-mundo moderno. Tal diagnóstico do mundo contemporâneo serve de ponto de partida para apresentar vínculos entre leituras realizadas no Lab-Mundi e os temas, métodos, teorias e questões que moldaram uma pesquisa de mestrado dedicada a analisar a formação da rede de correios no Brasil entre 1796 e 1829. A investigação se dedicou a avaliar a dimensão geográfica de uma moderna experiência do tempo e concluiu que os correios foram capazes de promover uma aceleração das comunicações por meio de encurtamentos do espaço.² Como as leituras e debates realizados no laboratório contribuíram para a construção deste objeto?

Comunicações postais e tempos sociais: Bloch, Braudel, Koselleck e Rosa

Construir uma rede postal nos domínios portugueses da América no final do século XVIII envolveu diversos agentes metropolitanos e luso-americanos, vários espaços marítimos e terrestres, bem como múltiplos tempos da natureza e da sociedade. Os anos finais do Setecentos apresentavam diferentes

1 ARANTES, Paulo. *O novo tempo do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 75; 77; 97, grifos no original.

2 FORTUNATO, Thomáz. *Topologias do tempo: a formação da rede de correios no Brasil (1796-1829)*. 2023. 488 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

desafios à Coroa portuguesa: grosso modo, de um lado havia a continuação do esforço reformista ilustrado em regenerar o Reino por meio de políticas econômicas envolvendo as colônias; de outro, havia um fundamentado temor em relação à soberania portuguesa na América após as revoltas, revoluções e conflitos imperiais que estavam ocorrendo nos últimos anos. Nesse contexto, o tempo das comunicações entre Lisboa e a América se tornou uma questão de articulação territorial.

Diplomatas, secretários de Estado, governadores e comerciantes do mundo português expressaram, com bastante diversidade, em várias conjunturas do século, uma expectativa de aceleração e regularidade das comunicações à distância. Com ressalvas distintas, a esperança de muitos era de que, com um sistema postal organizando a circulação epistolar, o governo do Estado e a vitalidade comercial poderiam ser aperfeiçoados, as distâncias entre colônias e metrópole encurtadas. Os intervalos de tempo que pautavam a conexão entre territórios portugueses estavam sendo concebidos como um fenômeno aberto à intervenção da sociedade, como algo mutável ao longo da história. Nesses termos, como a teoria pode contribuir para examinar o tempo como um fenômeno histórico e social?

Nos anos 1940, o historiador Marc Bloch escreveu que o tempo da história “é o próprio plasma em que se engastam os fenômenos e como o lugar de sua inteligibilidade”.³ A história seria a ciência dos homens no tempo porque a duração constituiria a atmosfera na qual o pensamento histórico se desenvolve. Assim, o tempo seria, simultaneamente, continuidade e mudança, de cuja relação se formariam os vínculos entre as sociedades ao longo da história. Por essa razão, o “historiador nunca sai do tempo”, “ele considera ora as grandes ondas de fenômenos aparentados que atravessam, longitudinalmente, a duração, ora o momento humano em que essas correntes se apertam no nó poderoso das consciências”.⁴ A precisão da perspectiva do historiador poderia ser mensurada a partir do manejo adequado dessas diversas formas temporais à natureza dos fenômenos analisados, pois o tempo humano na história – rebelde à uniformidade – é variável e multiforme. Por isso, parte das condições de inteligibilidade da história dependeria, em alguma medida, de uma sensibilidade à pluralidade dos ritmos do tempo.

Essa lição foi levada adiante, em 1958, por outro historiador, Fernand Braudel, que escreveu que “a história é a soma de todas as histórias possíveis”.⁵ Ao historiador caberia considerar esse campo de possibilidades por intermédio de uma dialética das durações, através de uma perspectiva que observasse as re-

3 BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. p. 55.

4 *Ibidem*, p. 135; 150; 153.

5 BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais. A Longa Duração. In: BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 2005. p. 53.

lações, harmoniosas ou conflitivas, entre processos que se desdobram segundo tempos distintos. Evento, conjuntura e estrutura designariam, como categorias do pensamento histórico, três formas de duração que organizam a totalidade de qualquer processo. A relação entre a plasticidade do tempo na história e sua correspondente maleabilidade na perspectiva do historiador adquiriria um vocabulário mais preciso, onde o historiador alterna seu olhar entre múltiplas durações que compõem um processo histórico, interpretando-o de modo temporalmente complexo, dilatando e diversificando a espessura temporal da causalidade na explicação histórica, sempre considerando as singularidades diante de suas condições de possibilidade. De ambas considerações teóricas decorrem importantes consequências analíticas para se pensar nos múltiplos tempos da formação da rede postal da América portuguesa.

Em 1796, o governador da capitania do Pará, D. Francisco de Sousa Coutinho, em resposta a uma demanda do Secretário da Marinha e Ultramar sobre o estabelecimento de correios na América, estimou várias distâncias entre Belém, Lisboa e outras capitais luso-americanas.⁶ Este governador, a exemplo de outros, mensurou as distâncias temporalmente, e a organização social da circulação postal, que estava em vias de ser imaginada, se caracterizava cada vez mais pela temporalização de espaços. Entretanto, dentre as diversas variáveis que influenciavam essas estimativas, havia um conjunto de fenômenos de longa duração frente aos quais as intervenções sociais sempre se defrontavam: as correntes marítimas do Atlântico, os regimes de vento no litoral, a intermitência das chuvas no continente, a topografia do terreno, entre muitos outros fatores, formavam tempos da natureza que, socialmente concebidos, estabeleciam parte das condições de possibilidade da organização social dos correios. Assim, o novo tempo das comunicações que a sociedade portuguesa estava empenhada em construir estava sendo gestado dialeticamente com os antigos tempos da natureza. Mas a formação desse espaço postal, além de se constituir no encontro de processos sociais com *durações* diferentes, também estava sendo construído mediante uma pluralidade temporal cuja amálgama se realizava na *experiência* das pessoas. Como analisar essa outra dimensão social do tempo?

Em 1975, o historiador Reinhart Koselleck escreveu que “todas as histórias foram constituídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas”⁷, cuja conexão constrói a forma pela qual, no presente, o passado se relaciona com o futuro. Em história, o futuro nunca é completamente dedutível do passado, sempre ocorre algo a mais, algo a menos e algo de diferente em relação às condições de possibilidade instauradas previamente; porém, in-

6 FORTUNATO, *op. cit.*, p. 78-91.

7 KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006. p. 306.

versamente, o futuro nunca se constitui de modo absolutamente autônomo em relação ao passado, pois a singularidade de um fenômeno jamais é total, do contrário, ele seria ininteligível. Do ponto de vista teórico, os tempos da história são formados por uma pluralidade de formas heterogêneas, reciprocamente condicionantes e, simultaneamente, irredutíveis umas às outras.⁸ Sua pluralidade se expressaria como uma dialética entre singularidade e repetição: “Estratos de tempo que sempre se repetem estão contidos em todas as ações singulares e em todas as constelações únicas, executadas ou suportadas por seres humanos”, eles “permitem, condicionam e limitam as possibilidades de ação humana” e, ao mesmo tempo, “as geram”. As estruturas de repetição, por sua vez, formadas por meio da atualização reiterativa de eventos singulares, também se modificam e adquirem uma singularidade em decursos mais longos.⁹

Essa qualidade temporal dos fenômenos históricos se expressa no modo pelo qual as pessoas, em sociedade, vivenciam e pensam o tempo. Segundo Koselleck, uma das formas de se caracterizar a Modernidade como um período seria por meio de uma nova forma experimentar o tempo, no qual o espaço de experiência e o horizonte de expectativas estariam progressivamente se distanciando, fazendo com que o futuro fosse concebido cada vez mais como algo diferente do passado, como algo desconhecido sobre o qual a história, aberta à ação humana, não poderia fornecer elementos para a inteligibilidade do presente ou antecipação do futuro.¹⁰ As marcas desse processo, que ocorre entre os séculos XVIII e XIX, podem ser encontradas na linguagem, em conceitos fundamentais da política e da sociedade que são indicadores e fatores dessa experiência social do tempo.¹¹ Sendo o tempo histórico, portanto, um fenômeno da experiência social, a análise das formas de articulação do passado e do futuro no presente implica considerar essa contemporaneidade de tempos não-contemporâneos como um fator da ação humana.

Na passagem do século XVIII ao XIX, para os portugueses envolvidos na construção da rede postal na América, havia um amplo espaço de experiência que remontava à Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1714) e que continha exemplos de impérios coloniais como o britânico, o francês e o espanhol. As expectativas futuras desses homens do final do Setecentos ainda encontravam lições úteis no passado para construir um sistema postal na América. Mas, ao ambicionar a criação de um novo tempo das comunicações, mais rápidas e regulares que no passado, esses agentes precisaram conceber e se relacionar com paradigmas de outros sistemas postais coloniais para que

8 KOSELLECK, *op. cit.*, 2006, p. 140.

9 KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014. p. 13; 22.

10 KOSELLECK, *op. cit.*, 2006, p. 21-39; 41-60; 267-303.

11 KOSELLECK, *op. cit.*, 2006, p. 97-118. Aqui há uma parcial convergência com Marc Bloch a respeito da semântica das fontes e do discurso do historiador, ver BLOCH, *op. cit.*, p. 135-138.

pudessem criar algo singular, irreduzível ao passado, mas não completamente autônomo em relação ele.

A partir de 1808, quando a crise da monarquia atingia um novo patamar e os baluartes do sistema colonial se encontravam mais fragilizados, ocorre um novo esforço de aceleração das comunicações postais. A espacialidade da rede postal era, nesse cenário, simultaneamente uma reação ao novo tempo de uma política que se acelerava e um dos próprios fatores dessa aceleração. Formava-se um círculo autoindutor no qual a experiência política exigia a aceleração das comunicações postais e as comunicações postais aceleravam o tempo da política. Nesse caso, era especificamente a aceleração que estava pausando parte da experiência temporal dos agentes políticos que, no intervalo de poucos anos, se encontravam em meio à transformação de diversas estruturas. Ao encurtar distâncias, a rede postal contribuía para a progressão dessa aceleração e se tornava um vetor da construção de outro traço da experiência moderna do tempo.

Em 2005, o sociólogo Hartmut Rosa escreveu que a Modernidade teria provocado uma “transformação estrutural e cultural extremamente importante das próprias estruturas e horizontes temporais”. Os mecanismos que induziram uma profunda aceleração social se manifestaram na técnica, na mudança social e no ritmo de vida, tendo a economia, a cultura, a sociedade e as instituições como forças motrizes externas.¹² Na Modernidade, ela “*se tornou um processo autopropulsor*”, compondo um círculo no qual a aceleração sempre gera “inevitavelmente, mais aceleração”.¹³ Dentre as várias consequências causadas por este fenômeno, uma delas seria a emergência de uma Modernidade Tardia, na qual à aceleração social se combinaria um enrijecimento social, criando, nessa fusão, uma espécie de “paralisia frenética” característica de nossa experiência atual do tempo. Uma nova experiência produzida também por novas técnicas de comunicação à distância e de circulação que teriam encurtado distâncias.¹⁴ Não seria precisamente esse o caso da rede postal?

No início do século XIX, os correios da América portuguesa estavam comprimindo o espaço-tempo das comunicações, acelerando a velocidade da circulação de notícias e documentos. Mas o tempo dessa rede também foi erigido sob o signo da *regularidade*, isto é, por sua capacidade de preservar, reiterativamente, essa nova velocidade, de modo que a *repetição* se tornava condição para que a *aceleração* se tornasse uma *estrutura*. Assim, os novos espaços-tempo criados pelos correios convertiam-se em estruturas sociais aceleradas, mas também aceleradoras de várias dimensões da vida: antes da implementação dos

12 ROSA, Hartmut. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na Modernidade*. São Paulo: Unesp, 2019. p. 8; 189; 209; 235; 321; 351; 373; 395.

13 *Ibidem*, p. 302, grifos no original.

14 *Ibidem*, p. 31; 42; 44; 189-191; 555.

correios, um português sediado no Rio de Janeiro precisava aguardar cerca de 132 dias para que sua carta chegasse à cidade de Belém do Pará, depois, sua carta poderia ser entregue depois de aproximadamente 49 dias.¹⁵

Rede postal e construção social do espaço: Wallerstein e Harvey

O novo tempo das comunicações que os correios haviam criado se sustentava sobre uma nova espacialidade. Em um mundo ocidental no qual conflitos imperiais entre Grã-Bretanha, França, Espanha, Portugal e Holanda se desdobravam sobre domínios coloniais, a Coroa portuguesa tinha boas razões para temer por sua soberania na América. A “regeneração” do Reino, que pautava objetivos de reformas ilustradas desde meados do Setecentos, dependia, na avaliação de letrados lusos, da manutenção das colônias portuguesas da América como partes da monarquia, pois o perigo de perdê-las sinalizava um grave risco para Portugal.

Por essa razão, o aperfeiçoamento da integração territorial das colônias americanas com a metrópole, por intermédio dos correios, foi concebido como uma necessidade para a preservação da soberania do império. Tanto era assim que o Secretário da Marinha e Ultramar responsável pela condução da reforma postal, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, chegou a alertar para o “perigo que pode haver em confiar tais estabelecimentos”, como os correios, “à particulares [...] de que é evidente testemunho o fato da América Inglesa, onde Franklin produziu a grande revolução servindo-se do ofício de correio-mor”.¹⁶ As disputas imperiais por domínios coloniais eram movidas não apenas pela concorrência pela hegemonia política na Europa, tratava-se também de uma competição econômica. Muitas políticas reformistas da Coroa portuguesa visavam aperfeiçoar o comércio intercolonial e diversificar a produção agrícola de suas colônias. A emergência da rede postal luso-americana não estava desvinculada dessas expectativas econômicas mais abrangentes, haja vista que, além de representar um novo ramo de arrecadação fiscal, os correios estavam atendendo a demandas de setores comerciais que enxergavam na construção de uma rede regular de comunicação um meio para a integração comercial. Desse modo, as próprias preocupações e motivações dos portugueses envolvidos na construção da rede postal suscitam a possibilidade de integrá-la a estruturas políticas e econômicas mais amplas. Dois modelos teóricos contribuíram para realizar essa articulação entre escalas de análise.

No final dos anos 1980, o sociólogo Immanuel Wallerstein escreveu que “para manter os baixos custos de produção de bens periféricos, foi neces-

15 FORTUNATO, *op. cit.*, p. 294.

16 *Ibidem*, p. 111.

sário envolver novas regiões dentro da economia-mundo”. O envolvimento de novas regiões em seu interior – marcado por uma divisão do trabalho – era “uma função de quanto território novo a economia-mundo capitalista era capaz de integrar”. Esse impulso de expansão territorial respondia a “uma necessidade que foi em si o resultado de pressões internas à economia-mundo”.¹⁷ A incorporação territorial de novos espaços à economia-mundo capitalista implicava a integração da produção econômica desses locais aos mercados onde parte da acumulação de capital se realizava; para isto, era importante que as estruturas políticas desses lugares se agregassem a um sistema interestatal: o sistema-mundo capitalista.¹⁸

Por volta da mesma época, em 1989, o geógrafo David Harvey argumentou que a emergência de modos mais flexíveis de acumulação de capital estava relacionada a um novo ciclo de compressão espaço-temporal. A acumulação flexível se apoiava nas capacidades de rápida mudança nos mercados de trabalho, nos produtos e nos padrões de consumo em um processo articulado de fenômenos políticos, econômicos e culturais¹⁹ que, juntos, formavam a “multiplicidade das qualidades objetivas que o espaço e o tempo podem exprimir”, e apontavam para “o papel das práticas humanas em sua construção”. Afinal, “as concepções do tempo e do espaço são criadas necessariamente através de práticas e processos materiais que servem à reprodução da vida social”. Posto que a produção capitalista torna os processos materiais de reprodução social algo em permanente mudança, “as qualidades objetivas como os significados do tempo e do espaço também se modificam”. Transformações espaço-temporais que, por sua vez, são parte da história de disputa social pelo poder marcada, na Modernidade, por várias compressões espaço-temporais.²⁰ Os correios luso-americanos foram um desses casos.

Diferentemente de todas as iniciativas anteriores de construção de correios na América portuguesa, a reforma do final do Setecentos foi a primeira que se pautou por uma geografia transcontinental. Até aquele momento, nenhuma iniciativa postal havia se orientado para a criação de uma rede de comunicação capaz de articular, regularmente, todas as capitais das colônias

17 WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System III: the Second Era of Great Expansion of the Capitalist World-Economy, 1730-1840s*. Berkeley: California University Press, 2011. p. xv-xvi; 129. Traduções livres de: “*in order to maintain the low production costs of peripheral goods, it was necessary to involve new regions within the world-economy*”; “*a function of how much new territory the capitalist world-economy was able to integrate*”; “*a need which was itself the outcome of pressures internal to the world-economy*”.

18 WALLERSTEIN, *op. cit.*, p. 130; 170; 189; 254-256. A história da independência do Brasil, e da penetração britânica em sua economia, seria, como as demais revoluções do período, mais um ponto de consolidação do sistema-mundo capitalista.

19 HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 2008. p. 8; 140-141; 187.

20 *Ibidem*, p. 189; 207; 237; 257.

portuguesas na América; pelo contrário, elas reforçavam o caráter fragmentário que a frágil articulação entre esses territórios tinha. Por essa razão, o estabelecimento da rede postal na passagem do Setecentos ao Oitocentos representou a construção de uma nova espacialidade para as colônias americanas de Portugal. A espacialidade unificadora por ela promovida, além de aperfeiçoar a integração entre produção e comércio, entre instituições do Estado imperial, apontava para uma nova prática de construção social do espaço que estava modificando suas qualidades objetivas e subjetivas. De um lado, a rede postal estava disponibilizando uma nova estrutura para a realização da comunicação à distância: maior interconectividade, maior regularidade e maior velocidade. De outro, essas mudanças mudavam a percepção social das distâncias, a ponto de um viajante como John Luccock registrar que, em 1813, “Haviam os Correios estendido sua rede por todas as partes dos domínios lusitanos; no Brasil, especialmente, as províncias e povoações mais remotas comunicavam-se umas com as outras, com facilidade e segurança”.²¹

Agentes políticos transformando estruturas postais: Sewell Jr.

Nas duas primeiras décadas do século XIX, a rede de correios foi capaz de proporcionar à Coroa portuguesa meios para incentivar o comércio, acelerar e regularizar as comunicações políticas, auxiliar a integração territorial e preservar uma relativa estabilidade dentro de uma conjuntura de profunda crise. Contudo, as novas fissuras da monarquia portuguesa abertas pela Revolução do Porto em 1820 transformariam estruturas da rede postal. Juntas de Governo Provisório foram sendo formadas de Norte a Sul, com alianças políticas que fragmentavam as condições de soberania da Coroa sediada no Rio de Janeiro. A instabilidade desse período, marcada por múltiplos projetos políticos concorrentes, projetava-se em futuros incertos e criava, para muitos portugueses, uma sensação de colapso das instituições. O ritmo com o qual vários grupos políticos adquiriam notícia do que se passava em outros territórios estava sendo balizado pelos próprios espaços-tempo criados pelos correios nos anos precedentes; e como a criação ou dissolução de alianças políticas entre diferentes porções do território dependia da comunicação, o controle da rede postal passou a ser disputado por grupos rivais.

A espacialidade e a temporalidade das comunicações que a rede de correios havia logrado estruturar nas primeiras décadas do século XIX estava sendo rapidamente esgarçada. As Cortes de Lisboa buscaram criar serviços postais paralelos com as províncias do Norte e Nordeste para consolidar lealdades políticas; o governo de D. Pedro, no Rio de Janeiro, tentava contornar,

21 FORTUNATO, *op. cit.*, p. 269.

também pelos correios, o bloqueio comunicacional que Juntas de Governo dessas regiões haviam imposto às suas cartas, e atitudes da mesma natureza estavam ocorrendo em escalas provinciais.²² Até aquele momento, os correios haviam contribuído para a integração territorial da América portuguesa e para a soberania da monarquia; porém, quando o império começou a desmoronar, essa função estruturante dos serviços postais passou a ser subvertida pelos agentes políticos. Em outras palavras, uma estrutura estava sendo transformada por agências políticas, e um modelo teórico contribuiu para a compreensão dessa dinâmica.

Em 2005, o historiador William Sewell Jr. escreveu que as estruturas devem ser consideradas em sua dualidade, como o meio de realização das práticas sociais e seu resultado, pois elas “moldam as práticas das pessoas, mas são também as práticas das pessoas que constituem (e reproduzem) as estruturas”. As estruturas, ao mesmo tempo que restringem a agência, também a viabilizam.²³ Os esquemas virtuais e os recursos reais que a compõem demonstram a integração entre dimensões concretas e abstratas; e, embora toda agência seja estruturalmente condicionada, sua relativa autonomia permite que esquemas sejam transpostos ou que seus recursos sejam reinterpretados. Assim, à agência está resguardada uma capacidade de transformação estrutural, por mais que sua realização ocorra por meio das estruturas e, inversamente, a reprodução estrutural também depende da agência. Desse modo, a estrutura é dinâmica, resultado e matriz de uma agência que, com ela, forma “interações dialéticas por meio das quais os humanos modelam sua história”.²⁴

Quando, em 17 de agosto de 1822, o periódico *Conciliador do Maranhão* anunciou a decisão da Junta de Governo de São Luís sobre a proibição dos correios de distribuir qualquer correspondência vinda do Rio de Janeiro, uma mudança importante estava começando a ocorrer.²⁵ A rede de correios estava sendo mobilizada para um projeto contrário às finalidades originais dos serviços postais. Parte das ações do governo do Rio de Janeiro e da Junta de São Luís continuavam condicionadas pelos correios, no entanto, o novo uso que os governos concorrentes estavam fazendo iniciava um processo de subversão estrutural de uma rede que havia sido construída para a integração territorial da monarquia portuguesa. Parte da agência política desses grupos estava assentada na circulação de notícias, entretanto, com projetos políticos concorrentes, os próprios meios de circulação de notícias estavam sendo politizados e reinventados sobre novas bases que, por sua vez, correspondiam a

22 FORTUNATO, *op. cit.*, p. 340-377.

23 SEWELL JR., William. Uma teoria da estrutura: dualidade, ação e transformação. In: SEWELL JR., William. *Lógicas da história: teoria social e transformação social*. Rio de Janeiro: Vozes, 2017. p. 135; 143.

24 *Ibidem*, p. 158.

25 FORTUNATO, *op. cit.*, p. 372-373.

integrações territoriais de corpos políticos cujas fronteiras ainda se encontravam em disputa. Embora estivesse ocorrendo uma transformação radical nos sentidos da rede postal, o vínculo que tornava as ações políticas condicionadas por esta estrutura não havia sido cindido, mas este elo tampouco era capaz de determinar os usos da sociedade que o criou.

Toda análise é teoricamente orientada. Teorias constroem unidades, estabelecem relações e definem campos de significado para elementos da realidade fornecendo meios de racionalização do real. Objetos se tornam fontes por meio de teorias, as quais esboçam o horizonte dentro do qual certas perguntas e hipóteses fazem sentido, definindo os problemas pertinentes para o entendimento do real que elas próprias ajudaram a organizar. O método entra nessa operação como o meio pelo qual perguntas podem ser respondidas a partir das fontes existentes. Mas o real nunca coincide perfeitamente com a teoria que busca racionalizá-lo, fontes sempre são fragmentárias e as interpretações estão submetidas à temporalização das perspectivas dos intérpretes.²⁶

Diante de um mundo contemporâneo que nos ensina a rebeldia do real a interpretações universais, que resposta poderiam os historiadores oferecer que não um ecletismo teórico radicalmente historicista? Assim como historiadores do passado nos ensinaram a importância de criar ferramentas capazes de tornar o pensamento do historiador mais sensível à plasticidade do tempo, os historiadores de hoje podem escolher ampliar a dialética entre epistemologia e realidade. Para isso, a realização de experimentos científicos dentro de uma comunidade teoricamente engajada que mobiliza um conjunto pluralista de métodos para responder perguntas diferentes sobre temas relacionados parece um bom começo. Que ambiente melhor para a realização desse trabalho do que um laboratório?

Afinal, as leituras realizadas coletivamente criaram condições para que a história dos correios pudesse ser contada como uma história da construção social de tempos da comunicação, uma história da invenção de uma geografia em rede cuja formação envolveu sucessivas articulações entre eventos singulares e processos de longa duração, conectados a demandas da economia-mundo capitalista e aos desafios impostos por um sistema-mundo moderno. Auxiliaram na demonstração de congruências entre a morfologia espaçotemporal dos correios e a experiência política dos contemporâneos que, condicionados pela estrutura da rede postal, não deixaram de, com seus projetos, reinventar os significados políticos dos correios em uma conjuntura de crise profunda. Assim, o Novo Tempo do Mundo, do qual falava Arantes, pôde adquirir uma

26 KOSELLECK, *op. cit.*, 2006, p. 161-188; SILVA, Maria B. Nizza da. K. R. Popper e a epistemologia da História. *Revista de História*, v. 52, n. 103 (2), p. 547-576, 1975.

história longa e profundamente enraizada na construção de uma espacialidade moderna que os correios ajudaram a erigir.

Bibliografia

- ARANTES, Paulo. *O novo tempo do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais. A Longa Duração. In: BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- FORTUNATO, Thomáz. *Topologias do tempo: a formação da rede de correios no Brasil (1796-1829)*. 2023. 488 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 2008.
- KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.
- ROSA, Hartmut. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na Modernidade*. São Paulo: Unesp, 2019.
- SEWELL JR., William. Uma teoria da estrutura: dualidade, ação e transformação. In: SEWELL JR., William. *Lógicas da história: teoria social e transformação social*. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.
- SILVA, Maria B. Nizza da. K. R. Popper e a epistemologia da História. *Revista de História*, v. 52, n. 103 (2), p. 547-576, 1975.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System III: the Second Era of Great Expansion of the Capitalist World-Economy, 1730-1840s*. Berkeley: California University Press, 2011.

A contribuição da leitura da obra “Ideias em Confronto. Embates pelo poder na Independência do Brasil (1808-1825)” para a diferenciação entre evento e processo histórico na Independência do Brasil

Vinícius Carneiro de Albuquerque

O presente texto tem como proposta apresentar algumas das contribuições surgidas nos seminários sobre o livro da professora Dra. Cecília Helena de Salles Oliveira, *Ideias em Confronto. Embates pelo poder na Independência do Brasil (1808-1825)*¹ acerca da diferenciação entre o evento e a compreensão do processo histórico na Independência do Brasil. Os seminários foram o resultado da aproximação de núcleos de pesquisa do Lab-Mundi – Laboratório de Estudos sobre o Brasil e o Sistema Mundial – DH e IRI – USP em reuniões compostas principalmente pelos colegas dos grupos “História do Tempo: Teoria e Metodologia”, “Revoluções e Independências Americanas” e “Historicismo e sensibilidade históricas”.²

A decisão de ler e discutir uma obra com o potencial de despertar questionamentos sob diversas perspectivas de pesquisadores que têm objetos e pesquisas ora convergentes, ora divergentes, revelou-se um aprendizado que deve ser valorizado em nosso Laboratório pois a aproximação dessas múltiplas experiências tem-se revelado como uma característica importante em nossa trajetória coletiva. Essa característica, de constituir seminários de debate, merece destaque ao revelar afinidades, mas também indicar a existência diferentes abordagens sobre temas amplos e complexos. Os questionamentos e novas perguntas surgidas nesse valioso espaço de interlocução foram a motivação

1 OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *Ideias em confronto. Embates pelo poder na Independência do Brasil (1808-1825)*. São Paulo: Todavia, 2022.

2 Sobre os núcleos de pesquisa acessar <https://labmundi.ffch.usp.br/nucleos-de-pesquisa>. Em nossos encontros estiveram presentes e debateram os colegas Camilla Cristina Guelli, Davi Roizman, Edu Trota Levati, Lucas da Costa Mohallem, Michel Wunderlich, Murillo Dias Winter, Nicolás Alejandro González Quintero, Oscar Javier Castro, Paula Botafogo Caricchio Ferreira, Rafael Fanni, Rita Bered de Curtis e Thomáz Fortunato. A todos e todas agradeço os diálogos, reflexões coletivas e indagações que são a base dos apontamentos aqui indicados.

para o início dessas reflexões. A escolha dessa obra conjuga muitos dos interesses de diversos pesquisadores e pesquisadoras dos grupos e assim tornou-se um desafio acadêmico extrair e sistematizar algumas de suas contribuições metodológicas com potencial de auxiliar diferentes pesquisas e, em meu caso específico, na pesquisa sobre a experiência histórica e espacial da Confederação do Equador referida aqui, mas não desenvolvida nesse texto.

Inicialmente vale destacar que a intenção desse texto não é fazer uma resenha desse livro, mas abordar aspectos teóricos que entendemos como as contribuições mais ricas do contato com o texto. Dessa maneira a aproximação com temas bastante debatidos na historiografia mais recente com a valorização da história política a partir dos anos 1990 estabelecendo interlocuções com 'textos canônicos' de especialistas ou de outros escritores, como é o caso da Independência, desperta interesse em analisar contribuições teóricas também se revela como um grande desafio de síntese da historiografia. O potencial de apontar caminhos, estratégias analíticas e soluções metodológicas do texto referido certamente pode contribuir para os estudos dos colegas pesquisadores e pesquisadoras nele envolvidos bem como uma melhor problematização meu objeto de pesquisa. A Independência, já tão analisada e abordada de diversas maneiras e objeto de diferentes conclusões, continua sendo uma importante questão historiográfica não esgotada. Os desafios metodológicos de sua abordagem podem transmitir experiências e recursos válidos e a leitura da presente obra busca compreender como suas contribuições podem ser aplicadas a outras pesquisas. Ou seja, como as propostas da professora Cecília podem servir de lição para outros questionamentos que auxiliem na compreensão da diferença entre o evento e o contexto histórico.

As lições metodológicas parecem válidas para outros movimentos políticos pois tal como a Independência, a Confederação do Equador de 1824 tem textos de referência³ utilizados em debates acadêmicos além de produções para divulgação mais ampla incluindo aí a construção de determinada memória e pode se revisitada com novos questionamentos. Não se trata, portanto, de resenhar o livro ou apenas elencar temas e pontos importantes, trata-se da tentativa de compreender como as várias intervenções produzidas nos seminários nos serviram para desenvolver uma melhor leitura dessa obra visando a percepção de seus procedimentos metodológicos.

De acordo com a professora Cecília Helena é necessário desenvolver uma melhor compreensão dos diversos sentidos presentes na Independência e isso pode ser obtido com o estudo da imprensa, mas também das trajetórias intelectuais e políticas, das relações econômicas, das lutas pela independên-

3 Como exemplo indicamos BRANDÃO, Ulysses de Carvalho Soares. *Pernambuco de outr'ora*. A Confederação do Equador. (1824-1924). Recife: Oficinas Graphicas da Repartição de Publicações Officiais, 1924.

cia, as violentas relações presentes na sociedade que se construíam também em processos revolucionários e contextos de crises. Dessa maneira a compreensão das questões relacionadas à ruptura representada pela independência deve ser somada a busca das outras possibilidades existentes, das alternativas e possibilidades de negociação ou de rearticulação de circuitos comerciais e políticos impactados pela transferência da Corte para o Rio de Janeiro, pela Revolução de 1820 e outros momentos em que as bases políticas do novo Estado eram contestadas.

A existência de diferentes projetos políticos que variavam nas possibilidades de participação, no entendimento do papel das eleições e na apresentação de demandas demonstram que na primeira metade do século XIX muitas eram as questões em aberto. Havia perspectivas voltadas para questões de relacionamento entre as várias províncias e o governo central, a existência de propostas federativas, confederativas ou mesmo da centralização e não havia consenso sequer a respeito da necessidade de separação como ruptura com Portugal.

Conforme indica na introdução intitulada “Indicando Caminhos”

este livro propõe uma interpretação diferente do processo histórico e político em curso na América Portuguesa, entre os fins do século XVIII e o início do século XIX, contrariando versões comumente divulgadas. convidando o leitor a percorrer comigo entendimentos da Independência que se diferenciam daquilo que podemos chamar de ‘saber já sabido’, no mais das vezes afirmações requentadas, que não inspiram articulações entre o presente incerto, o futuro indefinido e um passado que ainda pode oferecer novas perspectivas de compreensão sobre a formação histórica do país.⁴

O desafio de enfrentar um “saber já sabido” e de fazer novas propostas de análises fazendo essa articulação entre presente, futuro e passado, indicado pela autora, revela-se já de início uma valiosa proposição. Quantos dos nossos trabalhos não abordam temas já trabalhados em diversos momentos e para os quais procuramos acrescentar novas perspectivas? Tratando da pesquisa da Confederação do Equador que desenvolvo no momento, esses desafios iniciais também parecem presentes pois minha proposta visa também evitar a “monumentalização” do movimento de 1824 desenvolvendo uma análise que amplie os espaços da Confederação para uma espacialidade atlântica desenvolvida pela circulação de pessoas envolvidas nos movimentos políticos, mas também pela circulação de notícias em periódicos publicados em diversos países e em momentos diferentes. Existe toda uma vasta bibliografia “tradicional” que precisa ser analisada e também textos mais recentes e a questão de como fazer análises utilizando pontos de vista contemporâneos também se coloca.

4 OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 11-12.

Os debates sobre a obra parecem indicar algumas possibilidades de diálogo com versões tradicionais, de nos afastarmos da armadilha do evento, da data representando toda a experiência, e então podermos abordar novas questões relativas aos motivos dos enfrentamentos com simples pergunta da autora “Por que ocorreram guerras?”.⁵ Pergunta que devemos fazer também para outros espaços e diferentes províncias naquele contexto em que muitos conflitos ocorreram nos espaços em transformação na América portuguesa, mas também em muitos outros lugares do mundo Atlântico nos quais se produzia a ruína de uma antiga ordem e se erigiam novas experiências marcadas por confrontos e indeterminações. Dessa maneira, colocar questões de forma direta pode auxiliar a termos mais clareza sobre os problemas que devemos tratar.

A síntese a partir de uma narrativa abrangente que não abre mão de fazer análises e dialogar com a historiografia ora se aproximando de determinados grupos, ora se distanciando, revela-se uma operação complexa, mas que pode ser realizada satisfatoriamente e trazer contribuições expressivas para a pesquisa sobre a Confederação do Equador. A escolha por manobrar diversas questões políticas e filosóficas ao longo de um tempo bastante amplo – indo do século XVIII até o primeiro quartel do século XIX, além de diferentes espaços, grupos e perspectivas indica como é possível trabalhar com uma visão ampla alternada com aproximações mais minuciosas em que as questões relevantes pontuais são abordadas em função de problemas mais amplos.

Algumas narrativas a partir dos espaços acabam trabalhando também cronologias diferentes dentro desses espaços quando da emergência de interesses econômicos e políticos que, por vezes, se unem ou se distanciam, de acordo com novos arranjos necessários. Ao problematizar os embates pelo poder na Independência estende a cronologia de 1808 a 1825 e assim temos uma dimensão mais ampla e que não se prende a 1822. Dessa maneira a Independência não deve ser circunscrita ao ‘evento’ 1822. Essa maneira de trabalhar a independência nos pareceu ser possível de ser replicada em outras pesquisas. Evitar a ‘armadilha’ da data como o elemento constitutivo do evento não é algo simples de se obter, mas é uma operação que precisa ser buscada. Em termos metodológicos, a constante presença da noção de processo surge como um aspecto importante da obra e que podemos aproveitar em diferentes análises. O cuidado com as abordagens espaciais procurando indicar onde as disputas eram dadas, quais interesses econômicos estavam mais ou menos evidentes, também se revela como uma escolha a ser valorizada. As experiências políticas se dão em espaços e mobilizam interesses materiais que não devem ser abstraídos das análises e isso aparece em diversos momentos.

A busca dos significados da existência de intensas divergências políticas não pacificadas com a declaração de Independência torna-se ainda mais

5 OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 13.

complexa se levarmos em consideração a presença de diversos grupos disputando politicamente a organização do Estado formas dele participar. A cidadania política caberia a quem? Portugueses seriam incluídos ou excluídos? Esses eram alguns dos problemas em aberto.

A autora aponta para a necessidade de investigar diferenças e aproximações, procurar quem eram os protagonistas, mas não olhar apenas para eles pois novos grupos estavam presentes nas disputas. As ligações entre política e os mundos dos negócios se relacionando também aparece como pareceu contribuições que escapam de obviedades e indicam estratégias de análises muito promissoras e que podem ser, em alguma medida, aplicadas para a Confederação do Equador quando busco ampliar a perspectiva temporal para antes de 1824, passando por relações estabelecidas em 1817 e por vezes antes, mas também pelas experiências políticas do Vintismo e das Juntas Provinciais, além da crise que levou a ruptura com Portugal procuro assim desenvolver uma perspectiva de processo que – tal como a Independência apresentada no texto, não era um projeto a ser perseguido desde sempre e que se constituiu nos movimentos de diferentes agentes, grupos e na expressão de múltiplos interesses.

Podemos considerar que uma das lições significativas da obra é que o que se faz com o evento depois também é relevante considerando a existência de disputas envolvendo jogos de esquecimentos e reafirmações entre diversos grupos envolvidos. Como lidar com as fontes de época e as memórias produzidas sobre aquele momento é uma preocupação explicitada pela autora e que cabe perfeitamente em nossa pesquisa. As propostas de interpretação mobilizando produções recentes e inovadoras também apontam direções importantes pois existem trabalhos que colaboram como novos problemas para interrogar ‘ações e palavras’ daquelas gerações de políticos.

A escolha de analisar os embates pelo poder não se restringe a 1822 e a busca das transformações recua até o século XVIII, mobilizando uma cronologia mais ampla que permite perceber transformações que surgem sem que exista uma intencionalidade de Independência, em outras palavras, diversas foram as modificações e necessidade de adequações e perceber isso não deve ficar submetido a um evento, a uma data. Os espaços nos quais se desenvolveram múltiplas experiências políticas são bastante relevantes para apreender disputas, alianças e relações materiais e econômicas presentes nos questionamentos do texto da professora Cecília e os apontamentos dos colegas dos seminários, indicam para a necessidade de ampliar o olhar para essas disputas. Dessa maneira, se pensarmos exclusivamente em 1822, ou no 7 de setembro, não é possível compreender o processo em suas múltiplas camadas de significados constantemente modificados dependendo das abordagens estabelecidas para compreender as disputas e construções de poder. Essa perspectiva é

uma escolha metodológica que pode ser aplicada em diversas pesquisas para o período buscando compreender os sentidos das adesões políticas que não estavam fixadas em um passado longínquo. Aprender como as identificações dos agentes e grupos eram bastante incertas no que concerne a construções políticas gerais tais como a adesão a uma monarquia liberal e, portanto, constitucional mostra-se importante também.

A vinculação a um projeto não eliminava as disputas e tensões que eram manifestadas em diferentes escalas. A experiência política estava presente nos municípios, regiões, províncias e mesmo entre o Norte e o Sul do Império que se constituía a partir de 1822. Em poucas palavras, é fundamental procurar a construção das ações políticas em diferentes espaços historicizando as relações políticas e econômicas escapando da armadilha do evento como uma totalidade explicativa. Procuramos assim evitar a todo instante uma apresentação teleológica. A complexidade está nos movimentos e disputas e não em um momento de ruptura. Trata-se, assim, de um processo revolucionário amplo que toca, inclusive, na formação da autoridade do imperador. Isso não significa dizer que o Rio de Janeiro ou d. Pedro não tiveram importância, mas que muitos outros elementos precisam ser mobilizados tais como grupos provinciais apoiando o D. Pedro I ou nos momentos mais críticos, contestado sua autoridade. Essas perguntas permitem procurar como se dava a circulação via ligações terrestres e marítimas, por exemplo. Procuram também melhor analisar quais grupos se manifestavam e o que pretendiam. A Revolução de 1820 impôs novas circunstâncias, o Vintismo e o período das Juntas foram momentos de transformações em que ocorreram novos arranjos e alianças. Esses processos tinham qual escala? Como isso se dava em relação ao Rio de Janeiro e das outras províncias? Dessa maneira cabe perguntar como como diferentes interesses se articulavam com a construção do poder de d. Pedro no Rio de Janeiro Não se trata de reconhecer um fio condutor do processo, mas sim de perceber a complexidade do mesmo quase duzentos anos depois.

Considerando que os enfrentamentos se deram por armas e com palavras o entendimento de que as disputas pelas significações dependiam de quem as utilizava é fundamental pois isso relacionava-se com as finalidades dos interlocutores. A afirmação da complexidade dos processos pode parecer uma simples obviedade, mas ganha importância na busca de outros sentidos que uma vinculação simplista entre a Independência e a proclamação do 7 de setembro poderiam esconder. Somente operando essa separação é que se torna possível observar a presença de diferentes projetos, reconstituir concepções diversas e potencialmente conflitivas constantemente rearticuladas nos debates e ações políticas no Brasil e em Portugal. Tal afirmação precisa ser ressaltada para que as pressões políticas e as diferentes decisões adotadas naquele processo repleto de complexidades relacionadas à percepção de tempo distintas

das atuais possa ser percebida. A circulação de ideias, de informações e de versões que podem ser desconstruídas constituem elementos que tornam as negociações mais complexas. Os espaços de exercício da política estavam em ampliação no processo de crise e eram bastante variadas as oportunidades de atuação política presentes em diferentes escalas.

O poder radicado na Corte do Rio de Janeiro não era incontestável e não estava plenamente estruturado sendo necessárias negociações com interlocutores oriundos de múltiplas experiências políticas acumuladas regionalmente ou nas Câmaras Municipais, sendo pouco a pouco integrados ao Estado em construção ou mesmo o confrontando. O poder de d. Pedro, no início da Regência, enfrentava indeterminações políticas e econômicas e esse aspecto é importante como operação analítica pois não coloca d. Pedro como o articulador exclusivo do processo, nem tampouco como um movimento que necessariamente desembocaria no 7 de setembro escapando como já afirmamos anteriormente, de cair na armadilha dessa data. O envolvimento de múltiplos setores sociais e políticos nas disputas, o Vintismo e as Juntas Provinciais e, depois, as negociações em torno da Assembleia são manifestadas em debates na imprensa que revelam a existência de um 'amplo leque de projetos políticos'. Dessa maneira o procedimento analítico recorre às manifestações estabelecidas em documentos com as devidas notas, mas procura ver como novos espaços de atuação estavam se constituindo olhando, inclusive, para outras experiências coloniais e atlânticas, além de modelos federativos e confederativos que marcam indiscutivelmente o caráter da provisoriedade das soluções que se estabeleciam em meio a disputas, embates e negociações. A permanência do príncipe no Rio de Janeiro no contexto de retorno de D. João VI a Lisboa tornava ainda mais complexas as relações políticas constituindo tramas cada vez mais complexas que eram estabelecidas, desfeitas, rearranjadas e negociadas constantemente por múltiplos personagens em diferentes espaços na América e na Europa sendo o então príncipe regente um dos agentes e certamente não o único.

A preocupação em observar os processos faz com que se reconheça uma situação revolucionária quando ordenamentos antigos não funcionavam mais e que se abria era um horizonte de incertezas e temores no qual estavam colocados projetos e interesses dos "corcundas", dos monarquistas constitucionais, e de republicanos. Esse aspecto é fundamental como operação analítica que reconhecemos como uma contribuição enorme para os debates atuais pois reforça a provisoriedade e mais, os múltiplos projetos e possibilidades existentes e expressos em palavras cujos sentidos estavam em construção. Dessa forma nos parece que tentar separar os participantes, quer sejam indivíduos quer sejam grupos, segundo categorias amplas fica ameaçado por uma importante indeterminação pois sequer os envolvidos já tinham estabelecido o

sentido completo das definições de suas afiliações. Recorrendo ao texto *Peças de um mosaico*, aponta para a necessidade de sublinhar que naquela época era muito grande a força das identidades locais. Os atores políticos se identificavam como baianos, pernambucanos, paulistas e maranhenses, por exemplo, articulando essas qualificações a uma identidade abrangente: o ser português. A Revolução de 1820 promoveu a politização dessas identidades e o uso mais constante de termos como ‘brasiliense’ e ‘brasileiro’ para designar os nascidos e radicados no Brasil”⁶. O caráter de provisoriedade e transição é bastante ressaltado na análise e isso pode ser relacionado com a Independência e a ideia de Revolução. Cecília Helena aponta para a necessidade de articular o político e o econômico uma vez que existiam forças antagônicas enfrentando-se nas províncias e em disputa no Reino em articulação com o mercado mundial. A análise, portanto, não fica centrada em um aspecto exclusivo de um ou outro problema historiográfico e transita por diferentes problemas e questões percebidas como relevantes naquela época.

O uso de fontes como periódicos e comunicações enviadas de diversos lugares procura compreender a circular e a construção de relações que não estavam constituídas nem plenamente estabelecidas. O caráter da provisoriedade e da transformação deve ser estabelecido como uma opção analítica pois, do contrário, ficaria muito difícil observar os processos de composição do movimento de maneira ampla. Ao assumir que existiam diversas possibilidades em jogo temos uma escolha de método de análise e não apenas uma informação factual. Permitir que na narrativa surjam diferentes vozes, atores e grupos em disputas, convergências e divergências é a enunciação de uma escolha historiográfica que a diferencia de visões tradicionais excessivamente centradas nas ações de d. Pedro e afirma que em meio a dúvidas foram tomadas determinadas atitudes que se revelaram a opção por um caminho dentre outros, ou seja, como é possível observar os papéis que envolviam o Estado? Existe o desafio de como deixar aparecer no texto antagonismos e conflitos. Essa maneira de apresentar as questões coloca-se como essencial pois um evento de proclamação não constitui o todo das experiências políticas, e de outras naturezas, que precisam ser analisadas. O olhar apenas para o evento pode provocar a perda de noção de processo ou da participação de diferentes grupos que se constituíram em diferentes espaços políticos, sociais e econômicos ou ainda, como esses espaços são historicamente construídos e modificados. As escolhas da professora Cecília Helena de analisar ações da Regência, diferentes ideias, possibilidades em aberto, negociações e segmentos incluídos, ou excluídos, dos processos eleitorais, torna-se uma contribuição valiosa. Ao observar

6 JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. *Peças de um mosaico: ou apontamentos para o estudo da emergência de uma identidade nacional brasileira. Revista História das Ideias*, Coimbra, v. 21, p. 389-440, 2000.

a atuação de Soares Lisboa⁷, dentre outros, estabelece o papel da imprensa e demonstra disputas políticas em torno da presença de portugueses e das ideias de recolonização. Existe no texto o olhar para o Rio de Janeiro, mas também para Pernambuco, para Bahia além da busca dos sentidos para a ideia de independência – palavra polissemia e com sentidos em disputa.

Como dito anteriormente, a opção em separar da independência do 7 de setembro permite observar construções diferentes e conflitantes – e no caso da minha pesquisa, opção metodológica que parece bastante promissora. Analisando como se deu a formação da monarquia constitucional e dos cidadãos do Império, no capítulo 5, a ênfase nas disputas e polissemia dos termos continua – pátria e nação⁸ estão ainda em aberto, as guerras entre 1822 e 1823 não foram encerradas e a dimensão do conflito militar apresenta também na construção política, além da atuação dos representantes de treze províncias na Assembleia em 1823 – quais os limites dos poderes de então? As disputas políticas referidas ligam-se diretamente com o Norte do Império mencionando o problema da nação’ e da ‘pátria do cidadão’⁹, com os escritos de Frei Caneca e, assim como reconhece e afirma a complexidade da independência e do 7 de setembro, afirma que a Confederação do Equador¹⁰ foi deflagrada em janeiro de 1824, quando não se deu posse ao presidente da província indicado pelo Rio de Janeiro – escapando também aí do canônico 2 de julho e permitindo pensar o processo de construção política de maneira relacional e complexa. O texto procura situar eventos em perspectivas políticas mais amplas buscando as repercussões e a construção da repressão como mecanismo político constitutivo do Império. Ou seja, em sua análise olhar para o 7 de setembro não é o suficiente pois nos explica que existem apagamentos ou silenciamentos em arquivos, bibliotecas e museus e que é fundamental questionar as fontes, procurar melhor compreender suas origens, autorias, destinações e porque algumas foram preservadas e outras não, seu caráter de vestígios, de remanescentes compondo acervos e coleções utilizadas para a reconstituição de determinadas circunstâncias históricas. Devemos assim interrogar também a respeito de ausências, de silenciamentos produzidos por escolhas do que seria preservado ou mesmo destruído. Salienta que os vestígios também são decorrentes de escolhas de agentes do poder que no passado e no presente fizeram escolhas, esconderam confrontos e conflitos, estabeleceram consensos e construíram a

7 FERREIRA, Paula Botafogo Caricchio. *Negócios, impressos e política: a trajetória pública de João Soares Lisboa (1800-1824)*. 2017. 426 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017. OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 135-136.

8 OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 149.

9 *Ibidem*, p. 165

10 *Ibidem*, p. 185

legitimação de uma determinada ordem política que está relacionada à produção da memória histórica.

Encaminhando a conclusão do texto, em suas Palavras Finais indica que “O passado não é livre. Ele é regido, gerenciado, preservado, explicado, contado, celebrado ou odiado. Quer seja comemorado ou ocultado, permanece uma questão fundamental do presente – Régine Robin, 2016”¹¹ explicando que mesmo ao final da obra não caibam propriamente conclusões, mas a retomada das principais questões abrindo-se ainda mais as possibilidades de compreensão de eventos, protagonistas, memórias e repercussões históricas e políticas de situações que já duzentos anos permanecem em evidência. Reafirma que a Independência deve ser desvinculada de um episódio específico pois foi sendo construído, reconstruído e ressignificado. A política deve ser vista em seus movimentos globais de transformações desde o século XVIII observando peculiaridades e situações singulares, mas que possuem também as mesmas condições históricas que envolveram a Independência dos Estados Unidos, das regiões da América espanhola, das revoluções europeias de 1789 e 1848 conectando os processos a emergência dos mercados liberais. O entrelaçamento entre negócios públicos e interesses privados está presente como uma recomendação analítica que confere materialidade às escolhas, proposta que procuramos incorporar com mais cuidado em nossa pesquisa além da necessária separação entre um evento e diversos processos incorporando também a preocupação com a construção da memória sobre os movimentos problematizados.

Referências

- BRANDÃO, Ulysses de Carvalho Soares. *Pernambuco de outr'ora*. A Confederação do Equador. (1824-1924). Recife: Oficinas Graphicas da Repartição de Publicações Officiaes, 1924.
- FERREIRA, Paula Botafogo Caricchio. *Negócios, impressos e política: a trajetória pública de João Soares Lisboa (1800-1824)*. 2017. 426 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.
- JANCÓS, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico: ou apontamentos para o estudo da emergência de uma identidade nacional brasileira. *Revista História das Ideias*, Coimbra, v. 21, p. 389-440, 2000.
- OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles. *Ideias em confronto*. Embates pelo poder na Independência do Brasil (1808-1825). São Paulo: Todavia, 2022.

11 OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 219.



CASA LEIRIA
Rua do Parque, 470
São Leopoldo-RS Brasil
casaleiria@casaleiria.com.br

Criado em abril de 2013, o Laboratório de Estudos sobre o Brasil e o Sistema Mundial (Lab-Mundi) aproxima professores e estudantes de diversas universidades e centros de pesquisa do Brasil e do exterior, interessados em refletir criticamente acerca das perspectivas analíticas do sistema-mundo e de suas potências para a compreensão da história das relações entre o Brasil e o mundo entre os séculos XVIII e XX, tanto no plano teórico-metodológico quanto no de estudos de caso. Este livro reúne os trabalhos apresentados no evento de celebração dos 10 anos de existência do Lab-Mundi, ocorrido na Universidade de São Paulo em 2024.

